



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAROLINE CABRAL NUNES

**VIDAS DECRETADAS À MORTE: A DEMARCAÇÃO DO CORPO FEMININO EM
CORPO-TERRITÓRIO NAS DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA URBANA NO PIAUÍ**

FORTALEZA

2026

CAROLINE CABRAL NUNES

**VIDAS DECRETADAS À MORTE: A DEMARCAÇÃO DO CORPO FEMININO EM
CORPO-TERRITÓRIO NAS DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA URBANA NO PIAUÍ**

Tese apresentada para fins de defesa ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de pesquisa: Subjetividade e Crítica
do Contemporâneo.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Sales
Macedo

FORTALEZA

2026

CAROLINE CABRAL NUNES

**VIDAS DECRETADAS À MORTE: A DEMARCAÇÃO DO CORPO FEMININO EM
CORPO-TERRITÓRIO NAS DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA URBANA NO PIAUÍ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da Universidade
Federal do Ceará como requisito para
obtenção do título de Doutora em
Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Subjetividade e Crítica
do Contemporâneo.

Aprovada em: 14 /05 /2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Erica Atem Goncalves de Araújo Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Amana Rocha Mattos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Marcondes Brito Da Costa
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

*Dedico ao meu irmão, Eduardo, que fez sua
passagem enquanto eu realizava este percurso de
doutoramento. Você segue caminhando comigo,
em memória e espírito. Com você, aprendi a
resistir e a acreditar.*

Agradecimentos

Enfim, chegamos. No plural, no coletivo: chegamos! E só chegamos porque, a cada passo dado, eu sabia que contava com a presença, o apoio e a confiança de quem continuava me fazendo acreditar nessa linha de chegada que chamamos de “defesa de doutorado”: momento em que, institucionalmente, podemos concretizar o “tornar-se doutora”. Sem o “anda”, aquele gerúndio que, popularmente, acrescentamos e que nos ajuda a entender que o título é o retrato das diversas paisagens e experiências que vivenciamos e colecionamos ao longo de um percurso trilhado. Um quadro no qual registramos algumas das faces-pesquisadoras que encontramos pelo caminho, que serve de lembrete para tantas outras que ainda conheceremos, que ainda conhece(serei).

Por chegarmos até aqui, registro, enfim, alguns agradecimentos mais específicos a quem tornou contribuiu para que esse caminho fosse trilhado:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Por isso, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de doutorado, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às espiritualidades, por me ensinarem que “ao pedir caminhos abertos é importante não esquecer de caminhar”. Por terem me sustentado na vida, seguindo de pé. Guardo a certeza de que *se eu fosse só, já não estaria mais aqui*.

À minha família, em especial à Cláudia, minha irmã, por me acompanhar em todos os erros e acertos neste período de doutorado, por me lembrar dos motivos pelos quais iniciei este percurso. Novamente, repito: obrigada por dividir comigo uma vida inteira e por me fazer ter certeza de que continuaremos juntas nas próximas. *Tudo, tudo, tudo que nois tem é nois*.

Ao Diego, meu companheiro de vida, por ser abrigo, refúgio e morada. Por me acolher em todas as minhas versões e por me mostrar que eu conseguiria chegar até aqui. Obrigada por me *deixar partilhar a vida boa com você*.

Ao João Paulo, meu orientador, por todos os ensinamentos, compreensão e paciência. Por me oferecer os caminhos acadêmicos como possibilidade de vida e fazer existir luz durante eles. Pela sua capacidade de acolher, respeitar e, principalmente, nos fazer entender que precisamos “operar a vida pela alegria, não somente pela dor”. Obrigada por permanecer!

Ao Professor Marcondes, em especial, por ter viabilizado minha entrada em diferentes campos desta pesquisa e por tornar esse percurso mais rico e leve, com suas histórias-ensinamentos.

Às professoras Amana e Érica e ao professor João Paulo Barros pela partilha e por contribuírem com tanta pertinência, cuidado e afeto na produção desta pesquisa. Obrigada por me fazerem enxergar para além daquilo que meus olhos podem ver e por seguirem produzindo uma ciência implicada, engajada, ética e politicamente comprometida em produzir outras versões de mundo.

Por fim, expresso minha profunda gratidão às interlocutoras desta pesquisa, por abrirem espaço em suas rotinas e partilharem seus cotidianos, ensinando-me não apenas sobre suas trajetórias, mas também sobre a minha própria. Agradeço por permitirem que suas vozes, dores e resistências fossem registradas neste trabalho. Sou testemunha da força com que seguem existindo, resistindo e construindo nas periferias piauienses múltiplas possibilidades de vida, mesmo em contextos bélicos.

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes
Não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz
Sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí
“AmarElo” (Emicida, 2019)

Resumo

Esta tese almeja ampliar a compreensão do fenômeno de assassinato de adolescentes e jovens mulheres nas tramas da criminalidade urbana piauiense, constantemente relacionadas às disputas entre grupos faccionais. Frente a essa problemática, busca responder às seguintes questões centrais: de que forma os homicídios de mulheres no contexto de disputas entre facções no Piauí indicam uma atualização da exploração capitalista sobre corpos e coletividades femininas? E como essa atualização se relaciona com uma nova utilização e demarcação territorial sobre o corpo feminino frente a um período de fortalecimento da luta feminista e de crise do capital? Para responder a esse problema, seu objetivo geral foi compreender a produção e organização da violência letal contra adolescentes e jovens mulheres em meio às dinâmicas faccionais no Piauí a partir da análise dos formatos bélicos contemporâneos e da histórica exploração capitalista sobre a mulher. Especificamente, debate sobre: a relação entre o adensamento da ocupação do território piauiense por facções e os elementos presentes nas práticas violentas sobre corpos femininos; problematiza a categoria feminicídio em articulação com o processo de femigenocídio; busca identificar os processos sociais, econômicos e políticos envolvidos nas manifestações de violência contra as mulheres; e entender como as mudanças nos paradigmas territoriais e nas disputas de grupos faccionais têm configurando um novo papel ao corpo feminino. Orienta-se por uma perspectiva interseccional em pesquisa e baseia-se no conceito de interseccionalidade como ferramenta metodológica e analítica, considerando os marcadores sociais da diferença como elementos analíticos desta realidade complexa. Como embasamento teórico, articula a análise sobre os dados de violência no Brasil e no Piauí com as discussões advindas de autoras feministas, os debates realizados por Rita Segato e Silvia Federici para pensar a relação entre a exploração do corpo feminino e o desenvolvimento do capitalismo. Como ferramentas, utiliza de relatórios, diários de bordo e de entrevistas narrativas, ambos analisados à luz das

contribuições de Patrícia Hill Collins acerca do conceito de interseccionalidade e de matriz de dominação. Apresenta entrevistas com quatro moradoras da periferia teresinense que vivenciam e são impactadas pelos efeitos das disputas entre grupos faccionais e das ameaças às existências e coletividades femininas. Entrelaçados a isso, apresenta as modulações no corpo-pesquisadora-mulher em meio aos contextos pesquisados e o fenômeno estudado. Utiliza-se dos dispositivos “envolvida”, “decretação” e “tribunais” para problematizar as narrativas sobre as mulheres vítimas de violência urbana como alternativa às concepções hegemônicas, sobretudo aquelas produzidas por agentes midiáticos e policiais. Argumenta-se que o corpo feminino, historicamente submetido a um continuum de violências, foi e continua sendo alvo de exploração e controles sistemáticos, sobretudo em períodos de crise e manutenção do capital e de disputas territoriais. Defende-se, portanto, que os formatos de violências, as normativas e regulações impostas e os paradigmas territoriais contemporâneos têm conformado o corpo feminino em corpo-território, mas também em um corpo que produz resistências a partir das lutas e relações de solidariedade empreendidas na periferia piauiense.

Palavras-chave: violência contra a mulher, facções, território, interseccionalidade, psicologia.

Abstract

This thesis aims to broaden the understanding of the phenomenon of the murder of adolescent and young women within the dynamics of urban criminality in the state of Piauí, constantly associated with disputes between factional groups. Faced with this issue, it seeks to answer the following central questions: in what ways do the homicides of women in the context of factional disputes in Piauí indicate an updating of capitalist exploitation over female bodies and collectivities? And how is this updating related to a new use and territorial demarcation of the female body amid a period marked by the strengthening of feminist struggles and the crisis of capital? To address this problem, its general objective was to understand the production and organization of lethal violence against adolescent and young women within factional dynamics in Piauí through the analysis of contemporary warlike formats and the historical capitalist exploitation of women. Specifically, it discusses: the relationship between the intensification of factional occupation in the territory of Piauí and the elements present in violent practices against female bodies; problematizes the category of femicide in articulation with the process of femigenocide; seeks to identify the social, economic, and political processes involved in manifestations of violence against women; and to understand how changes in territorial paradigms and disputes among factional groups have been configuring a new role for the female body. The study is guided by an intersectional research perspective and is based on the concept of intersectionality as a methodological and analytical tool, considering social markers of difference as analytical elements of this complex reality. As a theoretical foundation, it articulates the analysis of violence data in Brazil and in Piauí with discussions advanced by feminist authors, as well as the debates proposed by Rita Segato and Silvia Federici in order to think about the relationship between the exploitation of the female body and the development of capitalism. As methodological tools, it employs reports, field journals, and narrative interviews, all analyzed in light of Patricia Hill Collins' contributions

regarding the concepts of intersectionality and the matrix of domination. The dissertation presents interviews with four women residents from the outskirts of Teresina who experience and are affected by the impacts of disputes between factional groups and by threats directed at female existences and collectivities. Interwoven with this, it also presents the modulations of the researcher-woman-body within the researched contexts and the phenomenon under study. The concepts of “envolvida” (“involved woman”), “decretação” (“death sentence/order”), and “tribunais” (“courts”) are employed to problematize narratives surrounding women victims of urban violence as an alternative to hegemonic conceptions, especially those produced by media and police agents. It is argued that the female body, historically subjected to a continuum of violence, has been and continues to be the target of exploitation and systematic control, particularly during periods of crisis and maintenance of capital and territorial disputes. Therefore, it is maintained that contemporary formats of violence, imposed norms and regulations, and territorial paradigms have configured the female body as a body-territory, but also as a body that produces resistance through the struggles and relations of solidarity forged in the outskirts of Piauí.

Keywords: violence against women, factions, territory, intersectionality, psychology.

Sumário

Apresentação	13
Introdução ao campo: do problema ao método	26
Passos iniciais.....	26
Interseccionalidade como bússola: norteadores e compromissos éticos da pesquisa ..	41
Kit de Travessia: ferramentas de acompanhamento e composição do percurso investigativo	51
Primeira parada - Das gangues às facções.....	65
Dos conflitos entre grupos armados no Piauí à redefinição das cidades e das relações sociais.....	85
Da vida em comunidade ao território marcado por fronteiras.....	104
Segunda parada - Do feminicídio ao femigenocídio.....	115
Vidas protegidas e vidas expostas: que vidas são decretadas à morte?	116
Da nomeação à condenação: o rótulo “envolvida” e a produção de mortes justificáveis	138
Da espetacularização da morte ao corpo utilizado como mensagem de poder.....	156
Terceira Parada – Da decretação do corpo feminino à demarcação do corpo-território	179
Dos cercamentos aos paradigmas territoriais contemporâneos.....	180
Da emergência do sistema capitalista à conformação da mulher em corpo-território	199
Da sistematização da violência à matriz de dominação	219
Retornando às mulheres	228
Ponto de Chegada	238
Referências.....	251
Anexo 1- Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE	264
Anexo 2- Histórias de mulheres	267
Anexo 3 - Lista de notícias catalogadas sobre assassinato de adolescentes e jovens mulheres no Piauí.....	269

Apresentação

A tese de doutorado em tela pretende ampliar as análises sobre o fenômeno de assassinato de jovens mulheres nas tramas da criminalidade urbana na realidade brasileira, que no caso piauiense, tem tomado um acelerado crescimento nos últimos anos, sobretudo com mortes relacionadas à realidade de disputas entre grupos rivais pelo controle do tráfico de drogas.

Essa realidade evidencia a situação crítica de violência que vem sendo observada no país e, de modo especial, na região Nordeste. Das 44.127 Mortes Violentas Intencionais (MVI)¹ ocorridas no Brasil em 2024, 43,8% (19.326) ocorreram nesta região, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2025). Sendo 62,5% superior à taxa de MVI nacional (20,8 por 100 mil habitantes), a taxa da região Nordeste é a maior do país e atinge a marca de 33,8/100 mil hab. Nesse bojo, chama a atenção o fato de que, no período de 2012 a 2024, o Piauí registrou um aumento de 29,6% nos números de MVI², juntamente aos únicos quatro estados da região que registraram aumento no período analisado (Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Todos os demais estados tiveram reduções nas taxas de MVI³(FBSP, 2025).

¹ De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (FBSP, 2025).

²Na série histórica apresentada pelo relatório de 2024, que trazia dados dos anos de 2011 a 2023, O Piauí apresentou um aumento de 111% dos números de MVI: subiu de 349 MVI em 2011 para 736 MVI no ano de 2023 (FBSP, 2024).

³ O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 indica uma diminuição nos índices brasileiros de MVI entre os anos de 2023 e 2024. O Piauí acompanhou esse movimento, tendo sua taxa de MVI reduzida em 7,3%. Em 2023, a taxa nacional era de 21,9 por 100 mil habitantes, caindo para 20,8 no ano seguinte. Já o Piauí, em 2023, registrou uma taxa de 21,9; em 2024, um declínio pra 20,3. De acordo com os relatórios de 2024 e 2025, é preciso reconhecer a tendência constante de queda nos índices de MVI no Brasil. No entanto, os números ainda preocupam, visto que até 2024 a taxa nacional estava 18,8% maior do que a média regional da América Latina e Caribe, e quase quatro vezes maior do que a taxa mundial (FBSP, 2024). A queda no número de MVI pode estar relacionada a diversos fatores, dentre eles: implementação de políticas públicas de segurança mais sofisticadas e multissetoriais, mudanças demográficas no país e consolidação de monopólios territoriais por grupos criminosos, como as facções. Assim, evidencia-se que "conflitos e tréguas entre facções podem desencadear aumentos ou quedas abruptas nos índices de violência" (FBSP, 2025, p.28). Destaca-se ainda que, mesmo com uma tendência constante de queda nos índices, há uma distribuição desigual da violência entre os estados e regiões do Brasil: a região Nordeste possui uma taxa por 100 mil habitantes 155% e 131% superior às taxas da região Sudeste e Sul,

Dessa forma, a série histórica das mortes violentas no estado do Piauí, ainda que evidencie uma trajetória marcada por oscilações, indica uma tendência geral de crescimento no período, mantendo um patamar mais elevado que o inicial (529 MVI em 2012 e 685 em 2024). Ou seja, ainda que em números absolutos não tenha sido cenário dos maiores registros de MVI, o Piauí vem se destacando entre os estados com maior escalada da violência do Nordeste⁴ (FBSP, 2025). Nesse contexto, adolescentes e jovens mulheres têm virado alvo de modo cada vez mais frequente, tornando evidente (e também alarmante!) uma nova dinâmica nos crimes ocorridos.

São mudanças que refletem um cenário em que as facções, antes atuantes com maior força na região Sudeste, em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, passam a ganhar terreno também no Nordeste, configurando um processo de expansão e consolidação atravessado por formas peculiares de organização dos grupos e diferentes dinâmicas locais (Melo & Paiva, 2021). A partir da criação de novas redes de aliança e de rivalidades entre diferentes facções, Melo e Paiva (2021) destacam que, no Nordeste, a participação de jovens em papéis relevantes no comércio de drogas e até mesmo em assassinatos é um elemento significativo, fato que demonstra a heterogeneidade e diferentes condições sociais que compõem o fenômeno das facções. O Piauí tem acompanhado, por sua vez, esse processo de expansão e interiorização de facções, de modo que a presença e o avanço destas em seu

respectivamente. Isso pode ser evidenciado no fato de que as 10 cidades mais violentas do país estão no Nordeste (FBSP, 2025).

⁴ No Piauí, o maior aumento do índice de MVI se deu entre os anos de 2013 e 2014 (33%), acompanhado de pequenas quedas nos números entre 2015 a 2019. Entre 2019 e 2022 houve um aumento explosivo (41%), período que coincide com a pandemia da COVID-19, contexto de agravamento de vulnerabilidades sociais, inclusive das dinâmicas criminais, o que pode ter impactado diretamente os indicadores de letalidade violenta. Embora as quedas nas taxas entre o ano de 2023 e 2024 indiquem uma mudança inicial de cenário, é preciso destacar que a situação da segurança pública no estado ainda é crítica. De acordo com o Atlas da Violência de 2025, entre 2018 e 2023, apenas três estados obtiveram aumento da taxa de homicídios por 100 mil habitantes: Piauí (+15,8%), Amapá (+10,6%) e Rondônia (+10,3%), na contramão das taxas brasileiras que reduziram em 24%. No período de 2013 a 2023, o Piauí teve o segundo maior crescimento de todos os estados em taxa de homicídios, com um aumento de 18,3% (Cerqueira & Bueno, 2025).

território têm redesenhado suas cidades, afetando os espaços, as relações sociais, “assim como a própria noção de comunidade, de trabalho e de justiça” (Costa, 2021, p. 27).

Diante dessa conjuntura em que novas sociabilidades são construídas, inclusive através de subjetividades produzidas pela incidência da disputa territorial e do comércio de drogas, o relatório supracitado nos traz números e indícios de que, embora haja mudanças nos processos da criminalidade no Brasil, são corpos negros e jovens que permanecem na mira: 79% das vítimas de MVI são negras e metade tinham até 29 anos (48,5%) (FBSP, 2025). No que tange à realidade piauiense, o Atlas da Violência de 2025 aponta que, entre os anos de 2013 e 2023, o estado teve um incremento de 34,6% no número de homicídios de pessoas negras, sendo o quinto maior crescimento entre os estados brasileiros. No mesmo período, o Piauí ocupou novamente posições de liderança no ranking: foi o segundo estado com maior crescimento da taxa de homicídios de pessoas negras por 100mil/hab (+27,4%) (Cerqueira & Bueno, 2025). Além disso, enquanto 82% das mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil são de pessoas negras, no Piauí esse número corresponde à 87,5% das vítimas de letalidade policial (FBSP, 2025; Rede de Observatórios da Segurança, 2025)

Nesse contexto de extrema violência, observa-se que o genocídio da população negra e periférica no Brasil representa uma realidade em curso e que tem sido evidenciada não apenas pelos quadros estatísticos do mapa da violência no país, como no cotidiano dilacerante de uma necropolítica instituída nas comunidades periféricas brasileiras. Em um cenário onde a desigualdade social, o subfinanciamento dos serviços de saúde e de educação, a pauperização e a precarização das relações de trabalho compõem a regra, a lógica colonial materializa-se na gestão praticada pelo Estado brasileiro por meio de uma engrenagem cruel e assassina, que submete corpos periféricos, racializados e feminizados à condição de “viver para a morte” (Barros et al., 2019).

Diante disso, voltar a atenção para os indicadores no campo da segurança pública e para as taxas de homicídios, no Piauí, nos exige considerar a concretude que essas mortes dão, posto que circunscrevem uma escalada da violência que vem sendo vivida no contexto piauiense nos últimos anos. Esse quadro é refletido não apenas em números, mas no cotidiano da população piauiense que, de forma cada vez mais frequente, tem enfrentado os efeitos do aumento nos índices de criminalidade e da sensação de insegurança. São rostos que tornam visível que é nas comunidades, nos bairros menos abastados da cidade, onde a violência urbana e estatal tem demonstrado sua face mais impiedosa.

Mais ainda: são vidas que, ao acompanhar suas perdas através dos noticiários, ao tempo que nos comunicam sobre o quão precarizadas são as condições de proteção de populações racializadas e empobrecidas, vêm nos indicando que “ser mulher” é mais um fator de agravo diante das condições impressas pelas dinâmicas de violência. No Brasil, em relação às estatísticas em termos de violência de gênero, 3700 mulheres foram assassinadas no ano de 2024, sendo que, destas, 1.492 mortes⁵ (40,3%) foram registradas como feminicídio⁶, ou seja, as vítimas foram mortas pela condição de serem mulheres (FBSP, 2025). Isso corresponde a um aumento de 0,7% nos casos registrados como feminicídio no país em relação ao ano anterior. Especificamente no Piauí, se considerarmos somente os homicídios registrados como feminicídio, que equivalem a 55,6% dos casos, o aumento foi de 42,8%. São números que colocam o estado (cuja taxa é de 2,3/100 mil mulheres) acima da taxa nacional (1,4/100 mil mulheres) e na terceira posição dos estados com maior taxa de feminicídio (FBSP, 2025). Em termos gerais, ainda que o número de homicídios registrados de mulheres no Piauí tenha diminuído entre os anos de 2022 e 2023 (-1,5%), uma análise do período de 2013 a 2023

⁵ Maior número registrado desde 2015, ano em que a Lei n. 13.104/2015 entrou em vigor, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025).

⁶ De acordo com a Lei Federal Nº 13.104, de 9 de março de 2015, um crime é qualificado como feminicídio quando ele é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Portanto, são classificados como feminicídio crimes que envolvam: violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

revela que o estado teve o maior aumento do país (+40,4%), escancarando que ser mulher, no Piauí, tem se tornado cada vez mais arriscado (Cerqueira & Bueno, 2025).

Tal problemática torna-se ainda mais preocupante quando nos atentamos para o fato de que 63,6% das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil são negras, sendo que nas demais MVI esse número chega a 68,6%. Essa diferença já era apontada no relatório sobre os dados de violência em 2022 como decorrente da possível subnotificação das mulheres negras enquanto vítimas de feminicídio, ou seja, a possibilidade de que autoridades policiais enquadram menos os homicídios de mulheres negras enquanto feminicídio (FBSP, 2022). Por fim, é válido ressaltar que entre 2013 a 2023 o Piauí teve um aumento da taxa de homicídio de mulheres negras de 69,4%, o segundo maior aumento do país (Cerqueira & Bueno, 2025).

Apresento esses dados de homicídios brasileiros para que possamos observar o cenário geral que a violência tem conformado no país, especialmente porque, embora a maior parte das vítimas de homicídio seja composta por homens, sobretudo com o avançar da faixa etária, tem-se evidenciado uma nova dinâmica nos crimes na qual cada vez mais frequentemente adolescentes e jovens mulheres têm figurado entre as vítimas fatais. Entre os jovens, 71% das vítimas entre 10 a 14 anos de idade são do sexo masculino, subindo para 92,4% entre a faixa etária de 15 a 19 anos. Em decorrência da violência urbana, morrem 10 vezes mais adolescentes e jovens entre 10 a 19 anos do sexo masculino que do sexo feminino (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2024). No entanto, não há como se desconsiderar as 1.046 mortes de adolescentes mulheres registradas e notificadas entre 2021 e 2023, menos ainda que houve uma tendência de aumento no número de vítimas mulheres em decorrência da violência letal urbana nesse mesmo período, fato que exige um olhar mais sensível (UNICEF, 2024).

Nesse contexto, tem sido frequente no Piauí casos de assassinatos e torturas de mulheres jovens e adolescentes, sobretudo periféricas e negras, envolvendo execuções pelo

que tem sido chamado de “tribunais do crime”, algumas delas com imagens de vídeos e fotos que circularam em grupos de aplicativos de mensagens instantâneas, com divulgação na imprensa, produzindo horror e espanto à população piauiense - ou pelo menos em parte dela. Mulheres cujas vidas foram destroçadas e vilipendiadas. Vidas em lágrimas, em prantos, que, nessa “máquina de moer gente”, vêm nos fazendo observar uma nova expressão da violência no estado, caracterizada pelo agravamento da situação de segurança pública e frequentemente associada à chegada de facções e disputas territoriais pelo tráfico de drogas e sua articulação com as políticas estatais - processo similar ao que veio sendo observado em outros estados da região (Melo & Paiva, 2021; Paiva, 2019; L. Nunes et al., 2023). Nessa nova expressão, mulheres têm, de forma preocupante, tornando-se objeto de ameaças, torturas e mortes.

Essa realidade não tem passado despercebida para estudiosos de segurança pública do Nordeste e, já há alguns anos, vem sendo objeto de estudo de diversas pesquisas, principalmente no estado do Ceará. Destaco, por exemplo, o estudo de Sousa (2020), realizado com integrantes de coletivos feministas e que buscou compreender a leitura das mesmas sobre os processos psicossociais relativos à problemática da morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana, na cidade de Fortaleza; assim como a pesquisa de L. Nunes et al. (2023) que realiza tal análise sob do ponto de vista de adolescentes cearenses privadas de liberdade. Ambos estudos, embora localizados na realidade cearense (cuja configuração da segurança pública possui outras particularidades referentes à aspectos geográficos, econômicos e culturais quando comparadas ao Piauí), são fundamentais por contribuírem para problematização acerca dos discursos produzidos sobre a morte de adolescentes e jovens mulheres, sobretudo aqueles que encontram na figura do sujeito “envolvido” justificativas simplistas para tal problemática. São estudos que abrem caminho, também, para uma complexificação das análises acerca da categoria jurídico-legal do feminicídio, reforçando sua importância política e institucional no caso dos assassinatos das mulheres, em articulação

com a categoria do femigenocídio⁷, proposta por Rita Segato (2012) como chaves de leituras sobre o fenômeno visualizado.

Para somar à tais discussões e problematizar o panorama de violência letal contra adolescentes e jovens mulheres no contexto piauiense, invisto em uma análise a partir do ponto de vista de mulheres moradoras da periferia teresinense. Busco, com essa tese, argumentar que, no contexto atual de globalização da economia e de fortalecimento da agenda neoliberal, empobrecimento populacional e crise do capitalismo, o corpo da mulher, antes espécie de conquista secundária em meio às guerras convencionais e contextos coloniais (Segato, 2014) agora é, ele mesmo, corpo-território, símbolo de demarcação e de conquista que expressa uma mensagem de poder ao grupo inimigo. Mas não somente: o corpo feminino, enquanto corpo-território, além de corpo violentado e/ou exterminado diante da crescente de feminicídios ou, mais ainda, de um femigenocídio contemporâneo, como Segato (2012) tem denominado, é também uma nova moldura das atualizações da exploração e subjugação do corpo feminino, fundamental à difusão e sustentação do capitalismo, assim como o foi em diferentes períodos da história (Federici, 2017).

Sendo a guerra entre facções um modelo de guerra paraestatal, conforme aponta Segato (2014), proponho com essa tese argumentar que o fenômeno em curso não resulta unicamente da disputa de poder entre grupos paralelos ao Estado, popularmente chamado de facções, mas faz parte da própria engrenagem do sistema capitalista e dos interesses e controles estatais, visto que o corpo feminino, a coletividade e a resistência feminina sempre foram consideradas ameaçadores à sustentação do capital. Portanto, busco contribuir para a análise de como o corpo feminino, enquanto corpo-território, assim como nos períodos de desenvolvimento do capitalismo, em que o controle sobre a força reprodutiva foi ponto chave

⁷ O termo femigenocídio é proposto por Segato (2012) para ampliar a discussão para além da categoria feminicídio. Refere a crimes cometidos contra mulheres ou homens feminizados, de natureza sistemática e impessoal, e que têm como objetivo específico a destruição do gênero feminino, sem haver uma relação pessoal, íntima e individual entre o agressor e a vítima. Será melhor discutido na segunda seção desta tese.

de violação e exploração da coletividade feminina (Federici, 2017), agora é, na modernidade tardia, elemento central de controle patriarcal e capitalista, sobretudo em um contexto de fortalecimento dos movimentos feministas, de avanço nas lutas por direitos humanitários, tais como aborto, criminalização do estupro e da exploração sexual infantil, de aumento da participação feminina em cargos políticos, assim como de uma maior entrada da participação feminina em cargos de relevância dentro das próprias dinâmicas do tráfico de drogas, por exemplo.

O intuito do presente trabalho é buscar outras compreensões para o assassinato de mulheres jovens, negras e periféricas piauienses que não reduzam a problemática a mero efeito colateral do aumento da criminalidade, do possível consumo de drogas ilícitas ou da entrada cada vez mais frequente das mulheres nas redes faccionais, assim como tem sido afirmado pelo senso comum e até mesmo pelos profissionais de segurança pública (Alves & Moreira, 2023), ou que não seja apenas - quando muito - tipificada como casos de feminicídio decorrentes de relacionamentos íntimos e domésticos, sem uma discussão mais ampla para além do gênero e de contextos de pessoalidade, aspectos que a categoria femigenocídio pode nos ajudar a adensar a análise empreendida (Pasinato, 2011).

Dessa forma, considerando que as mulheres ameaçadas e/ou assassinadas, assim como as demais interlocutoras com as quais dialoguei ao longo desses anos de pesquisa, são mulheres subjetivadas diante de uma heterogeneidade de marcadores sociais que se entrelaçam e conformam distintas posicionalidades diante da vida, e estando eu, pesquisadora-mulher, também implicada nesse emaranhado de existências e de relação com a violência urbana, recupero as contribuições de Collins (2019) acerca do conceito de interseccionalidade e de matriz de dominação, como forma de orientar os caminhos teóricos-metodológicos desta pesquisa, que, neste caso, se orienta por uma perspectiva interseccional

e se baseia no próprio conceito de interseccionalidade como ferramenta metodológica e analítica deste estudo.

Para Collins (2019), tais conceitos referem-se não somente às intersecções entre as formas de opressão, mas também ao modo como estas se organizam diante das relações de poder que estruturam a sociedade. Tomando a interseccionalidade como bússola de trabalho, articulo análises sobre a crescente no fenômeno de feminicídio aos debates realizados por Segato (2005; 2012; 2014, 2016) acerca do que a autora tem chamado de “femigenocídio” em um novo acionar bélico no qual os corpos femininos tornam-se instrumentos de expressividade de comando e controle nos cenários urbanos como possibilidade de incrementação do debate sobre as violências de gênero a partir do que tem sido observado em outros contextos latino-americanos; e por Federici (2017; 2019) sobre a exploração do corpo feminino e o desenvolvimento do capitalismo, com base na redefinição do corpo feminino enquanto corpo-território diante das estratégias de poder, de mudanças no paradigma territorial, de performatividade masculinista e de crise do capitalismo global, para convocar uma outra lógica de análise sobre as mortes brutais de adolescentes e jovens mulheres no contexto piauiense.

Para desenvolver a ideia a ser defendida neste trabalho de tese, tomo como base três conjuntos de problematizações: o primeiro decorre da problematização das explicações policiais e jornalísticas que encontram nas disputas dentro do comércio ilegal de drogas justificativas simplistas e cujo nexos causal se limita a efeitos colaterais da criminalidade urbana; o segundo realiza uma articulação das discussões acerca da categoria feminicídio com outras propostas analíticas sobre as dinâmicas letais de violência contra a mulher, na tentativa de ampliar a compreensão de tais assassinatos, especialmente no contexto de novos formatos de guerras que vêm sendo visualizados na contemporaneidade; e o terceiro articula o debate sobre as formas de exploração do corpo feminino ao longo da história do

desenvolvimento do capitalismo para pensar sobre os elementos presentes na brutalidade sofrida por mulheres e a conjuntura política, econômica e social que temos atravessado, sobretudo em um contexto de avanço das lutas feministas.

Chego a esses argumentos, aqui propostos enquanto hipóteses de trabalho, para orientar as seguintes perguntas centrais: de que forma os homicídios de adolescentes e jovens mulheres no contexto de disputas entre facções no Piauí indicam uma atualização da exploração capitalista sobre corpos e coletividades femininas? E como essa atualização se relaciona com uma nova utilização e demarcação territorial sobre o corpo feminino frente a um período de fortalecimento da luta feminista e de crise do capital?

Como forma de responder aos elementos de partida, proponho como **objetivo geral:** compreender a produção e organização da violência letal contra adolescentes e jovens mulheres em meio às dinâmicas faccionais no Piauí a partir da análise dos formatos bélicos contemporâneos e da histórica exploração capitalista sobre a mulher.

Como desdobramento deste, os **objetivos específicos** da tese são:

- I) Debater sobre a relação entre o adensamento da ocupação do território piauiense por facções e os elementos presentes nas práticas violentas sobre corpos femininos;
- II) Problematizar a categoria feminicídio em articulação com o termo femigenocídio diante das mortes violentas de mulheres jovens em contexto de um novo acionar bélico;
- III) Identificar os processos sociais, econômicos e políticos envolvidos nas manifestações cada vez mais cruéis e brutais da violência contra mulheres na atualidade;
- IV) Entender como as mudanças nos paradigmas territoriais e nas disputas de grupos paraestatais têm configurando um novo papel ao corpo feminino.

Cabe por fim, nesta apresentação, assinalar que almejo, com essa pesquisa, ampliar o debate sobre o fenômeno do assassinato de mulheres diante das dinâmicas de violência urbana e dos formatos emergentes de guerra em território piauiense, sobretudo aquele que vem se configurando em decorrência das disputas entre grupos rivais pelo varejo ilegal de drogas. Uma ampliação que se dê tanto na incorporação do marcador gênero nas análises sobre tais mortes, de modo que as vítimas não sejam resumidas a um suposto “envolvimento” com o tráfico de drogas, consequência aceita como “comum” nos índices de criminalidade, mas também de marcadores outros que possibilitem refletir sobre que mulheres têm morrido, em quais contextos e se tais mortes têm nos provocado indignação ou contentamento. Além disso, empenho-me para que a discussão sobre o aumento do número de assassinatos de mulheres jovens não seja tomada na direção de um cenário específico e limitado ao contexto piauiense, mas que abarque elementos decorrentes da organização social, política e econômica da contemporaneidade.

Tento, a partir deste estudo, realizar um exercício acadêmico de reposicionar a pesquisa em direção a um fazer interseccional comprometido não apenas com a afirmação de que os marcadores sociais da diferença serão considerados, mas com a utilização destes como operadores da complexidade durante todo o fazer investigativo, uma vez que a própria realidade pesquisada exige tal complexificação. Assim, a partir de uma leitura implicada, feminista e interseccional da realidade, pretendo contribuir com outras formas de intervir sobre a vida e de deixar-se intervir por ela, formas essas possibilitem construir espaços horizontalizados de saber, em que as vozes de movimentos sociais, de mulheres periféricas sirvam como afirmação e reivindicação do direito ao luto, à memória e, sobretudo, do direito a uma vida reconhecida enquanto vida.

Além desta apresentação inicial, esta tese é composta por mais cinco seções. O percurso se inicia na primeira seção, que introduz a construção e a problematização do campo de pesquisa e as escolhas teórico-metodológicas que compõem este estudo. As três seções seguintes conduzem o percurso por momentos de paradas analíticas acerca dos assassinatos de adolescentes e jovens mulheres piauienses. Na Primeira Parada, apresento o cenário de transição entre a gestão do crime organizado pelo modelo de “gangues” para o modelo de facções e suas implicações aos processos subjetivos e comunitários das periferias piauienses. Em seguida, nossa Segunda Parada observa o cenário de assassinato de mulheres em meio às dinâmicas criminais atuais, acompanhados de uma constante condenação e criminalização das vítimas e suas famílias, a partir dos discursos produzidos pelos órgãos de imprensa e de justiça. A Terceira Parada apresenta os cenários de violência contra mulher, discute a exploração e dominação de seu corpo em diferentes períodos e problematiza a territorialização do corpo feminino que emerge dos regulamentos faccionais atuais e das políticas estatais. Apresento, ainda, os modos como o corpo feminino carrega as marcas das violências que se impõem sobre ele, como também empreende ações de resistência frente às condições impostas. A quinta e última seção, como ponto de chegada e, também, de partida, apresenta algumas considerações finais sobre o percurso investigativo realizado.

Assim, dado que a maior parte desta pesquisa se produziu em meio a ruas de calçamento, esquinas e calçadas de bairros teresinenses, explico que, como forma de compor a escrita deste estudo e de falar sobre os encontros, acontecimentos e decisões tomadas, tomei de empréstimo algumas expressões relacionadas às vias e mobilidades urbanas, visto que território é, ao longo de toda tese, a palavra que norteia nosso trajeto. Portanto, escrevo esta tese através da analogia com vias, ruas, avenidas, calçadas, enfim, percursos pelos quais fui conduzida ao trabalho que aqui se materializa, mas que, sendo ele mesmo apenas uma das formas de ver e de narrar, é, também, apenas um dos caminhos possíveis.

Introdução ao campo: do problema ao método

Esta seção tem como proposta traçar alguns caminhos possíveis para o exercício de uma pesquisa interseccional no campo da segurança pública e da violência, mais especificamente tem como objeto de estudo o fenômeno do assassinato de adolescentes e jovens mulheres diante dos conflitos entre grupos que disputam pelo controle do tráfico de drogas no contexto piauiense. Para tanto, abordo, inicialmente, o processo de construção do problema de estudo a partir das experiências profissionais, pessoais e da própria pesquisa e tensionamentos que dela foram emergindo. Posteriormente, discorro sobre como as estratégias teórico-metodológicas foram se entrelaçando em meio aos caminhos pelos quais fui percorrendo durante o período de doutorado. Assim, apresento os entrelaçamentos com as participantes deste estudo, as ferramentas metodológicas e analíticas utilizadas, bem como os aspectos éticos e institucionais que se fizeram e fazem necessários na composição desta pesquisa.

Passos iniciais

Durante quatro anos, atuei no sistema prisional piauiense como psicóloga, sendo que, no último ano, trabalhei em uma unidade prisional mista, com pavilhões masculinos e femininos. Nesse período, acompanhei de perto a realidade vivenciada por mulheres encarceradas, desde as dificuldades enfrentadas fora e dentro da prisão, os desafios na convivência com as companheiras, os conflitos com os policiais penais e diretoria da unidade, os protocolos disciplinares a que eram submetidas, até aspectos relacionados à maternidade, relação com a família, sexualidade, condições de saúde e assistência médica, dentre outras. Devido a essa experiência, em minha dissertação de mestrado estudei sobre o encarceramento feminino e como, ao longo dos séculos, as formas de aprisionamento feminino foram se sofisticando e intensificando, seja por meio da educação, da medicina, da religião ou do

próprio Estado (C. Nunes, 2020). Como um contínuo das estratégias de controle sexual, político e moral das subjetividades femininas, investi na análise sobre uma ampliação de tais amarras por meio do encarceramento feminino que, a partir da uma feminização e criminalização da pobreza, bem como das políticas proibicionista de drogas, têm demonstrado sua face mais cruel nos últimos anos, alcançando níveis de crescimento nunca visto antes no Brasil (C. Nunes & Macedo, 2021).

Mas foi a aproximação com leituras de autoras feministas, especialmente autoras do feminismo negro, que me permitiu observar que o amplo encarceramento feminino não se trata de uma estratégia individualizada, mas sistêmica: vem acompanhado de uma série de outras violências que atravessam a história das mulheres, cuja barbárie atinge suas formas mais avassaladoras sobre mulheres negras, pobres, indígenas, trans, idosas, trabalhadoras do sexo, lésbicas e tantas outras. Paralelamente, na oportunidade da Disciplina Estágio em Docência II, ao longo do Doutorado, organizei e mediei um curso de extensão intitulado “Guerra às drogas e encarceramento em massa: análises e diálogos a partir de autoras feministas”. Em formato remoto, o curso contou com a participação de cinquenta pessoas de diversos estados do Brasil e abordou temáticas como o amplo encarceramento nacional e internacional, o racismo institucional e estrutural, o genocídio da população negra, além das políticas proibicionistas de drogas e seus impactos na vida de comunidades e mulheres negras e periféricas. Ao longo dos encontros, foram selecionadas obras de autoras como Ângela Davis, Juliana Borges, Maíra Brito, Michelle Alexander, Daniela Ferrugem, entre outras, que possibilitaram que o diálogo fosse ampliado para além de uma perspectiva criminológica e masculina.

Dessa forma, se no mestrado dissertei sobre o quanto o encarceramento feminino (cujo ápice se deu no início do século XXI) investe sobre os corpos femininos como uma estratégia disciplinar, biopolítica e necropolítica (Nunes & Macedo, 2021), ao debruçar-me

sobre a leitura de autoras feministas e sobre os impactos dos conflitos entre grupos armados que dominam o tráfico de drogas e os agentes de segurança pública nas periferias, passei a adentrar os estudos e análises sobre outras estratégias de dominação, de fragmentação e enfraquecimento das coletividades femininas que têm ganhado força tanto dentro como fora das comunidades, a exemplo de: assassinato de filhos e filhas nas periferias em decorrência da “guerra às drogas”⁸ (Brito, 2018; Ferrugem, 2019); retirada da possibilidade de enlutamento das mães (C. Rodrigues, 2021; Santiago, 2020); intensificação da violência sexual (FBSP, 2024; Vergés, 2021;); assassinato de ativistas feministas (Lima; Gambetta, 2020); a criminalização do aborto (Zahluth; Lima; Dias, 2018); e deturpação da imagem feminina nos meios de comunicação.

Ainda em 2021, em meio às pesquisas sobre o sistema prisional, meus primeiros passos iam na direção de pesquisar sobre os modos como as lógicas prisionais impactam não somente a vida de pessoas presas, mas também a vida de comunidades mais diretamente atingidas pela seletividade dos sistemas de justiça e pelas garras do encarceramento em massa. O cenário desse primeiro destino - composto por notícias diárias sobre a morte de jovens negros da periferia e acompanhado de leituras como Brito (2018) e Ferrugem (2019), que dissertaram sobre os efeitos da violência policial nas periferias, e C. Rodrigues (2021) e Butler (2011;2015), sobre a distribuição desigual do direito ao luto - me conduziu à decisão de pesquisar sobre como o luto era experienciado por mães que haviam perdido filhos assassinados em meio à disputa pelo comércio de drogas ou pela violenta ação das forças policiais nesses territórios.

⁸ Utilizo o termo guerra às drogas sempre entre aspas na tentativa de problematizar o uso dessa expressão, visto que as estatísticas e dados de mortes, sobretudo nas periferias brasileiras e decorrentes da política proibicionista em curso, evidenciam que não se trata de uma guerra a substâncias ilícitas, mas de uma política punitivista, excludente e genocida direcionada a pessoas negras, pobre, marginalizadas e desprovidas de poder (Alves & Moreira, 2023; Ferrugem, 2019).

Nesse caminho, conheci e acompanhei histórias de famílias que direta e/ou indiretamente eram marcadas pela impiedosa e sangrenta guerra entre proibicionismo e tráfico de drogas. Nessas idas e vindas durante os estudos do doutorado, pude me aproximar de famílias que moravam em territórios comandados por facções ou que, em algum momento, seus membros haviam ocupado cargos dentro do tráfico de drogas e/ou sido presos. Ou, ainda, famílias que passavam pela experiência de perda de familiares assassinados em situações decorrentes de conflitos entre as facções ou pelo braço armado do Estado.

Essa aproximação se deu, inicialmente, por duas vias distintas, mas que se cruzam em diversos pontos: em primeiro momento, ainda durante pesquisas sobre o sistema prisional, conheci o grupo “Frente Estadual pelo Desencarceramento no Piauí” que faz parte da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e tem como objetivo lutar pelos direitos da população carcerária e de seus familiares. O grupo, em geral, é composto por mães, esposas e familiares de pessoas privadas de liberdade, egressos do sistema prisional e integrantes de movimentos sociais. A princípio, meu contato se deu por meio do acompanhamento da Frente nas redes sociais e através do grupo de *WhatsApp* e, após isso, participei de alguns encontros e movimentações do grupo em reivindicações de direitos ou denúncias frente à Secretaria de Justiça do Estado do Piauí, ao Ministério Público ou outros órgãos responsáveis. Nesse período, acompanhei a militância de mulheres em defesa dos direitos de seus familiares (na maior parte das vezes, filhos e maridos), e pude ver o quanto eram destemidas e atuantes na busca por condições mais dignas - ou um pouco menos desumanas - para a população carcerária e no próprio tratamento dispensado às famílias durante as visitas e entrega de materiais e alimentos nos presídios.

Naquele primeiro momento, presenciei a agência de mulheres que, mesmo diante das diversas tentativas de coerção e de silenciamento por parte das ações repressoras do Estado, pelos regimes disciplinares e coercitivos exercidos pela administração das unidades

penitenciárias e pelos policiais penais, optam por continuarem denunciando e exigindo os direitos que, no cotidiano prisional, são negados a elas e a seus familiares encarcerados. Foi a partir desse contato que meu olhar-pesquisadora foi sendo (re)direcionado: atentava-me aos efeitos psicossociais das lógicas prisionais na vida de quem as experiencia na condição de pessoa apenada, mas também me ative à necessidade de ajustar os focos das lentes sobre as consequências nos modos de vida de uma população que está fora dos muros da prisão, e, ainda assim, paga uma pena mesmo que não tenha cometido crime algum. Ou será que ser familiar de pessoa presa, em uma sociedade racista e punitivista seria, por si só, um crime? Essa era uma das perguntas que me interpelavam durante o acompanhamento da Frente, grupo que tem como um dos lemas, justamente, “ser família não é crime”.

Evidenciava-se a forma como a instituição prisional e, junto a ela, a ação truculenta das forças policiais e os efeitos das políticas proibicionistas de drogas (um dos principais fatores para o amplo encarceramento na atualidade⁹) traziam grandes impactos também para a vida de mães, esposas, filhos, tias, avós, vizinhas, enfim, para uma extensa população, sobretudo formada por mulheres. Falo, de modo geral, no feminino visto que, na maioria das vezes, cabe à mulher o papel de ser rede de apoio para quem vivencia a realidade do cárcere e a tomar para si do cuidado do lar, dos filhos e da família quando seus familiares cumprem pena privativa de liberdade (Cúnico et al., 2019). Afinal, esta é realidade muito bem discutida por Zanello (2018), quando discorre sobre a feminização do “papel de cuidar” e do dispositivo amoroso através do qual nós, mulheres, somos engendradas (independente da materialidade do cárcere em nossas vidas). Dado que a maior parte das mulheres que compõem a Frente são negras, faço-me valer também das constatações de González (1984)

⁹ De acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias (18º ciclo), até o primeiro semestre de 2025 haviam 865.177 pessoas presas no Brasil (regime fechado, semiaberto e aberto), sendo que, destas, quase 244.121 mil cumprem pena por crimes ligados à Lei de Drogas (tráfico de drogas, associação para o tráfico e tráfico internacional de drogas). Isso corresponde a cerca de 28,2% dos crimes. Recuperado de <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>.

que, por uma perspectiva racializada, nos fala sobre como à mulher negra coube, historicamente, uma condição de cuidado tanto dos seus filhos e dos filhos de suas companheiras de luta quanto dos filhos dos senhores durante o período escravista e, mais atualmente, dos seus patrões. Isto é, à mulher, principalmente à mulher negra, a imposição social do ato de cuidar e servir está sempre ali, sobretudo quando a vida se apoia nas mais precárias condições de (sobre)vivência.

Acompanhar um pouco da história dessas mães, irmãs e esposas foi conhecer suas dores, mas, principalmente, suas lutas, ainda que cotidianamente tenham que lidar com a violência institucional dos órgãos de Justiça e com a desproteção das políticas de um Estado que, quando se faz presente, é pela via da repressão e do controle. Conhecer suas dores requer entender que, mesmo atuantes pelos direitos da população carcerária e dos familiares, são mulheres que lidam com uma ferida que nunca sara, assim como destacou Célia, líder da Frente no Piauí e mãe de um rapaz que, à época, encontrava-se em situação de privação de liberdade, em uma fala durante o I Encontro Estadual pelo Desencarceramento no Piauí: “a gente como é mãe, toda vez que fala disso, a gente sangra por dentro” (Diário de bordo, 26.03.2022).

Lutar pelo desencarceramento e pelos direitos da população carcerária traz à visibilidade o dia-a-dia de dessas mulheres e seus familiares para além da instituição prisional, sobretudo considerando que a maioria é composta por famílias de pessoas pobres, negras e, muito frequentemente, moradoras de bairros com altos índices de violência e vulnerabilidade social. São famílias que, rotineiramente, precisam conviver com a materialidade não apenas do cárcere, mas também do medo, dos tiros, muitas vezes “na calçada de casa”, como ouvi em diversos relatos. Relatos como o de Dona Marielle¹⁰, líder

¹⁰ Uma das interlocutoras desse estudo, cujas histórias apresento nas páginas e seções seguintes. Com exceção de Célia (por ser figura pública no Estado, militante frente aos movimentos que coordena e por não a ter entrevistado diretamente), todas as interlocutoras tiveram seus nomes substituídos por fictícios como forma de protegê-las contra possíveis riscos.

comunitária e moradora da zona sul da capital, que registrei em um dos meus diários durante visita à sua casa:

Ao final da nossa conversa, Dona Marielle me fala sobre sua fé e percebo que, além da esperança divina, há um alívio possibilitado, em certa medida, pelas ações tomadas pelo Estado. Ela me explicava que depois de tantas perdas a família “superou”, mas segue firme e pedindo a Deus que não deixe que mais nada aconteça, pois, pra quem passa “é um baque muito grande, porque a gente é família e ninguém quer perder”. Comenta que seu outro sobrinho, irmão de um outro sobrinho que foi assassinado após sair da prisão, também está preso e que talvez saia ainda esse ano, o que, apesar de lhe trazer esperança, lhe deixa receosa pois, estando preso, pelo menos estava “guardado”. Em seguida, Dona Marielle também me fala sobre a morte, nessa semana, de um rapaz que havia saído recentemente da prisão, após alguns anos preso. Relembra que ele era amigo de seu filho durante a infância, e que havia lhe cumprimentado na porta de casa, dias antes de sua morte. Ao ouvir os detalhes, percebo que se trata do mesmo caso que Dilma havia me contado no dia que a visitei, e que, na verdade, o assassinato havia sido há quase duas semanas. Reflito sobre a quantidade de casos como esses que Dona Marielle tem notícia toda semana e entendo a confusão com as datas. Próximo de me despedir, ela finaliza a história expressando sua tristeza pela família do rapaz. “Quando a gente fica sabendo a gente fica sentida, né, porque tem mãe, família, e a gente sente como se fosse com a gente””(Diário de Bordo, 11.04.2022).

Recuperar esse registro de minha visita à Dona Marielle e observar a organização das mulheres que compõem a Frente é uma forma de tentar entender como a dor da perda, do cárcere - aquela que não é sentida pelo grande público quando tais mortes ou prisões são noticiadas- é sentida por quem a conhece, por quem a vivencia nas ruas de seu bairro, mesmo quando não se trata de um familiar seu. Dona Marielle conhece bem essa dor. Dona Célia e as

demais mulheres da Frente, também. São mulheres que, mesmo unidas por um objetivo maior, constantemente têm sua coletividade e sua força de luta sacudidas e ameaçadas pelas ações truculentas e intimidadoras do Estado. Vidas que precisam lidar com a onipresença da morte, seja ela simbólica (como no caso da prisão, da desassistência do Estado, e tantas outras) ou concreta, que “não avisa a hora de chegar, mas que está ali, e pode se apresentar a qualquer momento” (Santiago, 2020).

Assim, com o deslocamento do foco de estudo do sistema prisional para os impactos do encarceramento na vida que existe e resiste fora da prisão, a segunda via de aproximação com o tema de estudo desta tese se deu através de contato com pesquisadores que compõem a Rede de Observatórios da Segurança do Piauí, vinculado ao Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens da Universidade Federal do Piauí (NUPEC-UFPI). Mais especificamente, uma vez que a pesquisa sobre tráfico de drogas no Piauí foi objeto da dissertação de mestrado (Costa, 2011) e tese de doutorado (Costa, 2021) de um dos pesquisadores do núcleo, fui apresentada a ele, Professor Doutor Marcondes Brito da Costa, quando o percurso metodológico se embrenhava pelo estudo sobre os impactos do encarceramento e, principalmente, das políticas proibicionistas de drogas na vida de populações empobrecidas e marginalizadas.

Dessa forma, o pesquisador foi importante para que eu pudesse estabelecer contato com pessoas fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, especialmente porque uma vez que eu tentava uma aproximação com comunidades em situação de vulnerabilidade social e cujas condições de precariedade eram maximizadas pela ausência protetiva ou presença violenta do Estado (Butler, 2015), os caminhos tradicionais de uma investigação, como, por exemplo, divulgar meu estudo no intuito de encontrar pessoas disponíveis para falar sobre experiências relacionadas ao encarceramento ou mesmo ao luto de familiares assassinados não seria o mais conveniente tampouco me permitiria acompanhar os modos como a vida e as

estratégias de enfrentamento de mães, esposas e filhas vão sendo empreendidas em meio a tantas violências que se cruzam.

A construção dessa rede de contatos fazia-se fundamental para o delineamento do campo de pesquisa e, mais à frente, para a delimitação do objeto de estudo, uma vez que, sendo eu uma mulher branca, classe média, moradora de uma zona considerada nobre na capital, dificilmente conseguiria uma fácil entrada e “passabilidade” em territórios marcados por disputas entre grupos faccionados ou um contato mais próximo com famílias que experienciavam de perto o ambiente hostil da criminalidade urbana e da relação com os agentes de polícia. Espaços cuja entrada de um sujeito estranho aos ritmos de vida e às relações comunitárias exigia níveis de confiança e de estabelecimento de vínculo mais seguros e, certamente, mais lentos e graduais. Assim, com o avançar dos passos e a proximidade com as famílias, as diversas conversas tecidas e histórias contadas produziam um desvio de rota no tema desta tese e o conduziam a narrar as histórias de dor e de luta de mulheres com familiares assassinados em meio aos conflitos armados na chamada “guerra às drogas”.

Foi assim que conheci dona Marielle, liderança comunitária na Vila Santa Cruz, um bairro da zona sul de Teresina, que também me apresentou Margarida e Maria do Espírito Santo, mulheres de sua família e que, assim como ela, têm histórias marcadas por perdas familiares e experiências com o tráfico e a prisão. Conheci Dilma, que tentava cuidar de três filhos em meio a condições de pobreza e ausência dos pais de seus filhos, quase sempre pelas múltiplas vezes em que haviam sido presos. Fui apresentada à Anielle, também moradora da zona sul, egressa do sistema socioeducativo, cuja mãe havia sido assassinada quando ainda ela ainda era adolescente. Anielle hoje é assistente social e, diariamente, trabalha com famílias em situações de vulnerabilidade social. Também fui apresentada à Maria Bernadete, assistente social, moradora e atuante em projetos sociais na Vila Irmã Dulce, considerada a

segunda maior favela da América Latina fruto de ocupação irregular. Foi Maria Bernadete, inclusive, quem me apresentou à Dona Helenira, avó de uma das meninas assassinadas; à Dona Christina, mãe de duas adolescentes mulheres e que teme pela segurança das filhas no bairro em que moram; e à Sonia, jovem que sobreviveu a uma tentativa de homicídio “decretada” por uma facção que comanda algumas zonas do bairro em que mora.

Conhecendo as histórias de cada uma dessas mulheres, famílias que haviam perdido vários familiares em um período de dois anos; mulheres que haviam presenciado o assassinato da mãe, passado pelo sistema socioeducativo e prisional; mulheres cuja neta havia sido assassinada ou cujas filhas vinham sendo ameaçadas por membros de facções, pude observar que, embora muitas contassem sobre as perdas pelas quais as famílias já haviam passado, os impactos da violência não estavam somente na luta e na necessidade de, como explicava dona Marielle, seguir a vida “cuidando de quem ficou” (Diário de bordo, 11.04.2022), muitas vezes sem que o direito ao luto fosse legitimado e possibilitado diante da criminalização produzida pelos meios de comunicação ou mesmo das necessidades diárias com o trabalho e cuidados dos filhos e da casa. Estavam também nas próprias dinâmicas de existência que eram direta e indiretamente impactadas: as relações de vizinhança, o local de moradia, as brincadeiras e convivência nas ruas, a sensação de medo e insegurança constantes, as notícias de que jovens que viram crescer haviam sido assassinados(as), o “não saber” como o dia terminaria. Pude compreender, assim, como as “maquinarias de guerra em territorialidades periferizadas” vêm operando e intensificando uma condição de matabilidade de uma juventude que tem cor, raça, classe e território (Barros et al., 2021, p. 24).

Nesse período, mais especificamente entre os anos de 2021 e 2022, uma série de assassinatos de adolescentes e jovens mulheres passou a compor os noticiários com frequência alarmante. Diante das notícias cada vez mais frequentes de casos que sinalizavam uma outra particularidade nas metodologias utilizadas por grupos que disputam o comércio

ilegal de drogas no estado, e também dos encontros com alguma dessas famílias, paramos em uma esquina até então não visitada neste percurso de doutoramento. Atentava-nos, eu e meu orientador¹¹, para esse fenômeno como um novo formato de exploração e subjugação do corpo feminino, uma nova apropriação deste enquanto território de um soberano. Se os corpos negros caídos no chão (Flauzina, 2017) para os quais havia/há o choro de uma mãe que clama por justiça, sem que seja escutada, são, em sua maioria, de homens, sobretudo de jovens rapazes, os casos noticiados nos mostravam que havia uma mudança em curso no cenário piauiense: aqueles corpos que estampavam cada vez mais as manchetes de jornais - corpos torturados, expostos e desumanizados - indicavam que mulheres também estavam sendo executadas.

A mulher figurava, mais uma vez, como um corpo marcado para morrer. De novo, mas de outra forma. De novo, mas não qualquer mulher.

A dor pela perda de um filho assassinado continua sendo vivida, diariamente, pelas mães das periferias brasileiras e piauienses, mas, agora, o fato de que mulheres - especialmente mulheres jovens, negras e pobres - também estavam (e estão) morrendo nos convocava a tomar um outro caminho. Nessa tendência bélica atual, que ora é explicada por uma “guerra às drogas” e ora pela briga entre facções, observávamos que, agora, as próprias mulheres serviam de instrumento de poder cuja mensagem se expressava por meio da humilhação e menosprezo de seus corpos, enfim, por meio de suas mortes (Segato, 2014).

A partir dessa compreensão, recuperamos a proposta de Rita Segato (2012) de uma nova tipificação para crimes de gênero que ocorrem em contextos de impessoalidade e que não se limitam à esfera pessoal e doméstica. Com base no entendimento de que novos

¹¹ Em alguns momentos, utilizo a primeira pessoa do singular para referir-me aos momentos de experiências pessoais em meu processo de investigação e escrita; e em outros, utilizo o plural para referir aos momentos de orientação e de construção coletiva desta tesa junto ao meu orientador.

modelos bélicos têm se redefinido na contemporaneidade, a antropóloga argentina propõe o termo “femigenocídio” para se referir a formatos emergentes de violência de gênero cuja mira está na categoria “gênero” e nos quais têm sido vitimadas, com maior frequência, mulheres de uma determinada raça, etnia, corporação armada ou grupos tribais inimigos, de outro bairro/território e/ou relacionadas ao tráfico. Homicídios cujos agressores fazem parte de um coletivo ou corporação e que se caracterizam pela intenção de letalidade e deterioração física em contextos de impessoalidade. Dessa forma, são crimes que se aproximam da categoria “genocídio”, visto que são focados no extermínio de um gênero, mas a escritora vai além: trata-se de assassinatos que não se limitam à comunicação do aniquilamento daquele corpo feminino ou feminizado, mas expressam o apagamento de uma marca de soberania antes exercida pelo inimigo (Segato, 2014).

Isto posto, mais do que nos perguntarmos sobre a instrumentalidade dos crimes cometidos contra mulheres, precisamos nos atentar para a sua dimensão expressiva, em que corpos feminizados conformam uma moldura de afirmação da capacidade de letalidade entre grupos antagonistas e expressam a derrota moral de um por meio do outro. Como salienta Segato (2005), “na capacidade de sequestrar, torturar e matar reiterada e impunemente, o sujeito autor desses crimes ostenta, para além de qualquer dúvida, a coesão, vitalidade e controle territorial da rede corporativa que comanda” (p.276).

Partindo das formulações, gostaria de resgatar elementos presentes nas mortes de mulheres jovens piauienses: algumas mortas por serem amigas e morarem em territórios dominados por facções diferentes; outras, por estarem em um bairro cuja facção dominante era inimiga à facção que comandava seus bairros de moradia; em outros casos, tratava-se de retaliação devido à morte anterior de uma outra jovem. Vídeos de tortura, cabelos cortados, corpos enterrados em covas rasas também são elementos comuns. São corpos que dão materialidade ao fato de que, como sinaliza Segato (2014), não se trata de agressões diretas

aos corpos de líderes ou de membros que ocupam cargos de chefia, ou seja, que estão diretamente envolvidos no conflito. Não são corpos de guerreiros. São corpos femininos, corpos expostos em sua fragilidade. Corpos executados, hostilizados, cujo sofrimento imposto expressa, por si só, uma ameaça a toda a coletividade, espécie de garantia de controle sobre o território e que comunica a capacidade de um grupo exercer o poder sobre quem for necessário.

Observando esse cenário, nos vimos diante de algumas perguntas: qual papel tem sido atribuído ao corpo feminino nessas novas dinâmicas da violência no contexto piauiense, cujo domínio territorial, especialmente nas comunidades periféricas, tem se definido como condição elementar? Que novas faces das disputas de poder, que historicamente incidiram sobre o corpo e a subjetividade feminina, tornam-se visíveis em meio aos conflitos entre facções, dado que tais mortes de mulheres, mais do que serem instrumentais, tornam-se expressivas? De que forma a categoria femigenocídio pensada por Segato (2012; 2014) nos ajuda a aprofundar nosso olhar sobre tais assassinatos, visto que boa parte das jovens mortas não se tratava de mulheres traficantes ou não possuía relação direta com seus assassinos, de acordo com as notícias veiculadas e com os relatos produzidos no campo observado?

Tendo estas problematizações em nosso horizonte, além das mudanças ocorridas nos processos de criminalidade, sobretudo daqueles decorrentes da expansão e interiorização das facções no Brasil, na paraestatalização do Estado e das mudanças nas concepções de territorialidade na atualidade, mais particularmente nas disputas entre facções por território e pelo comércio de drogas e de armas, gostaria de destacar um outro aspecto que propomos, aqui, entrecruzar com os debates sobre a centralidade que o corpo feminino vem tomando nos modelos bélicos atuais: refere-se aos modos como o corpo feminino, a coletividade feminina e suas formas de resistência foram e continuam sendo explorados ao longo de toda a história de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo em momentos de crise.

Trazemos, então, ao corpo de discussões desta tese as contribuições de Silvia Federici (2017; 2019) acerca da exploração das mulheres no desenvolvimento do capitalismo e sua intensificação em tempos de crise deste sistema. No debate em que resgata aspectos históricos da luta antifeudal, das habilidades femininas no uso de ervas medicinais e no controle da função reprodutiva, das mudanças no sistema econômico e da perseguição às bruxas, a filósofa defende que em cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, há um aumento dos aspectos mais violentos da acumulação primitiva: a retirada de terra dos camponeses, as guerras e estratégias coloniais, e a degradação e exploração das mulheres. É no momento de barateamento do curso de produção e de necessidade de reprodução da força de trabalho que a coletividade feminina é atacada e fragmentada, resultando na perseguição de mulheres, na precarização de seus postos de trabalho, no investimento da exploração sexual e na reprodução forçada. Em suas discussões, Federici (2017) destaca que o aumento da violência de gênero esteve, historicamente, acompanhado do enfraquecimento da solidariedade comunal, do aumento da privação de terras e do empobrecimento populacional, especialmente em países africanos e latino-americanos. São mudanças que vão além de uma questão econômica e produzem efeitos nos modos de vida, normas e valores sociais (Federici, 2019).

Ao focar suas análises sobre o contexto brasileiro, Federici (2017) defende que, no país, há um “retorno da caça às bruxas” (p.25), que é expresso por um permanente e crescente ataque contra as mulheres e se mostra estratégico em um contexto de expropriação e pauperização da população brasileira. Segundo a autora, quando analisado em perspectiva feminista, visualizamos, novamente, um desdobramento capitalista, no qual a dominação sobre o corpo feminino permanece como condição necessária à manutenção da acumulação de trabalho e riqueza.

Essas atualizações nos modos de operar dos grupos relacionados ao tráfico de drogas e da forma como as mulheres vêm sendo vitimadas produziram um deslocamento do objeto de estudo, uma mudança entre “figura-fundo”. O objetivo não era descartar cenas ou incorporar elementos necessariamente novos, mas complexificar e articular as partes. Fomos, então, observando que o estudo continuaria, sim, narrando a experiência de famílias enlutadas e vitimadas pelas violência urbana e policial, mas centrado no modo como o assassinato de mulheres em contextos de criminalidade e violência, sobretudo em meio aos conflitos de grupos armados, além de intensificar a dor experienciada por essas famílias, cujas próprias mulheres e mães vêm se tornando vítimas, indicam que, mais uma vez, em períodos de reorganização e sustentação da estrutura social capitalista, a mulher e a coletividade feminina tornam-se alvos (Federici, 2017).

A partir da relação com essas famílias e mulheres comecei a me dar conta de que, devido ao meu (des)conhecimento e distanciamento, imaginei que encontraria pessoas cujas histórias de vida fossem muito similares, no caso, famílias de baixa renda, em sua maioria negra, com concepções e enfrentamentos similares acerca da violência e das ações truculentas da polícia, ou mesmo famílias acuadas, vitimadas e cuja ação de resistência, de tão silenciada, fosse mínima. Certamente que são famílias que compartilham de marcadores sociais em relação à raça, classe, território, e, evidentemente, são trajetórias cuja ausência de políticas protetivas do Estado deixa o rastro de destruição e de precarização de suas vidas. No entanto, todas as mulheres com as quais conversei, embora marcadas, majoritariamente, por condições raciais e socioeconômicas semelhantes, se produziam em meio à articulação de outros marcadores de diferenciação que as colocam em diferentes posicionalidades, tais como escolaridade, religiosidade, território, sexualidade, trabalho, geração e tantos outros.

Assim, alguns questionamentos passaram a compor nossas análises: de que mulheres os jornais falavam? Seria eu, estudante e pesquisadora universitária, uma possível vítima

desse novo acionar bélico? As mortes representavam o encerramento de vidas de mulheres com características específicas ou elas eram mais frequentemente contingentes a determinados contextos? Centralizar o estudo destes assassinatos somente por um viés de gênero e, quando muito, de raça e classe, seria suficiente? De que forma incorporar território, geração e outros marcadores nesta análise exige refletir sobre as próprias lógicas de privilégios, vantagens e direitos sobre os quais minha condição de pessoa branca e acadêmica repousa e que me possibilitam estudar este tema sem ser, em primeira instância, alvo de distintas violências decorrentes da criminalidade urbana? Essas reflexões que foram indicando o itinerário a seguir.

Interseccionalidade como bússola: norteadores e compromissos éticos da pesquisa

A partir do acompanhamento mais refinado dos diversos casos de morte de mulheres veiculados pelos órgãos de imprensa, dos dados da violência urbana e do perfil da homicídios de mulheres no contexto nacional e piauiense, passamos a compreender o modo como o corpo feminino tem se tornado corpo-território em meio à crise do capital, do empobrecimento global e fortalecimento dos movimentos feministas. Corpo marcado por disputas e por mensagens que expressam poder em contextos de guerras paraestatais; neste caso, guerras entre grupos que disputam pelo tráfico de drogas e que contam com uma permissividade do Estado. Guerras que colocam em jogo a própria organização feminina e suas possibilidades de enfrentamento diante de condições precárias de existência e de enlutamento de suas vidas, portanto, de condições mínimas de proteção (Butler, 2015).

Essa problematização me acompanhou durante percursos que tanto me faziam observar a minha proximidade da realidade estudada, seja como mulher ou como moradora da capital teresinense e, desta forma, como pessoa também vulnerável aos riscos da escalada de violência no estado, quanto me sinalizavam distâncias físicas, sociais, raciais e

econômicas que, de tão escancaradas, tornavam-se invisíveis. Por vezes, naturalizadas. Lentificando o passo, pude olhar para caminhos que me indicavam que há mulheres mais protegidas e mulheres mais expostas a ações violentas e à morte, e, nesse processo, perceber que o fenômeno de assassinato de jovens mulheres por meios brutais se materializava de forma distinta para os diferentes contextos de vida, demonstrando que uma tentativa de explicação desses casos com base exclusivamente no gênero não daria conta de alcançar sua complexidade. Passei a me ver em um cruzamento de ruas e avenidas experienciais (e também concretas) que, ao percorrê-las, iam produzindo desvios de rota e me levavam a refletir sobre a inseparabilidade entre o lugar de doutoranda-pesquisadora-mulher e as mulheres e famílias que fui conhecendo, mas também sobre o grande vão que as vantagens, direitos e privilégios que minha posição social, sobretudo proporcionada pela raça, classe, escolaridade e território, produzia entre nós. Entrelaçamentos, cruzamentos, intersecções: palavras que, mais que sinônimos utilizados como detalhes, ora apontando para os diversos contextos de vida dos sujeitos, ora para minha relação com o estudo, indicam que pesquisa e pesquisadora também se desenvolvem em um emaranhado de afetos, percepções e (des)composições.

A partir das experiências possibilitadas ao longo das visitas, famílias conhecidas e andanças pelas periferias de Teresina - e com o acúmulo das reflexões até aqui expostas - fomos observando e lançando luz, do ponto de vista metodológico, para um aspecto central das histórias acompanhei: o modo como os marcadores sociais da diferença não podem ser pensados em si como marcadores que apenas uniformizam e cristalizam as identidades, mas que suas articulações e fatores possibilitam condições que acentuam ou minimizam condições de privilégios ou desigualdades (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Isso me fez atentar para a importância de não categorizar como homogêneas as experiências das mulheres que conheci ou as histórias daquelas que foram assassinadas, enfim, as histórias de

vida que cotidianamente lidam com os efeitos mais diretos e impetuosos da desassistência do Estado e da violência imposta, visto que suas trajetórias nos mostram que as interconexões entre os vetores sociais, políticos e econômicos que as conformam, “seriam melhor compreendidas como relações contextuais e dependentes/contingentes, em termos históricos” (Piscitelli, 2008, p.269). Cada uma delas, ainda que compartilhem de determinados marcadores sociais similares, possuem vivências que tanto as aproximam em termos de proteção, agência e práticas de resistência, quanto as distinguem em termos de vulnerabilidade e exposição aos impactos da violência, forjando discursos, percepções e modos de vida heterogêneos, distintos e destoantes.

Dentro dessa lógica, o que busco não é apresentar suas histórias do ponto de vista de um provável aprendizado ou vantagem obtida a partir do sofrimento, da dor ou da privação, tampouco compreender que as ações de resistência somente seriam possíveis dentro das condições dadas. Não pretendo desconsiderar que as histórias que aqui narro são, de fato, histórias de vítimas de múltiplas violências, mas, sim, analisar suas composições destacando as particularidades que existem em cada uma, ou seja, tendo o cuidado de compreender quando os marcadores sociais produzem diferenciação, em termos de diferentes experiências de vida, e quando acarretam desigualdades, ainda que ambas, diferenciação e desigualdade, não necessariamente excluam uma à outra (Brah, 2006). Foi necessário, portanto, manter-me atenta à forma como privilégios e opressões se articulam, de maneira dinâmica e mutável, e que são mulheres que mesmo nas similaridades possuem especificidades (Marcinik & Mattos, 2021a).

Por isso, estabelecemos um diálogo com Brah (2006), como forma de entender a diferença não somente no plano negativo, mas que diferentes marcadores sociais precisam ser compreendidos de forma contextual, localizados no tempo e no espaço. Daí a importância de entender que diferença e desigualdade não podem ser utilizadas indistintamente, mas

requerem uma investigação singular da história de vida de cada sujeito. Assim, realizar um estudo que tome como fundamental a demarcação dos marcadores sociais presentes nas diferentes trajetórias consiste em entender estes não apenas como formas de categorização exclusivamente limitante, mas como recursos que, de modo simultâneo, possibilitam a ação (Piscitelli, 2008). São categorias que “existem em e por meio das relações entre elas. [...] não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias” (Piscitelli, 2008, p.268).

Durante este percurso, as rotas que fomos tomando e compondo nos levaram a conduzir esta tese a partir de uma *pesquisa interseccional*, incorporando a *interseccionalidade* tanto como conceito analítico quanto estrutura metodológica do estudo. Isso significa, como afirmam Días-Benitez e Mattos (2019, p.82), que o exercício da interseccionalidade na pesquisa é uma prática metodológica que não deve aparecer somente como uma afirmação de que serão considerados marcadores como raça, gênero e classe, mas a partir de um exercício de operação do conceito de interseccionalidade do ponto de vista epistemológico, teórico, político e ativista (Días-Benitez & Mattos, 2019). Objetivo, assim, repousar o olhar sobre suas experiências compreendendo de que corpo-território estamos falando, de que forma o meu próprio corpo e condições de privilégio possibilitadas pela branquitude se relacionam com essa nova compreensão de territorialidade e como, nesta guerra posta, a expressividade de poder e de domínio territorial se dá sobre os diferentes corpos femininos (Segato, 2014).

Para isso, convocamos o debate iniciado por Kimberlé Crenshaw (2002), para quem a interseccionalidade corresponde ao modo como a interação de múltiplos sistemas de subordinação, tais como racismo, patriarcalismo, sexismo, opressão de classe, produz o desempoderamento dos sujeitos a partir de desigualdades sociais, econômicas e políticas. Na perspectiva da jurista, os vários eixos de poder se sobrepõem e se cruzam, culminando na

complexidade das intersecções. Por outro lado, autoras como Piscitelli (2008) questionam o fato de que, na abordagem de Crenshaw, a interação entre dois ou mais eixos de diferenciação seja compreendida, de modo central, como sistemas de dominação e marginalização, isto é, funde a ideia de diferença e desigualdade, com destaque para a determinação de identidades pensadas a partir do desempoderamento.

Neste âmbito, algumas críticas defendem que a abordagem de Crenshaw, classificada como sistêmica, deixa para segundo plano a agência dos sujeitos e se orienta por uma visão unilateral do poder que subordina os grupos atingidos (Naples, 2009). No entanto, Diaz-Benitez e Mattos (2019) consideram que o conceito utilizado pela jurista serviu de instrumento dentro de um contexto de luta pelos direitos de mulheres em territórios de disputas étnicas e, portanto, falar da intersecção dos sistemas e estruturas de dominação como articulação de desigualdades, para Crenshaw, tratava-se de uma estratégia política em sua luta por direitos humanos e de garantia de empoderamento para grupos subordinados (Diaz-Benitez & Mattos, 2019).

Esse debate indica que, ao investir em uma pesquisa interseccional, é necessário que haja sensibilidade na distinção entre diferença e desigualdade, entendendo que ambas são contingentes e se conformam de modos distintos, visto o risco de recairmos em um essencialismo cujas várias formas de diferenciação social sejam reduzidas a uma só instância determinante (Brah, 2006). Além disso, indica a necessária compreensão de que o conceito surge no seio do movimento feminista negro como forma de denunciar opressões e violências sofridas por mulheres negras e que não eram manifestadas “na brancura das ondas feministas” (Akotirene, 2019, p.22) e, por isso mesmo, deve ser instrumento prático no ativismo contra o racismo, colonialismo e cisheteropatriarcado.

Tomando esses cuidados, ao operar por meio da interseccionalidade, entendemos a importância de realizar tal ato por uma perspectiva das relações de poder, da agência e da

noção de diferença. Considerar as relações de poder requer que a compreendamos como uma relação, não como uma propriedade de um determinado grupo sobre o outro (Foucault, 2014). Isso me conduziu na realização de uma análise que entenda o poder não somente como repressivo, mas também como produtor de resistências, dada a condição de agência dos sujeitos, ainda que em meio a conflitos. Assim, empenho-me em exercer uma perspectiva ética da análise interseccional, isto é, exercer o cuidado em narrar as histórias destas mulheres enquanto agentes sociais, produzidas de forma dinâmica e relacional nas redes de poder, sem perder de vista, evidentemente, a importância de pensá-las em termos de proteção e de defesa dos direitos humanos (Brah, 2006; Crenshaw, 1984). Tento analisar suas experiências do ponto de vista da diferença, mas sem deixar com que tanto as mulheres como suas famílias sejam, novamente, sujeitadas a uma condição de desproteção ou mesmo de criminalização e responsabilização.

Pensar a diferença como norteador analítico requer que o trabalho com a interseccionalidade não seja voltado para um estabelecimento de hierarquia entre as opressões ou uma demarcação de identidades fixas e essencializadas, mas sim, operado pela diferença. Por isso, a compreendo tal como Brah (2006) propõe: partindo das noções de subjetividade e identidade para compreender as relações de poder da diferença social. Logo, debato como a produção do corpo feminino enquanto corpo-território na guerra urbana piauiense se realiza em meio a contextos de desigualdade, opressão e exploração, mas também em contextos de diversidade e de agência política, de forma dinâmica e que a todo momento ganha novos contornos.

Dessa forma, seguimos nessa caminhada tendo o modo como Patrícia Hill Collins (2019) pensa a interseccionalidade como norteador da *estrutura teórica e analítica* deste estudo. Para Collins (2019), interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, tais como os sistemas de raça, etnia, classe, gênero, nação, geração, que não se

reduzem a um tipo fundamental de opressão, mas estruturam a organização social e, de forma conjunta, produzem injustiça social. Assim, na contramão de entender a interseccionalidade enquanto uma somatória de eixos de opressão, organizo este estudo a partir da compreensão de que as categorias de diferenciação, ainda quando semelhantes, articulam-se de modo unificado para cada história de vida e, a depender do contexto, um ou outro marcador pode se sobressair (Collins & Bilge, 2020).

Incorporar esse debate na rota investigativa proporciona a reflexão sobre como as diferentes articulações de marcadores sociais atenuam ou amplificam condições de precarização da existência feminina, bem como a condição de produção de um corpo-território em meio aos conflitos de facções que disputam o comércio ilegal de drogas no Piauí. Observando que a maior parte das mulheres com quem conversei e com as quais diálogo nesta tese eram mulheres negras e pobres e, ainda assim, mulheres que compartilhavam diferentes posições sociais, diversos modos de agir diante das violências sofridas e ações distintas em relação às suas comunidades, entendo que analisar interseccionalmente suas histórias não significa uma simples descrição de situações em que a sobreposição de marcadores sociais promove uma dupla ou tripla opressão sobre as mulheres, mas debater sobre como as categorias de diferenciação, em sua intimidade, produzem relações contraditórias e assumem pesos diferentes nas diferentes famílias e sujeitos (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Portanto, as diferenciações produzidas pela articulação de marcadores sociais não implicam em uma perspectiva cristalizada ou homogeneizada das experiências, e isso exige, como apontam Diaz-Benitez e Mattos (2019), que façamos perguntas também interseccionais no percurso investigativo.

Nesta perspectiva, para além de saber os significados de um possível envolvimento da vítima com o seu algoz ou mesmo com o tráfico de drogas, passamos a nuançar e complexificar a problematização: de que modo raça e classe se relacionam com o gênero,

com o território de moradia e com as políticas de proteção? Quais suas idades e como outros marcadores (como escolaridade, religiosidade, emprego, dentre outros) protegem ou vulnerabilizam as mulheres em meio à criminalidade urbana? O que suas mortes comunicam? Que estruturas sociais, políticas e econômicas permitem que essas vidas continuem sendo ceifadas sem que haja comoção social ou direito por justiça? De qual justiça estamos falando e para quem? Aliás, como tais mortes possibilitam a manutenção de uma estrutura social capitalista? Como o entrelaçamento de racismo, patriarcalismo e heterossexismo conformam condições mais ou menos problemáticas de violência? Diante dessas inquietações, pude entender que debater sobre a exploração da mulher em períodos de empobrecimento mundial, crise do capitalismo global e de precarização das condições de trabalho, lazer, educação, socialização, principalmente para comunidades pobres, é debater sobre o modo como os múltiplos sistemas de poder vão produzindo vidas em meio à violência e lógicas neoliberais e necropolíticas dos governos.

Uma vez que a proposta da interseccionalidade, enquanto metodologia, surge no seio do feminismo negro, como ferramenta e estratégia prática para dar visibilidade e combater múltiplas discriminações, sobretudo as que decorrem das intersecções entre raça e gênero (Akotirene, 2019), busco, aqui, exercê-la tanto do ponto de vista teórico e epistemológico, quanto do político e ativista (Díaz-Benítez & Mattos, 2019; hooks, 2013). Em termos teóricos e epistemológicos, localizo esta tese no seio dos estudos feministas, especialmente a partir da leitura e diálogo com autoras do feminismo negro. Afirmo, por isso, a necessidade de um estudo situado, uma vez que a produção de conhecimento está sempre enraizada nas experiências de quem deseja saber e daquilo que busca estudar e, portanto, “também valoriza a emoção e a experiência femininas no processo de compreensão” (Toneli et al., 2010, p.18).

Trilhar o percurso de uma pesquisa com base nos pressupostos de literaturas feministas é uma estratégia para contribuir com um debate que rompa as barreiras dos saberes

hegemônicos e se encaminhe para trazer os conhecimentos produzidos nas margens para o centro, saberes esses muitas vezes considerados “não teóricos - ou não suficientemente teóricos” (hooks, 2013, p.88). Assim, adentro essa trilha como uma forma de exercer uma pesquisa política e ativamente engajada, que possibilite implodir o pensamento normativo acadêmico, como defende Marcinik (2018).

Por essa perspectiva política e ativista – e por compreender a realidade como uma construção social e política - assumo o compromisso de atenção às diferenças e hierarquias sociais, estando atenta ao meu lugar enquanto pesquisadora, à relação com as interlocutoras e ao impacto da pesquisa sobre elas e, também, sobre mim (Toneli et al., 2010). Assim, busco explicitar as relações de poder, tensionamento, (des)territorializações que, em metodologias de pesquisas ligadas a campos de saberes dominantes, possam passar despercebidos ou, quando percebidos, sejam deixados para segundo plano ou considerados violadores de uma suposta objetividade e cientificidade.

Invisto no exercício de uma “sensibilidade analítica” orientada por Akotirene (2019), no sentido de desviar de reducionismos das identidades e da essencialização de intersecções, me colocando, enquanto pesquisadora-analisanda, também no centro dessa análise, dada a necessidade de investigar os fluxos entre as distintas discriminações e opressões interseccionais e minha posição social diante delas. Esse passo exige problematizar a minha própria posição diante dos privilégios da branquitude, como nos aponta Bento (2014). Condição que, muitas vezes, permeia as análises acadêmicas e da qual corro o risco de, volta e meia, deixá-la passar despercebida. Exige, ainda, reconhecer-me também enquanto mulher racializada, posto que, como mulher branca, inserida em outras esferas privilegiadas de racialização, também me produzo e sou produzida a partir de posições sociais proporcionadas pela cor da minha pele e pelos efeitos de uma colonização que ainda se faz regra em uma sociedade estrutural e institucionalmente racista.

Escrevo pela afirmação de uma pesquisa implicada, que se faz no próprio ato de pesquisar. Pesquisa que, na construção de seu percurso teórico-metodológico, esteve permeada de dessubjetivações e novos processos de subjetivação por mim vividos, enquanto pesquisadora, e presentes nos diálogos, momentos de convivência e escutas (Paulon, 2005). Por meio do entendimento da subjetividade como um processo dinâmico, atravessado por relações sociais, políticas e culturais, em constante movimento e transformação, que produzem regimes de verdade em um determinado tempo (Marcinik e Mattos, 2021a), tento, aqui, promover um exercício analítico dos modos como as experiências de mulheres se singularizam e conformam diferentes formas de enfrentamento aos problemas sociais compartilhados, tentando afastar-me do risco, sempre à espreita, de produzir generalizações (Paulon e Romagnoli, 2010). Assim, refletir sobre os processos de subjetivação das mulheres que conheci durante este estudo é pensar a experiência e a formação do sujeito como categorias em constante transformação, atravessadas por diversos formatos de agência e múltiplas localidades, posto que a subjetividade “não é nem unificada nem fixada, mas fragmentada e constantemente em processo” (Brah, 2006, p.361).

Diante do caminho percorrido e dos cenários observados e compartilhados até aqui, acreditamos que a escolha por uma pesquisa interseccional é uma forma de dar corpo ao que o próprio campo de estudo exige tanto em termos teóricos e metodológicos quanto éticos e políticos, visto o emaranhado de elementos sociais, raciais, sexuais, econômicos e políticos que conformam as histórias de vida das interlocutoras, a minha, as nossas. Entendemos que cruzar as vias de uma pesquisa interseccional não se trata de apontar uma estrutura metodológica única e proposta, previamente, por autoras feministas. Como nos fazem atentar Perucchi et al. (2013), o feminismo é uma perspectiva teórico-política, não um método de investigação e, desta forma, investigações feministas podem se utilizar de diversos métodos, pois “se referem menos à adoção de técnicas específicas de obtenção de informação do que à

ênfase dada a aspectos de gênero e poder na construção do conhecimento” (p.18). Nosso foco deve estar em operar por um fazer não sexista, atento ao modo como método e procedimentos são utilizados e para que são utilizados (Perucchi et al., 2013).

Finalmente, em concordância com Marcinik (2018), argumento que, ainda que frequentemente pesquisas feministas tenham sua legitimidade e cientificidade questionadas, a expansão da produção de ideias e de movimentos feministas nos mostra que a desconstrução de formatos metodológicos tidos como hegemônicos se dá através da inserção dos saberes, debates e vozes de pessoas e teorias antes afastadas desses espaços. Desconstrução essa que, desconstruindo e (re)construindo, não está ligada a deixar de referenciar literaturas produzidas desde uma posição dominante de saber, como autoras(es) branca(os), europeias(eus) ou norte-americana(os), mas sim a produzir um diálogo que produza uma fratura da hierarquia de saberes. É por essa perspectiva que busco me guiar nesta pesquisa.

Kit de Travessia: ferramentas de acompanhamento e composição do percurso investigativo

Durante a realização desta investigação, denomino de “kit de travessia” o instrumental teórico e ferramentas metodológicas que acompanharam meu percurso investigativo: referenciais teóricos; diários e entrevistas, as fontes primárias que utilizamos; e relatórios de segurança pública, matérias e notícias veiculadas na imprensa, nossas fontes secundárias. Todos os dados que aqui utilizo foram retirados do “Anuário Brasileiro de Segurança Pública” e do “Atlas da Violência”, ambos produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública; pelos relatórios produzidos pela Rede de Observatórios de Segurança, a exemplo do “Elas Vivem” e do “Pele Alvo”.

Todo o itinerário foi registrado em *diários de campo*, ou, de forma mais apropriada, “*diários de bordo*” como colaboração para a produção de dados, transformando o ouvido, o

visto, o sentido e o pensado em uma materialidade que, mais do que registrada em papel, se transmuta em modos de refletir e de reelaborar. Assim, para compor o corpus analítico desse estudo, o registro dos acontecimentos, das contradições e incompreensões em diários atua como uma forma de “captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos” (Barros & Kastrup, 2009, p.70). Os diários foram produzidos durante um período de cerca de dois anos e oito meses, entre a minha primeira visita ao campo, em 29.01.2022 e a última, em 23.09.2024, e guardam registros das visitas para conhecer alguns de meus informantes-chaves, que iam me oferecendo pistas do caminho a seguir, dos encontros realizados para conhecer e conversar com as interlocutoras entrevistadas, e dos eventos participados, sendo eles: Evento virtual da Frente pelo Desencarceramento (23.02.2022) e o Encontro Estadual pelo Desencarceramento no Piauí (26.03.2022), organizado pela Frente pelo Desencarceramento do Piauí, Roda de Conversa para exposição de dados sobre a violência no Piauí (18.01.2024) e Seminário de Segurança Pública e Governanças Criminais (30.08.2024), ambos realizados pelo NUPEC; eventos de Dia dos Pais (13.08.2023), Dia das Mães (18.05.2024) e de Eleição para associação do bairro (20.05.2023), a convite da D^a Marielle.

A partir dos diários, que serão apresentados ao longo das seções, expresso minhas percepções e implicações acerca da violência relatada, presenciada, sentida, dos modos de vida e daquilo que ia surgindo em meu percurso acadêmico, nos diversos encontros. Dessa forma, durante os encontros e visitas realizadas, os diários tinham como objetivo registrar os modos como foi possível meu acesso aos diferentes lugares, como fui apresentada e recebida, minhas primeiras impressões sobre como estavam organizados os locais, a infraestrutura e elementos presentes, e sobre como as interlocutoras e suas famílias se comportavam diante de uma pessoa estranha ao seu dia-a-dia e que estava ali na figura de pesquisadora. Além disso, tinham como objetivo guardar minhas percepções acerca das maneiras como os informantes-

chaves e interlocutoras se expressavam e relatavam sobre as experiências diante de violências diretamente sofridas e/ou presenciadas, e como, em vários momentos, os relatos sobre distintas formas de violência pareciam ser tão corriqueiros (ainda que dolorosos) para as pessoas que conheci, embora causassem, em mim, um estranhamento inquietante e que me reposicionavam diante de uma realidade que, mesmo ali, na minha frente, se mostrava totalmente desconhecida e distante. Atentava-me, também, em registrar como o meu próprio corpo ficava diante de tais cenas e narrativas e como minha atenção oscilava entre focar no que me estava sendo dito e observar o entorno, momentos em que tentava avaliar se tudo estava tranquilo ao redor (tanto para minhas interlocutoras quanto para mim), ou mesmo garantir que, diante de relatos tão densos e pesados, o medo não tomasse conta de meu corpo a ponto de me desconectar do diálogo em curso.

Nesse sentido, os diários possibilitaram não apenas acessar, de modo prático, os registros das falas e cenas observadas em campo, mas retomar, em distintos momentos, às modulações e deslocamentos subjetivos produzidas em meu corpo-pesquisador, processo essencial para uma análise interseccional ou, melhor dizendo, para que uma sensibilidade analítica pudesse acontecer e promover, assim, o cultivo de outras percepções e aprendizagens nos modos de fazer pesquisa. Utilizo, portanto, dos diários para retornar à experiência de campo através de uma política de escrita não centralizada, não particularizada, mas que busca condensar as diferentes narrativas que se entrelaçam à minha, de forma que os registros não objetifiquem nem busquem representar as falas das participantes, mas que, a partir dessas falas e percepções, eu possa compor a minha.

Junto aos diários de bordo, faço uso de *entrevistas narrativas* para, de forma mais operacional, acessar a experiência vivida, ampliar o olhar e a escuta e, a partir disso, compreender-intervir. Busco com a análise das entrevistas apreender o caráter performativo e a dimensão processual da experiência, o que significa considerar a inseparabilidade da

experiência do vivido e o vivido da experiência (Tedesco, Sade & Calliman, 2013). Ou seja, uma análise que apreenda os relatos sobre as histórias de vida das mulheres, as emoções e memórias narradas, mas também o modo como significam e experienciam a narrativa produzida por elas mesmas. Dessa forma, busco exercer o cuidado de estar atenta àquilo que se diz para além das palavras: as contradições, a entonação, variações, silêncios, esquivas, esquecimentos, repetições. Irregularidades do dizer que, como nos falam Tedesco, Sade e Calliman (2013), indicam a presença da experiência na fala. Portanto, no próprio ato de entrevistar tentei me distanciar de um caminho “pergunta-resposta”, cujo único objetivo se dá em torno de coletar informações que se espera ouvir, e me aproximar de uma ferramenta que permite intervir na experiência do dizer, acessar não apenas o que se diz sobre a experiência, mas experienciar o que se diz, de modo que, a partir de um processo reflexivo e dialogado, a entrevista se tornasse um resultado de uma pluralidade de vozes (Tedesco, Sade & Calliman, 2013).

O roteiro de perguntas foi utilizado como guia de condução das entrevistas e composto por perguntas abertas acerca da história de vida das participantes, envolvendo temas como: relação com a família, relacionamentos amorosos, violências sofridas e/ou testemunhadas, o “ser mulher” em meio às disputas entre grupos faccionais inimigos, as relações de amizade e vizinhança, e o modo como compreendem as dinâmicas de violência e os assassinatos de mulheres no cenário piauiense. Todas as entrevistas foram agendadas previamente, por meio de encontros iniciais que possibilitaram um contato mais próximo entre pesquisadora e interlocutora, e realizadas individualmente no contexto de vida de cada uma das participantes ou em locais previamente acordados e nos quais cada mulher se sentia confortável e segura para falar.

Inicialmente, utilizo, de forma mais densa, os diários e as fontes secundárias e, de forma pontual, trechos das entrevistas para compor a segunda seção desta tese, que denomino

de Primeira Parada. Toda a realidade observada nessa primeira parada é composta a partir de cenas, notícias e dados de relatórios que, acompanhados de uma série de problematizações e de análises com base no referencial aqui proposto, possibilitam contestar a trilha casuística “mulher-tráfico-crime-morte”. Trilha que, sob argumentos de um possível “envolvimento” das vítimas com membros de facções ou com uso de substâncias ilícitas, implica em explicações rápidas e que, além de simplistas, resultam em um processo de sujeição criminal e reduzem os homicídios brutais e espetacularizados de mulheres no Piauí a mero efeito colateral da violência urbana.

Igualmente, faço uso de tais fontes na estruturação e análise desenvolvidas ao longo da Segunda Parada (terceira seção desta tese). Nessa parada, as fontes orientam a discussão sobre as possibilidades, avanços e limites que se colocam diante da classificação de tais mortes como feminicídio, e também são úteis para aprofundar a compreensão de tal fenômeno a partir da categoria femigenocídio, um segundo argumento que, como venho apontando, acrescenta uma outra chave analítica através do debate sobre aspectos mais globais e análises acerca da exploração e subjugação do corpo feminino, sobretudo em contextos de mudanças nos paradigmas territoriais e bélicos. De forma mais central, as entrevistas são apresentadas ao longo da quarta seção - momento da Terceira Parada - como forma de entrecruzar suas histórias com as análises acerca da demarcação do corpo feminino enquanto corpo-território diante de atualizações capitalistas que encontram, neste acionar bélico que tem se colocado na realidade piauiense, formas de sustentar o regime econômico vigente.

Como ferramenta de análise, utilizo o conceito de matriz de dominação de Collins (2019), que corresponde à organização social geral das relações de poder de uma dada sociedade e que é composta a partir de um arranjo particular dos sistemas interseccionais de raça, etnia, classe, gênero, idade; e dos domínios amplos de poder que se inter-relacionam e

conformam a vida de mulheres, mais especificamente de mulheres negras. De acordo com a socióloga, esses domínios de poder se dividem em quatro dimensões, sendo elas:

I- O *domínio estrutural*, que corresponde ao modo como as instituições sociais, tais como sistema jurídico, o mercado de trabalho, as escolas, as instituições de saúde, o setor imobiliário e bancário, a imprensa, dentre outras, determinam a subordinação de mulheres negras ao longo do tempo; de modo amplo, trata-se de como leis e das políticas das instituições sociais mantêm a distribuição desigual de recursos sociais e produzem injustiça social (Collins & Bilge, 2020);

II- O *domínio disciplinar*, que se refere ao emprego da burocracia e técnicas de vigilância dentro das instituições para garantir a aplicação de regras e regulamentos com base em raça, etnia, sexualidade, idade, capacidade, religiosidade; ou seja, gerenciamentos racistas e sexistas dentro das organizações através dos quais mulheres negras são disciplinadas, docilizadas e submetidas a condições de desigualdades;

III- O *domínio hegemônico ou cultural*, que se relaciona com a ideologia disseminada nas relações cotidianas, na cultura e na consciência dos grupos sociais. Refere-se ao poder que cria um elo entre as instituições sociais, suas práticas organizacionais e a interação social cotidiana e se difunde em todo o sistema social;

IV- O *domínio interpessoal*, refere-se aos efeitos dos poderes estruturais, hegemônicos e disciplinares no cotidiano dos indivíduos; às práticas rotineiras e de tratamento que, muitas vezes, naturalizam e legitimam o racismo, o classicismo e o machismo, fazendo-os passar despercebidos. Nesse domínio, moldam-se as “identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais” (Collins & Bilge, 2020, p.31).

Pensar as dimensões de poder que compõem a matriz de dominação, conforme propõe Collins (2019), é narrar as histórias de mulheres negras e periféricas a partir da análise de

como as instituições, as políticas sociais, as condições de (des)igualdades nas oportunidades de disputas por vagas de emprego ou de estudo em universidades, os relacionamentos familiares e amorosos, a seletividade penal, o tratamento dado pelos veículos de notícias, o imaginário produzido pelos livros e filmes, enfim, o modo como as intersecções de distintas dimensões de poder ampliam ou minimizam vantagens sociais a determinadas mulheres ou excluem e marginalizam outras, expondo-as a riscos ou até mesmo à morte. É refletir sobre como as condições sociais de vida de uma mulher podem garantir a possibilidade de enlutamento e, portanto, de proteção de sua vida, ou de matabilidade e, dessa forma, a desresponsabilização do Estado ou, seguindo a mesma lógica, a criminalização da vítima e de sua família.

Nas trilhas das formulações sobre o feminicídio, o femigenocídio e as formas de exploração do corpo feminino em contextos de crise capitalista, o campo teórico-metodológico desta tese foi construído em diálogo e a partir das reflexões propostas por autoras como Carla Akotirene (2019), Juliana Borges (2019), Sueli Carneiro (2011), Patrícia Hill Collins (2019), Ângela Davis (2016), bell hooks (2015), Lélia Gonzalez (1984), dentre outras. Estabelecer esse diálogo não é desconhecer as diferentes vertentes teóricas-epistemológicas da qual fazem parte. No entanto, o que buscamos é menos o estabelecimento das diferenças entre as variadas perspectivas feministas e mais uma forma de aproximação de seus aspectos conceituais e ampliação da análise das opressões que se interseccionam na experiência de mulheres, sobretudo de mulheres negras, pobres e latino-americanas (Romagnoli & Silva, 2022). Dessa forma, entendemos que o embasamento em perspectivas teóricas diversas, mas que compartilham de um mesmo horizonte comum, como a defesa pelo direito e vida das mulheres, me permite uma análise transversal e dialogada, que se alinha à própria heterogeneidade dos fenômenos psicossociais que têm se formado no cenário piauiense.

Tento exercer uma prática analítica-reflexiva que considere a complexidade do que busco estudar. Neste caso, realidades de mulheres expostas à violência e à criminalidade urbana, realidades que convidam à diversificação e à ampliação do pensamento, e que não podem ser apreendidas por explicações apressadas e uniformizantes. Realidades de mulheres jovens, mães, solteiras, casadas, mulheres egressas do sistema prisional, mulheres com ensino superior, mulheres sem escolaridade, mulheres religiosas, mulheres com emprego, mulheres desempregadas. Assim, embora esta tese narre histórias de vidas de mulheres e famílias que, de modo geral, compartilham experiências marcadas pelos efeitos do racismo, do patriarcado e da opressão de classe - domínios amplos de poder em uma sociedade capitalista -, abarcar a complexidade como balizadora de uma práxis investigativa é desenvolver tais narrativas a partir da noção de diferentes planos de análise e das singularidades emergentes. A partir do conceito de matriz de dominação, exerço uma analítica dos domínios de poder que atravessam e estruturam suas histórias de vida, no objetivo de compreender como as diferentes violências experienciadas por nossas interlocutoras, nos diferentes domínios de dominação, conformam vidas mais ou menos precarizadas e vulnerabilizadas, e como, de modo geral, tem se evidenciado uma atualização das estratégias de dominação capitalista sobre o corpo feminino.

De forma específica, os marcadores de *raça, classe, gênero, geração e território* foram definidos como centrais para a análise realizada por expressarem os modos pelos quais a violência letal (ou a maior exposição a ela) se distribui de forma desigual e seletiva. Elegemos esses marcadores com base em um recorte estatístico dos casos acompanhados, pois consideramos que estes revelam padrões estruturais da produção de morte, fortemente associados às desigualdades socioeconômicas e de gênero, ao racismo estrutural e à precarização das condições de vida em determinados territórios, sobretudo nos bairros periféricos. Nos embasamos também nos dados de segurança pública, que evidenciam que as

mortes de mulheres negras são significativamente mais numerosas em comparação a de mulheres brancas, e que, embora tenha sido observada uma diminuição na proporção de jovens entre as vítimas da violência letal no Brasil, esses ainda correspondem a quase metade das vítimas de MVI, como relatei na apresentação. Além disso, tais marcadores foram estratégicos para que eu pudesse regular o foco analítico sobre as observações e diálogos tecidos em campo, visto que estes me sinalizavam o quanto as categorias geracional e territorial relacionam-se às condições de vulnerabilidade, de proteção e de reorganização da subjetividade feminina em meio ao controle territorial e às dinâmicas e regulações exercidas pelos grupos faccionais que exercem comando nas comunidades.

Entrevistei quatro mulheres moradoras da periferia teresinense, todas elas cisgênero, que se identificam como negras ou pardas. São elas:

-Dona Marielle, uma mulher negra, com idade de 59 anos, trabalhadora de serviços gerais, líder comunitária, evangélica, mãe e casada;

-Maria Bernadete, uma mulher parda, com 42 anos, com ensino superior completo, mãe, espírita e liderança comunitária;

-Sonia, jovem de 21 anos, moradora de um bairro da periferia da zona sul teresinense e estudante de curso técnico. Aos 18 anos foi “decretada à morte”, mas sobreviveu, mesmo após tentativa de homicídio;

-Dona Dorothy, uma mulher negra de 55 anos, divorciada, mãe e desempregada, cujo decreto de morte da filha adolescente de 14 anos não teve o mesmo desfecho que o de Sonia. Infelizmente, sua filha veio a se tornar uma das vítimas de assassinato.

De modo geral, todas as entrevistadas são mulheres com diferentes vivências em relação à violência, ao tráfico, ao encarceramento e à morte. Cheguei até cada uma delas a partir de intermediações feitas tanto pelo Prof. Marcondes, conforme mencionei anteriormente, como também pelas próprias mulheres e famílias que fui conhecendo ao longo

das andanças e que foram sucessivamente me apresentando a novos informantes-chave. Dona Marielle foi a primeira interlocutora a quem fui apresentada. Marcondes me levou para conhecê-la por considerar que ela seria um importante contato quando eu ainda desejava pesquisar sobre os impactos psicossociais do cárcere na vida de famílias e comunidades periféricas. Ele a conhecia há muitos anos, por ter convivido na adolescência e juventude com seus filhos pelos bairros da zona sul e também por manter contato com um de seus filhos, conhecido integrante da cena Hip Hop na capital. Dona Marielle tem uma história familiar atravessada pelo envolvimento de um de seus filhos com as gangues entre os anos de 1990 e 2000, pela participação de sobrinhos em atividades criminosas e múltiplas prisões decorrentes disso, além do assassinato de alguns familiares (entre eles um sobrinho e o filho de um sobrinho) em meio às disputas entre rivais na região. Nesse contexto, seu próprio filho ficou paralítico após sofrer uma tentativa de homicídio. Para além disso, Dona Marielle é uma importante voz na comunidade em que mora, sendo mobilizadora de ações sociais, presidente da associação de moradores, e é, também, testemunha das mudanças nas dinâmicas criminais e nos modos de ocupação do território em seu bairro. Por isso, nossas conversas e entrevistas com Dona Marielle foram fundamentais por oferecerem acesso ao conhecimento vivido acerca dos modos como as relações comunitárias e aspectos subjetivos foram e continuam sendo impactos por tais mudanças.

Por meio de Marcondes também conheci Maria Bernadete. Ele a conheceu em um fórum popular sobre segurança pública no qual Maria Bernadete, enquanto participante, havia compartilhado com os presentes sobre as demandas de seu bairro (Vila Irmã Dulce) e sobre a violência presenciada por ela e os demais moradores, inclusive tratando do caso recentes de morte de uma jovem do bairro, que havia sido amplamente noticiado na imprensa. Assim como Dona Marielle, Maria Bernadete foi, além de interlocutora, uma informante-chave fundamental para que eu conhecesse uma das minhas interlocutoras e também outras

mulheres que, apesar de não as ter entrevistado, trago suas histórias em alguns trechos dos diários que apresento ao longo da tese. Mulheres que, por diferentes posições, também experienciam as dinâmicas de violência que têm se intensificado nos últimos anos. Da mesma forma, por ter sempre vivido na periferia da zona sul e ter criado seus filhos ali, e também por atuar como coordenadora de projetos sociais em sua comunidade, Maria Bernadete também acompanhou e testemunhou de perto as transformações ocorridas pós-adensamento das facções no Piauí. Com ela, pude, de forma mais direta, ter acesso a relatos e casos que evidenciam as consequências de tais mudanças tanto para ela quanto para suas vizinhas e familiares.

No decorrer das nossas conversas e encontros iniciais, Maria Bernadete me apresentou a duas pessoas que haviam passado por experiências pessoais relacionadas ao assassinato de mulheres decorrente de “decretos faccionais”: Sonia e Dona Helenira, ambas moradoras da Vila Irmã Dulce. Sonia havia sofrido uma tentativa de homicídio, anos antes e, a partir de sua narrativa de vida, marcada por diversas situações de violência desde a infância até a juventude, pude observar o quanto a violência sofrida por mulheres, de forma geral, mas mais especificamente pelas mulheres assassinadas por membros de facções quase sempre decorriam de um espectro de violência que, sistematicamente, atravessava suas trajetórias e encontravam, nas ameaças, na tortura e nos homicídios praticados o extremo da linha.

Dona Helenira, por sua vez, era avó de uma das adolescentes executadas e cuja notícia da morte foi uma das primeiras que me chamou atenção durante esse percurso. Ela era responsável pelos cuidados da jovem. Tivemos contato duas vezes: a primeira, via ligação telefônica e a segunda, pessoalmente, quando Bernadete me levou até sua casa. No intervalo entre esses dois contatos, Dona Helenira havia saído do bairro por medo de retaliação após a morte da neta. Meses depois, quando retornou, M^a. Bernadete a contactou e perguntou se poderia me apresentá-la, o que de fato aconteceu alguns dias depois. No entanto, ainda que

nessa primeira conversa Dona Helenira tenha topado participar da entrevista (propus que marcássemos em um outro local fora do bairro, onde se sentisse mais segura), ela acabou não acontecendo. Isso porque, como forma de se proteger, Dona Helenira se ausentava durante alguns períodos do bairro, fazendo com que perdêssemos o contato com ela, mas também porque percebi que essa possível interlocutora não estava tão confortável em conversar comigo sobre um tema tão delicado, dolorido e, em certa medida, arriscado. Afinal, mesmo que eu garantisse sigilo e sendo alguém externa às redes relacionais do bairro, continuava sendo uma pessoa desconhecida. Além disso, suspeitei que sua aceitação em me encontrar naquela primeira vez se dava mais como uma forma de não desapontar Maria Bernadete, sua vizinha de bairro, do que um interesse particular em falar sobre o ocorrido. Assim, decidi respeitar e não a procurar novamente, mesmo quando M^a. Bernadete informou que havia conseguido um outro contato telefônico seu.

Por fim, conheci Dona Dorothy através de Seu Toshio, um senhor que trabalhava no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da zona leste da capital. Ele me foi apresentado durante o Seminário de Segurança Pública e Governanças Criminais que participei como ouvinte. Como ele trabalhava com jovens em situação de proteção por terem sido ameaçadas por facções, Prof. Marcondes o apresentou a mim por acreditar que ele seria, possivelmente, um informante-chave sobre essa problemática. Peguei o contato de Seu Toshio e, dias depois, ele me falou sobre o acompanhamento que vinha realizando com Dona Dorothy, uma moradora da Santa Bárbara - território adscrito do CREAS em que trabalha - cuja filha havia sido assassinada e que seria possível mediar meu encontro com ela. Apesar de somente tê-la encontrado uma única vez, nossa conversa foi a mais longa, na qual Dona Dorothy narrou sobre sua história de vida, sobre situações de violência doméstica sofrida, sobre as saudades da filha, suas dúvidas e medo em relação a seus assassinos e sobre o quanto sua perda havia implicado em mudanças na sua própria rotina e saúde.

A decisão por entrevistar essas quatro interlocutoras se deu por considerar que suas histórias de vida jogam luz para um ponto central do qual viemos, eu e meu orientador, debatendo e refletindo: o modo como o assassinato de mulheres nas tramas da violência urbana impacta, de modos diferentes, nas experiências femininas, sobretudo aquelas que mais diretamente estão expostas e desprotegidas. Portanto, são interlocutoras que, por distintas posições, me ajudam na analítica que aqui apresento: mulheres militantes, mulheres amedrontadas, mulheres jovens, adultas, enlutadas, sobreviventes, enfim, mulheres que, em suas particularidades e similaridades, me conduzem no exame sobre como o fenômeno em foco tem reverberado subjetivamente para cada uma delas a depender das condições de intersecção dos marcadores sociais que conformam suas vidas.

Quando convidadas para participar da pesquisa, as interlocutoras foram informadas sobre o caráter voluntário de sua participação, sobre os procedimentos que seriam realizados e sobre os objetivos do estudo. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi lido e explicado nas suas presenças, de modo a esclarecer quaisquer dúvidas possíveis (Anexo 1). Foram informados os riscos e benefícios de participação na pesquisa, bem como o direito de se retirar a qualquer momento do estudo, sem qualquer prejuízo. Também foram informadas a garantia de sigilo e anonimato das participantes, de modo que seus nomes não seriam divulgados em nenhuma condição. Para isso, todos os nomes aqui mencionados são fictícios de modo a não identificar as participantes sempre que suas falas são utilizadas ao longo do texto. Fizemos a opção ética e política de substituir os nomes das nossas interlocutoras por nomes de mulheres ativistas brasileiras que foram perseguidas e/ou assassinadas como forma de silenciamento de suas denúncias ou reivindicações por direitos. A escolha se deu como proposta de não deixar que suas histórias caíam em esquecimento e em forma de homenagem, pois, ainda que não se liguem necessariamente a um contexto de conflito de facções, são histórias de mulheres que,

por levantarem a voz e fazerem frente às injustiças sociais e políticas, tiveram suas vidas retiradas. Na parte final deste trabalho, há um anexo que conta brevemente a história de cada uma das mulheres cujos nomes foram utilizados nesta pesquisa (Anexo 2).

Em relação aos aspectos éticos e legais que dizem respeito aos procedimentos institucionais desta pesquisa, este estudo está pautado nos princípios éticos que envolvem pesquisa de seres humanos, de acordo com as normas da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012), garantindo respeito à dignidade, liberdade e à autonomia das participantes. De mesmo modo, também nos resguardamos a partir dos princípios éticos presentes na resolução 510/2016 que trata sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais do CNS (2016) assegurando os direitos humanos, respeito, consentimento das participantes, autonomia e confidencialidade das informações. Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (CEP-UFDPar), com parecer de nº 7.075.268.

Primeira parada - Das gangues às facções

Em janeiro de 2022, em uma tarde de sábado ensolarado, deslocava-me para minha primeira aproximação com o campo de pesquisa. A convite do Professor Marcondes Costa, iríamos a um aniversário da esposa de um interlocutor de sua pesquisa de doutorado, o Coringa¹². Era uma forma de me aproximar de pessoas e famílias cujas histórias de vida haviam sido marcadas pela relação direta ou indireta com o tráfico de drogas e que vivenciavam os impactos psicossociais decorrentes da articulação violenta entre o proibicionismo e a “guerra às drogas”. Conhecer Coringa seria como uma porta de entrada para acessar espaços aos quais eu era (e, de muitas formas, ainda sou) não pertencente.

Ao longo do caminho, Marcondes me contava que Coringa foi, em sua juventude, integrante de gangues que atuavam na zona sul de Teresina e ocupou cargos de relevância dentro dos grupos até 1990, quando passou a praticar capoeira e, depois, a integrar o Movimento *hip-hop* da capital, o que o levou, aos poucos, a se afastar das gangues. Nesse processo, Coringa foi contratado para trabalhar nas medidas socioeducativas de meio fechado, o que, conforme o professor me relatava, havia reforçado em Coringa uma identificação com discursos conservadores e punitivistas, inclusive em relação às pessoas que se envolviam com o crime. Havia uma aproximação com as relações estabelecidas pelo tráfico, posto que sua vida era construída ali, naquele contexto, mas também um distanciamento, possibilitado pela arte, pela música, pelas oportunidades de emprego, mas também pela aproximação com ideologias em defesa da ordem e da moralidade.

Como forma de contribuir com a festa e agradecer pelo convite, levamos carnes para o churrasco e algumas cervejas. Ao longo do caminho, observo que a região onde seria o aniversário ficava em uma das áreas mais empobrecidas da zona sul da capital, conhecida

¹² Coringa foi o nome fictício que o pesquisador Marcondes Costa decidiu utilizar para em sua pesquisa de doutorado. Por isso, optei por mantê-lo nesta tese.

como “Quilômetro 06”, quase na saída da cidade para as rodovias que levam ao sul do estado. Além disso, a rua na qual seria o local da festa era bem próxima de uma das penitenciárias mais antigas e conhecidas do estado, a Casa de Custódia Professor José de Ribamar Leite, e perceber isso era como sentir a constante presença da prisão, ali, quase no quintal de casa.

Abro esta seção narrando esse primeiro encontro porque foi a partir dele que comecei a me dar conta do meu estrangeirismo diante de realidades que começavam a se apresentar em minha caminhada no doutorado. Realidades cujas paisagens eram compostas por uma infraestrutura precária, bem diferentes daquelas em que eu havia crescido, assim como pela pobreza, pela proximidade com o crime, mas também com o sistema prisional, que demonstra sua imponente forma concreta e simbólica, e cujos muros altos podiam ser vistos de longe. Muros que estabelecem separações físicas entre quem está dentro e quem está fora, mas que, muitas vezes, não impedem que as lógicas carcerárias atravessem as paredes e alcancem vidas que, de forma seletiva, tornam-se alvos das forças de segurança e de justiça. Realidades, enfim, em que a violência, o perigo e o medo são experiências intimamente conhecidas, como descrevo em meu primeiro diário:

O local do aniversário fica em uma rua sem saída, na beira de um morro. Marcondes explica que, por ter várias ruas sem saída, aquela região antigamente era muito conhecida e utilizada como um local de cerco aos rivais. Era minha primeira vez naquela região, na qual predominavam uma infraestrutura deficitária e a pobreza. Observo, ao descer do carro, que um rapaz negro se aproxima da varanda de uma das casas, onde o bar ficava nos fundos. Ele nos vê rapidamente do lado de fora e retorna para o interior da casa. Noto que o rapaz era uma espécie de “vigia” do local e estava cuidando para que ninguém suspeito se aproximasse da festa. Logo em seguida, uma criança sai e Marcondes pergunta se ela pode chamar o Coringa, seu amigo e anfitrião da festa. Coringa aparece logo após, vem nos receber sorridente, bem humorado e nos

convida para entrar. Alguns dos convidados eram colegas de trabalho, guardas que trabalhavam com medidas socioeducativas e suas companheiras, bem como outros colegas que também integraram as “gangues” no passado. Percebo que, além de nós e Coringa - pessoas brancas - todos os demais convidados eram negros. No churrasco, fui apresentada para alguns “*chegados*” de Marcondes, como o M., um cara que, segundo me contaram, era muito “*temido pela galera da zona sul*”, por ser “*justiceiro do tráfico*”, e que hoje trabalha como serviços gerais em um grupo empresarial. Ao longo do churrasco, eu observava o agito das crianças, que ora pulavam na piscina, ora deixavam molhado todo o chão ao redor das mesas, quando se aproximavam para buscar carne ou refrigerante. As mulheres riam e conversavam entre si, enquanto cuidavam de garantir que todos estivessem bem servidos. O papo transitava entre histórias da juventude: os desafios que a “vida de antigamente” trouxeram para cada um deles, colegas que haviam sido presos ou mortos, e também trivialidades e memórias boas. Tanto Marcondes quanto meu noivo, que havia ido para me acompanhar naquele primeiro momento, comentaram comigo que praticamente todos os homens ali presentes estavam armados e me dei conta de que, aparentemente, só eu não havia reparado nas armas sob suas camisas, seja por trabalharem na área da segurança, seja por precisarem proteger o local de possíveis retaliações. Fico alguns minutos refletindo sobre meu distanciamento de uma realidade que se mostrava tão familiar para todos ali, inclusive para as crianças que riam e brincavam com toda espontaneidade que a infância envolve. Me pego pensando sobre a necessidade de afinar meu olhar, atentar-me, de forma cuidadosa, para um cotidiano tão diferente do meu, pois nunca havia convivido com pessoas armadas, o que talvez explicasse minha inexperiência, naquele momento, de perceber a presença de armas, mesmo que disfarçadas. Enquanto pensava, observei que o mesmo homem que apareceu na

varanda quando chegamos não participou da festa com os demais em nenhum momento. Aparentemente, seu papel era, de tempos em tempos, ir até a porta observar a movimentação na rua, e isso me mostrava que, mesmo que se tratasse de uma festa em que as pessoas não tinham envolvimento direto com o tráfico na atualidade, as estratégias de segurança e de vigilância constante permaneciam e, aparentemente, se faziam necessárias. (Diário de bordo, 29.01.2022)

Participar da festa de aniversário da esposa de Coringa foi um marco fundamental para esta pesquisa não apenas por ser o primeiro dia em que eu deixava as leituras, realizadas no conforto de casa, para adentrar e conhecer, presencialmente, as comunidades nas quais estive ao longo desta pesquisa. Considero um marco porque, mesmo com a posterior mudança do foco do estudo, aquele momento explicitava alguns aspectos cruciais para a construção da análise aqui proposta. Em primeiro lugar, indicava que, apesar de leituras e estudos prévios sobre a problemática da segurança pública e da violência urbana, conhecer pessoas cujas histórias foram ou são atravessadas cotidianamente pelos impactos da criminalidade e do tráfico de drogas revelava uma imensa distância entre a literatura acadêmica à qual eu tinha acesso e a materialidade concreta desses fenômenos para quem os vivencia diretamente.

Tratava-se de existências complexas, contraditórias e distantes de qualquer idealização prévia que eu pudesse fazer sobre seus modos de vida. O estranhamento estava, por exemplo, em perceber que, mesmo diante de histórias repletas de casos de encarceramento, violência e morte, as pessoas seguiam cultivando o riso, as amizades e os momentos de celebração. Ou também em me surpreender com o fato de que, embora tendo ocupado um cargo de liderança no comércio de drogas e nas rixas urbanas, ainda assim, era possível que alguém se filiasse a posicionamentos conservadores e mantenedores “da ordem”, e que isso, em alguma medida, mostrava-se como uma forma (ainda que pouco

compreensível, pelo menos para mim, inicialmente) de manter essa pessoa “fora” do mundo do crime. Ainda que esse fora não significasse deixar de vivenciá-lo, mesmo que em diferentes posições.

Em segundo lugar, os relatos compartilhados pelos convidados, a maioria moradores de bairros próximos dali, apontavam para mudanças na organização do tráfico de drogas no estado, que teria passado do controle de gangues para o modelo de facções, com impactos significativos sobre a vida cotidiana da população, principalmente de famílias residentes em áreas nas quais as disputas pelo controle do território, das rotas de comércio e dos pontos de distribuição ocorrem mais intensamente. Este segundo aspecto era crucial para entender que, embora eu estivesse conhecendo pessoas que haviam integrado o universo criminal na juventude, as dinâmicas das quais haviam feito parte eram bastante diferentes do funcionamento dos grupos que, nos dias atuais, comandam o crime, sobretudo o tráfico de drogas, e isso eles faziam questão de enfatizar. Por fim, mesmo em um contexto no qual o cotidiano era, aparentemente, organizado por um ordenamento social distinto daquele no qual eu havia crescido, algo também se destacava: embora se tratasse do aniversário da esposa de Coringa, o lugar central da festa era ocupado pelos homens presentes. As mulheres estavam ali, cuidavam para que todos estivessem bem servidos e para que as crianças brincassem em segurança; conversavam entre si de maneira mais discreta, enquanto os homens assumiam o protagonismo daquele churrasco. Fazia-se visível, assim, o quanto os papéis de gênero permanecem fortemente demarcados, inclusive em espaços que, à primeira vista, poderiam operar segundo outras normas sociais. Essa percepção apontava, inclusive, para uma via analítica a ser explorada: que lugar é possibilitado às mulheres nas dinâmicas de comunidades que vivenciam mais diretamente o tráfico de drogas? E, nesta linha, quais estruturas e posições os papéis de gênero socialmente definidos também ajudam a sustentar nesses espaços? Foi acompanhando essas perguntas que segui adiante na pesquisa.

Assim, voltemos às trilhas dos grupos que operavam a gestão do crime e do tráfico de drogas. Na região Nordeste, entre as décadas de 1980 e 1990, os grupos conhecidos por “ganguês” eram responsáveis por disputar espaços físicos e simbólicos nas cidades e, até o início dos anos 2000, recrutavam jovens, em sua maioria homens, a partir da valorização de perfis viris e guerreiros, sendo importantes elementos na construção dos processos identitários e de subjetivação das juventudes periféricas (Costa, 2021). As gangues faziam parte da composição e dos fluxos das cidades, especialmente nos bairros menos abastados, e a capital piauiense, por sua vez, também era palco da formação desses coletivos. Em um espaço deixado pela omissão do Estado ou pela convivência com delitos e práticas criminais, a gestão de vida e morte praticada por esses grupos já se fazia presente; entretanto, os métodos utilizados nos acertos de contas eram menos ostensivos e sem que o domínio territorial fosse uma estratégia central (Paiva, 2019).

Paiva et al. (2019) destacam que a gerência do crime era mais restrita, ora proibindo a entrada de pessoas de uma zona rival no bairro, ora impondo medidas mais radicais, como o controle dos mercados e assassinatos de inimigos. Todavia, eram ocorrências predominantemente caracterizadas por ações de pistolagem, com revólveres de baixo calibre e, ocasionalmente, levavam a reações de vingança (Paiva et al., 2019). Nesse sentido, a participação de adolescentes e jovens em gangues não estava necessariamente vinculada a ações potencialmente letais, pois as desavenças entre grupos de uma determinada rua ou conjunto habitacional geralmente se relacionavam à imposição de respeito e defesa da honra, sem que houvesse a reivindicação de rituais, normas e critérios que, caso fossem infligidos, poderiam implicar sanções mais graves e destrutivas, como tem sido visualizado nos dias atuais (Rodrigues, 2020).

A percepção de que os conflitos entre gangues, embora violentos, tinham menor poder destrutivo está presente também na percepção da população teresinense, como observei nas

conversas de quem estava presente no aniversário da esposa de Coringa e em alguns trechos das minhas anotações em diários de bordo e nas entrevistas que realizei com as interlocutoras deste estudo. Tal percepção era constante, por exemplo, nos encontros que tive com Dona Marielle e também em sua entrevista. A conheci em uma tarde de abril de 2022, quando fui pela primeira vez à sua casa, na companhia de Marcondes. No trajeto, paramos em uma padaria tradicional da zona sul, próxima à BR-316, onde compramos pães e bolo para acompanhar a conversa e, ao mesmo tempo, como gesto de gentileza e agradecimento pela acolhida. Afinal, eu era ainda uma desconhecida, sendo levada para dialogar sobre temas sensíveis e pouco confortáveis. Ao chegarmos, Dona Marielle nos recebeu como em todas as outras ocasiões: com um sorriso largo, um abraço apertado e o convite imediato para entrar. Os pães e o bolo de sal foram prontamente recebidos, o café logo providenciado e, desde esses primeiros momentos (marcados pelo ritual das apresentações, pela explicação de Marcondes sobre quem eu era e o que pesquisava, e pelas atualizações sobre pessoas conhecidas em comum), Dona Marielle já trazia em seus relatos as transformações que percebia no bairro desde que “esse negócio de facção chegou” (Diário de Bordo, 11.04.2022).

Como já havia participado de alguns trabalhos com Marcondes e seu filho era conhecido por compor o Movimento Negro da capital, falar sobre violência e temas relacionados (como racismo, violência policial e prisão) não era assunto novo para ela, eu pensava. Ainda assim, recorrentemente me impressionava a consciência que Dona Marielle demonstrava ter sobre as violências sofridas, mesmo nas ocasiões em que ser esposa de um policial militar não havia lhe poupado de ter a casa invadida por agentes de segurança do estado que buscavam algum filho ou sobrinho, ou de ter sua família desprezada e julgada, como nas vezes em que procurou por apoio da polícia após os assassinatos de seus familiares. Por outro lado, me surpreendia, principalmente, que, mesmo diante de tantas histórias difíceis, Dona Marielle demonstrava ser uma mulher cheia de vida, que, com riso fácil e

brilho nos olhos, encontrava na luta comunitária e na sua fé uma forma de seguir tendo esperança em dias mais tranquilos.

Nesse primeiro encontro e em todas as visitas seguintes, Dona Marielle me recebeu na sua casa, que geralmente era bastante movimentada pela presença de seus filhos, noras, netas, sobrinhas ou vizinhos. Destaco esse elemento porque, diferente das outras interlocutoras que apresentarei mais à frente, ela foi a única com quem a conversa sobre sua história e vivências em relação às dinâmicas criminais do bairro podia ocorrer ali, em sua sala; e também a única situação em que houve condições para que ela se sentisse segura ao me conduzir, caminhando pelas ruas de seu bairro, para conhecer outras mulheres, como o fez algumas vezes. Compreendi que isso se viabilizava em razão das relações que Dona Marielle mantinha com os vizinhos e demais residentes do bairro. Além de ser moradora antiga, realizava diversas ações sociais na comunidade e isso, de certa forma, lhe conferia proteção. Além disso, considero que, por nunca ter sido diretamente ameaçada ou violentada por membros de facções, isso acabava implicando em uma relação distinta com o contexto local e com os temas que atravessavam nossas conversas.

Nos diversos encontros que tivemos, era comum que ela relatasse sobre as situações em que precisou lidar com momentos de tensão decorrente dos conflitos entre gangues. No trecho a seguir, Dona Marielle retrata bem como as adversidades já existiam antes da chegada das facções, inclusive impactando na rotina de sua família:

Muitas situações de violência, muita pedrada, invadir a casa da minha cunhada. Meu Deus, era muito atribulado. Da atribulação das gangues, né? Era assim: a gente não tinha sossego. Quando era de noite, você tinha que botar pau, tinha que botar mesa, tudo nas portas, com medo de uma hora invadir. Porque eles mandavam já o recado: “a gente já ia invadir a casa do ***¹³”, “a gente vai invadir a casa de Fulano”. E a

¹³ Como forma de manter o sigilo, utilo os asteriscos para ocultar os nomes citados.

gente já ficava naquele assombro; a gente não conseguia dormir. E aí, eu sei que a gente sofreu muito, muito mesmo, muita humilhação. A gente se sentia diminuída. (Marielle, Entrevista)

Em sua narrativa, podemos observar a artesanania dos conflitos, dos quais ela e sua família buscavam se defender, por exemplo, fechando portas e colocando obstáculos à passagem. Embora esse período já fosse muito conturbado, conforme suas próprias avaliações em diversas de nossas conversas, era comum reafirmar que, ainda assim, era menos violento que na atualidade, como em trechos que trago mais à frente. Esse cenário começou a mudar por volta da segunda década dos anos 2000, impulsionado por uma intensa troca de ideias dentro e fora dos presídios do Nordeste, na qual membros de coletivos criminais mais robustos, como facções do eixo Rio-São Paulo, investiram no agenciamento e incorporação de traficantes locais às suas práticas criminosas (Paiva, 2019). Tais articulações resultaram em uma transformação qualitativa na organização interna dos grupos responsáveis pelo tráfico local nos estados da região e também nos modos de atuação das facções fora de seus estados de origem (Melo & Paiva, 2021).

De acordo com Melo e Paiva (2021), podemos entender por “facções” agrupamentos políticos que se mantêm a partir de um sentimento de pertença e de regulamentos éticos e operacionais para a prática de crimes, cuja manutenção independe de sujeitos específicos, pois se sustenta pela transferência de saberes e metodologias replicáveis que se atualizam de acordo com as necessidades impostas em cada região e período. O surgimento das primeiras e mais conhecidas facções, como Comando Vermelho (CV), que nasce no interior dos presídios cariocas, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), fundada no estado de São Paulo, se deu nas décadas de 1970 e 1990 respectivamente, mas a sua expansão para outras regiões do país, como Norte e Nordeste, decorre de um processo mais recente e vem modificando relações dentro e fora das prisões (Melo & Paiva, 2021).

Embora não seja possível estabelecer uma data precisa, a expansão dessas redes criminais para o Nordeste foi um processo que ocorreu com maior intensidade entre os anos 2013 e 2014, desencadeando uma série de mudanças na cena criminal dos estados da região. Alguns grupos locais foram forçados a se “faccionalizar” para resistir ao investimento de grupos nacionais no domínio do tráfico de drogas, houveram rupturas de alianças, acirramento de conflitos, desenvolvimento de novas estratégias para assegurar trânsitos privilegiados de drogas e armas, bem como a proliferação de novas facções estaduais e regionais em seus territórios (Rodrigues, 2020; Rodrigues et al., 2022; Rodrigues et al., 2023). Todo esse processo esteve envolto em uma escalada dos índices de mortes violentas na região, conforme destacado na apresentação, evidenciando o que tem sido chamado de “nordestinação dos homicídios” (Cavalcante & Barros, 2019).

A chegada de pessoas portadoras de conhecimentos aprofundados e específicos, decorrente, em parte, da migração de integrantes de grandes facções que estavam soltos e/ou foragidos da Justiça para outras regiões do país, garantiu a aquisição e manejo de armamentos mais sofisticados e contribuiu para a incorporação de novos elementos ao modo de fazer o crime nesses novos setores, como assaltos de grande porte e formas mais qualificadas de gestão do comércio ilegal de drogas (Manso & Dias, 2017). Se até o início dos anos 2000 as dinâmicas criminais dos estados do Nordeste mostravam-se quase artesanais, a partir de então, passaram a reproduzir os moldes de violência dos grandes centros urbanos brasileiros, inclusive em zonas rurais e pequenas cidades. Todavia, enquanto no Rio de Janeiro e em São Paulo a organização do crime organizado em facções se deu, inicialmente, como uma tentativa de mediação da desordem que havia na cena criminal e como reivindicação de direitos de presidiários, Manso e Dias (2017) salientam que, no Nordeste, tais grupos chegaram em um mercado ainda em formação, o que culminou não em um direto reordenamento do crime local, mas no desequilíbrio das cenas regionais que, a partir de

então, passaram a contar com amplas oportunidades de lucro, maior abastecimento de drogas e armamento pesado.

Ao narrar sua história, Dona Marielle me contava que nasceu em uma cidade do interior do Piauí, mas havia se mudado para Teresina, junto com sua família, ainda na infância, período em que morava na zona rural do município. Quando jovem, mudou-se para a zona sul da capital, onde conheceu seu marido, criou seus filhos e mora até hoje. Nossos diálogos foram compostos pela narrativa de quem testemunhou, desde o final do Século XX e início do Séc. XXI, as mudanças ocorridas nos modos de fazer o crime na capital. Mais precisamente, de quem presenciou o acirramento das disputas e adensamento da violência na esquina de casa. O trecho a seguir ilustra bem essas transformações:

A família *era* bem... Apesar de não ser financeiramente bem-sucedida, a gente vivia com... a gente tinha amor ainda dentro da família. Ainda naquele tempo, em 86, 87, por aí... Que eu já vim pra cá em 1991. Em 91, a gente já começou vendo o outro lado da vida. Já vim pra cá casada com meus três filhos, né?! E aí, a gente teve esse crescimento aqui dentro com os meninos. Tenho três filhos homens. Mas a partir dos 17 anos do meu filho, a gente já viu... Teve um que se envolveu nas gangues, que foi o começo das gangues aqui, em 91. Dentro de casa mesmo, meu menino. E ele se envolveu com meus dois sobrinhos, né? Eram os três sobrinhos que tinha. E aí, começou o sofrimento da gente: a gente não conseguia dormir, *era* muito preocupada, porque *era* tiro direto. Tiro não, naquele tempo era pau, era pedra, era tudo. Não existia negócio de tiro. Era só pedra. [risos] Matava os outros com pedra, quando não era com paulada, né?! Não, não tinha arma ainda, não. Não era essa *liberação* como está sendo hoje, né? Aí, a gente conviveu com essa história. E aí, quando ia preso, *ia tudinho*... [risos] (Marielle, Entrevista)

Em minhas conversas com Dona Marielle, era marcante a maneira como ela relatava as violências vivenciadas. Embora sua fala fosse atravessada por histórias delicadas e dolorosas, havia um modo de dizer que, a primeiro momento, poderia parecer leve, visto que não raramente era acompanhado de uma risada ao final de suas histórias. Histórias que, como ela própria afirmava, não haviam sido fáceis de viver. Por um lado, isso me colocava diante de um sentimento de incompreensão: como alguém poderia narrar acontecimentos tão difíceis e, ainda assim, manter-se bem-humorada, aparentando certo distanciamento em relação à realidade narrada? Se eu tivesse vivido tudo aquilo que ela me contava, como assassinatos, invasões, prisões, descaso das autoridades policiais, julgamentos direcionados à sua família, sucessivas mortes por COVID-19, conseguiria abordar tais experiências da mesma maneira? Ou o estranhamento emergia, justamente, da distância entre minha trajetória e as experiências de Dona Marielle?

Por outro lado, compreendi que falar de modo risonho não significava, necessariamente, ausência de dor. Ao contrário: em muitos momentos, indicava que essa havia sido uma das poucas formas encontradas por ela e por sua família para seguir adiante. Talvez os risos não expressassem que as dores haviam sido relegadas a um passado acessado apenas pela memória, mas que, de tão violentas, tais experiências eram frequentemente narradas com certa perplexidade, ou mesmo como uma forma de silenciar traumas que se mantêm presentes, ainda que não ditos ou visíveis. Expressavam, talvez, algo do tipo: “como alguém pode ter visto e vivido tudo isso, não é, minha filha?”, eu refletia.

Ao tomar Dona Marielle como testemunha das transformações no cenário de conflito entre grupos criminosos, compreendo também, a partir do que afirma J. Rodrigues (2019) em sua pesquisa sobre mulheres que vivenciam contextos de violência no Ceará, que a elaboração da experiência de quem foi exposto a diferentes violações muitas vezes pertence à ordem do indizível. Fundamentando-se na noção de testemunho discutida por Das (2011), a

pesquisadora destaca que há silêncios que não significam ausência de experiência, mas sim modos particulares de elaboração. Trata-se de um silêncio que é escutado no cotidiano ordinário dessas mulheres, uma vez que tais acontecimentos “modificam suas formas de ser e seus modos de sociabilidade” (J. Rodrigues, 2019, p. 95). Percebi, assim, que o sorriso de Dona Marielle não significava cinismo ou comicidade diante do que narrava, e sim uma estratégia de sobrevivência. Após tantas brutalidades, era preciso encontrar outras formas de lidar com as perdas e as dores, e, dentre essas estratégias, estava o afeto. Compreendi, enfim, que resumi-la apenas à sobrevivência seria, como diz Emicida em sua música “AmarElo”, roubar um pouco do bom que Dona Marielle viveu. Portanto, manter-se sorrindo era, também, manter-se (re)existindo.

Também na Zona Sul, mas em outro bairro, conheci Maria Bernadete. Assim como D^a. Marielle, ela também é conhecida na região onde mora como uma mobilizadora de ações e projetos sociais. Mas como frequentemente era procurada por vizinhos para que os ajudasse em situações nas quais seus filhos ou filhas eram ameaçados por facções ou mesmo para ajudá-los a “sair das drogas”, já havia ocorrido de Bernadete ser ameaçada por membros de facções, tanto nessas ocorrências como naquelas em que decidia “bater de frente com traficantes do bairro”, como em casos de roubos, assaltos ou invasões às casas dos moradores. Diferentemente da receptividade que possuía quando visitava Marielle na Vila Santa Cruz, desde a primeira visita à Maria Bernadete percebi que adentrar as ruas da Vila Irmã Dulce trazia um ar diferente: envolvia cautela, falar baixo, olhar constantemente ao redor e ter cuidado com as palavras usadas. Com o passar dos dias, atentei-me a que, desde o início, as visitas à Maria Bernadete me deixavam mais tensa e vigilante, e assimilei que isso se dava pelas diferentes formas como cada uma atuava e se relacionava em seus territórios.

Dona Marielle possuía um perfil de apoio aos moradores, de mobilizadora social e de uma mulher vista como doce, alegre e cuidadosa. Em certos momentos, quando contava os

casos de violência que a família sofreu, dizia ser melhor “deixar pra lá”, para que não sofressem retaliações. M^a. Bernadete, por outro lado, era combativa, falava em tom imperativo e narrava diversas situações em que havia questionado policiais ou lideranças do tráfico, como quando havia “subido o morro” para negociar com o traficante local ou ido a delegacias questionar a forma como conduziam alguma investigação, dentre outras. Assim, tanto as estratégias de enfrentamento eram diferentes como eram distintas, também, as de proteção.

Maria Bernadete também é uma das interlocutoras que, ao narrar sobre como havia sido sua infância e juventude em um bairro periférico (também da zona sul da capital), antes de se mudar para onde mora hoje, na Vila Irmã Dulce, destacava a mudança que acompanhou sobre a formação dos grupos que comandavam o crime nos bairros:

Eram quatro irmãos homens e eu de mulher, né?! Mas nós crescemos, cada um estudou, seguiu sua vida. Graças a Deus, porque fomos criados dentro da periferia, no meio de muitas gangues. Que antigamente não havia facção, mas tinha gangue: gangue do Manguetão, da Senzala...Depois a gente foi para a Vila da Paz, tinha Turma do Terço, Turma Cabeça de Alho, do Ciborgue, do Facão. Mas a gente sempre teve o meio de trabalhar, de conquistar. Não tinha essa oportunidade de jovem aprendiz ou de menor aprendiz, era escasso a empregabilidade para a criança e o adolescente naquela época (Maria Bernadete, Entrevista).

Realizei cerca de quatro visitas a M^a Bernadete e, em todas elas, a conversa fluía por diversas histórias de forma muito fácil, desde os projetos que havia desenvolvido, a forma como os moradores eram tratados pela equipe da delegacia da região, até os conflitos com os traficantes e suas insatisfações com as ações dos políticos na comunidade. M^a Bernadete demonstrava ter familiaridade com a oratória, e, na maior parte do tempo, nossas conversas eram atravessadas por uma postura firme, argumentativa, características que, segundo a

própria interlocutora, faziam com que ela nem sempre “fosse vista com bons olhos”. Ainda que mantivessem posturas diferentes, tanto ela quanto D^a. Marielle trazia em suas falas a noção de que, mesmo em meio a um contexto conturbado, outros caminhos haviam sido possíveis para elas e suas famílias.

Isso me fazia seguir a caminhada refletindo sobre o fato de que, embora fossem mulheres negras¹⁴, moradoras de bairros que atravessavam condições precárias de infraestrutura, níveis elevados de violência e cuja presença repressora e penal do Estado era marcante, suas histórias expressavam processos de racialização e de formação identitária que não poderiam ser pensados, de antemão, a partir da desigualdade (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Dona Marielle possuía uma certa estrutura familiar e econômica que, embora limitada, lhe permitia ser um ponto de apoio para os demais moradores de seu bairro: ela e seu marido trabalhavam, ela mantinha relações com pessoas da política que, eventualmente, a ajudavam com alguma parceria, acompanhava editais de financiamento de projetos sociais, já havia participado de ações de ocupação, dentre outras ações. M^a. Bernadete, por sua vez, havia crescido em meio a alguns projetos sociais realizados por representantes da igreja católica em seu bairro, sido aluna de cursos profissionalizantes e graduou-se no ensino superior. Ou seja, ambas se localizam em outras instâncias de intersecção que lhes confere não apenas a condições de subordinação, mas também empreendem levantes frente às forças que se colocam contra elas e os seus.

Ao falar sobre a entrada do filho e dos sobrinhos em grupos que realizavam crimes como assaltos e tráfico de drogas, D^a Marielle relembra os desafios que ela e a família viveram, fosse pelo medo e preocupação em relação ao bem-estar dos familiares, fosse pela necessidade de reorganização da família quando alguém ia preso. Da mesma forma, ao

¹⁴ Utilizo o termo “negras” para referir-me tanto às interlocutoras que se autodeclaram pretas (como Dona Marielle) quanto pardas (como é o caso de M^a Bernadete), conforme o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, 2010).

pontuar as escassas possibilidades de emprego ou de cursos de formação para os jovens, Maria Bernadete considera que, mesmo crescendo em meio à presença das gangues, ela e seus irmãos haviam conseguido seguir por um caminho diferente: o do estudo. E isso, ressaltava, não era a regra, era a exceção. No entanto, durante as visitas que realizei às duas (momentos em que me levaram para conhecer seus bairros e algumas vizinhas) e também durante as entrevistas realizadas, era comum que retomassem a ideia de que, embora sofressem com múltiplas prisões e assassinatos de familiares ao longo dos anos, como no caso de D^a Marielle, ou com a criminalidade cotidiana, como nas situações relatadas por Maria Bernadete, antes da chegada das facções, a situação era “menos pior”.

Quando era antes, a gente já sofreu pela parte da gangue. Era uma parte assim... Não era tão... A gente achava que era perigoso na época. Na época, a gente achava muito perigoso. Mas a gente vê a diferença hoje em dia. A gangue era mais controlada do que a facção. Porque a gangue, você via aquela quantidade de gente chegando, passando uma casa para invadir outra. Hoje em dia você vê a morte rapidinho! A pessoa some do bairro e você já fala: "é facção!". Se chega numa casa, eles mandam matar todo mundo que tem algum telefone, que tem algum contato com a pessoa.

(Marielle, Entrevista)

Antes, aqui, falando em território Irmã Dulce, zona sul, a criminalidade só se baseava em assaltar a gente. Levavam o carro, uma moto, levavam a nossa bolsa, levavam o celular. Hoje a gente já vive refém de uma violência tão descontrolada que a casa da gente é invadida. Você, sendo cidadão ou bandido, eles invadem e o próprio morador tem que ir embora. E antes isso não tinha. (Maria Bernadete, Entrevista)

Os relatos das duas interlocutoras me ajudaram a perceber que, mesmo diante de uma violência que já se fazia presente, fosse pela participação dos filhos em conflitos de gangues

ou fosse pelo envolvimento em assaltos, ambas compreendem que as mudanças ocorridas com as chegadas das facções aos seus bairros não acarretaram consequências somente para quem “tá dentro”, mas também para aqueles que, como Maria Bernadete costumava distinguir, cumpriam com suas funções de “cidadão”. Por outro lado, me faziam questionar sobre como, mesmo trazendo relatos de brigas entre gangues, prisões e assaltos - o que, para mim, já seria uma realidade suficientemente difícil de experienciar -, ambas afirmavam ser um cenário em que ainda havia formas de se defender, de manter suas rotinas e atividades cotidianas. Ative-me, dessa forma, à ideia de que, por testemunharem tantas transformações nas dinâmicas criminais e regulações do território em que vivem, isso certamente tornava possível estabelecer tais comparações.

Nesta perspectiva, seus testemunhos indicavam não apenas aquilo que havia ocorrido com elas enquanto sujeitos, mas também expressavam os prejuízos causados ao tecido social do qual faziam parte (Das, 2011). Diferentes formas de violência já se faziam presentes há muito tempo, como a privação material e econômica, políticas de segurança repressivas, jovens marginalizados disputando pontos de venda de drogas e as consequências dessas disputas para aqueles que viviam ao redor. Violências, em certa medida, toleradas. Agora, porém, havia um outro poder além do estatal. Poder que crescia justamente na ausência desse Estado (ou em sua presença massacrante).

A forma como Dona Marielle compartilhava comigo as histórias de sua família e os problemas vividos por sua comunidade, assim como o modo como Maria Bernadete demonstrava coragem e persistência diante das situações arriscadas que frequentemente precisava enfrentar, evidenciavam o quanto minhas percepções iniciais sobre seus modos de vida estavam marcadas por uma compreensão baseada na adição de diferentes ordens de dominação. Em outras palavras, revelavam o quanto a interseccionalidade é, muitas vezes,

interpretada como uma simples somatória de eixos de opressão, aspecto que, como apontam Díaz-Benítez e Mattos (2019), tem enfraquecido a própria potência interventiva do conceito.

O fato de serem mulheres negras, periféricas, de baixa renda e de terem acompanhado os efeitos diretos e indiretos dos conflitos entre grupos criminais em disputa não significava, a priori, que fossem duas ou três vezes mais oprimidas, nem que tal intersecção produzisse automaticamente uma desigualdade, forma de análise na qual diferença e desigualdade acabam por se fundir. Em suas trajetórias, ambas mobilizavam múltiplas formas de lidar com os problemas enfrentados e atribuíam significados distintos às experiências vividas. Esse movimento favorecia, inclusive, seu engajamento em ações e coletivos sociais, ao mesmo tempo em que produzia percepções diversas acerca das relações estabelecidas entre o crime e o território.

As percepções de Dona Marielle e Maria Bernadete sobre a intensificação do uso da força e a sofisticação nos métodos utilizados durante os conflitos atuais encontram reforço no que descrevem Oliveira Júnior et al. (2023) acerca das ações das gangues na capital teresinense. Segundo os pesquisadores, ser de uma gangue era uma das estratégias de fortalecimento dos jovens em meio às disputas com outros grupos, assim como possibilitava que estes ocupassem determinados espaços do bairro “com mais respeito”. As disputas, nas épocas anteriores, eram empreendidas com foices, facões ou os próprios “punhos”, instrumental que contrasta com a atual e frequente presença de jovens portando armas de fogo pelas ruas teresinenses, ou mesmo com a sensação de medo que se dilui entre os moradores das vilas e periferias da capital, ainda que não sejam membros dos coletivos faccionais (Oliveira Júnior et al., 2023).

Eu acho que é pior porque, naquele tempo, eu era pau. Se você fosse tacar um pau na pessoa, tinha como se defender. Hoje em dia, você não consegue se defender, porque é muito...Chegou perto da pessoa, já atira. Todo mundo armado! Hoje é facção,

totalmente tudo armado. Aqui no bairro, passa muito, muito mesmo. É comum. As pessoas passam tranquilas numa moto... Às vezes, a pé, num carro. Antes não tinha isso. As pessoas vinham com pau, você pegava um pau, podia se defender. “Gente, corre! Porque vem fulano com pau pra pegar alguma pessoa”. Hoje em dia você já não vê isso aí. Vê só o que aconteceu, né, com o meu sobrinho?! Os *caboco* chegaram na porta, bateram, ele pensou que era a polícia, e já eram eles. Então, chegaram, entraram, mataram. [...] Se envolveu com uns 16 anos. Se envolveu! Muito novo... (Marielle, Entrevista)

Aos poucos, fui compreendendo que recuperar algumas memórias era, frequentemente, um processo carregado de ambivalências para minhas interlocutoras. Em determinados momentos, surgia a constatação de que, no passado, a relação estabelecida entre o crime e o cotidiano em que viviam permitia maior controle e organização dos ritmos de vida e da convivência social. Em outros, entretanto, os efeitos dessa relação (muitas vezes tênue) eram resgatados e se presentificavam novamente em suas falas, que se mostravam tomadas por dores, pelo luto e pela incompreensão. Dona Marielle, por exemplo, em algumas de nossas conversas, indicava que, hoje, sua família vivia com mais tranquilidade por não precisar lidar com tanta frequência com os conflitos que antes envolviam filhos e sobrinhos, como mencionou sobre a “atribulação das gangues”. Ao mesmo tempo, retomava a ideia de que as aproximações com grupos faccionais lhe traziam, na atualidade, novas preocupações e inseguranças e que estas, diferentemente do que haviam vivido, eram mais repentinas, imediatas e letais.

Neste percurso trilhado sobre a transição entre a organização do crime em modelo de gangues e uma gestão exercida por regulamentos faccionais, ressalto que os testemunhos de Marielle e Maria Bernadete alinham-se também ao que os estudos vêm apontando acerca das mudanças ocorridas no Nordeste e, de modo mais específico, no Piauí. Segundo Manso e

Dias (2017), após a expansão das facções, novas preocupações emergiram, como a intensificação da violência, retaliações contra aqueles que se mostravam contrários ao novo controle exercido, crescente repressão das autoridades policiais e de justiça e, conseqüentemente, a ampliação do número de pessoas encarceradas tanto no sistema prisional quanto no socioeducativo. Os autores destacam, ainda, que no Nordeste a diversidade dos contextos culturais, econômicos, sociais e políticos dos quais os sujeitos envolvidos no crime faziam parte também é um fator a ser considerado nos efeitos colaterais dessa mudança de cena. Citam, por exemplo, uma cultura formada pela herança do banditismo (cangaço) e pela valorização de uma masculinidade representada pelas noções de ser “cabra-macho” ou “sujeito-homem”, embora ainda mais individualizada e menos entrelaçada a uma distribuição do poder criminal até a emergência dos grupos no interior das prisões nordestinas (Rodrigues, 2020; Rodrigues et al., 2022).

Dessa forma, a paisagem local nos mostra que mesmo uma organização como facções, mantida por estatutos que são repassados pelos seus membros nas diferentes gerações são, também, constituídas por particularidades a depender do contexto no qual ganham terreno, como apontam Manso e Dias (2017). No Nordeste, a herança cultural do homem cangaceiro, sertanejo, vaqueiro, personagens marcantes no banditismo rural e frequentemente representados pela ideia de uma virilidade a ser afirmada e defendida (mesmo se valendo da força), possivelmente adiciona uma maior hostilidade nas ofensivas entre os grupos (Ferraz, 2023). Nesse bojo, é possível supor, também, que outros contornos masculinistas e misóginos são acrescentados às redes faccionais presentes nos estados da região e, de modo específico, no Piauí, como veremos mais à frente.

Dos conflitos entre grupos armados no Piauí à redefinição das cidades e das relações sociais

No Piauí, as pesquisas voltadas ao estudo das dinâmicas faccionais ainda são limitadas e iniciais. Essa incipiência pode estar relacionada com a demora das autoridades e dos órgãos competentes em reconhecer, ao longo dos anos, a chegada dos grupos ao Estado. De acordo com Costa (2021), embora um relatório produzido pela Corregedoria Geral de Justiça do Piauí, em 2013, afirmasse que 42% dos presos por tráfico de drogas no Piauí tinham alguma relação com o crime organizado, a nomenclatura “facções” não era utilizada oficialmente até então, sendo que já em 2011 suas pesquisas apontavam indícios de que alguns jovens estavam se ligando às redes de facções (Costa, 2011).

A partir dessa constatação, a investigação trilhada nesta caminhada acadêmica retorna aos anos de 2016 e 2017, quando eu ainda trabalhava no sistema prisional. Lembro-me que, naquela época, haviam impasses entre o então Secretário de Justiça, Daniel Oliveira, e representantes do Sindicato dos Agentes Penitenciários¹⁵, pois, enquanto a secretaria negava a existência dos grupos, afirmando que “tais organizações, nos moldes que ocorriam em outros estados, não estavam presentes no Piauí¹⁶”, o sindicato afirmava que a secretaria “negava a presença dos grupos para omitir que o estado estava entre os mais violentos do país”¹⁷. Esses embates iam de encontro com o que algumas matérias já noticiavam, como o “Mapa das facções dos presídios brasileiros”, construído por setores da inteligência do governo federal e divulgado pelo Jornal O Globo, que apontou a presença de cinco facções no

¹⁵ A partir de 2019, com a Emenda Constitucional (EC) 104/2019, de abrangência federal, foram criadas as Polícias Penais federal, estaduais e distrital, alterando o Art. 144 da Constituição Federal para incluir o órgão entre os da segurança pública. Assim, os agentes penitenciários, agora policiais penais, recebem poder de polícia para atuar na segurança do sistema prisional e na escolta de presos.

¹⁶ Em janeiro de 2017, matérias de imprensa noticiavam o embate entre a Secretaria de Justiça do Piauí e os agentes penitenciários acerca da confirmação ou não da presença de facções no Estado do Piauí. Recuperado em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2017/1/10/daniel-oliveira-nega-existencia-de-faccoes-em-presidios-do-piaui-407159.html>

¹⁷ Matéria sobre a presença do PCC no Piauí, publicada em janeiro de 2017. Recuperado em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/01/18/um-raio-x-do-sistema-prisional-no-piaui-manual-do-pcc-superlotacao-e-impasse-sobre-faccoes/>

Piauí e classificou a situação como “tensa”, visto a possibilidade de novos conflitos violentos dentro dos presídios locais¹⁸. Resgato também a informação dada pelo Ministério Público de São Paulo de que, em 2016, 103 integrantes do PCC localizavam-se em municípios piauienses, o que continuou sendo veementemente negado pela Secretaria de Justiça do estado¹⁹. Tal posicionamento do governo do estado, no entanto, não se sustentava diante de uma simples observação da realidade vivenciada nas periferias teresinenses, onde as demarcações territoriais já se expressavam, muitas vezes, de forma bem visível, fosse por meio de pichações em muros, fosse pelo crescimento dos índices de violência e pela forma como essa vinha sendo percebida pelos moradores da capital e demais municípios (Costa, 2021).

Essa resistência, há menos de dez anos, em reconhecer a existência de facções no território piauiense contrasta com o que vemos na atualidade: diversos agentes de segurança pública, como delegados que, levantando a bandeira do combate às facções, têm ganhado espaço nas redes sociais como *influencers* e acumulado números de seguidores cada vez maiores. Ademais, ao darmos um salto de 2017 para 2025, somos içados até o lançamento, em março daquele ano, de um programa de segurança pública denominado “Pacto Pela Ordem”²⁰. Lançado pelo governo de Rafael Fonteles, o programa tem como uma das principais diretrizes o combate ao crime organizado no estado e busca, de acordo com o governo, garantir a continuidade de medidas para a redução nos índices de Mortes Violentas

¹⁸ O portal Cidade Verde, no início de 2017, divulgava o Mapa das facções dos presídios brasileiros apresentado pelo Jornal O Globo. Recuperado em <https://cidadeverde.com/noticias/238592/mapa-revela-que-cinco-faccoes-atuam-em-presidios-do-piaui>.

¹⁹ De acordo com matéria publicada, em 2017, os dados do Ministério Público de São Paulo revelaram a presença de 103 integrantes da facção criminosa PCC no Piauí. Recuperado em <https://cidadeverde.com/noticias/239374/ministerio-publico-de-sp-aponta-presenca-de-103-integrantes-do-pcc-no-piaui>

²⁰ Em março de 2025, o site do Governo de Estado divulgava o lançamento do programa, que visa integrar forças e propõe mudanças na legislação contra crimes violentos. Recuperado em <https://www.pi.gov.br/rafael-fonteles-lanca-pacto-pela-ordem-para-integrar-forcas-e-propoe-mudancas-na-legislacao-contra-crimes-violentos/>

Intencionais (MVIs), fortalecer a atuação das forças de segurança e promover uma sensação de proteção para a população piauiense.

O estabelecimento dos grupos faccionais no Piauí, de acordo com Costa (2021), envolve algumas particularidades em relação aos demais estados do Brasil e, mais especificamente, do Nordeste. O estado possui uma grande extensão territorial e é o segundo da região (ficando atrás somente da Bahia) com maior número de divisas, pois faz divisas com cinco estados: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins. No entanto, seu contingente policial mostra-se reduzido e insuficiente para dar conta de sua população e de sua área: há somente cerca de 6 mil policiais militares e 1.600 policiais civis para mais de 3 milhões de habitantes (Costa, 2021). Tal constatação não implica, necessariamente, em uma argumentação pelo aumento das forças policiais, mas indica elementos interessantes para pensar sobre algumas vantagens encontradas pelas facções que aqui têm se estabelecido, conforme aponta Costa (2021).

Além disso, nos últimos anos, tem-se observado a entrada expressiva das facções nos municípios do norte do estado, onde se localiza o litoral, como no município de Parnaíba²¹, por exemplo, considerado um ponto geográfico estratégico entre o Brasil e países da Europa e da África. Além de ser uma cidade com acesso terrestre para estados como Ceará e Maranhão - divisas que contam com pouca fiscalização devido ao baixo contingente policial -, há também a possibilidade de escoamento de drogas tanto por vias fluviais e marítimas quanto por vias aéreas, devido à presença de um aeroporto na região que, apesar de oferecer poucos voos comerciais para o público geral, é bastante utilizado para voos privados, sendo que tais voos contam com uma fiscalização deficitária (Costa, 2021).

²¹ Em 2021, a Polícia Federal divulgou a existência de um “Projeto Piauí” referente à ocupação do litoral piauiense pelas facções, o que foi relacionado a uma acentuação dos casos de homicídios na região associados, principalmente, à disputa por territórios entre os grupos faccionais. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/07/01/faccoes-criminosas-tinham-projeto-piaui-e-disputavam-territorio-do-litoral-do-estado-diz-pf.ghml>

Neste bojo, embora as autoridades tenham resistido em reconhecer a presença das facções no estado, diversas notícias vêm sendo divulgadas pelos veículos locais com bastante frequência na atualidade. Em relatório produzido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública²², em 2024, foi registrada a presença de, pelo menos, cinco facções no estado do Piauí, sendo elas: CV e PCC (ambas da região sudeste); Bonde dos 40 (B40), surgida no Maranhão e, em Teresina, mantém uma rivalidade com o PCC e alianças pontuais com o CV; Guardiões do Estado (GDE), originária da cidade de Fortaleza e considerada uma das maiores do estado vizinho; e Bonde do Maluco (BDM), uma das principais e mais violentas facções criminosas surgidas na Bahia, historicamente aliada ao PCC.

Assim, se por um lado tem sido possível acompanhar, com a chegada das facções ao Piauí e o investimento em um controle armamentista do território, discursos que inspiram sentimentos de pertencimento e de coesão social entre os integrantes dos grupos faccionais, por outro, verifica-se uma situação marcada pela vitimização e pela crueldade, demonstrando que o Piauí tem seguido a mesma tendência dos demais estados do Nordeste, aspecto que corrobora com o que Barros et al. (2017) já vinham apontando sobre o processo de “nordestinação dos homicídios” no Brasil, referente ao deslocamento da criminalidade para a região. Da mesma forma, tem sido cada vez mais notável a imposição de normas de conduta a serem seguidas nas comunidades, condições que têm produzido o redesenho das relações sociais, deixando os moradores intimidados e acarretado a fragilização das relações de vizinhança (Costa, 2021; Meneses, 2021), como podemos notar na fala de Maria Bernadete:

Trouxeram muitos problemas. A área em que a minha mãe mora era tão conflituosa porque tinha o *** com mais dois que comandavam a facção, e a casa da minha mãe

²² Matéria divulgada pelo site Gazeta do Povo, denominada de “O mapa das facções criminosas que se espalham pelo Brasil” <https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/mapa-localizacao-faccoes-brasil/>

ficava no meio do fogo cruzado. Ela chegou a ter a pressão arterial aumentada e a partir daí ela teve um AVC. Hoje tem morador que para poder dormir ele tem que ser medicado a base de ansiolítico, remédio controlado, porque chegou a um ponto de ter uma depressão com medo da violência. Tiroteio...Muito tiroteio! Você recorre à polícia da área e a polícia faz só aquela passagem, não tem uma investigação adequada. E aí, quando vai preso, com poucos dias é solto. E aí, às vezes, você tem que se coligar com os bandidos que comandam a área, ao invés de ir atrás da própria polícia que era o poder maior do Estado. (Entrevista)

A disseminação do medo, o esvaziamento dos espaços urbanos e, consequentemente, o rezoneamento da cidade têm sido experiências comuns na capital, e, dessa forma, tais grupos têm redefinido os modos de socialização e de organização dos territórios, ainda que de forma paraestatal (Meneses, 2021). Como aponta Costa (2021), na ineficiência de ações protetivas por parte do Estado e na intensificação de políticas repressivas, amplia-se, na mesma medida, a eficiência do sistema repressivo-autoritário daqueles que comandam o tráfico.

Na realidade piauiense, Costa (2021) destaca que há, pelo menos, duas dinâmicas presentes na história do tráfico no estado: uma relacionada a moradores locais que se tornaram os traficantes em suas regiões, sendo que estes, geralmente, são os jovens que estavam presentes no momento de ocupação das vilas teresinenses²³, e uma relacionadas a traficantes externos às comunidades e que ocuparam cargos de chefia mediante disputas territoriais ou por pontos de venda de droga. Enquanto o traficante endógeno tem sido, historicamente, atribuído a relações de afeto e respeito com os moradores locais, o exógeno -

²³ Em Teresina, “vilas” são como são conhecidas as áreas de ocupação irregular, assentamentos precários ou bairros periféricos de baixa renda. A popularização do termo decorre, de um projeto da década de 1990, denominado “Vila Bairro” que buscava, oficialmente, transformar vilas e favelas em bairros estruturados, focando na urbanização e desenvolvimento socioeconômico de áreas carentes, mas há também a discussão sobre o termo ter sido utilizado pelo poder público como estratégia para evitar o estigma social associado ao termo “favela”, negando a existência desse tipo de ocupação urbana na capital.

aquele que “toma a quebrada” - estabelece uma relação que, muitas vezes, é sustentada pelo medo que os residentes têm de alguma punição e não necessariamente pelo respeito ou relações de afeto construídas.

De toda forma, em ambos os casos Costa (2021) reafirma aquilo que é visualizado e discutido nos estudos das dinâmicas faccionais em outros estados brasileiros: diante do vácuo de políticas públicas educacionais, assistenciais e culturais, as populações periféricas se apegam, com bastante frequência, ao amparo proporcionado pelos traficantes de seus bairros, o que tem viabilizado suas existências de forma mais imediata. No entanto, além da possibilidade de um campo assistencial, emerge também a regulação das relações das comunidades, e isso também tem sido visualizado nos municípios piauienses. É a partir disso que podemos compreender como os relatos de Maria Bernadete, ainda que sejam permeados de sentimentos negativos em relação aos membros que comandam as facções e o tráfico na Vila Irmã Dulce, também revelam que estes são, no outro extremo da linha, buscados por ela e pelos demais moradores quando algum auxílio ou negociação são necessários.

Com a incorporação das antigas gangues aos moldes faccionais, o ingresso crescente de jovens e adolescentes cada vez mais novos tornou-se um elemento de destaque no processo de instalação dos grupos na região. Em um espaço onde o desamparo do Estado abre caminho para a proteção social oferecida pelas facções, o senso de aliança e pertencimento cultivados revela-se bastante atrativo para públicos cada vez mais jovens (Melo & Paiva, 2021). Nesse bojo, pôde ser visualizado o aumento de tensões, multiplicação de lideranças, performatividades hostis e agressivas, em que cada vez mais os adolescentes se mostram dispostos a comprovar suas lealdades à facção de pertença por meio de atos cruéis contra rivais, provando que “correm com as facções” (Rodrigues, 2020). A partir da centralização maior de poder nas mãos de líderes definidos hierarquicamente por quem comanda os coletivos, tem sido marcante a diminuição nas estratégias de regulação de conflitos, o

crescimento de uma expressão da autoridade e a difusão de procederes e éticas faccionais, como forma de disputar a atenção de membros que ocupam cargos mais altos na hierarquia imposta (Rodrigues, 2020).

Nos meus primeiros meses de andanças, pude observar o quanto a entrada de adolescentes pelas facções, sobretudo do sexo masculino, tem implicado em mudanças, inclusive, nos modos de cuidado e de proteção disponibilizados pelas mulheres e mães das periferias, como observei em uma manhã de visita à D^a Marielle, em que ela me apresentou a algumas mulheres da sua família. Após conversarmos um pouco em sua casa, me levou, caminhando sob um sol que não dava trégua, por ruas de calçamento do seu bairro. As ruas eram atravessadas por uma vala de esgoto que, segundo me contava, permanecia ali, a céu aberto, há cerca de dez anos, mesmo que os moradores já tivessem denunciado nos órgãos municipais.

D^a Marielle me leva para conhecer Margarida, uma mulher negra e na faixa etária entre 20 a 25 anos, que havia recém saído do sistema prisional e era esposa de um sobrinho seu que, naquele momento, estava preso; e também Maria do Espírito Santo, uma mulher negra com idade entre 30 a 35 anos, que era sua sobrinha e irmã tanto do sobrinho que estava preso quanto de um outro sobrinho que havia sido assassinado, pouco depois de deixar o sistema prisional. O filho desse sobrinho, pouco tempo depois da morte do pai, também havia sido vítima de homicídio. Na casa de ambas, fiquei um tempo ouvindo suas histórias que, conforme se desenrolavam, sentia cada vez mais dificuldade de acompanhar a quantidade de perdas e violências relatadas, como o falecimento da mãe e da irmã de Maria do Espírito Santo, durante a pandemia de Covid-19, a presença marcante do cárcere e do tráfico de drogas, desde muito cedo na história da família, assim como D^a Marielle já havia me contado quando nos conhecemos. No meio disso tudo, ia me atendo ao modo como até mesmo a forma de “cuidar dos seus” era, também, impactada pelas novas definições do crime:

Maria do Espírito Santo cuidava dos seus filhos, mas também dos sobrinhos, assim como Margarida, que conheci antes de ir até sua casa. Um dos sobrinhos que cuidava, ela me contava, era adolescente e já estava, em suas palavras “querendo se misturar”. Por isso, decidi mandá-lo para outro estado, onde tem alguns familiares, para estudar e trabalhar, pois vê nisso uma possibilidade de que não aconteça com ele o que mesmo que aconteceu com seu irmão, sobrinho e tantos jovens do bairro. Ela me dizia que “antes de se misturar”, de “acontecer o pior”, buscou fazer o que lhe parecia certo: retirá-lo do bairro e mandá-lo para longe dali. “-Daí, ele está lá. Pelejou um dia pra vir embora. Eu disse ‘não, fique aí mesmo, que aqui não tem como não’. Aqui, só tem como pra pessoa ficar dentro de casa e ir pro colégio. Agora, pra você ficar em esquina, não tem como, não’. Na rua, é muito fácil se envolver, sabe? Aí, a amizade com o que já faz, já vai com os outros que não tem o que fazer, já tem aquela vontade de fazer e vai. Fica muito complicado. Aí, eu botei pra viajar”. (Diário de Bordo, 20.10.2022)

Em uma casa cheia de crianças e outros adultos da família, com os quais D^a Marielle ficou na sala, batendo papo, enquanto eu conversava com Maria do Espírito Santo no terraço, fui me dando conta de que também as noções de proteção se davam por uma outra lógica daquelas que costumamos debater sobre os cuidados de jovens e adolescentes. Se em um mundo “ideal”, manter-se próximo e em convivência com os filhos e sobrinhos era o mais indicado, no outro mundo, o de Maria do Espírito Santo, separar-se, ficar longe de quem amava e proibir de voltar para casa, era uma maneira de proteger ou de tentar, pelo menos, construir outros futuros possíveis. Um meio de tentar resistir, até onde desse, do jeito que desse, aos percursos de um caminho que, muitas vezes, se torna a única via para muitos dos jovens periféricos: o da entrada para o crime.

Se Maria Bernadete entendia que, desde a época das gangues, as oportunidades de estudo e de geração de renda a desviaram das ruas que cruzavam as periferias, assim como Maria do Espírito Santo indicava a necessidade de não deixar com que seu sobrinho “se misturasse” com aqueles que eram cooptados pelas facções, é possível constatar que o sentimento de pertencimento e o prestígio oferecido pelos chefes do crime, longe de serem subestimados, deveriam ser olhados com maior atenção pelas políticas de segurança e pela mídia. Como destacam Amorim e Feltran (2023) e Barros et al. (2018), é justamente aí onde reside boa parte da explicação para uma expansão rápida e legitimada que as facções ganharam em todo país, inclusive no Nordeste.

Nos primeiros dias em que visitei D^o Marielle, especialmente nos momentos em que conversamos sobre as sucessivas perdas familiares que ela havia passado, me atentava ao quanto sua fala ora oscilava em tentar apresentar uma explicação no âmbito familiar e emocional para a entrada dos sobrinhos no crime, como a morte do pai deles, seu irmão, de forma precoce, por problemas cardíacos, mas também apontava outros motivos: “você sabe que a oportunidade aqui é pouca, né? Quando chega uma pessoa pra dar oportunidade aqui é muito pouca. Aí, chega sempre essas coisas do mundo, que atraí, né? Os jovens acreditam, né?” (Diário de Bordo, 11.04.2022). Sua percepção também se deslocava para o âmbito social e me mostrava que a “falta de oportunidades” era compreendida como um fator que contribuía para o destino cruel do seu sobrinho e do filho dele. A sua análise sobre a vida do sobrinho, permeada por uma série de prisões, demonstrava a complexidade de seu pensamento que, mesmo entendendo a falta de políticas públicas como crucial para a entrada do jovem no mundo no crime, também visualizava nas próprias políticas repressivas do estado uma forma de protegê-lo. Como exemplo, cito uma de suas falas em que considerava que, “mesmo sofrendo e sem dormir”, sua família ficava um pouco mais “tranquila” quando seu sobrinho estava preso. “Você só se sente quieta quando tá lá...porque tá guardado, né?

Você pensa: tá lá preso, mas tá guardado...não é nem que você não fique preocupada...Porque também pode até acontecer mais coisas lá dentro, né?”.

Nesse mesmo dia, outra frase de D^a Marielle que se manteve ecoando em meu pensamento foi: “a gente não sente nem doer porque é uma coisa em cima da outra que você nem percebe, é como se fosse assim mesmo um sonho” (Diário de bordo, 11.04.2022). Fiquei um tempo refletindo sobre sua dor, a de Maria do Espírito Santo, de Margarida e de seus familiares. Penso na impossibilidade de ter tempo para viver a dor, lidar com ela. Uma morte atrás da outra, sem pausas. Tendo que continuar vivendo, pois, como D^a. Marielle mesma dizia, “a gente perdeu, mas a gente tem que suportar. Quem ficou, né? Tem que apoiar os outros pra superar”.

Suas ações e de suas sobrinhas me mostravam o quanto o papel de cuidar e manter-se erguida, lançando mão dos recursos possíveis, nem sempre era uma escolha, mas uma necessidade. Por outro lado, evidenciava-se o quanto a militância e a religião, para D^a Marielle, era uma ferramenta de luta, pois, sendo ela uma líder comunitária e mulher evangélica, ainda que os novos arranjos criminais em seu bairro impusessem mudanças aos seus modos de vida, o jeito encontrado era continuar vivendo e seguir lutando pelos seus, como havia me pontuado. Assim, embora eu, alguém relativamente distante de dogmas religiosos, compreenda outras estratégias para lidar com o luto e com a injustiça social, entendendo perfeitamente o fato de que a fé, em seu relato, estava sempre presente, inclusive quando considerava que somente Deus poderia trazer acolhimento e força para ela e sua família, pois, com o pouco que podiam fazer diante das dores, ela me dizia que o jeito era “entregar mais assim pra Deus” (Diário de Bordo, 11.04.2022).

O testemunho das interlocutoras acerca dos impactos trazidos pelas facções nas histórias de suas famílias e de seus vizinhos, durante todos os diálogos, me situavam diante de vidas que, mesmo quando as condições de sustentação mostravam-se mínimas e repleta de

dores, muitas vezes sucessivas, precisavam seguir. Seguir era como se dissessem “nós continuamos aqui, apesar de”, mas também “para além de tudo isso, nós também estamos aqui”. Neste sentido, compreendo a discussão realizada por J. Rodrigues (2019) que, ao ouvir os testemunhos de mulheres cearenses violentadas, analisava que o “seguir vivendo” apesar das violências sofridas, era, também, resistir, reconstruir cotidianos, algumas vezes de forma silenciosa, outras, barulhentas, mas ambas denunciavam que tais reconstruções operadas pelo tempo é, principalmente, uma expressão da condição de agência dessas mulheres.

Lembro-me que ao retornar para casa após conhecer Maria do Espírito Santo e Margarida, senti-me pesada. Um peso que vinha não do fato de serem suas companhias agradáveis ou não, não se tratava disso. Aliás, fui muito bem acolhida por ambas. O peso decorria do quanto, para mim, suas histórias se mostravam profundamente penosas, difíceis de carregar. Em poucos momentos de minha vida havia perdido pessoas próximas e, talvez por isso, parecia ininteligível que uma família pudesse manter-se de pé, sem tempo para se reestruturar, após precisarem se despedir de tantos entes em um curto intervalo de tempo, alguns de forma tão trágica.

Hoje, ao viver de forma mais intensa a experiência do luto, devido ao falecimento de meu irmão pouco mais de um ano após o dia em que as conheci, percebo sobre como a condição de enlutamento é atravessada por condições de privilégio que decorrem dos marcadores sociais que se interseccionam em nossas vidas. Questiono: como a mim foi possível parar um pouco, ausentar-me do trabalho (e até da escrita desta tese), contar com o acolhimento e compreensão de familiares e amigos, receber o pesar de pessoas conhecidas e desconhecidas, mas o luto daquelas mulheres recebia um outro tratamento? Assustava-me o quanto era comum, inclusive, não terem o direito a uma investigação policial nos casos de assassinatos de seus entes ou terem que ler pessoas desconhecidas comemorando as mortes nos comentários de notícias divulgadas em redes sociais? Ao ser atravessada por essas

perguntas-indignações, recupero a fala de Aparecida, uma mãe que teve seu filho assassinado por agentes de polícia, no Rio de Janeiro, e entrevistada por Brito (2018). Ao comparar o reconhecimento de seu luto com o luto de uma atriz global pelo seu filho, Aparecida destaca:

Olha a repercussão que teve a morte do filho da Cissa Guimarães: o Brasil parou! Meu filho também morreu assassinado e ficou por isso mesmo. Ele foi enterrado como indigente. A dor da Cissa é diferente da minha? Não é. O valor que se deu ao acontecimento é um absurdo. Mas é sempre assim, a mídia sempre vai focar nos interesses dela. Uma atriz global... Eu fiquei com muita raiva porque o mundo não ligava para a minha dor. Eu tive que continuar lutando, trabalhando e chorando sozinha (p.55).

Para Aparecida, militante do movimento Mães de Manguinhos, no RJ, o luto pela morte do filho é como uma ferida aberta, uma dor que não cicatriza, o que fazia Brito (2018) analisá-la não apenas como uma dor anônima, invalidada, mas também solitária. C. Rodrigues (2021), amparada em Butler (2015), nos indica que a condição de reconhecimento precede a condição de enlutamento. Ou seja, o luto, enquanto categoria política, nos convida a pensar a precariedade sobretudo quando esta, maximizada, acomete mulheres, negros, pobres, gays, lésbicas e trans de forma desigual. Pensar sobre a precariedade a que determinadas vidas são mais expostas é analisar o que sustenta a condição de possibilidade de mantê-las precárias. Neste caso, ao falarmos de corpos negros, periféricos e associados ao tráfico, é necessário pensarmos sobre os sistemas de subordinação que possibilitam a precarização de suas vidas e, desta forma, sobre corpos que não somente “não importam”, como pesam; por isso, tornam-se descartáveis e não enlutáveis, pelos menos não para a maior parte da sociedade.

Para a família de Dona Marielle, no entanto, o peso materializa-se na dor. Dor essa que, de uma forma ou de outra, precisava continuar sendo carregada, dia após dia, sem que

existam políticas protetivas e assistenciais. Dor chorada sozinha, como aponta Aparecida. Ou, quando muito, chorada apenas entre os seus. Entendi, dessa forma, que meus estranhamentos acerca das diferentes possibilidades de enlutamento daqueles que foram e de vivência do luto para aqueles que ficam, mais especificamente, as diferenças entre a forma como eu e minha família poderíamos viver o luto e que a família de Dona Marielle poderia era o resultado de toda uma vida construída de forma desigual: meu irmão era um homem branco, havia estudado em boas escolas, ocupado posições admiradas. Para ele, independente de quem conhecesse sua história, assim como para nós, havia – quase sempre – uma percepção de que sua morte era uma perda, e não um ganho.

Por conseguinte, já no começo de minhas andanças, entrei em contato com uma constatação que volta e meia aparecia nos diálogos e era apontada por diferentes pessoas: referia-se à noção de que as consequências esperadas a partir do ingresso de jovens nas facções eram bem menos otimistas, algo que as famílias observavam ser diferentes de quando precisavam lidar “somente com as gangues”. Isso pode ser demonstrado em uma conversa com D^a Marielle:

Conversando na sala de sua casa, D^a Marielle me fala que “agora as coisas estão bastante diferentes”, porque “tem as *facção*. A pessoa sabe que se entrar vai morrer”. Para ela, hoje não é mais “como naquele tempo das gangues”. Quando pergunto como era antes, ela responde enfaticamente: “a gente achava a *superação* da pessoa, porque quem entrava saía, mas eu acho que esse negócio desse PCC agora é mais forte, né? Estão dominando”. No desenrolar da conversa, ela me fala sobre as mudanças na forma de transitar e ocupar o bairro: “Se você passeava à noite, se você trabalha à noite, você fica mais com medo, e se andava mais à noite, ia na casa de uma colega, você não faz isso mais. Então, assim, chegou um tempo da gente ficar mesmo bem recolhido, porque você tem medo. Umas ruas que não têm muita diferença de uma rua

para outra. Se fosse pela cidade... Mas salta uma rua e já é outra coisa. Hoje em dia é mais quieto, agora não tem mais esses movimentos, não. Nem na casa dos vizinhos você anda mais. De noite não anda, não”. (Diário de bordo, 11.04.2022)

Ao analisar as possibilidades de saída de um jovem do mundo do crime, D^a Marielle não discorria apenas sobre as mudanças nas regras internas das facções que comandam o comércio de tráfico de drogas e outros crimes. Seu relato evidencia a minimização ou a retirada do direito de um jovem pobre poder se projetar em perspectiva, uma perspectiva que não aquela de morte ou prisão. Sua análise joga luz sobre uma política que não é imposta somente pelos grupos faccionais, mas permitida e orquestrada pelo Estado, seja por uma política de morte, seja pela permissividade diante das realidades que têm sido delineadas para adolescentes e jovens periféricos de todo o Brasil em meio à expansão das facções. Isso evidencia o quanto os mercados ilegais de drogas atuam de modo paralelo e em sintonia à um Estado que produz existências descartáveis, ao não garantir segurança, direitos e naturalizar condições precárias de vida. Se de um lado temos somente a presença militarizada e repressiva do Estado, do outro, a entrada nas facções tem se revelado um mecanismo de protesto e de visibilidade diante das condições oferecidas (Barros et al., 2018; Mendes & Costa, 2021).

Além da crescente cooptação de adolescentes muito novos para o trabalho no tráfico de drogas sob o comando das facções, outro efeito observado pelas interlocutoras tem sido a não discriminação entre aqueles que fazem parte e aqueles que não fazem parte das facções. Ou seja, a percepção de que, mesmo aquelas pessoas que não são ligadas aos grupos passaram a se ver subordinadas a demarcações de fronteiras territoriais, exigências, regras de condutas, sendo passíveis de punição diante do não cumprimento das normativas impostas ou ficando vulneráveis por serem familiares ou pessoas próximas a membros de facções. E isso pode ser visto quando D^a Marielle relata que, atualmente, ela e seus vizinhos estão “bem

recolhidos” e “mais quietos” por conta do medo. Assim, se antes haviam fronteiras simbólicas que estabeleciam uma certa separação entre pessoas não envolvidas e aquelas que praticavam o crime, localizando os conflitos apenas entre os membros dos grupos rivais, como apontava D^a Marielle em sua entrevista a respeito de que “o envolvimento, a maldade, não era com família, a maldade mesmo era com o povo mesmo, que era da gangue, né?”, o adensamento das facções promoveu, de acordo com Paiva et al. (2019), o apagamento dessas barreiras, passando a considerar “qualquer morador de território inimigo como possível pessoa digna de morrer” (p.92). Isso se expressa, por exemplo, quando uma mulher negra periférica que diariamente se coloca de pé para seguir vivendo, mesmo diante de uma série de violências sofridas, ainda precisa lidar com as limitações e cobranças que as novas dinâmicas criminais acarretam a ela e demais moradores de seu bairro:

Durante a conversa, D^a Marielle destacou sobre o quanto ela, juntamente com a família, precisou seguir a vida, pois “não havia tempo para chorar por quem se foi”, como me disse: “pois é, minha filha, mesmo com toda essa história, a gente superou normalmente. É a mesma alegria, a mesma conversa...”. Atento-me à palavra usada. Normalmente. Normal. O que poderia ser considerado normal? O que era o normal para aqueles que perderam tantos em tão pouco tempo e, também, ao longo de toda uma vida? Que condições de vida produzem um normal constituído por medo, dor, morte? E retomo a atenção para a sua continuidade sobre o novo ritmo imposto pelo próprio desenrolar das disputas, sobre as mudanças que observa em seu bairro e compara com o período em que o sobrinho fazia parte de gangues. “As pessoas respeitavam muito *nós*, mesmo com o envolvimento do meu sobrinho. Que era gangue, né? Antigamente, nenhum tinha estranheza com a gente, não. Conversava normalmente. É como se fosse assim: ‘é só com ele, a família não tem nada a ver’.” (Diário de bordo, 11.04.2022).

Ou no relato de uma mulher parda, que assume o papel de liderança comunitária e descreve, com indignação, situações que vêm acontecendo em seu bairro:

Antes, aqui, falando em território Irmã Dulce, zona sul, a criminalidade só se baseava em assaltar a gente. Levavam o carro, uma moto, levavam a nossa bolsa, levavam celular. Hoje a gente já vive refém de uma violência tão descontrolada que a casa da gente é invadida. Você sendo cidadão ou bandido, eles invadem e o próprio morador tem que ir embora. E antes isso não tinha. Depois do surgimento dessas facções, foi com essa modalidade de invadir a residência do cidadão e se o cidadão chegar numa delegacia ou confrontar, o cidadão morre dentro da casa ou tem que abandonar a casa com tudo. Muitos abandonaram a casa e foram morar de aluguel em outras comunidades, em outro bairro mais próximo. (Maria Bernadete, Entrevista)

Ouvir sobre a reorganização da família diante das perdas sofridas, nas situações em que algum familiar ia preso ou era ameaçado por algum rival me fazia apreender uma diferenciação que, embora para mim fosse difícil de compreender, para D^a Marielle era nítida: havia um normal que, em meio à truculência e distintas violências, permitia que os dias seguissem bem, visto que havia uma separação precisa entre aqueles que eram “envolvidos” e aqueles que não, e, dessa forma, havia o sentimento de segurança em relação ao bairro e menores riscos de possíveis retaliações. Mas esse normal havia sido interrompido e, de forma rápida, trazido uma outra realidade: aquela em que, cotidianamente, D^a Marielle e seus vizinhos, mesmo quando não fazem parte das redes faccionais, sentem-se coagidos. Uma realidade compulsória e que, a partir da reivindicação da diferença entre “cidadão” e “bandido” em seu discurso, Maria Bernadete defende que se trata de algo inaceitável e injusto. Realidade que impõe um “viver acuado”, como definem Passos e Pinho de Carvalho (2015), e que delineia subjetividades que se constroem em meio “espaços urbanos

atravessados por medos difusos e inseguranças sociocivis experienciadas e narradas por seus residentes” (p.266).

Até mesmo nos momentos festivos do bairro a sensação de insegurança podia ser sentida. Por vezes, ela era quase palpável. Em uma tarde de domingo, estive na Vila Santa Cruz, bairro de D^a Marielle, para participar de um evento que ela estava organizando: o sopão de dia dos pais. Frequentemente, ela organiza eventos como esse em sua rua, como dia das crianças, dia das mães, o que só é possível diante de doações que costuma mobilizar com uma certa antecedência. Ao chegar em sua casa, imaginei que, por ser um evento de dia dos pais, haveriam homens participando, mas me deparei com o contrário: praticamente só mulheres, em sua maioria negras e acompanhadas de seus filhos, chegavam para se sentar nas cadeiras dispostas em frente à casa de D^a Marielle. Dentro da casa, suas sobrinhas e a nora se apressavam em finalizar a sopa e organizar os brinquedos e brindes que seriam distribuídos para as mulheres e crianças. Também passei a auxiliar na organização: mexer a enorme panela de sopa, dispor os brindes sobre a mesa que estava na calçada e, depois, organizar a fila para distribuição da sopa. As mulheres e as crianças, com os potes nas mãos, riam e conversavam sobre a janta que levariam para casa e os brinquedos que as crianças recebiam. Era um momento coletivo de descontração, de celebração e de solidariedade, mas que, ainda assim, deixava sentir um estado de vigilância e de tensão:

Quando eu estava sentada nas calçadas e atenta à brincadeira das crianças pela rua, pude reparar que, durante todo o momento anterior ao início da distribuição da sopa, as mulheres estavam inquietas, dispersas, mas atentas a todos os movimentos e barulhos nas ruas paralelas ou na que cruzava com a rua de calçamento em que estávamos. Apesar do barulho produzido pelas crianças, era possível ouvir que elas comentavam sobre uma situação que havia acontecido no dia anterior, ali pelas ruas, na qual tiros haviam sido trocados, por volta do meio-dia. Por isso, uma das

moradoras comentava com a outra, impaciente, sobre a demora para o início da entrega dos brindes e da sopa, pois “queria voltar logo para dentro de casa” (Diário de bordo, 23.08.2023).

Eu estava sentada, em uma cadeira de plástico, atrás das duas moradoras. Estava na companhia de meu noivo e, naquele momento, percebia que o receio que as duas demonstravam em relação ao início de entrega dos brindes e a urgência em voltar para dentro de casa também foi tomando conta do meu corpo. A rua estava cheia de pessoas - principalmente mulheres e crianças - e todos ali pareciam se conhecer, apenas eu e meu noivo éramos externos. Se elas que conheciam os fluxos do bairro estavam amedrontadas, o que eu deveria sentir? A tranquilidade, rapidamente, ia dando lugar à pressa e à insegurança. De repente, percebi que até eu mesma queria que o evento começasse logo e, se possível, terminasse logo. Meus olhos e ouvidos colocavam-se atentos a qualquer barulho ou aproximação de motos pelas ruas paralelas. Assim, se para mim - que estava ali por escolha, somente de passagem, e que poderia ir embora a qualquer momento - as mudanças no modo de ocupar o bairro eram perceptíveis e me deixavam tensa, como seria para elas que, diariamente, lidavam com a insegurança e como violências tão próximas e repentinas?

Por isso, entendo que, ainda que em contextos diversos, a experiência da violência na vida das mulheres se faz presente não somente a partir de seus relatos, mas no modo como precisam reorganizar seus cotidianos a partir do que viveram (J. Rodrigues, 2019). Trata-se, portanto, de uma memória que faz com que “o passado cerque o presente como atmosfera” (Das, 2011, p.35), mesmo para mulheres que não sejam vítimas diretas da violência. A partir da fragilização das relações vicinais, da mudança nos ritmos de vida e das novas formas de ocupar os espaços, podemos entender o quanto o testemunho da violência ocorre ultrapassa os domínios da fala e se expressa nos novos modos de subjetivação e socialização (J. Rodrigues, 2019).

Diante disso, visualiza-se o que Amorim e Feltran (2023) apontam acerca das redes relacionais que se formam a partir do agenciamento de adolescentes e jovens pelas facções: ainda que distante da lei do Estado, os modos de arbitrar conflitos, o senso de justiça proporcionado e a possibilidade de operar o poder através da participação em julgamentos e execuções são enxergados como alternativas de crescimento e reconhecimento, e isso também é entendido como lei. Uma outra lei, mas lei, e todos devem seguir, inclusive mães com filhos em uma festa de comemoração ao dia dos pais. Dessa forma, novos atravessamentos afetivos e modulações emocionais são conformados, sobretudo entre os mais jovens, resultando em outras maneiras de ocupar as cidades, de estabelecer relações e lutar pelo “certo”, ainda que isso implique em um cenário cada vez mais brutal e truculento (Rodrigues, 2020).

Ao discutir sobre a relação entre os níveis de violência em bairros da classe trabalhadora negra norte-americana e o tráfico de drogas presente nesses espaços, Collins (2024) questiona sobre “o que acontece quando o bairro, a aldeia, a cidade ou o país onde se vive deixa de ser um lugar de proteção e se torna um lugar de perigo?” (p.55). A autora destaca que, “assim como a violência reflete relações de poder, as intersecções letais também assumem forma no espaço físico” (2024, p.55). Por essa perspectiva, observamos o quanto o marcador território é fundamental para compreendermos o quanto, em alguns espaços, a violência se mostra mais intensa não por ser uma “configuração natural” da população que ali reside, sobretudo pessoas negras, mas por revelarem espaços políticos, nos quais o domínio estrutural do poder se evidencia em suas arquiteturas, infraestruturas, dinâmicas relacionais e subjetivas. São espaços onde as relações históricas (porém atualizadas) de colonialismo, capitalismo e racismo se aglutinam e moldam padrões de uma intersecção letal, durável e geograficamente localizada (Collins, 2024). Assim, ao ouvir a conversa das mulheres sobre a preocupação em ir logo para “dentro de casa”, por considerarem que a rua em que vivem não

era um lugar seguro (pelo menos não naquele momento), entendi a autora dizia ao afirmar que há lugares geográficos específicos que “perduram histórias sedimentadas de privilégio e desvantagem de classe, raça, gênero e cidadania” (p.55). Tais histórias sedimentavam-se, inclusive, durante uma festa de dia dos pais.

Da vida em comunidade ao território marcado por fronteiras

Deslocando-me entre esses cenários de brutalidade e de crescente ocorrências de homicídios, que inclusive mostravam-se constantes nas conversas sobre o bairro em que residiam, havia uma palavra que sempre estava presente nos relatos sobre as mudanças vivenciadas: território. Desde o primeiro dia em que fui conhecer D^a Marielle, e nos dias que conheci Maria Bernadete e outros informantes-chave que me foram apresentados, percebi que essa palavra, além de ser enunciada com frequência pelos residentes dos bairros que eu visitava, era cada vez mais utilizada nas matérias de imprensa e, já há algum tempo, tomando centralidade na literatura científica acerca do adensamento das facções no Nordeste (Barros et al., 2018; Cavalcante & Barros, 2019).

A frequência com que essa palavra se faz presente não é uma mera coincidência, e sim o efeito de uma estratégia já existente na época das gangues, mas que, com o domínio pelas facções, ganhou maior centralidade, como forma de regular a ação dos membros envolvidos e demarcar pontos de vendas e distribuição de drogas (Paiva, 2019). No entanto, a regulação do território não se dá apenas como forma de demarcar fronteiras e regras comerciais de tal modo que a concorrência entre os grupos ocorra sob alguma organização, ainda que com bastante hostilidade. As limitações e, junto a elas, a vigilância (que garante que tais limites não sejam ultrapassados) ocorre, também, sobre a vida de quem se encontra fora dos coletivos criminais e, dessa forma, aprender sobre as divisões territoriais e sobre como transitar dentro delas é um elemento essencial nas dinâmicas de vida nas comunidades,

especialmente em um contexto em que, diariamente, notícias sobre pessoas mortas por estarem “em território inimigo” são cada vez mais comuns. Tais estratégias de sobrevivência se dão tanto sobre aqueles que fazem parte de uma facção, como sobre aqueles que apenas residem nessas zonas. Mas também exigem uma adequação de quem é externo, como fui rapidamente ensinada no dia que realizei minha primeira visita à Maria Bernadete, após contos via aplicativo de mensagens:

Foi a primeira vez que estive na Vila Irmã Dulce. Antes disso, só conhecia o bairro pelas notícias de jornais que, invariavelmente, tratavam de temas ligados à pobreza, criminalidade e homicídios. Quando paramos em frente à sua casa, Maria Bernadete vem até a grade do portão, olhando fixamente para o interior do carro sem entender quem chegava. Desço os vidros do carro, digo oi, e a primeira coisa que ela nos diz, é: “menina, e vocês vêm de vidro levantado? Quando vierem pra cá, desçam os vidros. Não pode entrar aqui no bairro sem mostrar quem são” (Diário de bordo, 27.09.2023).

A visita à casa de Maria Bernadete imediatamente me deslocou de um suposto lugar de proteção, o lugar de pesquisadora e externa às redes faccionais e ao bairro, e me situou diante daquilo que eu pesquisava: a ordem que valia para todos. Notícias de pessoas que, ao errarem o endereço e entrarem em periferias comandadas por facções, são coagidas ou têm o carro alvejado por tiros têm sido comuns, mas uma coisa é ler a notícia da tela do meu celular, outra é colocar em prática esse cuidado. Assim, se pretendia adentrar nesses territórios, eu também precisava me adequar às regras estabelecidas e, para isso, não havia tempo de adaptação a ser tolerado. O risco estava ali, à espreita, e era preciso estar atenta, como Maria Bernadete me orientava. Nessa dinâmica, também o meu corpo, enquanto corpo vulnerável, era conduzido a uma outra forma de se portar e de sentir: o medo, de repente, me tomou de assalto. Assim, percebi que falar sobre a demarcação de território indica que esse controle estabelece fronteiras tanto sobre os grupos faccionais, mas também sobre os trânsitos

comunitários, como disse D^a Marielle sobre não conseguir mais entender a diferença entre uma rua e outra porque “salta uma rua e já é outra coisa”.

Por outro lado, o percurso pelo qual eu era conduzida pelas ruas das Vilas que eu visitava me mostrava um cenário em que não só os espaços físicos e a forma transitar por eles eram regulados pela gestão das facções, mas também as subjetividades. Trago um trecho do diário sobre uma tarde de agosto de 2024, quando combinei de ir à casa de Maria Bernadete para que ela apresentasse Sonia:

Chegando à sua casa, vejo que Maria Bernadete está no terraço, acompanhada de um casal. Assim que paramos o carro, ela, novamente, comenta sobre estarmos com os vidros levantados e nos relembra da importância de entrar na Vila com eles baixados. Me dou conta que muitas coisas precisam ser aprendidas por mim, e rápido, para passar por aquelas ruas de forma um pouco mais segura. O casal estava ali aguardando “o sol baixar” para saírem pelo bairro distribuindo panfletos em apoio à uma candidata à vereadora. É período de eleição. Ambos são conhecidos como lideranças comunitárias de dois bairros vizinhos, Angelim e Palitolândia, ela me explica. [...] Explica para eles que não os acompanharia porque iria me levar para conhecer Sonia, uma jovem do bairro que havia sobrevivido a um “tribunal do crime”. Fomos até lá de carro. A casa possui paredes de cimento revestidas de cal, sem pintura, e fica em uma esquina, rodeada de mato. Sonia estava na companhia da mãe e dois irmãos pequenos nos aguardando, pois já sabia que iríamos. Eu estava ali para me apresentar pessoalmente e, quem sabe, marcar uma conversa em que eu pudesse conhecer melhor sua história. Sonia é uma menina negra, magrinha, com algumas tatuagens enormes pelo corpo. Mas, o que mais me chama atenção é uma cicatriz que localiza-se em seu corpo. Vejo a cicatriz quando ela levanta parte de sua roupa que a cobre para me mostrar como havia ficado após passar por uma cirurgia para retirar as

balas dos tiros que recebeu, anos antes. Atento-me que, durante nossa conversa, Sonia está desconfiada, fala baixo e, com frequência, olha ao redor para ver se ninguém se aproximava pela rua. Comento ela estar, aparentemente, tensa, e ela me fala que, só de falar sobre o que havia acontecido, suas mãos estavam geladas, e comenta sobre uma moto que havia passado. Eu não havia percebido, mas ela sim. Explico que, se ela topar, podemos marcar um outro dia, em um outro local, no qual ela se sentisse mais confortável e segura. Assim, ficamos combinadas. (Diário de bordo, 20.08.2024)

Reparar no quanto Sonia estava atenta ao movimento da rua, mesmo estando em sua casa e com visitas externas à comunidade, indicava que a palavra “território” ganha significados que não se restringem somente concreto, mas que as demarcações são também, sobre os corpos, sobre um território simbólico e existencial. A composição de um espaço em território de um grupo ou de outro, em última instância, significa apenas aquilo a que o próprio termo se refere: uma apropriação geográfica do espaço. Ouvir e enxergar a rigidez, a frieza e o sussurro de Sonia era visualizar, também, uma apropriação abstrata, difícil de ser percebida, mas que se dá na sua própria constituição enquanto sujeito. Isso mostrava-se ainda mais claro ao sair da casa de Sonia, naquele dia, e seguir pelas ruas da Vila:

Ao sair de lá, Maria Bernadete me leva na casa de Dona Christina, que mora com duas filhas adolescentes. Como passamos em frente à casa, Bernadete aproveitou para me apresentar e saber como a amiga estava. Christina tem em sua casa uma vendinha de cigarro e bebidas. Ela contava que, atualmente, tem ficado sem abrir alguns dias por conta das desavenças que têm ocorrido. Entre as conversas com Bernadete, fala sobre a preocupação com as duas filhas. Conta que elas estudam em uma escola de outro bairro e que sempre orienta as filhas para que não digam onde moram nem façam amizades com pessoas de outras ruas. Christina tinha medo de que alguém

pudesse fazer algo a elas simplesmente por serem de outro bairro e, por isso, tentava protegê-las ao máximo. (Diário de bordo, 20.08.2024)

Saiamos da casa de Christina, deixamos Bernadete e seguimos para casa. No caminho de volta, repassei a conversa com dona Christina na mente por várias vezes. Suas filhas (uma delas, inclusive, estava em casa durante minha visita) tinham entre doze e treze anos. Eram pré-adolescentes e já precisavam entender os desafios e limites impostos às suas rotinas e relações de amizade. Precisavam (deveriam!), a todo custo, não dizer de onde eram, pois isso era potencialmente perigoso. “Como alguém não pode falar para uma colega de sala sobre o lugar onde mora?”, eu pensava. Mas, imediatamente, lembrava de Sonia, uma jovem que havia sofrido uma tentativa de homicídio aos 18 anos, justamente por saberem onde ela morava, e Sonia não era muito mais velha que as filhas de Christina.

Lembrei-me da minha adolescência, em que eu, junto com outros amigos, caminhava por todo o bairro, íamos de uma casa para outra, de um lugar a outro, percorríamos distâncias consideráveis, que eram preenchidas por conversas, risadas, descobertas e mais risadas. Embora fôssemos todos de classe média baixa, os bairros em que morávamos ficavam na zona leste, onde estão centralizadas as moradias e empreendimentos de maior poder aquisitivo da cidade. Aqui e acolá, sentíamos medo de, eventualmente, sermos assaltados (embora isso ainda não fosse tão frequente como hoje), mas somente. Saber onde cada amiga(o) morava era a regra, não a exceção. Passávamos tardes e tardes na casa umas das outras, às vezes até dormíamos, o que acontecia sem maiores preocupações. Assim, compreendi o quanto a adolescência não é a mesma para todos e que, embora a adolescência de Sonia e das filhas de Christina fossem atravessadas por marcadores territoriais e geracionais (posto que o problema da segurança pública, em anos anteriores, era bem diferente), tratam-se de vidas que, no projeto societário brasileiro, sempre estiveram mais duramente expostas à vulnerabilidade: vidas negras, jovens e periféricas (Ferrugem, 2019;

Borges, 2019). Vidas para as quais a regra, frequentemente, tem sido a possibilidade de não serem vividas a partir do princípio máximo da “proteção integral” ou de serem, até mesmo, ceifadas pelo Estado ou por grupos paralelos a ele. Podemos falar, portanto, de diferentes adolescências e, para algumas delas, há uma produção psicossocial caracterizada por estratégias de segregação ou de extermínio (Barros & Benício, 2017).

Entender o quanto a concepção de “território” tornou-se uma marca no cotidiano compartilhado por moradores da periferia nos convoca a entender as mudanças nos ritmos, na imposição de disciplina, nas formas de justicamento. Todavia, um dos elementos de destaque é menos violento e, portanto, menos visível a um primeiro olhar: se trata do impacto dessas regras nas relações de vizinhança e no senso de coletividade. Era isso que Sonia me explicava quando a encontrei novamente, alguns dias após a primeira visita. Combinamos de realizar a entrevista em algum local fora da Vila Irmã Dulce. Por isso, nos encontramos em uma padaria no bairro em que eu morava, o Saci, também localizado na zona sul, por não ser tão distante de sua casa a ponto de dificultar o transporte, mas estabelecer uma distância relativamente segura para ela. Em um dos trechos das quase duas horas que passamos juntas, Sonia relata sobre a dificuldade em se deslocar:

Antigamente, a gente podia andar na rua de qualquer pessoa, sem nenhum problema a respeito de território, a respeito de “ah, *tu é* de tal lugar?”, “se é de tal quebrada, só pode andar na tua quebrada”. Aqui, tem até uma gíria que eles usam, que é “aqui vagabundo não atravessa”. Eles ainda falam isso. Porque eles ficam taxando pessoas, trabalhadores, como vagabundos. Teve um senhor que era trabalhador, pedreiro e mataram ele na entrada do morro. Porque era de outro local, de outro bairro. Ele estava indo pro serviço...Até os Uber! O Uber! Os aplicativos de Uber, eles têm medo de entrar nesses territórios aí, porque não pode entrar com o vidro fechado, não pode entrar de capacete. Se você estiver num bairro, eles colocam logo assim “quebrada tal

não pode entrar com o vidro fechado, não pode entrar de capacete”. Tipo, tem tudo uma limitação e antigamente não tinha isso. [...] Antigamente a gente podia sentar na frente de casa, a gente podia ficar conversando. Mas, aí, a gente fica naquele medo, porque de vez em quando na frente de casa tem tiro, porque, como eu falei, né, eu moro aqui, aí tem uma facção rival de cá e outra facção rival de lá, e quando a gente escuta, é bala para um lado e bala para o outro. E aí, então, eles dominam. Uma guerra por território, porque o que eles querem é dominar. Tipo, aqui é um território de uma facção e aqui é de outra, né? A facção desse lado de cá quer dominar aquela região que eles estão. Tipo, aqui no bairro do Parque Eliane é Bonde dos 40, aí o pessoal ali pra cima de onde eu moro, pro rumo do Esplanada, quer dominar o parque Eliane todinho pra ser deles, quer matar tudinho, todos que estão lá. Porém, aqui, morre um bandido, nasce outro, parece uma coisa, entendeu? E aí, é uma coisa que a gente não consegue ter paz, nem para ficar na frente de casa, por medo de levar um tiro, de ser roubado. Porque tem muitos casos de assalto. Tá uma situação tão precária que os bandidos eles estão assaltando o próprio lugar, o próprio território, entendeu? E aí é uma coisa muito complicada (Sonia, Entrevista).

Território, portanto, passa a ser sinônimo de domínio, e isso estava nítido para Sonia, quando afirma que “o que eles querem é dominar”. Domínio esse que, como Dona Marielle trazia em suas falas, não era exercido apenas “entre eles”, como nos tempos das gangues, mas trazem efeitos destrutivos para todos, inclusive para elas e suas vizinhas, assim como para as filhas adolescentes de dona Christina e para Sonia, seja nas relações de amizade da escola, seja na tentativa de chamar um carro de aplicativo, por exemplo, algo trivial para boa parte das pessoas, mas que, para elas, exigia contenção, planejamento e obediência.

As mudanças nos modos de ocupar os bairros de moradia, de poder transitar e conviver com os vizinhos também é algo observado por Maria Bernadete, que considera ter

perdido o direito de ir vir. Conforme ela relata, “até para você comemorar um evento dentro da comunidade com uma banda ou festividade não se faz mais, por conta da violência exacerbada e do horário de você ter que entrar e sair’” (Maria Bernadete, Entrevista). Em suas percepções, isso dificulta saber onde é permitido pisar e onde não, ou de que forma se deve pisar. Recupero, então, um trecho dos diários sobre o dia em que Marcondes me levou até a casa de D^a Marielle pela primeira vez, para me apresentar a ela. Ele me explicava de forma precisa essa separação dos territórios:

No caminho, Marcondes foi explicando que a Vila Santa Cruz (onde dona Marielle mora) é rival da Vila São José (na qual mora outro amigo que me apresentou), e que ambas ficam uma ao lado da outra, sendo separadas apenas por uma rua. As duas vilas fazem parte de um conjunto maior, denominado de Santo Antônio, que é composto também por mais duas outras: Vila Carolina e Vila Afegão. Surpreendo-me quando Marcondes me conta que o que marca a divisa da Vila Santa Cruz para a Vila São José é o Cemitério Santa Cruz, sendo que é lá onde grande parte das pessoas mortas em detrimento das disputas pelo comércio ilegal de drogas são enterradas. Marcondes explicava que, inclusive, em vários sepultamentos que acompanhou ou tomou conhecimento, a polícia era chamada para fazer a custódia do corpo e evitar que fossem feitas justiça ou vinganças durante o enterro. Atualmente, a Vila Santa Cruz é comandada pelo B40, e a Vila São José, por ser rival, se filiou ao PCC. Ao longo do caminho, Marcondes, que cresceu na zona sul da cidade, vai relatando diversas histórias dos amigos que fez por ali e que se envolveram, direta ou indiretamente, com o tráfico de drogas. Alguns haviam falecido; outros, sido presos (Diário de bordo, 17.02.2022).

Diante desses trechos e diários, observo que, se em meu primeiro diário eu registrei um horizonte no qual uma penitenciária, com muros altos, fazia parte, saber que um cemitério

era o que estabelecia a fronteira entre um território dominado por uma facção e o de outra nos permite enxergar que, em determinadas zonas, a interação de distintas violências podem ser representadas não apenas pelos índices que os relatórios catalogam ou que a mídia faz questão de enfatizar, mas também por construções de cimento e tijolo que deixam explícito como as políticas de morte e de proteção, de forma efetiva e desigual, definem quem pode viver e quem deve morrer. Concordo, assim, com Mendes e Costa (2021), quando sinalizam que as disputas territoriais não se limitam à expressão das rivalidades existentes entre os grupos faccionais, mas fazem ver os antagonismos que estruturam a própria sociedade, visto que se trata da intensificação de mazelas sociais das quais o Estado constantemente se desresponsabiliza. Assim, podemos entender que o belicismo observado no contexto piauiense - que em um cotidiano já empobrecido e mantido às margens dificultam o acesso à educação, restringem o acesso a equipamentos e políticas públicas, expulsam os moradores de suas casas ou os enclausura dentro delas - trata-se, por esta perspectiva, de ações que ampliam condições de vulnerabilidade pré-existent (e não pontuais) e que, antes mesmo da chegada das facções ao Piauí, já conformavam e seguem conformando zonas em que a morte, mais do que uma consequência possível de atos extremos, refere-se à lógica que sustenta toda a política operada.

Falar sobre os antagonismos sociais existentes abre caminho para pensarmos que além da máquina estatal produzir territórios geridos sob a égide da barbárie, da desassistência, e do extermínio de populações não brancas e periféricas, verifica-se uma genderização na composição do projeto necropolítico em curso (Lima & Gambetta, 2020). Ou seja, nos leva a tomar atalhos que permitem refletir sobre o quanto as violências que se impõem sobre a vida de nossas interlocutoras, embora vitimizem também seus familiares e vizinhos de modo geral, derivam de uma política que desumaniza e violenta de forma mais extrema existências e subjetividades femininas específicas. Assim sendo, faz-se imprescindível entender como os

eixos de opressão se interseccionam e recaem com maior força sobre experiências de mulheres como dona Marielle, Maria Bernadete, Margarida, Maria do Espírito Santo e Sonia, fazendo com que determinadas intersecções de marcadores sociais resultem em mais letalidade (Collins, 2024).

Ao considerar os relatos sobre as escassas possibilidades de emprego, estudo e ocupação de seus locais de moradia ou olhar de forma atenciosa para os modos como essas mulheres, na condição de mães, tias, vizinhas e líderes comunitárias acabam tendo que se moldar diante das normativas estabelecidas pelos coletivos facionais, vemos o quanto suas vidas encontram-se subordinadas em meio a uma matriz de dominação complexa, ora operada pelos homens do Estado, ora pelos homens que nasceram ali, no próprio bairro. Atravessadas por um poder estrutural, que as submete a condições desiguais de empregabilidade, renda, ensino e segurança, sendo constantemente expostas à seletividade penal, à truculência policial e aos efeitos dos conflitos dentro do tráfico, suas vidas são marcadas por esse domínio de poder amplo e sistêmico que as exclui do pleno exercício dos direitos de cidadania e as relega a localidades e condições de vida carentes de assistência pública e proteção estatal. Marginalizadas, são ainda forjadas por um poder disciplinar que, a todo momento, tenta docilizá-las e neutralizá-las diante das mais diversas experiências de injustiça social.

Apreender a conformação desses distintos eixos de dominação em suas vidas é importante porque nos permite pensar sobre como as regulações faccionais incrementam tais experiências de dominação e se colocam, em uma medida a mais, como instâncias de subordinação da vida dessas mulheres. Isso pode ser visualizado nos momentos em que seus modos de cuidado são afetados, a coletividade feminina é fragilizada, inclusive nos momentos festivos, ou mesmo na retirada do direito de ir e vir, que, sob o risco de repressões,

acabam fazendo com que, gradativamente, mulheres periféricas se reservem aos espaços domésticos ou se ausentem das relações de amizade e vizinhança.

Quando Collins (2024) nos fala que o termo interseccionalidade oferece uma chave analítica para pensar a complexa ligação entre violência e poder, considerando que estes não apenas estão interconectados como são interdependentes, podemos enxergar isso ao conhecer as histórias de Dona Marielle, Maria Bernadete e tantas outras mulheres que cruzei ao caminhar pelo percurso de doutoramento, mas também as que não conheci, como aquelas cujas vidas foram ceifadas em meio ao acionar bélico que tem se desenrolado na contemporaneidade. Histórias que, de modo bastante expressivo, nos indicam como capitalismo, racismo e sexismo ganham significado um em relação ao outro. Assim, verifica-se o quanto o domínio estrutural e o domínio disciplinar moldam desigualdades sociais que, constantemente, sujeitam mulheres, sobretudo não brancas, pobres e moradoras de zonas marginalizadas a posições mais inferiores na hierarquia social. Posições essas que, frequentemente, conformam perdas de entes queridos, separações e distanciamentos, prisões, humilhações e, no extremo desse continuum de violências, a retirada da própria vida feminina. Observa-se, portanto, que a violência contra as mulheres nessas comunidades, em suas mais diversas apresentações, se trata de um “fio condutor de dominação política” (Collins, 2024, p.12), e não uma mera coincidência estabelecida pelas dinâmicas criminais que estão postas.

Segunda parada - Do feminicídio ao femigenocídio

Abordar as mudanças que a transição entre as gangues e as facções tem acarretado é uma forma de compreender como o adensamento desses grupos na região Nordeste e, de modo específico, no Piauí, está relacionado a um aumento das tensões tanto no sistema prisional quanto socioeducativo, mas também nas comunidades, dado o acirramento das disputas ligadas ao controle dos mercados ilegais de drogas e de armas e do agravamento nos índices de violências letais e intencionais. É uma forma de vislumbrar como essas transformações têm desestabilizado o dia a dia de populações urbanas e rurais piauienses, especialmente as que residem nas periferias da capital.

Os relatos apresentados expressam o modo como trajetórias de Dona Marielle, suas vizinhas, Maria do Espírito Santo, Margarida e Maria Bernadete vão ganhando distintos contornos a partir de um novo ordenamento da vida social, no qual atividades de trabalho, lazer, descanso e coletividade são, atualmente, permeadas por limitações geográficas e códigos de condutas, assim como por sentimento de impotência, medo e insegurança. Por outro lado, seus relatos nos oferecem pistas sobre como corpos femininos, mesmo quando não são alvos diretos de violências físicas ou de assassinatos, são sujeitos a contínuos processos de desfazimento e refazimento no contexto atual de uma guerra urbana, principalmente através de regulamentações e demarcações estabelecidas pelos grupos faccionais. São pistas que, como norteadores, vão nos guiando na composição do mapa que aqui buscamos construir: o de um corpo que, em meio aos conflitos faccionais, tem sido apropriado como terreno de exploração, dominação e afirmação de soberania.

Na primeira seção busquei analisar as relações entre as mudanças nas dinâmicas criminais no Piauí e os efeitos na vida daqueles que são incorporados como membros das facções, sobretudo jovens negros, sendo que tais efeitos reverberam também para aqueles

que, embora não componham os grupos, localizam-se em meio ao fogo cruzado, como no caso de mulheres mães, tias, esposas e vizinhas. São impactos que se propagam como uma onda por todo o tecido social. Nesta seção, discuto sobre como o assassinato de adolescentes e jovens mulheres, mais do que um desdobramento previsível de um contexto cada vez mais violento, exige análises por outra perspectiva: a de um corpo utilizado como mensagem de soberania e poder de morte.

Inicialmente, discuto o modo como tais mortes têm sido noticiadas e tratadas pelos veículos de imprensa e pelos discursos policiais. Em seguida, apresento como tem se dado a discussão em torno da categoria feminicídio na classificação de assassinatos de mulheres em meio à violência urbana e, em diálogo, incorporo a discussão proposta por Segato (2016) acerca do conceito de femigenocídio, utilizado pela autora em seus estudos sobre o cenário bárbaro de mortes de mulheres relacionadas grupos de narcotráfico e agentes do Estado no México. Realizo essa articulação como forma de ampliar as análises acerca dos assassinatos de mulheres no Piauí, violência que tem se mostrado direcionada, de maneiras específicas, a um gênero nas tramas de disputas faccionais. Assim, utilizo o debate sobre feminicídio e femigenocídio como ferramenta-lanterna que, neste percurso investigativo, nos ajuda a jogar luz sobre as estratégias capitalistas que, em sua constante atualização, encontram na exploração feminina o pilar de manutenção e sustentação.

Vidas protegidas e vidas expostas: que vidas são decretadas à morte?

Em meio ao contexto de guerra entre grupos que disputam o controle do tráfico de drogas, a reordenação das dinâmicas criminais e da violência letal no Piauí tem ocasionando um crescente número de assassinatos de adolescentes e jovens mulheres, a partir de metodologias violentas, raramente vistas e que, assim como em outros estados do Nordeste, como o Ceará, tem vitimado mulheres que não necessariamente são membros dos grupos e/ou

trabalham no tráfico de drogas. Tratam-se de mulheres assassinadas, frequentemente, por terem mantido relações familiares, afetivas ou de amizade com algum membro de grupos criminosos, por compartilharem fotos em redes sociais, por adotarem condutas consideradas “suspeitas” ou, ainda, por transitarem em zonas dominadas por facções rivais àquelas que exercem controle sobre seus bairros de moradia. Assim como destacam Paiva et al. (2019) sobre a realidade cearense, tais dinâmicas evidenciam padrões de violência que também podem ser observados no Piauí pois, embora o estado apresente números absolutos menores, guarda semelhanças no que se refere às transformações decorrentes do processo de faccionalização dos bairros da capital e de municípios.

Como uma forma de imposição de poder de um grupo sobre outro ou de afirmação das regras internas das facções, em situações de descumprimento de ordens ou de vingança, têm ocorrido frequentes execuções, geralmente antecedidas por julgamentos realizados pelos membros dos grupos, caracterizadas por ações de sequestro, tortura, desfiguração do rosto, raspagem de cabelos, apedrejamento, pauladas, estupros, dentre outros elementos que escancaram a barbárie das mortes (Benício et al., 2018; Paiva et al., 2019). Os crimes cometidos contra mulheres têm levantado preocupação na medida em que, ainda que as mortes violentas continuem sendo predominantemente de jovens do sexo masculino, tem-se verificado um incremento significativo no assassinato de mulheres (sobretudo de adolescentes e jovens) em meio às brigas de facções e até pouco tempo esse não era um fenômeno comumente visto e noticiado nos municípios do estado. Dessa forma, um cenário de ameaça e de pânico tem emergido, em que novas tensões e dinâmicas de controle social são implementadas, demonstrando, novamente, que os métodos letais empreendidos atingem também sujeitos “não envolvidos”²⁴, desde que estejam em territórios ou assumam condutas consideradas ameaçadoras (Paiva et al., 2019; Paiva & Pires, 2023).

²⁴ Aqui, a categoria “envolvida” assume uma dupla significação: enquanto para os moradores de periferias não

Algumas cenas podem nos elucidar como tal fenômeno vem sendo expressado no contexto piauiense, como as últimas horas de vida de Gisele²⁵, que pediu para ver o filho de dois anos por meio de chamada de vídeo e avisou, através de mensagem de texto, que iriam matá-la. Foram essas as informações que a família recebeu antes do seu desaparecimento. A jovem, conhecida como “Sereia”, tinha apenas 17 anos quando sua vida foi finalizada, embora seus familiares ainda não tivessem informações oficiais sobre qual teria sido seu destino. Não havia corpo. Onde estaria o corpo? O que teria sido feito dele? Eram perguntas sem respostas.

Gisele desapareceu no dia 07 de março de 2021 e, uma semana depois, sua família recebeu fotos que mostravam a jovem com uma arma apontada para sua cabeça, indicando um possível interrogatório, além de imagens da jovem dentro de uma cova, ainda viva, mas com marcas de violência. Algumas dessas fotos foram compartilhadas em redes sociais e também nos sites de notícias locais. Seu corpo só seria encontrado em 22 de maio, mais de dois meses depois, sem vida, algo que a família já esperava, devido ao tempo que havia se passado, conforme relatou sua avó em uma entrevista divulgada na época²⁶. O corpo de “Sereia” estava enterrado às margens do Rio Poti, no bairro Mocambinho, zona Norte de Teresina.

Semanas antes, vídeos de duas jovens cavando a própria cova circulavam em redes sociais e aplicativos de mensagens. As vítimas eram Maria Eduarda e Joyce Ellen, de 17 e 16

fazer parte de um grupo faccional os coloca em uma posição de "não envolvidos", em determinados momentos sendo, inclusive utilizado para reivindicar a diferença entre bandido e cidadão, para as matérias jornalísticas e agentes de segurança pública ser moradora de uma região periférica, negra, pobre, usuária de drogas, familiar ou ter se relacionado com alguém de facção é suficiente para enquadrá-la como "envolvida", justificativa frequentemente repassada à população nos noticiários das mortes.

²⁵ Matéria publicada pelo G1 sobre uma série de desaparecimentos e assassinatos de adolescentes e jovens mulheres ocorridos em 2021, no Piauí. Recuperado em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/04/29/adolescente-desaparecida-ha-50-dias-no-pi-era-amiga-de-jovem-morta-apos-cavar-a-propria-cova.ghtml>.

²⁶ Em 22 de maio, o corpo de Gisele foi encontrado enterrado nas margens do Rio Poti, próximo bairro Mocambinho, zona norte de Teresina- Pi. Recuperado de: <https://www.gp1.com.br/policia/noticia/2021/5/25/tribunal-do-crime-familia-diz-que-corpo-encontrado-em-cova-e-de-gisele-vitoria-502397.html>

anos, respectivamente, e sofreram torturas com golpes de faca e pauladas, até serem assassinadas a tiros e enterradas nas covas que foram abertas com suas próprias mãos. Tudo isso registrado em imagens à luz do dia. Matérias da época apontavam uma possível relação entre o assassinato das amigas e o desaparecimento de Sereia, além de que as adolescentes teriam sido atraídas por uma colega, que precisava demonstrar sua disciplina na execução do crime para ser aceita pelo novo grupo que havia passado a integrar. Seus corpos foram encontrados em 21 de março do mesmo ano, em Timon, município vizinho de Teresina²⁷. De acordo com as notícias, uma delas poderia ainda estar viva quando foi enterrada.

Abril de 2021 também seria o último mês de vida para Tatiana Graziela, de 16 anos. Após desaparecer no vigésimo dia do mês, seu corpo foi encontrado cinco dias depois, enterrado às margens do Rio Parnaíba, no bairro Santa Maria. Antes de ser encontrada sem vida, um vídeo divulgado nas redes sociais mostrava a jovem sendo mantida refém, com o rosto machucado e recebendo puxões de cabelo. De modo similar, o corpo de Valdirene, de 27 anos, havia sido encontrado dias antes, ao lado de uma cova que estava sendo feita por três homens à margem do Rio Poti, também na zona Norte da cidade²⁸. A polícia foi chamada através de uma denúncia anônima e entrou em uma troca de tiros com os homens, que fugiram.

Seleciono essas cenas e as trago para cá por ter sido, a partir delas, que o fenômeno dos assassinatos de adolescentes e jovens mulheres passou a ganhar maior repercussão social no Piauí, uma vez que, da forma como vinha sendo apresentado e pela frequência com que passou a aparecer nas manchetes, não se tratava de algo até então comum. Naquele período,

²⁷ A notícia sobre os dois corpos encontrados foi divulgada em março de 2021, no site do G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/03/21/corpos-de-adolescentes-desaparecidas-em-teresina-sao-encontrados-em-timon-diz-policia.ghtml>

²⁸ Em matéria divulgada pelo site de notícias Oito Meia sobre uma série de assassinato de mulheres no Piauí, o subtítulo da manchete diz “os criminosos passaram a mirar o sexo feminino”. Recuperado de: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2021/04/28/policia-apura-mortes-de-mulheres-relacao-faccoes-e-tribunal-do-crime-em-teresina/>.

os veículos de notícias, juntamente com a polícia, rapidamente passaram a utilizar o termo “Tribunal do Crime” para classificar tais ocorrências e associá-las às disputas de facções rivais pelo comércio ilegal de drogas e de armas no estado, assim como nas ocorrências de homicídios masculinos. Constantemente, o termo é empregado pela imprensa e por órgãos estatais para se referir a julgamentos de atos considerados inaceitáveis pelos grupos faccionais, em que a vítima é capturada e passa por uma espécie de “interrogatório” antes de ter sua pena decretada. Decreto esse que pode ser, inclusive, de morte.

Ao nos depararmos com as primeiras notícias a que tivemos acesso sobre os assassinatos de mulheres cometidos por facções (como indicavam as matérias), nos vimos, eu e meu orientador, diante de algumas indagações sobre a forma como essas mortes eram noticiadas: que circunstâncias distintas tais homicídios evidenciavam? Tratava-se de um processo similar aos sucessivos assassinatos masculinos que, de acordo com a mídia, decorriam da intensificação das disputas faccionais em solo piauiense? Que elementos presentes nas mortes dessas jovens indicavam uma nova configuração na violência contra a mulher? São perguntas levantadas em um contexto em que falas como “agora essas meninas só querem se envolver com bandidos” ou “até as mulheres estão se metendo com esse negócio de facção” passaram a ocupar as conversas entre os populares.

Por outro lado, quando lia ou ouvia sobre o termo “tribunal do crime”, causava-me incômodo a forma como essa categorização dos modos brutais pelos quais as adolescentes eram executadas servia, com bastante frequência, para oferecer uma explicação acerca do crime ocorrido e, na mesma medida, contribuía para a percepção de que tudo já estivesse resolvido, algo como “é isso mesmo: se envolveu com crime, não cumpriu com esse papel de mulher, mereceu morrer”. A partir dessas inquietações, coloquei-me a pensar: a quem é dado o poder de definir que um tribunal, um decreto, faz parte de uma ordem ilegal e criminosa?

Para quais tipos de grupos e, mais especificamente, de ações, o Estado impõe o selo pejorativo de “tribunal do crime”?

Essas indagações derivam, além de outros fatores, da observação de que, diariamente, uma série de operações tão violadoras e letais quanto os julgamentos e decretos de grupos faccionais é realizada por agentes estatais, sendo, inclusive, comemorada e interpretada por uma boa parte da sociedade como necessária. A exemplo, cito a chacina executada em outubro de 2025 pelo Governo do Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão e da Penha, que, sob a justificativa de enfrentamento ao CV, resultou em 121 mortes. Se, por um lado, a comunidade amanhecia o dia carregando e enfileirando dezenas de corpos na praça da Penha, o resultado da “megaoperação” foi avaliado como um “sucesso” pelo governador Cláudio Castro. Já nas palavras do secretário de Segurança Pública, Victor Santos²⁹, as dezenas de mortes eram, apenas, um “dano colateral muito pequeno”. Para ele, somente quatro vítimas eram inocentes e, portanto, mereciam comoção: os quatro policiais mortos na operação. Essa observação evidencia que, além de ao Estado ser legitimado o poder de matar ou deixar morrer, também é entendido que este *deve* fazê-lo e é esperado que, efetivamente, o *faça*.

Em 2008, em entrevista produzida pela Agência Estado, a professora e pesquisadora sobre o crime organizado, Marisa Feffermann, analisava o funcionamento de tribunais operados por facções nas periferias do Sudeste, mais particularmente pelo PCC, os quais denominava de “debates”. Segundo a pesquisadora, os debates correspondiam a uma forma do grupo estabelecer as regras do jogo, dar veredictos e também “segundas chances” para aqueles que descumpriam o estabelecido, de forma perversa, autoritária, mas também paternalista (Agência Estado, 2008). Feltran (2010), por sua vez, discorre sobre como os debates referem-se a modos alternativos de arbitrar conflitos e executar medidas de justiça

²⁹ Notícias apontam que a megaoperação realizada no Complexo do Alemão, deixou cerca de 121 óbitos, sendo 4 policiais e 117 suspeitos. A operação é considerada a mais letal da história do Rio de Janeiro. Recuperado de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/29/atualizacao-numero-mortos-operacao-rio-de-janeiro.ghtml>

sob uma lógica distinta do direito democrático e que, ao julgar pequenas causas, desvios de gravidade moderada ou casos de vida ou morte, envolvem desde a “ideias” trocadas de modo rápido, consultas a outros integrantes do grupo até a participação de integrantes de distintas posições na hierarquia de comando. Neste último nível, é comum o uso de tortura como método para extrair confissões, delações de terceiros ou já se tratar de uma punição durante o julgamento (Dias & Gomes, 2021). Assim, os debates decidem “quem vive, quem mata e quem morre” e manifestam, acima de tudo, uma decisão coletiva e não individual (Feltran, 2010, p. 64). Configuram, por isso mesmo, um juízo consensual, uma forma de justiça reconhecida como válida para todos e que se embasa na ética e na lei estabelecida, normativas estas que, constantemente, são atualizadas (Dias & Gomes, 2021).

Analisar a complexidade que envolve os “debates” ou “tribunais do crime” requer apreender tanto a perversidade e a brutalidade que expressam, como aponta Feffermann (2008), mas também a maneira como essas instâncias normativas se colocam como modos alternativos de resolução de conflitos diante da dificuldade que populações periféricas encontram em terem seus direitos garantidos pelas instâncias legais e de justiça formal (Feltran, 2010). Isso fica nítido quando Maria Bernadete aborda as possibilidades de justificação e de proteção em seu bairro:

Senti no momento em que eu tive uma casa invadida às 3h40 da manhã por um rapazinho que era membro de uma facção criminosa, que fui recorrer também aos meios legais. Como era menor, nunca deu nada. Eu passei praticamente uns seis meses com o meu psicológico abalado. Infelizmente, você procura as delegacias e quem teve que resolver foram os bandidos dentro da comunidade. O próprio bandido! Porque sabe que a gente é uma pessoa de dentro da comunidade que ajuda a comunidade, o morador, sem interferir nessa guerra. Essa violência entre o tráfico e o poder de facções em se descentralizar dentro da comunidade e tomar aquele território.

A gente não se mete nisso. E aí, quando souberam que a casa que tinha sido invadida tinha sido a minha, os mesmos bandidos fizeram o julgamento e fizeram o poder paralelo que o Estado não faz. Inclusive, essa pessoa teve que ir embora de dentro da comunidade. Está *com* três anos fora da comunidade. (Maria Bernadete, Entrevista)

Ao trazer, em sua fala, as estratégias pelas quais buscava proteção e justiça, M^a Bernadete indica que, embora em alguns momentos recorra às vias legais (como agentes de polícia e delegacias), em outras situações, o estabelecimento de contato com traficantes locais constitui, na sua realidade, uma forma de vislumbrar alguma medida ou solução diante dos conflitos existentes. A posição da interlocutora, em suas múltiplas nuances, se mostra particularmente reveladora da complexidade das formas de gestão da vida social em contextos marcados por disputas de poder e permite compreender como as relações estabelecidas tanto com os meios legais quanto com os informais configuravam uma articulação contínua de estratégias por meio das quais busca desestabilizar estruturas opressoras e produzir outros modos de existência para si e para sua comunidade. Isso corrobora com Collins (2019), quando afirma que as lutas pela sobrevivência e pela transformação institucional constituem as duas dimensões centrais do ativismo de mulheres negras.

Bernadete é uma mulher que desenvolve parcerias com políticos da capital, atua em campanhas, articula a inserção de projetos sociais em seu bairro e, com frequência, afirma acreditar na capacidade do poder público de promover melhorias assistenciais e de segurança. Por outro lado, ao mesmo tempo em que descreve, em sua narrativa, os jogos de força entre os próprios moradores (o que a leva a compreender sua realidade também como produto de conflitos de interesses locais), seus relatos eram, muito constantemente, permeados de um profundo descrédito em relação à justiça estatal. Entendi, assim, que aquela mulher, assistente social, mãe e articuladora política, diante de tantas situações em que se viu desamparada pela

justiça formal, passou a reconhecer como mais eficazes os arranjos produzidos no interior da própria comunidade, ainda que estes, volta e meia, estreitem ou embaralhem a relação entre “cidadão” e o “bandido”, categorias que costumava utilizar.

Quando foi denunciada essa violência que nós passamos...Muito pesado com as duas facções. Até matarem os chefes de facção, um do Bonde dos 40 e outro do PCC, *foi recorrido* ao Ministério Público, à Secretaria de Segurança, através da delegada ***.

[...] O problema maior que nós enfrentamos são mulheres que se dizem estar à frente do movimento comunitário, mas *ela é* a favor do bandido. E o morador cidadão de bem é a favor da polícia aqui dentro. É a favor da polícia! Quando a polícia tenta fazer um trabalho de enfrentamento à violência, essas mulheres que fazem parte do movimento comunitário, chegam no político delas, chegam em quem está no governo do estado e tira aquela pessoa de dentro do batalhão que está fazendo trabalho voltado para o cidadão pagador de imposto. E muitas dessas mulheres que são líderes comunitárias, que usam a comunidade só em tempo de eleição para ganhar o seu emprego, ter o seu contracheque, a maioria delas vive coligada. O filho é da facção, o marido é da facção, ou ela precisa do voto da mãe do menino que vive na facção para poder eleger o político. Mas não vem uma política pública voltada para esses jovens, que quando estão...quando veem que são ameaçados, principalmente quando as meninas são vítimas do tribunal do crime, nem sequer têm a coragem de chegar no velório e ajudar com o caixão.[...] Aqui não tem um apoio psicológico, não tem um apoio social, não tem um Estado aqui dentro. Quando veio a Secretaria de Segurança para fazer esse monitoramento, em agosto do ano passado, simplesmente disseram que a polícia não resolvia, que tinha que subir no morro e falar com o bandido. Essas mesmas lideranças, que são ligadas a pessoas do alto escalão do governo, são as mesmas que dependem do voto das mães desses meninos que vivem praticando a

violência dentro da comunidade. Mas quando eles estão ameaçados de morte, a mãe chega na minha casa pedindo 300 reais para pagar a passagem para ir embora para outro estado. Elas mesmas não dão. (Maria Bernadete, Entrevista)

Em diversos trechos de nossas conversas, Bernadete se exaltava, aumentava o tom de voz, demonstrando-se indignada com aquilo que compartilhava. E era essa forma de agir e de se comunicar que a tornava uma pessoa “difícil de se relacionar”, segundo ela afirmava ou de acordo com relatos de pessoas que a conheciam. Mas havia uma outra Maria Bernadete que também se apresentava diante de mim, pois esses momentos também contrastavam com um corpo que se colocava atento ao ambiente e que buscava, de tempos em tempos, regular o tom de voz, falar “mais baixo”, para que não corresse o risco de ser ouvida pelos vizinhos.

Compartilho, assim, um trecho de meu diário de bordo no dia em que a entrevistei:

Combinei com Maria Bernadete de encontrá-la em sua casa, local onde ela disse que seria possível realizar a entrevista. Ao entrar no bairro, lembro que o período eleitoral se aproxima: pessoas distribuindo panfletos pelas ruas, cartazes com fotos de políticos nas portas das casas. O bairro está em período de campanha. M^a Bernadete me convida para sentar na pracinha, em frente à sua casa. Em volta da praça ficam uma Unidade Básica de Saúde, uma quadra de esportes e um pequeno espaço coberto para eventos. Ela me explica que ali era “menos quente” e, de fato, percebo que clima é bem mais ameno. A sombra das árvores torna aquele encontro menos escaldante. Ao longo da entrevista, crianças do bairro que participam de um projeto de capoeira brincam, treinam golpes de capoeira, correm pela praça. [...] Quando finalizamos, comento sobre a aula de capoeira e ela rapidamente afirma que o projeto só está ocorrendo “devido ao período eleitoral”, mas que, provavelmente, “em janeiro ou fevereiro não terá mais nada acontecendo”. M^a Bernadete chama o mestre de capoeira - um conhecido seu - para falar conosco, explica quem eu sou, fala da minha pesquisa.

O professor comenta que, infelizmente, muitas vezes as mães tiram as crianças do projeto, por não terem dinheiro para os fardamentos ou para a participação dos filhos em campeonatos. Por isso, ele entendia que isso acabava fazendo com que “esses meninos entrem pro tráfico”. Ele refere-se ao grupo no plural, mas havia muitas meninas participando da aula. Ao atravessarmos a rua e chegarmos em sua casa novamente, um pessoal esperava por Bernadete, para retomar a campanha pelo bairro, distribuindo panfletos. Ela me apresenta e aponta para uma das moças que estavam do outro lado da calçada, a esperando. Me diz que a moça tem um irmão que havia ido jogar bola na outra rua e, por ter feito um símbolo, está sendo ameaçado pela facção. (Diário de Bordo, 18.09.2024)

Trago este trecho do diário como uma forma de refletir sobre o quanto Maria Bernadete se apresentava como uma interlocutora para a qual definições simples e lineares mostravam-se insuficientes diante de sua complexidade. Durante a entrevista, peguei-me pensando sobre sua escolha de realizá-la em um espaço público, de fácil visibilidade para quem passava. Ao mesmo tempo em que se mostrava aguerrida em seus posicionamentos, voltava, em outros momentos, a falar quase em sussurros, como se lembrasse que aquilo sequer poderia ser dito ali, pois alguém poderia ouvir. Em outros momentos, alertava que poderíamos estar “chamando a atenção” de quem circulava pela praça, já que estávamos sentadas com um gravador em mãos, algo pouco usual na rotina do bairro.

Além disso, na mesma medida em que destacava a fragilidade dos investimentos sociais e financeiros destinados à Vila (muitas vezes mantidos apenas enquanto durassem interesses eleitorais, segundo ela), permanecia à frente de campanhas e mobilizações em busca de benefícios junto ao poder público municipal e estadual. E mais: quando necessário, tais articulações também envolviam aqueles que detinham o controle do crime na região. Diante dessa postura multifacetada, eu era constantemente convocada a (re)observar, ao

longo da pesquisa, que as fronteiras entre a justiça do crime e a justiça formal são, com frequência, difusas e, nessa trama, encontram-se igualmente imbricadas as vidas daqueles que ali residem.

Quando Maria Bernadete propôs que carregássemos as cadeiras de sua casa para o meio da pracinha, fiquei receosa. Achei que conversaríamos em um local mais reservado, mas estávamos ali: visíveis para quem quer que passasse. Confiei. Afinal, ela conhecia mais a dinâmica de seu bairro do que eu. No entanto, cada vez que a interlocutora olhava em volta, eu me perguntava se aquela havia sido uma boa ideia. Meu corpo dava passagem à tensão e à apreensão, assim como havia acontecido em outros encontros com Dona Marielle e Sonia.

Tais situações levaram-me a analisar minha condição de gênero, cor de pele e, certamente, os contatos que estabeleci ao longo desta caminhada de doutoramento posto que, certamente, eram marcadores fundamentais para que eu pudesse estar ali. Afinal, se eu fosse um homem, conseguiria a mesma entrada que tive naquelas ruas e quebradas, nas casas de minhas interlocutoras? E se eu fosse um homem negro? Em um território nos quais os processos de periferização e racialização são marcadores-chave, se eu fosse uma jovem negra, como minha presença seria percebida e avaliada ali, pelos moradores? Muito provavelmente, apresentar-me como estudante universitária, como alguém que estava ali por objetivos acadêmicos também se configurava como um aspecto que, direta ou indiretamente, favorecia uma relação de confiança entre mim e as interlocutoras, assim como para aqueles que, vendo-me ali, poderiam se perguntar quem era aquela pessoa estranha. São tensionamentos que, ao tempo em que eu escutava Maria Bernadete e observava a dança da capoeira e os vizinhos que transitavam pela pracinha, iam me atravessando e produzindo deslocamentos subjetivos e de reposicionamento diante de minha própria condição de privilégio. Minha presença naquela pracinha, provavelmente, era permitida e vista como

menos ameaçadora pelos signos que meu corpo carregava, bem como pelas pessoas que, também ocupando posições acadêmicas, possibilitaram o estabelecimento de tais contatos.

Dar uma pausa e observar a paisagem que Maria Bernadete e as relações comunitárias de seu bairro conformam contribui para que possamos, nessa encruzilhada, entender como as noções de ética e moral se dissipam quanto mais se dissipam as relações de poder. Assim, sigamos na discussão acerca do termo “tribunal do crime”. Além de entender como necessária a problematização do seu uso pela imprensa e agentes de polícia – e também pelo senso comum -, entendo que essa denominação nos remete, em relação ao tema aqui estudado, ao entendimento de um poder arbitrário que, operado por sujeitos transgressores e envolvidos com o crime, resulta na violação, agressão e extermínio de mulheres. Isso permite mobilizar um conjunto de outros questionamentos, inclusive acerca das denominações “decreto” ou “decretação”, constantemente presentes em pesquisas da área, em matérias jornalísticas e utilizadas pelas interlocutoras, como analisadoras de tal problemática social: o julgamento ao qual as vítimas são submetidas e o decreto de morte que recebem vêm somente desses grupos, em momentos de decisão sobre condutas consideradas graves? Ou há decretos de morte muito anteriores a isso, impostos pela seletividade penal e policial, pelo genocídio negro ou mesmo pela omissão do Estado? De que forma determinadas vidas femininas são, desde o início, decretadas a uma maior vulnerabilidade ou mesmo à morte?

Dona Marielle, por exemplo, relatava uma série de acontecimentos que, marcados pelas relações com crime e com o tráfico, haviam aproximado ela e sua família de diversas situações perigosas e difíceis. Mas esses não eram os únicos episódios em que a violência havia se feito presente em sua história, como constatei em um dia que a acompanhei durante uma reunião de moradores do Parque Vitória, no qual Dona Marielle também era conhecida por suas ações.

D^a. Marielle me convidou para ir ao Parque Vitória, pois haveria o lançamento da chapa que iria concorrer à eleição da associação de moradores do bairro, e ela fazia parte da chapa. O bairro também fica na mesma zona em que ela mora e decidi ir junto aos moradores do Parque para tentar assumir a associação do bairro. Assim que chegamos ao local onde seria a reunião, D^a. Marielle nos recebeu e nos levou em algumas casas de moradores que precisava visitar. Ao longo do percurso, foi me contando que o bairro surgiu de um movimento de ocupação de terras que estavam inabitadas e que não havia sido um processo pacífico. Me contou que ela e um grupo de pessoas passaram várias noites na região (que é quase toda de morros), defendendo a ocupação. “A gente se abrigava lá em cima, minha filha. Quando a gente descia pra fazer manifestação, chegava os capangas dos donos do terreno ou a polícia atirando. Aí, a gente corria, subia e ficava lá em cima do morro”. (Diário de Bordo, 20.05.2023)

Participar de uma ação de ocupação em meio a tiros era algo que, particularmente, não me surpreendia em Dona Marielle, mas levava-me a observar o quanto, para ela, o enfrentamento à violência ocorria em múltiplos âmbitos de sua história - como quando o filho foi preso por escrever letras de *rap* que denunciavam a violência policial ou quando a polícia invadia sua casa atrás de seus filhos e sobrinhos - e, dessa forma, não havia como resumi-la somente às atividades das facções que chegaram no seu bairro após a segunda década dos anos 2000. Caminhar ao seu lado, ouvindo suas histórias enquanto visitávamos alguns moradores (que também comentavam sobre mortes que haviam ocorrido nos dias anteriores, na porta de suas casas) evidenciava que a violência que atravessava sua vida e das demais mulheres que me apresentou, assim como afirma Davis (2016), não pode ser compreendida como um evento isolado ou excepcional, mas como parte de uma engrenagem histórica e estrutural que articula racismo, sexismo e exploração econômica, além de impor decretos sobre as suas trajetórias.

Da mesma forma, indago: Sonia, quando levou quatro tiros, em uma rua de calçamento no seu bairro durante a madrugada, sofria as consequências de uma pena decretada por uma facção somente aos seus 18 anos ou esse decreto já havia sido dado desde o seu nascimento? Apresento uma parte da entrevista em que narra sobre sua infância e adolescência:

Sou uma criança, uma pessoa que passou a infância um pouco traumatizada por conta do convívio familiar. Meu pai era usuário de droga. Minha mãe se juntou ao meu pai e os dois viraram usuários. Quando tiveram que ser internados, eu fiquei um pouco na ausência dos meus pais, só com a minha avó paterna. Quando os meus pais retornaram, eu passei por momentos muito ruins, porque eles brigavam muito. Eles discutiam muito. Meu pai batia muito na minha mãe. Eu via aquelas situações todas e me sentia incapacitada de ajudar a minha mãe, por ser uma criança. E aí eu fui crescendo com aquilo: vendo os meus pais brigarem, meu pai bater na minha mãe, por conta da bebedeira. Às vezes, o convívio que eu não tive com eles fez com que, na adolescência, eu fosse me perdendo, porque eu não tinha meus pais perto de mim, me aconselhando. [...] Quando eu tinha meus 13 anos de idade e eles começavam a brigar, eu só queria sair de casa pra não ficar vendo aquela situação. Porque era uma agressão física e eu não aguentava não poder fazer nada. E aí, eu saía de casa, correndo. Às vezes, eu dormia fora e voltava no outro dia. Dormia na rua mesmo. [...] Aos 12 anos de idade, eu perdi a minha virgindade. Eu fugia de casa, porque o que eu não tinha em casa, eu procurava na rua. Aos 12 anos, eu saí de casa, me relacionei com pessoas até mais velhas do que eu. E aí, foi o momento em que meu pai começou a querer me trancar dentro de casa. Ele achava que tudo se resolvia na base da lição de ficar batendo. Ele me botava de castigo, me batia de corda molhada, de cipó de tamarindo. Coisas que, por dentro, estavam doendo muito em mim e ele

não percebia. E aí, tudo aquilo foi envolvendo pra que eu me tornasse uma pessoa revoltada. Uma adolescente revoltada. Teve uma época que eu passei três dias desaparecida de casa. [...] Passei três dias na casa de um traficante. [...] Quando eu fiz 14 anos, meu namorado perguntou se eu não queria ir morar com ele. Por conta do convívio que eu tinha dentro de casa, como eu achava que dentro de casa eu não era feliz, eu estava em busca da minha felicidade. Inocente! Uma forma de fugir da realidade que eu estava vivendo, para viver outra. Passei mais de anos fora de casa. [...] E, tipo, a minha história de vida, ela não foi boa, não. Eu acho que também foi o que pegou pra acontecer tudo o que tem acontecido. Falta da família. Falta de pessoas. “Ah, é porque não escuta conselho”. Eu não tive conselho de família. Eu não tive pessoas que falavam “olha, eu te apoio, vai fazer isso, vai fazer aquilo, eu te ajudo”. De 2021 em diante, o meu esposo... ele começou a se entregar à bebida e aquilo ali foi me traumatizando aos poucos. Eu era traumatizada já dos meus pais, com respeito à bebida. E aí, quando ele começou a beber, eu já fiquei assustada. Ele chegava super agressivo, querendo me bater. Ele já me bateu muito, muito mesmo. Ele chegava em casa tarde, às vezes ele nem chegava, ele chegava no outro dia. Ele saía pra festa sozinho, e eu ficava com a minha filha em casa, eu não trabalhava, eu só ficava em casa. Ele já chegou a me agredir muito, a me bater muito. E tipo, são traumas que eu guardo, porque, infelizmente, são traumas, lembranças ruins, que a gente tenta esquecer, mas ficam na memória. (Sonia, Entrevista)

De modo semelhante à vida de Sonia que, desde a infância, presenciou a violência dentro e fora de casa em suas mais diversas facetas, pergunto: podemos dizer que Maria Bernadete, uma mulher que, embora se autoavalie como destemida, valente e que nunca foi vítima direta das retaliações de facções, mas convive diariamente com ameaças e truculência dos grupos em seu território, disponibiliza ajuda para vizinhas cujas filhas foram ou são

ameaçadas, somente tem lidado com os efeitos da violência nos dias atuais, em decorrência da reordenação das dinâmicas criminais ou, como ela mesma narra, desde que viu a própria mãe ser agredida e abandonada por seu pai, pelo casamento com um homem agressivo, ou pela escassez de oportunidades para pessoas que, como ela, nasceram e cresceram dentro da periferia?

Eu também sou filha de pessoas que tinham conflito intrafamiliar. Que era um pai que não era dependente de álcool e nem de drogas, mas era muito violento. Onde minha mãe também sofreu muita violência na época e nós não tínhamos essa proteção que hoje a mulher tem, não tinha uma delegacia da mulher, não tinha uma Lei Maria da Penha. E a mulher na década de 80 e 90 sem o marido era o escárnio da sociedade. E muito cedo o pai abandonou a mãe com cinco filhos. Não voltou nem para registrar. [...] Eu casei muito jovem, casei com 17, aos 27 eu tive que separar do marido, porque também era uma pessoa muito violenta, só que eu não aceitava a violência. Tentava me deixar em cárcere privado. Eu era mais jovem do que ele nove anos. Quando eu concluí o ensino médio, resolvi abandonar o lar devido ao ciúme doentio dele, que só chegava às agressões verbais. Físicas eu não aceitava, porque eu também ia para cima. E aí, eu sempre tive aquela forma de dizer que eu jamais ia passar o que minha mãe passou, porque eu já tinha um esclarecimento. E aquele lar de conflitos verbais, para mim, nunca foi a maneira que eu queria seguir de vida. [...] Eu tinha uma cabeça mais esclarecida e eu me inseri em um projeto que era justamente para mulheres que eram vítimas de violência doméstica, psicológica, onde eles nos inseriam no curso de capacitação de informática. E aí, supostamente, tinha a empregabilidade. Lá eu tive o convívio com várias mulheres que eram realmente espancadas. Eu tinha amigas que o

marido levava para a Estrada da Alegria³⁰, espancava de um lado e tentou até enterrar viva, mas ela conseguiu chegar até no residencial Monsenhor Chaves e ir para o HUT³¹, pedir ajuda a um morador. E aí, eu vi que era uma pauta que muitas delas tinham que passar. (Maria Bernadete, Entrevista)

Questiono, por fim, se Dona Dorothy, que perdeu a filha de 14 anos de modo brutal, assassinada a pedradas após ser raptada de uma festa em que estava, passou a experimentar os efeitos da violência e da vulnerabilidade social somente a partir das metodologias faccionais começarem a ser operadas em seu bairro ou estes já permeavam distintos momentos de sua vida. Em um sábado à tarde, combinei com seu Toshiro de conhecê-la. O encontro foi na Área Pastoral Santa Bárbara, localizada na Vila que também recebe o nome da santa. Dona Dorothy frequenta a igreja e Seu Toshiro, como ele me explicou, fazia parte da equipe da paróquia, que funciona como um espaço de suporte da comunidade.

Marcamos de nos encontrar às 15h. Chego às 14:50, encontro com ele, que me avisa que Dona Dorothy está a caminho. Pouco tempo depois, vejo uma mulher negra, baixinha, com ombros encolhidos e passos lentos vindo em nossa direção, como se estivesse em posição de defesa. Suponho que seja a pessoa que eu iria encontrar. Era. [...] Nossa conversa acontece no salão da paróquia e dona Dorothy me explica que havia marcado naquele local por se sentir mais segura e confortável. [...] Ao longo de toda a entrevista, crianças entram e saem, sob tons de risadas e brincadeiras, para beber água no bebedouro do salão, pois está havendo a missa das crianças, ao lado. Fico algum tempo observando o contraste daquela cena: ao mesmo tempo em que eu ouvia o relato de uma mãe que havia perdido a filha de 14 anos, escutava, ao fundo, as músicas de uma missa que parecia trazer uma esperança às crianças e adolescentes da

³⁰ Estrada localizada na zona sul de Teresina e que leva ao bairro denominado de Portal da Alegria. A estrada, paralela às margens do Rio Poty é uma localidade que, frequentemente, aparece nas notícias de assassinato, ocultação e desova de cadáveres.

³¹ Hospital de Urgências de Teresina, localizado na zona sul da capital.

comunidade. Sob lágrimas, Dona Dorothy me conta que sua filha também havia participado de diversas atividades na igreja. (Diário de Bordo, 21.09.2024)

Ao longo de nossa conversa, Dona Dorothy me contou um pouco de sua vida e sobre os últimos dias em que pode estar com a filha, antes de ser assassinada. Contou-me sobre como a necessidade de trabalhar havia se apresentado muito cedo em sua vida, assim como outras formas de violência. Violências físicas, patrimoniais, psicológicas e emocionais:

Eu vim pra cá, pra Teresina com a minha família. Vim com 14 anos, pra trabalhar. Meu estudo foi pouco, eu estudei só até a quinta série. Eu morava com a minha avó e, quando ela faleceu, vim pra cá com a minha mãe, porque eu queria estudar, terminar meu estudo. Mas eu não terminei, porque eu fui trabalhar. Com 14 anos eu comecei a trabalhar nas casas de família, ajudando a minha mãe. Aí, depois, eu me ajuntei com esse rapaz. Com esse rapaz que me violentou..., mas ele não era assim, não. Ele começou a beber.[...] Eu tinha mais de 20 anos quando conheci ele. [...] Mas ele era uma boa pessoa pra mim. Ele foi uma boa pessoa, e ele é! Quando tá bom, é uma ótima pessoa. Trabalhador... Gosta muito de trabalhar. Mas a bebida...dominou ele. [...] Ele era violento, mas me agredia com palavras. Com murro, foi só esse dia que ele me deu um murro que quebrou o meu dente. Mas ele não era violento comigo! Ele me xingava muito! Na rua, onde eu estivesse, ele me xingava. [...] Minha casa está toda destruída. Meu marido deixou minha casa toda destruída. Na cozinha tem a rachadura que não caiu ainda porque Deus não deixa cair, senão já tinha caído. Destruiu minha casa toda. Toda, toda. Toda destruída. Ele ficava jogando pedra, dando pesada nas portas. A parede rachou. [...] Era querendo me bater, e aí, para não me bater, ele descontava nas coisas, na casa. (Dorothy, Entrevista)

A fala de Dorothy, juntamente com as narrativas das demais interlocutoras, descrevem como, desde a infância e a adolescência, tiveram que lidar com o uso abusivo de drogas e de

álcool, com a violência doméstica e intrafamiliar, com a evasão escolar, com as precárias condições de emprego, com o trabalho infantil, dentre várias outras situações. Ainda assim, as interpretações que cada uma estabelece acerca das situações de violência são distintas: Sonia recorre à estrutura familiar e à falta de apoio para explicar aquilo que a “traumatizou” e gerou “revolta”, fazendo com que fosse se “entregando à bebida, às amizades, às drogas” (Entrevista). Já Maria Bernadete considera que, por ter participado de projetos sociais e por ser uma mulher “de muita personalidade, de falar, de argumentar, de não baixar a cabeça, de procurar, saber quais eram os meus direitos, onde é que eu tinha que buscar” (Entrevista), teve a oportunidade de seguir caminhos diferentes aos de muitas mulheres com quem conviveu. Mulheres que, como analisava, precisavam “de uma casa, de um prato de comida, não tinham uma renda, não tinham um emprego fixo” e casavam muito cedo buscando uma forma de “conviver em sociedade, achando que casar é um refúgio para aquela vida de miséria que tem entre o seio familiar” (Entrevista). Em suas falas, Maria Bernadete sempre pontuava que a oportunidade de conhecimento permitia que, hoje, ela pudesse ajudar outras pessoas, sendo esse o motivo pelo qual havia optado por se graduar em um curso da área social. Dona Dorothy, por sua vez, uma mulher negra, pobre e com baixa escolaridade, apresentava uma outra percepção da violência doméstica pela qual havia passado: mesmo em uma situação de agressão física, considerava o ex-marido uma boa pessoa e um bom pai, pois, além de ser trabalhador, só havia lhe batido uma única vez, e as agressões limitavam-se a violências físicas e patrimoniais, nos momentos em que bebia.

Essas distintas posições diante das situações narradas me indicavam que, de modo particular, as diversas interseccionalidades entre condições de emprego, de escolaridade, de apoio familiar e de geração conformavam mulheres que, ainda quando compartilhavam de experiências similares em relação às violências de gênero, operavam por lógicas diversas e tinham modos particulares de perceber esses fenômenos. Desta maneira, compreendo,

juntamente a Brah (2006), a importância de atentarmos para a articulação entre os marcadores sociais e não à sua sobreposição e linearidade, visto que as configurações relacionais se articulam ora produzindo desigualdades, ora favorecendo diferença, e que nosso olhar deve, a todo momento, alcançar as maneiras pelas quais as pessoas vão se constituindo nesse jogo de forças em que estão imersas.

Arranjos que, exatamente por produzirem diferenciação, também fazem emergir formas inusitadas de resistência. Dessa forma, ainda que precisasse se proteger dos tiros, da truculência dos agentes de polícia, Dona Marielle continua se colocando na linha de frente, nas ações em seu bairro e em bairros vizinhos, disponibilizando-se ao cuidado de si e dos seus, pois, como ela mesma afirma, é isso que a “alimenta” diariamente:

Hoje eu trabalho aqui na comunidade, faço um trabalho social, e isso aí foi o que fez uma “alimentação” na gente, de mostrar para a comunidade o que era que a gente era. Porque foi uma história de luta, a gente persistiu, a gente não foi com a maldade com ninguém, a gente persistiu, foi com amor com as pessoas. E daí foi que surgiu esse trabalho de humildade com as pessoas. Mostrar que nós éramos totalmente diferentes (Marielle, Entrevista).

Por outra perspectiva, se considerarmos as condições às quais mulheres negras, de baixa renda, moradoras de localidades marginalizadas são, desde sempre, subordinadas no contexto brasileiro, podemos entender como para determinadas vidas, a maximização da precariedade, ou seja, da exposição a riscos físicos, biológicos, econômicos e sociais, sempre se colocou uma regra, não exceção (Butler, 2015). Visto que determinadas mulheres vivenciam, de forma coletiva, experiências de privação alimentar, de violação de direitos legais, de difícil acesso às políticas de empregabilidade, saúde e educação, podemos entender como, de modo sistemático, se tratam de vidas que, por não serem consideradas valiosas e, portanto, passíveis de proteção, são também vidas decretadas à morte. Decretos esses que não

resultam (apenas) de julgamentos ditos “do crime”, mas de políticas estatais. Políticas que recebem a chancela de morais, justas e legais.

Tomando a nomenclatura “decretação” como dispositivo analítico para pensar as violências cometidas contra as mulheres, sobretudo mulheres negras e pobres, faz-se mister refletirmos sobre quais outros ordenamentos têm sido “deixados de fora” quando tratamentos sobre decretos que produzem em exploração ou morte. Por isso, aqui se estabelece um convite para pensarmos sobre diversos decretos sociais, legais, religiosos e científicos que se estabelecem sobre as vidas e subjetividades femininas e que, no entanto, não recebem o selo de ilegais e violentos. Como exemplo, cito o Projeto de Lei 1.904/2024, que tenta equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples; o Projeto de Lei 2.524/2024 que busca proibir aborto após 22 semanas, mesmo em casos como anencefalia; a discrepância entre um prazo de 120 dias em caso de licença-maternidade e de apenas 05 para licença-paternidade; o fato de que somente muito recentemente a autorização do cônjuge deixou de ser exigida para a cirurgia de laqueadura em mulheres, após a Lei 14.443/2022, que trata sobre as condições para esterilização no âmbito do planejamento família; ou a tese de “legítima defesa da honra”, bastante utilizada em casos de feminicídio, mas que somente em 2023 foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que não necessariamente implicou em seu abandono total por parte da sociedade.

Tais decretos (ou tentativas de decretos), ainda que operem na produção e manutenção das desigualdades de gênero, reforcem e limitem a mulher ao trabalho reprodutivo e do cuidado, naturalizem a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga feminina, são aceitos e defendidos como corretos, justos e morais, mesmo aqueles não legalizados. Portanto, demonstram que há um Estado que, ao mesmo tempo em que protege determinadas funções atribuídas ao feminino (neste caso, a maternidade), também opera de forma seletiva e

delimita modos de existência, expressando como diferentes formas de gestão da vida e da morte se articulam na produção de corpos mais ou menos expostos à violência.

Assim sendo, compreendo, ainda, o que Collins (2024) nomeia como “atos omissivos”, ou seja, a partir da constatação de que diversos danos vivenciados por mulheres racializadas envolvem uma violência sancionada pelo Estado. Esses danos, portanto, tornam-se tão mais complexos quando não há uma violação pública e visível, mas que conta com a omissão estatal, difícil de ser vista. Assim, por serem “escondidos”, são danos normalizados e percebidos como corriqueiras e cotidianas. As trajetórias de Marielle, Sonia, Bernadete e Dorothy, assim como das demais informantes-chave que apresento aqui, as produzem enquanto testemunhas da negligência, da indiferença de políticas sociais e institucionais. Experiências vividas ou presenciadas, que evidenciam o quanto o Estado, por negligência ou indiferença, produz vidas exploráveis e violáveis. Vidas matáveis que, quando ceifadas, embora trágicas, não são acidentais, como afirma Collins (2024), pois decorrem de experiências nas quais a intersecção de raça, gênero, classe e território mostra-se sistematicamente letal.

Da nomeação à condenação: o rótulo “envolvida” e a produção de mortes justificáveis

Na esteira dessas explicações, um outro elemento que surge é o uso do termo “envolvida” que, de modo similar ao uso do “envolvido”, frequentemente utilizado na justificativa de violências, prisões ou mortes de adolescentes e jovens supostamente associados às facções e/ou ao tráfico de drogas, tem se feito bastante presente nas notícias jornalísticas e discursos policiais sobre as execuções das jovens. Sob a justificativa de “envolvimento”, atribuída, geralmente, à pessoas negras, pobres e que se comportam ou vestem-se de forma distante dos estilos da classe média e alta das cidades (como cabelos pintados, roupas largas e de marcas desconhecidas, tatuagens, roupas curtas e decotadas, no

caso das mulheres), há um processo de destituição da humanidade, no qual determinados grupos populacionais são tidos como desimportantes e, por isso mesmo, descartáveis (Barros & Benício, 2017; L. Nunes et al., 2023). Grupos sobre os quais recaem expectativas fatalistas e negativas, isto é, para as quais o Estado não se empenha em proporcionar futuros mais dignos, pelo menos não aqueles oferecidos aos jovens de classe média e alta, de escolas particulares e residentes de bairros nobres.

Sob a égide de uma necropolítica operada em solo brasileiro, produz-se a figura do sujeito inimigo, que, por ameaçar àqueles que devem ser protegidos, não só pode como deve ser eliminado (L. Nunes et al., 2023). Em geral, refere-se a uma ameaça que é composta por uma juventude estigmatizada e excluída, sendo o extermínio em meio às disputas faccionais mais um desses mecanismos de “deixar morrer” do qual o Estado pode lançar mão (Barros & Benício, 2017). Se historicamente o Brasil sempre foi um produtor de sujeição criminal, sustentando justificativas habituais para a eliminação de criminosos ou possíveis criminosos, como argumenta Misse (2010), esse processo ganha novos contornos com a proliferação das facções pelo território nacional, principalmente diante da capilaridade dos grupos e dos complexos desafios que impõem às políticas de segurança. Logo, o mecanismo de sujeição no contexto das mortes de adolescentes e jovens mulheres piauienses expressa um processo também de criminalização, que, de acordo com Misse (2010), frequentemente se dirige a sujeitos que não necessariamente cometem crimes, mas que são vistos como potencial e essencialmente criminosos e, que, diante de uma “improvável” recuperação, podem ter sua morte desejada. Conforme defende, “no limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto” (Misse, 2010, p.21).

A vida de jovens negros e periféricos, aqueles cujos corpos assassinados caem diariamente sobre o chão das vias urbanas, é tida como vida matável, vida cuja perda não é considerada responsabilidade do Estado (Barros et al., 2019). No caso de vítimas femininas,

tomar suas identidades como “envolvidas” é uma maneira de responsabilizá-las por seu destino fatal e de tornar aceitável que suas vidas sejam violadas, exterminadas e que, mesmo após isso, ainda sejam condenadas. Tratam-se de mulheres assassinadas, mas cujas histórias, seguem o mesmo caminho de tantas outras: são mortes matadas, sim, no entanto, mesmo que todos saibam disso, são “mortes contadas como mortes morridas” (Oliveira & Rodrigues, 2023). Corroboro, dessa forma, com Oliveira e Rodrigues (2023) quando discutem a forma como os assassinatos de mulheres são noticiados pela mídia, pois consideram que, mesmo após a morte física, “as mulheres ainda serão assassinadas infinitas vezes, tantas quantas forem necessárias para garantir a transmissão da mensagem: não ousem, não saiam da linha, não queiram mais do que o destino lhes reservou” (p.34). Ou, fazendo jus à discussão que venho tentando empreender: não queiram mais do que aquilo que a vocês foi estabelecido por decreto.

Realizar uma leitura apenas pelo envolvimento ou não das vítimas com grupos faccionais é, também, fazer com que tais mortes acabem não sendo compreendidas a partir de uma perspectiva de gênero, simplificando a complexidade da situação posta (Sousa, et al., 2020). Por isso, como forma de analisar os seguidos assassinatos, acompanhei, desde 2021, notícias sobre as mortes de adolescentes e jovens mulheres no Piauí, com foco em matérias que: mencionavam à relação entre a vítima e o tráfico de drogas, fazendo uso da expressão “envolvida”; e/ou hipotetizavam a realização de “tribunal do crime” e haver relação com conflitos entre facções; e/ou descreviam crimes cujas características não se assemelhavam a casos ligados a relações de foro íntimo e pessoal. Sintetizo as notícias catalogadas na Figura 1.

Figura 1

Quadro-Síntese de notícias sobre o assassinato de adolescentes e jovens mulheres no Piauí catalogadas.

Ano	Vítima/Idade	Cidade	Elementos presentes nas mortes, conforme as notícias
-----	--------------	--------	--

2021	Gisele Sampaio, 17 anos	Teresina	Sequestro; desaparecimento; divulgação de fotos e vídeos;
	Maria Eduarda, 17 anos	Teresina	Espancamento; enterro em cova; divulgação de fotos e vídeos; suposta vingança em relação à morte anterior (Gisele Sampaio); atraída por uma colega;
	Joyce Ellen, 16 anos	Teresina	Espancamento; enterro em cova; divulgação de fotos e vídeos; suposta vingança em relação à morte anterior (Gisele Sampaio); atraída por uma colega;
	Valdirene Silva, 27 anos	Teresina	Alvejada por tiro na cabeça; enterro em cova; suposto envolvimento com suspeitos de crimes;
	Tatiane Graziela, 16 anos	Teresina	Espancamento; enterro em cova; divulgação de fotos e vídeos; andar por territórios rivais;
	Cristiane Prado, 20 anos	Teresina	Alvejada por vários tiros em um bar por homens desconhecidos; suposto envolvimento com suspeitos de crimes;
	Dara Oliveira, 26 anos	Barra Grande	Alvejada por vários tiros em dentro de casa por homens desconhecidos;
2022	Maria Camila, 15 anos	Teresina	Espancamento; divulgação de fotos e vídeos; cabelos cortados; atraída por amigas; suposta tatuagem com símbolo de facção rival;
	Maria Vitória, 21 anos	Pedro II	Alvejada por vários tiros, enquanto dormia, por homens desconhecidos;
	Conceição Silva, 39 anos	Teresina	Sequestro; tortura; enterro em cova; pés amarrados;
	Verônica Ribeiro, 23 anos	Teresina	Alvejada por vários tiros por homem desconhecido próximo à sua casa;
	Joycelene, 32 anos	Teresina	Espancamento; divulgação de fotos e vídeos; cabelos queimados; pauladas; estar em território de facção rival, participação de três meninas adolescentes;
2023	Maria Paula, 23 anos	Teresina	Alvejada por tiro ao sair de uma festa, por homem desconhecido; suposto envolvimento com facções;
	Ana Júlia, 22 anos	Luís Correia	Sequestro; desaparecimento; suposto envolvimento com suspeitos de crimes;
	Samya Silva, 21 anos	Teresina	Perseguida e alvejada por tiros em uma avenida, após sair de uma festa; supostas publicações fazendo gestos de facções;
2024	Lorena Rocha, 19 anos	Parnaíba	Alvejada por homens que invadiram sua casa;
	Silvana Sousa, 21 anos	Teresina	Desaparecimento, esquartejamento;
	Aryadna Montenegro, 23 anos	Teresina	Emboscada, espancamento e estar em uma área dominada por uma facção rival à da região em que morava;
	Não identificada, 30 anos (idade aproximada)	Parnaíba	Alvejada por tiros; corpo deixado em matagal;
	Aline Nayara, de 24 anos	Teresina	Corpo carbonizado; Suposto envolvimento com facções;
	Ana Gabriela, 14 anos	Teresina	Sequestrada após sair de uma festa; morta a pedradas e pauladas;
	Maria Rita de Cássia, 14 Anos	Teresina	Desaparecimento; espancamento;
	Giovanna Oliveira, 14 anos	Pedro II	Alvejada por tiros; corpo encontrado dentro de uma fossa;
	Ketleen Rhayane, 16 anos	Teresina	Perseguida e alvejada por tiros após sair de uma festa;
	Jaciane Paiva, 31 anos	Teresina	Sequestro e desaparecimento;
	Bárbara Teresa, de 19 anos	Teresina	Grávida e alvejada por tiros; suposto envolvimento com suspeitos de crimes;

	Jeniffer Lourrane, 16 anos	Teresina	Alvejada a tiros dentro de supermercado; suposta vingança em relação à morte anterior (Bárbara Teresa);
	Jocineia da Silva, 23 anos	Teresina	Sequestro; desaparecimento; cabelo raspado; espancamento; alvejada por tiros; corpo enterrado em cova;
	Francinete Pereira, 24 anos	Teresina	Sequestro; desaparecimento (Junto à Jocineia); cabelo raspado; corpo enterrado em cova (Junto à Jocineia);
	Morgana Michely, 26 anos	Teresina	Corpo carbonizado;
2025	Krislânia Pereira, 17 anos	Florianópolis	Alvejada por um tiro no rosto, em uma lanchonete, por homem desconhecido;
	Maria Eduarda, 23 anos	Teresina	Alvejada por tiros;
	Mayara Alves, 24 anos	Teresina	Alvejada por tiros, na calçada de casa, por homem desconhecido;
2026	Rozélia Honorato, 42 anos	Luís Correia	Alvejada por tiros, em casa, por quatro homens desconhecidos

Nota. Quadro produzido a partir do acompanhamento de matérias publicadas em sites e jornais locais sobre casos de homicídios contra mulheres no Piauí entre os anos de 2021 e 2026. Fonte: Autoria própria.

Acompanhar e registrar ao longo de quase cinco anos notícias de mortes de mulheres, especialmente adolescentes e jovens, me fez constatar que, mesmo quando há um corpo executado, quando não há dúvidas de um processo de vitimização (afinal, todos os casos eram referentes a homicídios), ainda assim, há espaço para que esse corpo seja, várias e várias vezes, condenado. Constatar, dessa forma, que a “decretação” não acaba no momento de sua execução, mas permanece reverberando a cada notícia e discurso produzidos que se empenham em garantir seu vilipêndio, tantas vezes mais for preciso. Por diversas vezes, a morte dessas mulheres veio seguida de notícias que continham, na primeira linha abaixo da manchete, chamadas como “familiares informaram para a polícia que a vítima era garota de programa”, a exemplo do tratamento sobre a morte de Verônica; ou informações de que “a jovem usava tornozeleira eletrônica e estava saindo de uma festa” e “tinha tudo para ser uma boa menina, segundo o pai”, em destaque nas matérias sobre Maria Paula. Em outras situações, havia o uso de termos sensacionalistas, como a denominação de “viúva negra”, no título da notícia que tratava da morte de Valdirene, indicando que dois de seus companheiros já haviam sido assassinados anteriormente (embora não fosse apontado alguma relação de tais mortes com o seu assassinato). Destaco, ainda, manchetes que, sob o pretexto de apresentar “quem era a jovem morta”, as descreviam a partir de títulos como “manicure que teve corpo

carbonizado no Rodoanel de Teresina fazia transporte para o tráfico interestadual de drogas”, no caso de Aline Nayara ou “família relata tentativas de 'salvar' adolescente morta em Teresina”, após a morte de Ketleen Silva.

Com base na leitura das matérias sobre as jovens assassinadas, verifica-se que, se por um lado o processo de “tornar-se mulher” decorre de uma construção social e política, o processo de morrer por essa condição é, igualmente, um fato social e político, como analisam Oliveira e Rodrigues (2023). Segundo as autoras, este é o destino reservado para nós, mulheres, em um estado que não garante condições de vida e tampouco possibilita condições de memória. E vão além: ao realizarem uma investigação crítica sobre o modo como a imprensa narra crimes de gênero, as jornalistas concluem que as narrativas são, também, políticas. Assim, vemos que grande parte das notícias sobre assassinato de mulheres reforçam uma culpabilização da vítima, pois, diante da predominante utilização da voz passiva nas manchetes, a mulher morta é trazida para o centro da ação, enquanto pouco se fala sobre o sujeito que, de fato, retirou sua vida. O mesmo pude constatar em quase todas as matérias sobre os casos que acompanhei e, a cada notícia catalogada, ia dando-me conta de que não somente a violência extrema infligida me revirava o estômago, mas a comprovação de que, mesmo após sua execução, a vítima permanece tendo sua vida especulada e julgada, só que em outro tribunal.

Nas palavras das pesquisadoras, o uso da voz passiva nas manchetes acaba fazendo com que o paciente (da oração) ocupe o lugar do sujeito e, nestes casos em específico, faz com que a mulher seja “apontada não apenas como sujeito do crime que a vitimou, mas também como a responsável ou corresponsável pelo seu próprio assassinato” (Oliveira & Rodrigues, 2023, p.24). No contexto piauiense, boa parte das matérias era escrita seguindo esta mesma linha de narrativa, mesmo nos casos em que havia testemunhas e imagens dos executores. Destaco algumas manchetes: “influenciadora morre aos 21 anos após ser

perseguida e baleada em Teresina”, “mulher é assassinada a tiros dentro de casa na frente dos filhos em Barra Grande”, “Adolescente de 14 anos é violentamente morta na Zona Leste de Teresina”, “Adolescente é morta a tiros em supermercado na Santa Maria da Codipi”. Nestas e em várias outras é a vítima quem ocupa o papel central na chamada. É sobre ela que se fala. E invisto nessa reflexão não como forma de contribuir para que, novamente, sejam invisibilizadas e esquecidas, mas para que possamos pensar se, de fato, tais manchetes produzem a preservação da memória de cada uma dessas jovens ou se, de modo contrário, a descredibilizam, criminalizam e, novamente, as assassinam.

Dentro desta lógica, os formatos utilizados pelos veículos de imprensa na narrativa acerca dos assassinatos de adolescentes e jovens mulheres no Piauí relacionados à criminalidade urbana e, mais especificamente, à disputa entre facções (como apontam as notícias), guarda semelhanças tanto com a pesquisa de Oliveira e Rodrigues (2023) acerca da utilização da voz passiva nas manchetes sobre os casos; com a discussão realizada por Sampaio (2020) sobre o enquadramento das jovens assassinadas em “envolvidas”, implicando tanto em uma criminalização das vítimas como na utilização do termo enquanto operador psicossocial de produção de vidas não passíveis de luto; e com o debate realizado por L. Nunes et al. (2023) acerca da “decretação” enquanto dispositivo de matabilidade entre o regulamentos faccionais. Embasar-me nestas discussões realizadas em contexto de violência contra a mulher me ajuda, portanto, a argumentar sobre como as mulheres que vêm sendo assassinadas não recebem um decreto apenas de grupos criminosos, mas que, suas vidas são decretadas, também, pela mídia. Decreto esse que, como já afirmado, continua sendo atualizado mesmo após suas mortes, posto que ainda receberam outras condenações sociais. E contribui, também, para refinar o olhar para uma realidade que, longe de ser localizada e específica ao Piauí, se mostra como regra em diferentes cenários do país.

Diante de tais cenas descritas no início desta seção e observando outros homicídios de mulheres ocorridos e que continuam ocorrendo no estado, sempre através de meios brutais e, com frequência, espetacularizados em aplicativos de mensagens e redes sociais, é fundamental ainda que possamos avaliar em que a justificativa do “envolvimento” ajuda a compreender essa série de assassinatos de adolescentes e jovens mulheres que vem acontecendo, com uma frequência e características específicas, no estado do Piauí. “Tribunal do crime”, termo cunhado pelo Estado para se referir a uma espécie de poder paralelo, de um outro poder que não o “legal” e o “justo”, aceito pela sociedade civil, é suficiente para explicar esse fenômeno que, diariamente, é escancarado pelas notícias? Além disso, seria o aumento nos índices de criminalidade decorrentes das novas reorganizações dos grupos que disputam o comércio ilegal de drogas ou mesmo o “envolvimento” com drogas ou facções os únicos aspectos que servem de plano de fundo para essas mortes? Por fim, também indagamos: ainda que a classificação de tais crimes como feminicídio, incorporando o marcador social de gênero, nos ajude a lançar luz de forma mais complexa sobre o fenômeno, como podemos articular essa problemática a contextos históricos, sociais, políticos e econômicos mais amplos?

Nesse sentido, amparada na leitura de Pasinato (2011), argumento que, embora as mortes das jovens apresentem sinais da participação de membros de facções, como menções nos vídeos ou fotos das vítimas fazendo símbolos em referência ao grupo de seus algozes, há um risco em atribuir suas mortes a consequências comuns da violência urbana, pois resumilas unicamente a conflitos entre grupos rivais é um “caminho seguro para o arquivamento de processos” (p.235). Ademais, visto que grande parte das notícias sobre as mortes de adolescentes e mulheres jovens não indicam alguma participação destas no mercado de drogas (afinal, antes de levantar possíveis nexos causais, espera-se que seja feita uma investigação), é preciso avaliar se, de fato, as mortes refletem um mesmo cenário de violência

que é preenchido pelos assassinatos masculinos dentro das disputas faccionais ou se também revelam uma outra gramática do crime que tem encontrado no corpo feminino formas de expressão e legitimação de soberania.

Nesse acionar bélico, a morte de mulheres é enquadrada também de forma diferenciada, pois, de acordo com Alves e Moreira (2023), muitas vezes não é compreendida como efeitos das desigualdades de gênero sobre as quais as próprias estruturas sociais, econômicas e políticas se sustentam. As autoras defendem que as diversas violências contra a mulher e os registros de assassinatos cruéis têm indicado que a guerra pelas drogas ou “às drogas” operada pelos agentes de estado ou do crime, tem conformado, também, uma guerra às mulheres. Não qualquer mulher, mas principalmente aquela atravessada por processos excludentes de racialização e marginalização. Portanto, uma guerra na qual mulheres em contextos de empobrecimento e racismo são mais intensamente submetidas a ações violentas e cujas mortes ou violação de seus corpos, ainda que não causem indignação social - ou justamente por isso -, tornam visíveis os pilares de uma sociedade que se ampara em lógicas misóginas, coloniais e necropolíticas (Alves & Moreira, 2023).

Meu olhar foi tomado, neste percurso, pela concretude a que as mortes de Gisele, Maria Eduarda, Joyce Ellen, Tatiana, Valdirene e demais vítimas dão contorno, no contexto de uma rápida escalada da violência que vem sendo vivida no contexto piauiense nos últimos anos. Esse quadro é refletido não apenas em números, mas no cotidiano da população piauiense que, de forma cada vez mais frequente, tem enfrentado os efeitos do aumento da criminalidade e da sensação de insegurança. São rostos que tornam visível que é nas comunidades, nos bairros menos abastados da cidade, onde a violência urbana e estatal têm demonstrado sua face mais impiedosa. Mais ainda: são vidas que, ao acompanhar suas perdas através dos noticiários, ao tempo que me comunicavam sobre o quão arriscado é nascer mulher em um mundo no qual o ódio às mulheres é a lógica que impera, me apontavam

também que marcadores sociais da diferença produzem maior ou menor grau de proteção social (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Afinal, mesmo que eu, mulher branca de classe média, possa, por uma série de fatores, inclusive pelos efeitos da própria criminalidade urbana, correr o risco de ser assassinada, provavelmente as circunstâncias seriam outras ou talvez o tratamento fornecido pelos órgãos de imprensa e pela polícia para a situação fosse bem diferente daquele dado a essas jovens e suas famílias. Nessa conjuntura, raça, classe e território atuam como determinantes de um distanciamento social, ainda que compartilhemos do mesmo gênero.

O perfil brasileiro das vítimas de assassinato não é novidade e, há tempos, vem sendo denunciado por militantes e ativistas, sobretudo do feminismo negro (Borges, 2019; Lima, 2018; Flauzina, 2017). São dados que refletem uma estrutura brasileira fundada no racismo, que permite e investe no extermínio de determinados grupos e se ancora em uma política que dita quem tem o direito de viver (Lima & Gambetta, 2020). Apoiando-se na ideia de Mbembe (2018), sobre o “devir-negro do mundo”, Sousa, Nunes e Barros (2020) atentam para a condição dos corpos de mulheres vitimados, sendo eles corpos enegrecidos, ou seja, mesmo quando se trata de corpos brancos, atravessam processos de precarização, vulnerabilização, forma de universalização da experiência do negro nas colônias. Compreendendo que a interseccionalidade favorece diferentes experiências de privilégio ou de opressão, concordo com Lima (2018), ao afirmar que o genocídio negro e demais questões atravessadas pela raça exigem contestações acerca do que vem a ser, de fato, o projeto democrático da sociedade brasileira e as possibilidades efetivas de construção de um bem comum.

Nesse sentido, passei a observar o quanto a universalização da precarização a qual Mbembe (2018) se referia estava presente em uma amplitude bem maior nas condições de vida de mulheres que conheci ao longo da experiência de doutorado. Histórias como a de Dona Marielle, Maria Bernadete, Sonia, Maria do Espírito Santo, Margarida e demais

interlocutoras que, embora ocupem posições diferentes em suas famílias e comunidades, compartilharam comigo diversas experiências nas quais a violência se presentifica em seus cotidianos. Ainda que não tenham sido vítimas de assassinato, como os casos das jovens relatados em notícias ou da filha de Dona Dorothy, são mulheres que também vivenciam as diversas facetas do racismo estrutural e da misoginia presente na criminalidade urbana.

Atento-me, portanto, que as mortes dessas jovens não se tratam de um evento isolado, explicado unicamente pelo aumento da criminalidade ou da entrada destas nas dinâmicas do tráfico, mas de uma violência sistêmica e estatal que maximiza a condição de precariedade de mulheres empobrecidas e negras desde muito cedo, lhes retirando, até mesmo, a possibilidade de comoção pública diante de suas mortes (Sousa et al., 2020). Essa realidade faz notar o que Carneiro (2003) pontua acerca da importância da introdução do conceito de violência racial como um dos determinantes das formas de violência sofridas pelas mulheres negras na América Latina, experiências atravessadas pela violência policial, pelo extermínio de crianças e filhos assassinados nas periferias, a ausência de políticas sociais que assegurem o exercício dos direitos básicos de cidadania e pelo acentuado processo de feminização da pobreza.

Nesse aspecto, os corpos enegrecidos e periferizados que compõem o quadro de mortes aqui exposto dão materialidade ao que Butler (2015) discute acerca das condições de reconhecimento de uma vida. De acordo com a filósofa, para que a perda de uma vida seja sentida, ela precisa, antes de tudo, ser reconhecida enquanto vida, condição que possibilita que esta faça parte de uma rede social de proteção e preservação. No entanto, há vidas que estão fora dos esquemas normativos de reconhecimento e que dificilmente - ou mesmo nunca - serão reconhecidas como vidas. Tornam-se figuras: apreendidas como vivas, mas não reconhecidas como vida (Butler, 2015).

Sendo as jovens assassinadas “não-vidas”, ou seja, figuras vivas que não somente estão fora, mas que perturbam a normatividade da vida, podemos constatar que, muito

previamente, são vítimas de uma engrenagem punitiva e excludente: vidas abjetas, cujas experiências são marcadas pela ausência institucional em termos de garantia de segurança, educação, lazer, saúde e trabalho para elas e suas comunidades (Butler, 2015; Pasinato, 2011). Podemos, então, refletir: em quais condições de reconhecimento essas jovens não se encaixam? Ou, de outro modo, que marcadores sociais elas compartilham e que lhes submetem à condição de “não-vidas”, conforme discute Butler (2015)? Todas as mulheres estão vulneráveis igualmente à violência operada por grupos rivais que disputam o tráfico de drogas, pela polícia ou mesmo pela mídia, ou somente uma parte delas? Que intersecções desses marcadores conformam vidas passíveis de proteção e vidas cujas histórias são construídas dentro de uma configuração em que, além de não haver uma vida reconhecida enquanto vida, também não há morte, visto que há um apagamento radical, “como se nunca tivesse existido um humano, nunca tivesse existido uma vida ali, e, portanto, nunca tivesse acontecido nenhum homicídio” (Butler, 2011, p.29)?

Nesse aspecto, evidencia-se o investimento midiático e policial em atribuir certa criminalidade e conduta desviante às jovens assassinadas na periferia piauiense, processo bem diferente daquele verificado na cobertura da imprensa acerca da morte de Flávia Wanzeler³², estudante medicina morta em uma tentativa de assalto na zona leste de Teresina, área nobre da capital, ou mesmo na comoção nacional diante do homicídio de Isabele Ramos³³, vítima de um tiro efetuado por sua amiga em um condomínio de luxo em Mato Grosso. Para Maria Paula e Ketleen, escancarou-se a frustração de seus familiares sobre o destino trágico que tiveram, reforçando a ideia de que estas não seguiram os conselhos dos

³² Em fevereiro de 2023, a estudante de medicina, Flávia Wanzeler faleceu após ser baleada em tentativa de assalto na Zona Leste de Teresina-Pi. Recuperado de <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/02/12/estudante-de-medicina-morre-apos-ser-baleada-em-tentativa-de-assalto-na-zona-leste-de-teresina.shtml>.

³³ Isabele Guimarães Ramos foi baleada com um tiro no rosto, em um condomínio de luxo, em Cuiabá-MT. Recuperado de <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/12/30/como-esta-aquele-caso-isabele-morta-por-amiga-de-15-anos-em-um-condominio-de-luxo-em-cuiaba.shtml>

pais como boas meninas fazem, enquanto para Valdirene foi lhe atribuído um apelido carregado de um estereótipo da mulher perversa e perigosa. Dois extremos que tornam visível a distribuição desigual do direito ao luto público (Butler, 2015) e que se relaciona àquilo que aponta Costa (2021): para as zonas consideradas “selvagens”, contenção, e para as “civilizadas”, proteção.

Partindo dessas constatações, lembro do dia 1º de outubro de 2023. Era uma tarde de domingo e eu me deslocava, de carro, para visitar uma tia, um programa tradicional da minha família aos finais de semana. Porém, a trivialidade daquele domingo comum foi rompida por um corpo estirado sobre o asfalto. Ao cruzar a Avenida João XXIII no percurso para o centro da cidade, passamos por um corpo estendido pelo chão, coberto por uma lona improvisada. Diferente do que costuma ocorrer em casos de acidente ou mortes em via urbana, não havia quase ninguém ao redor do corpo. Era domingo e havia pouco trânsito de pessoas por ali, pensei. Segui meu percurso pensando no que havia levado aquele corpo a estar ali, sem vida: acidente? Mal súbito? Homicídio? Mais tarde, ao ler as notícias, soube que se tratava de Samya Silva, uma jovem conhecida por atuar como “blogueira” nas redes sociais e que, ao sair de um clube pilotando sua moto, foi perseguida e alvejada por homens que pilotavam outra moto. Samya tentou escapar, jogou a moto entre as vias e tentou cruzá-las correndo, mas não conseguiu se salvar. Os tiros a alcançaram.

Uma matéria que trazia os levantamentos iniciais sobre o caso informava, em seus primeiros parágrafos, que a jovem fazia divulgação de jogos de aposta e que, no ano anterior, um vídeo no qual “comemorava os primeiros votos do Supremo Tribunal Federal a favor da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal” havia viralizado³⁴. No entanto, nada nas matérias produzidas indicavam que tais informações fossem relevantes para

³⁴Matéria divulgada pelo G1 um dia após o assassinato de Samya Silva. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/10/02/o-que-se-sabe-sobre-o-assassinato-da-digital-influencer-samya-silva-em-teresina.ghtml>

entender as circunstâncias de sua morte (que, posteriormente, passou a ser relacionada com o fato de a jovem ter feitos publicações em referência a uma facção). Dessa forma, vemos que os meios de comunicação, antes de serem componentes externos às tramas de subordinação, são, na verdade, elementos do jogo. Em consonância com Carneiro (2003), defendo que são agentes que contribuem para a construção e sustentação de sistemas de representação, ocupando uma posição central nas imagens e nos sentidos produzidos sobre populações marginalizadas, como mulheres negras, pobres e, neste caso específico, mulheres negras e pobres assassinadas.

Ao pesquisar sobre o caso, lembrei daquele corpo exposto, sobre um asfalto quente, em uma das principais avenidas da cidade. Atentei-me que, mesmo no momento de sua morte, pouco ou nenhuma atenção lhe havia sido dada. Eu também havia passado direto, seguido meu caminho para meu programa dominical e, pelo menos para mim, a vida havia mantido seu ritmo corriqueiro. Nossas vidas, pelo menos momentaneamente, haviam se cruzado e, ainda assim, estavam separadas, mesmo estando a alguns metros de distância uma da outra, durante aqueles segundos. Eu segui viva, dentro de um carro e ela, já sem vida, permaneceu no meio da avenida. Enquanto me afastava, pude ver seu corpo estático, cada vez menor, pelo retrovisor. A lembrança se manteve presente durante a escrita desta tese e acompanhada de muitas perguntas: como havia sido sua história? Quais condições de reconhecimento Samya transgredia que faziam com que sua morte fosse pouco comovente e, não obstante, passível de especulações? Se eu tivesse passado durante o tiroteio e fosse vítima de uma bala perdida, como as matérias sobre mim seriam divulgadas? Qual tratamento me seria dado? Não tenho essas respostas, mas, certamente, são questões que, continuamente, produziam novos territórios subjetivos entre mim e a pesquisa aqui realizada.

Ao discutir sobre o modo como os discursos policiais e midiáticos interpretam e noticiam as mortes de meninas executadas em meio à criminalidade urbana no Piauí, assim

como os impactos de tais discursos na representação social que tais mortes ganham perante a população e as condições de enlutamento que decorrem desse emaranhado, também me detive sobre as compreensões que as próprias interlocutoras produziam sobre essa problemática. Compreensões que, mais uma vez, não decorriam de uma perspectiva única e linear, mas que indicavam particularidades nas formas de analisar as mortes das adolescentes, oscilações na fala, mas também movimentos que indicavam que, para elas, não se tratava de uma realidade explicada por um único fator, mas por vários, como podemos visualizar na fala de Sonia:

É uma situação muito crítica, né? Eu acredito que segunda chance todo mundo tem, mas é uma coisa que nem todo mundo quer aproveitar. Eu acredito que se tivesse mais uma atenção especializada voltada para essas mulheres, para essas meninas, para essas adolescentes, e uma questão também de assistência familiar. Se tivesse uma assistência familiar para saber como tá o convívio dessas famílias, eu acredito que as adolescentes hoje em dia teriam um convívio melhor entre famílias, teriam também oportunidades. Porque, às vezes, muitas delas se envolvem nesse tipo de coisa por ser uma vida fácil, porque elas se iludem de ser uma vida fácil. Só que pode ser uma vida fácil, mas é uma vida que tem dois riscos: matar ou morrer, matarem ou ser presa. Porque eu vejo muitos casos de adolescentes aí que se envolvem no mundo do crime, roubam, que até se envolvem com homicídio. [...] Eu conheço uma menina de 14 anos que estava envolvida *num* homicídio. E eu fico me perguntando se não precisaria....se o que falta, às vezes, não é uma atenção especializada do próprio governo, do que esse pessoal do próprio governo poderia estar fazendo para essas adolescentes. Porque eu acredito que, se tivesse mais oportunidade desses jovens, dessas adolescentes *estar* trabalhando...Hoje em dia está uma dificuldade para um jovem aprendiz trabalhar, para um menor aprendiz trabalhar, porque eles não estão oferecendo bons recursos nas

escolas. [...] Eu tenho uma colega minha que recentemente mataram ela. Uma facção criminosa *matou ela*, a facção do Bonde dos 40. Ela morava lá no bairro São Pedro, no bairro que eu nasci e fui criada. Eu não cheguei a ter uma forte amizade com ela, mas eu já estudei com ela, conheci o irmão dela. E ela, tipo, era uma menina, a família dela era muito, tipo... Às vezes, eu falo que o impacto da adolescência se perder, às vezes é a família, mas muitas vezes não. E aí, ela só tinha uns 16 anos de idade. Era uma menina meiga, ela estudava, era jovem aprendiz. Só que o impacto do que aconteceu com ela foi o quê? Foi o mesmo caso que o meu. Ela se envolveu com amizades que, de primeira, pra ela, ela era a melhor coisa do mundo aquela amizade. Só que ela foi se entregando aos poucos àquela amizade que levou ela a ter outras amizades que ela não imaginaria que ia ter. Que fez com que ela se entrasse em uma coisa que nem ela percebeu que se entrou. Porque eu acredito que ela fazia parte do crime, mas não enxergava que estava fazendo parte. Porque mataram ela com mais de 13 tiros. E muitas dessas meninas, hoje em dia, elas são um pouco emocionadas, como o pessoal fala muito. Hoje em dia as meninas não são totalmente fechadas como esses caras de facção realmente, que são fechados e são batizados, como eles falam. E às vezes, por fazerem um sinal de facção, elas são submetidas a ameaças por outra facção que acha que realmente elas são envolvidas. Ao ponto de que, por emoção, por...como é que eu posso dizer? Por incentivo de amizades que faz com que você tenha aquela atitude. Pelo que a família disse, ela não demonstrava ter nenhum tipo de envolvimento. Só que dentro de casa é uma coisa e quando ela saía de casa era outra. E as amizades que ela tinha no local em que ela andava, era uma facção só. Lá é denominada uma facção só, não tem outra facção para dizer “ah, ela tá correndo risco de morte”. E aí, o que aconteceu? Ela estava com amizades erradas e no momento que aconteceu o crime com ela, ela estava com a pessoa errada (Entrevista).

Se para a polícia e a mídia o assassinato de adolescentes e jovens poderia ser justificado por um suposto “envolvimento” com grupos faccionais e/ou com o tráfico de drogas, Sonia destacava fatores sociais e políticos: enxergava na ausência de assistência e acompanhamento familiar e na escassez de oportunidades de emprego aspectos que aproximavam as jovens, algumas conhecidas suas e ela também, de relações arriscadas e violentas. Mas também destacava a escolha pessoal, caracterizada pelas relações de amizade, o que, em alguma medida, demonstrava a individualização da problemática das mortes e a responsabilização das vítimas pelos caminhos trilhados. Na mesma medida em que Sonia possibilitava um aprofundamento acerca das possíveis causas para os homicídios de mulheres, compreendi que também era possível observar o quanto os discursos reforçados pela mídia e pelas políticas de segurança impactam, também, na própria percepção de quem mais diretamente estava exposto às violências impostas. Evidentemente, minha posição não está em defender a exclusão de responsabilidades próprias nas formas como cada sujeito conduz suas escolhas, mas em enfatizar como até mesmo as relações interpessoais tornam-se alvo de condenação diante da produção do sujeito inimigo, do sujeito envolvido.

A violência letal pode, evidentemente, atingir diferentes grupos sociais, mas há populações que estão desproporcionalmente expostas à violência (Sagot, 2013), e as adolescentes e jovens mulheres que têm suas vidas diariamente vilipendiadas certamente compõem essa população. Gisele, Joyce Ellen, Valdirene, Maria Eduarda, Tatiana e tantas outras são vidas cujas mortes são naturalizadas e ignoradas - por vezes desejadas -, exemplos de vidas expostas a uma maximização da sua condição de precariedade; vidas que, por não terem sido reconhecidas como vidas passíveis de serem enlutadas, não foram consideradas vidas a serem protegidas (Butler, 2015).

Demonstra-se que o “Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade” (Bento, 2018, p.02). Por isso, compreendo

que a violência letal que vem vitimando mulheres piauienses, sobretudo moradoras da periferia e mulheres negras, com frequência significativa nos últimos anos, não constitui um fenômeno isolado, mas conforma uma ampliação das violências, opressões e negligências que já atravessavam suas trajetórias de vida. As notícias sobre os assassinatos aqui apresentadas, assim como as narrativas das interlocutoras acerca de como as violências dirigidas a elas e suas famílias foram retratadas pela mídia, ilustram bem a inter-relação e o reforço mútuo entre os diferentes níveis de domínios de poder, especialmente o estrutural, o disciplinar e o hegemônico, conforme proposto por Collins (2019).

Enquanto o domínio estrutural assegura o funcionamento de uma sociedade desigual (a partir de suas instituições e seletividade as atravessa), o domínio disciplinar atua na administração dessas desigualdades, regulando comportamentos e delimitando possibilidades de ação. Já o domínio hegemônico opera na legitimação dessas opressões, produzindo sentidos que a naturalizam (Collins, 2019). Nesse âmbito, a imprensa tem desempenhado papel central como produtora de um imaginário social que, ao mesmo tempo em que vigia, também pune. É nesse processo que se produzem e se reproduzem o que Collins (2019) denomina de “imagens de controle da mulher negra”, que encontram na mídia e em outros dispositivos um espaço privilegiado de circulação e manutenção.

Mas o que mais? Passo, então, a perguntar: o aumento nos níveis de criminalidade decorrentes das novas reorganizações dos grupos que disputam o comércio ilegal de drogas são os únicos aspectos que servem de plano de fundo para essas mortes? A que a maximização da precariedade dos corpos femininos tem servido? Que processos sociais, econômicos e políticos essas manifestações cada vez mais cruéis e brutais da violência sobre corpos feminizados expressam? Além disso, nesse contexto sangrento, como se articulam os marcadores sociais da diferença de modo a acentuar as condições de desigualdade social e de

vulnerabilidade ou possibilitar condições mais amplas de privilégios e de proteção diante do contexto de violência vivenciado? Que vidas são decretadas à morte?

Da espetacularização da morte ao corpo utilizado como mensagem de poder

É a partir desses questionamentos que gostaria de trazer para o centro desse debate um outro aspecto que diz respeito à classificação de assassinatos de adolescentes e jovens mulheres como feminicídio. A socióloga Wânia Pasinato (2011) debate que o termo, inicialmente utilizado como “femicídio” (Caputi & Russell, 1992) e atualizado por Lagarde (2004, citado por Pasinato, 2011) para “feminicídio”, descreve o extremo de um *continuum* de violência contra as mulheres, caracterizado pelo estupro, tortura, prostituição, abuso sexual infantil, violência psicológica, assédio sexual, mutilação genital, cirurgias ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade compulsória e criminalização do aborto, dentre outras formas de violência. Violências que, baseadas na discriminação de gênero, quando resultam em morte, se tornam feminicídios (Caputi & Russell, 1992). No caso do termo feminicídio, Lagarde (2004, citado por Pasinato, 2011) introduz um elemento político para revelar a impunidade penal, pois compreende que, para que os casos de feminicídio se sustentem no tempo, o *continuum* da violência apontado por Caputi e Russell (1992) conta com a omissão, a negligência e a conivência das autoridades que deveriam prevenir e proteger as mulheres. Ou seja, Lagarde aponta a responsabilidade do Estado na produção das mortes de mulheres (Campos, 2015).

No entanto, ao analisar os homicídios de mulheres no Brasil, Pasinato (2011), em discussão anterior à Lei de Feminicídio brasileira, argumenta que embora esta categoria já se mostrasse um instrumento importante para a definição de violência praticada contra as mulheres pela condição de gênero, o que inegavelmente poderia contribuir para a formulação de políticas públicas de assistência social e de segurança, além de debates e mudanças

culturais, ela verificava que, em determinadas discussões sobre sua utilização institucional e legal, a categoria acabava limitada a uma série de violências que ocorriam no ambiente doméstico, de caráter privado. Assim, a autora defendia que as análises a partir da categoria feminicídio deveriam ser ampliadas, de modo a abarcar, também, as diferenças entre os crimes baseados no menosprezo e na discriminação pela condição do sexo feminino (em ambiente íntimo e doméstico) e os homicídios de mulheres provocados por uma outra lógica, principalmente em espaços públicos ou cometidos por coletivos.

Por esta perspectiva, Pasinato (2011) nos convoca a alargar o foco analítico para outras formas de violência que, embora possam envolver o prazer pelo abuso e pela dominação de mulheres, são perpetradas por grupos rivais que buscam afirmar poder por meio do controle e produção do medo sobre o Estado, a mídia e a população. A autora entende que a apropriação da categoria feminicídio pelas diversas vertentes teóricas e movimentos sociais tem sido fundamental no desvelamento da violência baseada no domínio patriarcal, entretanto, alerta sobre a complexidade e heterogeneidade do conjunto de mortes de mulheres no Brasil, indicando a necessidade, cada vez mais urgente, de incorporar os contextos sociais, políticos e econômicos em que esses casos ocorrem. Nesse sentido, Pasinato (2011) indica a inclusão da interseccionalidade como dispositivo analítico das violências de gênero pois, embora os feminicídios possam apresentar um desfecho semelhante, as experiências de “ser mulher” são múltiplas, assim como são distintos os modos como essas mortes são produzidas.

A socióloga, portanto, defende o estabelecimento de pontes entre análises dos formatos de feminicídio mais amplamente debatidos (como aqueles relacionados à violência conjugal e doméstica) e outros contextos nos quais mulheres também têm sido mortas em razão de sua condição de gênero, a exemplo das mortes associadas à criminalidade urbana. Ao defender a dissolução da dicotomia entre público e privado, bem como a desnaturalização

dos papéis sociais de gênero, sua reflexão sugere uma exploração mais abrangente das causas e os contextos em que tais crimes ocorrem, buscando compreender as relações de poder que os atravessam. Esse movimento possibilitaria uma melhor qualificação dos assassinatos de mulheres, que, no contexto brasileiro, têm revelado, com frequência, relações diretas ou indiretas com a exposição das vítimas à criminalidade urbana (Pasinato, 2011).

Neste aspecto, gostaria de refletir sobre os casos de homicídios de mulheres no Piauí e suas relações com os conflitos que permeiam as redes faccionais. No caso piauiense, um fato que chama a atenção é a marcante participação de mulheres tanto em funções estratégicas nas organizações quanto nos assassinatos dos quais trato nesta tese, sejam aqueles narrados pelas interlocutoras e informantes-chave, sejam aqueles descritos nas notícias que cataloguei. Por um lado, é possível questionarmos em que medida tais assassinatos se relacionam com um protagonismo de mulheres nas atividades criminosas relacionadas ao tráfico de drogas no estado. Tal protagonismo pode ser verificado, por exemplo, pela deflagração de uma operação específica de combate à atuação de mulheres em facções criminosas no Piauí em abril de 2025³⁵. Nomeada de “Operação Faixa Rosa”, a ação do Departamento de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO) tem como foco principal jovens que, de acordo com a polícia, se utilizam de redes sociais para compartilhar o cotidiano das ações dos grupos e, devido a isso, passaram a ser chamadas de “influencers do crime”.

Em sua primeira fase, o delegado Charles Pessoa, conhecido por sua atuação e divulgação das ações em redes sociais, declarou que:

A operação faixa rosa representa um marco no combate à “glamourização do crime”, protagonizado por mulheres com forte presença nas redes sociais que, influenciando

³⁵ Em abril de 2025, a Operação Faixa Rosa foi deflagrada visando cumprir dezenas de mandados de prisão contra mulheres apontadas como integrantes de organizações criminosas. Recuperado de <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/04/30/mulheres-suspeitas-de-integrar-facciao-criminosa-sao-alvo-de-operacao-em-cidades-do-piaui-e-maranhao.ghtml>

milhares de seguidores, especialmente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, exaltam a criminalidade e distorcem valores sociais. [...]

Influenciadoras com grande alcance digital vêm utilizando de plataformas como vitrines do crime, promovendo uma estética violenta, banalizando a criminalidade e incentivando a adesão de jovens ao tráfico de drogas, a organização criminosa e ao confronto com o Estado. A repressão a esse tipo de conduta vai além do aspecto criminal, é uma forma de proteger a juventude e preservar a integridade moral da sociedade³⁶ (Site Cidade Verde, 2025).

Chamou-me atenção, nessa e em outras matérias divulgadas sobre a Operação Faixa Rosa, o modo como ao se referir a atuação de mulheres no crime, especialmente nas organizações faccionais, havia (quase sempre) a presença de elementos que indicassem a atribuição de valores morais ou o uso de apelidos (como “Perigosa”, “A Patroa”, “Viúva Negra”), aspectos que, se não indicavam a transgressão aos papéis considerados femininos, faziam referência a uma certa “periculosidade” da mulher investigada. Além disso, ao discutir sobre a operação e o modo como as ações eram, igualmente, espetacularizadas em perfis virtuais que tratam sobre segurança pública, Soares (2025) observa que a maior parte das jovens vistas como “blogueiras do crime”, no entanto, fazem parte de uma juventude de baixa renda, que busca por ascensão social e econômica. Ou seja, são mulheres que, diariamente, enfrentam as dificuldades colocadas para elas e seus pares: precárias condições de emprego e baixo poder aquisitivo, condições que, em uma realidade onde as necessidades de consumo são cada vez mais reforçadas por uma lógica capitalista, se não justificam, pelo menos explicam esse cenário.

³⁶ Matéria divulgada sobre a finalização da primeira fase da operação, em julho de 2025, pelo site de notícias Cidade Verde. Recuperado de <https://cidadeverde.com/noticias/437486/influenciadoras-sao-indiciadas-por-apologia-ao-crime-e-organizacao-criminosa>

Por outro lado, de acordo com as notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa, diversos casos de assassinatos contaram com a participação feminina, como no caso de Maria Camila, que teria sido atraída por duas colegas até o lugar de sua execução³⁷; Maria Eduarda e Joyce Ellen, cujas torturas foram atribuídas à jovem responsável pela “disciplina” de mulheres dentro da facção e que, para demonstrar sua lealdade ao grupo³⁸, havia comandado a dupla execução; ou Silvana, que foi assassinada, esquartejada e enterrada em sacos plásticos, ação que, segundo informações divulgadas, contou com a gestão de uma mulher³⁹. Trago essas particularidades como forma de articular, junto aos apontamentos de Pasinato (2011), se a brutalidade envolvida nos assassinatos de mulheres nas tramas da criminalidade urbana não evidencia que, ao “ousarem” ocupar espaços predominantemente masculinos e masculinizantes, elas passam a ser mais duramente punidas por essa suposta “transgressão”. Nesse sentido, a discussão de Pasinato (2011) contribui tanto para compreender os homicídios de mulheres como possíveis desdobramentos de uma maior aproximação destas com as dinâmicas criminais, quanto para tensionar a hipótese de que suas mortes (inclusive aquelas relacionadas às chamadas “decretações”) possam operar como um recado dos grupos, majoritariamente compostos por homens: “você quer fazer parte? Então, com você, será pior”. Esse último aspecto, inclusive, emergiu em uma das conversas tecidas ao longo das visitas à campo, juntamente ao professor Marcondes. Foi nesse ponto que suas provocações se tornaram especialmente férteis, ao produzir em mim inquietações, deslocamentos e

³⁷ Segundo matérias divulgadas, Maria Camila foi atraída por duas amigas ao local de sua execução. Recuperado de: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2022/6/10/mae-de-jovem-morta-pelo-pcc-em-teresina-diz-que-filha-foi-enganada-por-amigas-527289.html>

³⁸ Dentre outros autores, a polícia apontou a participação de uma jovem nos assassinatos das duas amigas. A jovem foi julgada e condenada pelos crimes de “homicídio qualificado e ocultação de cadáveres, cometidos por motivo tolo, com emprego de tortura, emboscada e recursos que impossibilitaram a defesa das vítimas. Recuperado de: <https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/512755/tribunal-do-juri-de-timon-condena-mulher-por-integrar-organizacao-criminosa>

³⁹ Conforme matérias divulgadas, a morte de Silvana foi orquestrada por uma jovem que atuava como blogueira, responsável por disciplina da facção. Recuperado de: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/07/09/blogueira-presa-por-homicidio-tirou-foto-ao-lado-de-corpo-antes-de-jovem-ser-esquartejada-imagem-mostra-tatuagem.ghtml>

tensionamentos que me impulsionaram a sustentar tais perguntas. Questões como essas, juntamente com tantas outras, passaram, então, a povoar os caminhos que vínhamos trilhando.

Na continuidade dessa discussão, Pasinato (2018) critica o discurso homogeneizante sobre as violências contra a mulher, por considerar que este pode produzir certo essencialismo das desigualdades de gênero. Por esta lógica, torna-se fundamental analisarmos os marcadores sociais envolvidos nos diversos casos de feminicídios, de modo a evitar a insensibilização diante de homicídios que escapam às caracterizações mais recorrentes e a impedir que suas vítimas sejam, mais uma vez, invisibilizadas (Pasinato, 2018). Evidencia-se a importância de regularmos o foco também para o plano micro, atentando para os contextos específicos das mortes (mas igualmente das vidas) dessas jovens, analisando as diversas facetas de suas identidades, movimento analítico que, ressaltado, não implica perder de vista o plano macro, no qual o gênero permanece como eixo estruturante, ainda que não totalizador das análises. Na verdade, trata-se de evitar explicações reducionistas para a violência observada, que tendem a se restringir, ora a um suposto envolvimento com o crime, ora à afirmação de que foram mortas simplesmente por serem mulheres.

Sob esse ponto de vista, indago de que forma uma perspectiva uniforme da categoria feminicídio poderia contribuir para qualificar o que Maria Camila⁴⁰, de 15 anos, passou em suas últimas horas de vida. A jovem, cujo corpo foi encontrado em abril de 2022, aparecia em algumas fotos compartilhadas e enviadas para a família com seus cabelos raspados e chorando, assim como outros casos ocorridos no estado. A adolescente, de acordo com as investigações e com aquilo que foi publicado, teria sido morta por ter uma tatuagem que fazia referência a uma facção inimiga daquela de seus executores. Maria Camila havia sido

⁴⁰ Notícia aponta que uma guerra entre as duas facções pode ter motivado o assassinato da adolescente, em Abril de 2022. Recuperado de <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2022/6/10/guerra-entre-faccoes-motivou-morte-de-adolescente-diz-luccy-keiko-527357.html> .

decretada à morte. Da mesma forma, observo que as ameaças dirigidas a diversas mulheres no litoral do Piauí, em dezembro de 2021, quando muros de casas foram pichados com seus nomes, seguidos de mensagens como “vai embora até o amanhecer ou vão tudo morrer” e “vão embora ou vão entrar na bala”, expressam dimensões que extrapolam a violência decorrente do menosprezo à condição feminina. Assim como em tantos outros casos, tais ameaças foram interpretadas pela polícia como desdobramentos de uma série de assassinatos ocorridos na região ao longo de 2021, associados à guerra entre facções rivais.

Assim, ao propor uma ampliação da análise dos crimes cometidos contra mulheres e relacionados a conflitos entre grupos rivais, mais especificamente a partir dos casos de mortes ocorridas na Ciudad Juárez, no México, e chacinas ocorridas mais próximas daqui, em Fortaleza, Pasinato destaca que não almeja minimizar a gravidade e os alertas que tais crimes evidenciam, tampouco excluir a responsabilidade do Estado (Pasinato, 2011; 2018). Sua defesa está na utilização de um outro prisma analítico que nos possibilite produzir novas leituras para essa realidade, sem reforçar processos de invisibilização das existências femininas.

Os debates sobre a categoria feminicídio e os modos como frequentemente é utilizada são densos. Alves e Moreira (2023), ao analisarem os possíveis efeitos de lógicas que separam mortes de mulheres entre violência doméstica e violência urbana, consideram que há um problema específico à utilização da categoria feminicídio pelos agentes jurídicos. Na visão das autoras, há, constantemente, o estabelecimento de uma hierarquia entre os dois tipos de vítimas: mulheres vítimas de violência de foro privado e doméstico e mulheres vítimas da violência urbana. Em sua visão, para as primeiras, a tipificação do feminicídio tem implicado em tratamentos mais protetivos e sensíveis, enquanto estas últimas, muitas vezes, acabam não sendo qualificadas como vítimas das relações desiguais de gênero. Com base nisso, Alves e Moreira (2023) advogam não em prol de outras explicações e definições

alternativas ao feminicídio, mas sim, na ampliação desta categoria para situações de crimes cometidos em contextos de criminalidade, com nos casos associados ao tráfico de drogas e questões de segurança pública.

Conforme Alves e Moreira (2023), essa seria uma forma de trazer para a centralidade a violência contra mulher em contextos de criminalidade de forma mais abrangente e complexa, justamente por considerar outros espaços vitais nos quais as iniquidades de gênero, em articulação com outros sistemas de opressão, resultam em situações de feminicídio. Dessa forma, seria possível tanto compreender as dominações masculinas sobre a subjetividade feminina dentro de relacionamentos íntimos, quanto abarcar as “dinâmicas de precarização da vida dessas mulheres por condições sociais, políticas, econômicas e históricas, assim como por práticas institucionais que possibilitam a ocorrência da enorme quantidade de feminicídios no Brasil” (Alves & Moreira, 2023, p.301).

Ao trazer o caso do assassinato de Maria Camila ao foco de nossa análise, verificamos uma série de elementos que caracterizam sua morte: antes de ser executada, a adolescente, que estava desaparecida, teve os cabelos raspados, foi filmada, menosprezada e, após sua morte, sua imagem foi intensamente compartilhada. Tais elementos também aparecem, de modo semelhante, em homicídios de mulheres em outros contextos latino-americanos, evidenciando padrões de violência que extrapolam o contexto local piauiense (Roque et al., 2020). Ao analisar os casos de feminicídio ocorridos no contexto mexicano, por exemplo, é possível verificar não apenas o abuso sexual ou assassinato das vítimas, mas também a repetição de ações como mutilação de seios e órgãos genitais, raspagem de cabelos e sobrancelhas, desfiguração do rosto, demonstrando que há uma tentativa de “destruir, mesmo que simbolicamente, a representação social de tudo que é tido como feminino, manifestando o seu sentimento de ódio e desprezo pelas mulheres”(Roque et al., 2020, p.24).

Retornando ao caso de Maria Camila, de acordo com as notícias divulgadas, a vítima teria sido atraída para uma espécie de “interrogatório”, no qual acabou sendo submetida a uma sentença de morte. Conforme matéria publicada pelo G1 Piauí, o caso estava sendo investigado pelo Núcleo de Feminicídio do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) - órgão responsável por investigar assassinatos de mulheres, independentemente da qualificadora - e que, até aquele momento, afirmava não haver indícios de se tratar de um crime de gênero⁴¹. Na mesma matéria, a delegada responsável mencionava a possibilidade de se tratar de um “tribunal do crime”, ainda que essa hipótese não estivesse confirmada. A leitura dessa matéria, embora me fizesse perceber um certo olhar sensível da delegada à violência de gênero, ainda que, em sua perspectiva, estes não se mostrassem relevantes, me levava, justamente, a corroborar com os apontamentos de Alves e Moreira (2023) e Butler (2015): de quais condições de reconhecimento a adolescente não fazia parte? A violação de seu corpo, nos modos como havia ocorrido, não se relacionavam a uma violação de sua condição de gênero? Ou as notícias que indicavam uma relação anterior com o uso de drogas e com o tráfico a retiravam das condições estabelecidas para um “ser mulher” e “ser mulher passível de luto”?

Ressalto que não é objetivo desta pesquisa discutir, sob uma perspectiva jurídica, os critérios que definem ou deveriam definir os qualificadores de um crime, afinal, tal discussão exigiria outras linhas de embasamento teórico e argumentação. Abordar o caso de Maria Camila, neste estudo, é um recurso para elucidar a discussão de Alves e Moreira (2023) acerca da hierarquia existente entre os homicídios de mulheres. Estaria Maria Camila enquadrada no segundo tipo de vítima, para o qual não se disponibiliza um tratamento sensível e protetivo que embasa as políticas de segurança e justiça para mulheres? Ao retomar

⁴¹ Matéria publicada . São apresentados alguns pontos do caso de Maria Camila, que começou como um desaparecimento e terminou como homicídio. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/04/29/o-que-se-sabe-sobre-o-caso-da-adolescente-encontrada-morta-em-matagal-na-zona-sudeste-de-teresina.ghtml>

seu caso, busco, antes, tensionar - à luz das reflexões de Pasinato (2018) e de Alves e Moreira (2023) - os processos de homogeneização da violência de gênero e os limites que esse tipo de essencialismo impõe à compreensão do feminicídio, especialmente quando tais mortes se articulam às dinâmicas da criminalidade urbana.

Por conseguinte, Sousa (2020) amplia essa discussão buscando abarcar as condições de resistência das mulheres que mais frequentemente se tornam vítimas de violência urbana em meio a esse novo desdobramento bélico. Em sua perspectiva, a leitura e operação dos pressupostos defendidos pelos feminismos interseccionais deve ser tomada como estratégia central, permitindo incorporar o papel de agência dessas mulheres. Discutir a problemática do assassinato de adolescentes e jovens mulheres que, de modo cada vez mais frequente, tem alcançado um lugar comum nas notícias compartilhadas, conforme salienta Sousa (2020), exige que a ênfase não recaia somente na dominação masculina, pois isso acaba resultando na universalização da violência e a naturalização das relações entre homens e mulheres, “fazendo com que não pareça existir possibilidade de mudança nesse cenário” (p.50). Assim, a pesquisadora argumenta que uma leitura interseccional se torna instrumento que, como uma lanterna, joga luz sobre os contextos de diferença e diversidades existentes em nossos caminhos de pesquisa, sem, com isso, intencionar uma análise universalizante de tais mortes.

Dessa forma, retorno às ruas de calçamento que serviram de cenário para diversas histórias que me foram narradas pelas interlocutoras e informantes-chave, como forma de elencar alguns trechos que nos chamam a atenção: histórias marcadas por distintas violências e que, atualmente, são intensificadas por instâncias normatizadoras e de controle que se recaem sobre suas vidas. Como adolescentes moradoras do bairro de Maria Bernadete que, como ela narra, são

meninas que a gente já viu dentro da comunidade que foram vítimas e outras que conseguiram escapar. A maioria delas é a falta da família e a privação alimentar.

Porque, no caso da menina ***⁴², ela já começou a se inserir nesse meio porque metade da família sempre foi envolvida com a drogadição, com a criminalidade. Isso aí é uma porta, onde você só entra, mas a saída é muito difícil. É muito difícil você voltar, sair e se reinserir na sociedade, se livrar das ameaças. Porque uma vez ameaçada ou vai embora ou o caminho é pouco aqui dentro. (Maria Bernadete, Entrevista).

Maria Bernadete recorria ao histórico familiar, à pobreza e ao uso de drogas para tentar entender a morte de garotas adolescentes em seu bairro. Garotas que, muitas vezes, ela havia visto crescer. Sonia, por outra perspectiva, destacava o controle exercido sobre as pessoas moradoras de seu bairro. Ela, que havia sido uma das jovens decretadas, relata os minutos anteriores ao momento em que foi alvejada por vários tiros. Minutos nos quais precisou passar por uma espécie de interrogatório e de pressão para confessar algo:

Quando eu fui, que eu cheguei lá, eles já me empurraram pra me sentar na cadeira. Aí, botaram a arma na minha cabeça e começaram a perguntar. “-Bora, fala, os caras que tão *envolvido* e tudo mais”. Pediram o nome e eu falei “eu não tenho nome nenhum porque eu não sou envolvida nem com vocês, nem com outro tipo de facção”. “-Bora, passa teu celular bem aí”. Entreguei meu celular, desbloquearam meu celular, não tinha mensagem, não tinha foto, não tinha print, não tinha nada em rede social que me ligasse a algum tipo de facção criminosa. Ou seja, nem a facção dos 15, nem a facção dos 40. Então, muitas pessoas, depois do que aconteceu comigo, disseram que foi uma covardia o que fizeram comigo. [...] Aí, sei que no dia, eles pegaram, amarraram minhas mãos. Teve um dos rapazes que falou assim “-não, vamos dar só umas ripadas nela pra ela aprender a lição, pra ela não andar em outras quebradas e tudo mais”. [...] Aí, eu mantendo a maior calma, não tava chorando, não tava desesperada, não tava

⁴² Adolescente assassinada por membros de facção.

pedindo pra não fazerem nada comigo porque eu tava com a minha consciência limpa. [...]E aí, eu fiquei “meu Deus, pra onde é que eles vão me levar?” Porque eu imaginava já. Quantas meninas já morreram e eles levam pra um lugar e decapitam, decepam o corpo da mulher, separam o corpo de um lado pro outro? Eu fiquei imaginando o que ia acontecer. Passavam mil coisas pela minha cabeça, pelas coisas que eu já tinha visto numa televisão. (Sonia, Entrevista)

Ao contar sobre o celular confiscado e sobre ter sido inquerida acerca de possíveis informações que detinha, a interlocutora elucida os modos pelos quais a violência sofrida possuía, em diferentes medidas, relação com a desconfiança e vigilância constantes, estratégias comumente utilizadas por facções nos territórios que dominam. Para ela, tais estratégias acabavam, aqui e acolá, resultando em injustiças como a que ela e outras meninas haviam sofrido, mesmo quando se comportavam “conforme as regras estabelecidas”. A frase que havia utilizado seguiu, após aquele dia, ecoando em minha mente: “o que eles querem é dominar”. Afinal, sair desse domínio, em determinados momentos, se mostrava bastante arriscado.

Dona Dorothy, ao relatar a morte da filha, ressalta a criminalização e culpabilização sofrida, mesmo nos momentos em que estava lidando com dor do luto, da perda, do não saber. Para ela, naquele momento, ainda era difícil entender os motivos que levaram ao assassinato de sua filha, e, mais difícil ainda estava sendo lidar com as certezas que diversos desconhecidos afirmavam ter sobre a adolescente:

Não sei. Eu não posso explicar como é isso. Eu não sei o que aconteceu com a ***.

Porque uns dizem que ela vendia o corpo, que se prostituía. E cadê esse dinheiro?

Porque a pessoa que vai vender o corpo tem que ter aquele dinheiro. Eu não sei o que foi que aconteceu... Não sei se ela usava droga e deixou de pagar. Eu não sei!

Ela chegava lá em casa, nunca chegou drogada ou bêbada. Pra agora dizer que ela é

drogada, que bebia cachaça... E depois que eu soube, me disseram que ela fumava cigarro. Ela não podia nem fumar cigarro porque ela era doente. Ela tinha problema de asma. [...]Tão dizendo isso porque ela não tá mais aqui pra se defender. Eu digo é assim “pois é, porque ela não tá aqui”. É o que dizem com o nome da minha filha, sem ela tá aqui pra dizer alguma coisa. [...] “Por que que não disse quando ela tava viva? Vem dizer quando tá morta. *Deixa ela* no bom lugar dela!”, eu respondo.

(Dorothy, Entrevista)

São trechos que nos mostram histórias de mulheres vítimas diretas de ameaças, punições e de assassinatos, e mulheres que, diante das dinâmicas estabelecidas, também são vitimadas, ainda que em outras medidas. Mulheres cujas vidas se encontram na intersecção de domínios estruturais e disciplinares, mas também interpessoais e hegemônicos. Dessa forma, podemos visualizar como tais histórias expressam a atualização constante de um domínio hegemônico, que por meio da modelação de imagens e ideologias, produz jovens tidos como perigosos, ameaçadores e matáveis (Collins, 2019). Isso pode ser visto na figura da envolvida, na maneira que a mídia, os aparelhos de justiça e órgãos de polícia disseminam, em todo o tecido social, uma visão estigmatizada e criminalizadora sobre as jovens executadas. Assim, estas passam, socialmente, a serem vistas como mulheres que “fizeram por merecer” ou, na melhor das hipóteses, que “não tinham como ter outro fim”.

Collins (2019) compreende que para que domínio hegemônico se efetive é preciso contar, também, com o aval de grupos subordinados. Dessa forma, é possível entender como até mesmo os relacionamentos de vizinhança e amizade acabam fragilizados e contaminados por um discurso culpabilizador, inclusive reivindicando a separação entre “ser envolvido” e “ser cidadão”, uma forma de estabelecer hierarquias e distanciamentos, mas também de sobreviver. Destaca-se, ainda, como tais dominações culturais permitem o exercício do domínio interpessoal, visto que as próprias relações sociais são impactadas, desfeitas e

refeitas diante das instâncias reguladoras e de possíveis sanções punitivas. Isso implica, por exemplo, que as próprias interlocutoras, em distintos momentos, se tornem vulneráveis a formas de preconceito e de julgamento moral.

Essas pontuações são importantes para que possamos seguir em nosso plano de rota e chegar ao destino que buscamos alcançar nesta seção: a possibilidade de incorporarmos, ainda, uma outra chave analítica sobre a violência contra mulher, feminicídio e guerra entre facções. Compreendemos como uma contribuição válida devido à noção de que a tortura, a violação de corpos femininos e a morte desses corpos em meio às dinâmicas criminais atuais nos indicam um outro formato de violência de gênero, especialmente quando observadas as distintas relações existentes entre as vítimas e seus algozes. Considerando que Feltran (2010) explica que a decretação à morte dentro dos procedimentos faccionais não corresponde a uma vontade ou escolha individual, mas a uma forma coletiva de impor respeito e garantia da norma vigente, e que L. Nunes et al. (2023) visualizam na decretação uma forma de compreender como a performatividade masculinista reflete em outros formatos de violência de gênero, formatos esses cujo objetivo maior está na expressão de poder de um grupo sobre outro, incorporamos o conceito de femigenocídio, proposto por Segato (2012), para contribuir com as análises do fenômeno aqui estudado.

A partir do acompanhamento da situação de segurança pública no contexto latino americano, principalmente o mexicano, Segato (2016) propõe o termo femigenocídio para se referir a uma série de assassinatos de mulheres caracterizados por desaparecimentos, sequestros, sessões de torturas, descarte de corpos em locais públicos ou covas rasas, abusos sexuais e vilipêndio de cadáveres, decapitação, enfim, homicídios caracterizados por rituais de extrema violência, mas também de performance. Assassinatos e agressões cometidas não somente para punir, mas também para fazer ver.

A autora localiza esse tipo de crime no contexto de guerras contemporâneas, a qual denomina de “guerras paraestatais”, que são formatos de guerras lideradas por grupos armados que atuam na informalidade e de forma paralela ao Estado, mas contam com a omissão ou conivência deste. Em certa medida, compartilham também interesses comuns. De acordo com Segato (2016), em tempos nos quais a selvageria e a barbárie se tornam pedagógicas e funcionais, “é no corpo da mulher que a crueldade se especializa como mensagem” (p.15). A autora considera ser assim devido a um pacto de cumplicidade entre os agentes de poder, que se utilizam da espetacularização e do exibicionismo como método tanto para exercer suas conquistas territoriais quanto para comunicá-los.

Ao referir-se a esse formato de guerra, Segato (2014) o compreende como produto de transformações na economia global, do deslocamento do centro do capital, da instabilidade política e da decadência democrática. Para a pesquisadora, tratam-se de conflitos caracterizados pela intensificação da informalidade dos grupos armados, pela mafialização da política e por uma configuração dual das estruturas estatais. Nesse contexto, observa-se a expansão da atuação de grupos paraestatais, ou, em seus termos, um processo de “paraestatalização” das instâncias de poder (Segato, 2014). Assim, com a participação direta ou indireta dessas estruturas, a agressão, a exploração e a dominação sobre o corpo feminino passam a adquirir centralidade, deixando de figurar como danos colaterais da conquista territorial, como ocorre nas guerras convencionais, para assumir um papel estratégico. São, portanto, crimes corporativos, perpetrados por uma espécie de “segundo Estado”, cujos rituais e abusos de poder incidem sobre sujeitos não personalizados (Segato, 2005). Nesse cenário bélico, a própria noção de territorialidade é reconfigurada, de modo que os corpos passam a constituir, eles mesmos, terreno de disputa entre grupos. É nesse sentido que Segato (2014) denomina de “territorialidade de rebanho” o processo pelo qual o domínio se exerce no e sobre o corpo, que passa a exibir marcas de pertencimento. Assim, a violência dirigida

ao corpo feminizado conforma gestos discursivos, nos quais a dominação e a humilhação operam como instrumentos comunicativos de soberania frente ao grupo rival.

O termo femigenocídio destaca uma política de extermínio que atinge mulheres em contextos de impessoalidade, tendo como foco o gênero e não a relação estabelecida entre a vítima e o sujeito violador (Segato, 2014). Como alternativa a um debate que toma como centralidade a condição feminina para refletir sobre os crimes de gênero, Segato (2014) considera que essa metodologia da violência tem como objetivo central a eliminação sistemática de corpos femininos ou feminizados enquanto grupo social, como estratégia para manutenção de regimes masculinistas. Diante disso, propomos a articulação entre o femigenocídio e as análises sobre as mortes de adolescentes e jovens mulheres no Piauí como forma de avaliar outros aspectos que esses casos expressam e que um debate limitado a relações íntimas e privadas não dá conta de alcançar. Ao nos atentarmos ao fato de que a maior parte das mortes catalogadas não se tratavam de mulheres traficantes ou, como Segato (2014) chama, tratavam-se de “vítimas não guerreiras”, entendemos que o primeiro argumento, acerca de um efeito colateral da escalada de violência, não se sustenta, como no caso das mulheres cujas mortes foram noticiadas: algumas por estarem em uma festa em território inimigo, como Joycelene, outras enquanto dormiam, como Maria Vitória, ou por terem o destino parecido ao de Jeniffer, executada por vingança à morte de Bárbara Teresa (companheira de um traficante local), ocorrida pouco antes em seu bairro.

Esses aspectos corroboram o que Segato (2016) avalia acerca da repetição de padrões existentes nas mortes, da permissividade do Estado e da impunidade disponibilizada aos criminosos. Conforme a antropóloga, há uma distinção entre crimes passionais ou domésticos e crimes que, embora também tenham a mulher como alvo, o foco está na comunicação de um status de soberania. “Em um, trata-se de uma constatação de um domínio já existente; em outro, de uma exibição de capacidade de domínio que deve ser reeditada com certa

regularidade e pode ser associada a gestos rituais de renovação dos votos de virilidade”

(p.39). Ou seja, a violência sobre a mulher é estratégica para expressar a capacidade de um grupo de exercer o poder, inclusive de fazer morrer, se assim desejar e considerar necessário.

O corpo feminino, nesta perspectiva, deixa de ser apenas um corpo vitimado em meio a cenários bélicos, assim como demais vítimas colaterais em formatos tradicionais de guerra, e passa a ser utilizado como ferramenta enunciativa, sobre a qual se inscreve mensagens de soberania destinadas aos inimigos (Segato, 2014). Assim, ao lembrarmos dos sequestros, desaparecimentos, mensagens, vídeos de tortura, abuso e assassinatos compartilhados, através dos quais a vítima não apenas é exposta como tem sua morte espetacularizada, além de corpos enterrados em covas rasas, podemos entender que a exibição da crueldade se torna, nesse novo acionar bélico, uma garantia primordial de controle territorial e de constrangimento moral do inimigo, como afirma Segato (2014, p.361). Logo, não estamos diante de casos motivados apenas por misoginia, mas de uma política de extermínio em que as mulheres transformam-se em recursos de guerra, a partir dos quais e sobre os quais são demarcados territórios de pertencimento e de domínio.

Desta forma, ao indagarmos, inicialmente, que novas faces das disputas de poder, que, historicamente, incidiram sobre o corpo e a subjetividade feminina tornam-se visíveis em meio aos conflitos entre facções, dado que tais mortes de mulheres, mais do que serem instrumentais, tornam-se expressivas, podemos visualizar como as atualizações nas dinâmicas criminais no contexto piauiense têm implicado em atualizações também sobre o modo como o domínio masculinista se apropria do corpo feminino. Corpo esse que, em um sistema de desigualdades e opressões baseadas no gênero, já se torna um corpo atravessado pela intersecção de diversos sistemas de exploração e violação, agora é, também, com base em marcadores de território e geracionalidade, um corpo empossado, invadido, coagido, exumado. Corpo ostentado e utilizado como mensagem de poder.

Nessa proposta de articulação entre os casos de feminicídio e a noção de femigenocídio, é válido ressaltar que há cuidados necessários, sobretudo considerando o contexto social e político do qual emergem as discussões de Segato (2014; 2016). Ao voltar-se para os feminicídios em Ciudad Juárez, a antropóloga insere sua análise em um dos contextos mais representativos da América Latina no que se refere à discussão sobre o conceito de feminicídio, pois o conceito ganha densidade política diante do descaso das autoridades na condução das investigações e na ausência de amparo às famílias das vítimas (Segato, 2016). Nesse cenário, evidencia-se a presença de um sexismo estrutural que atravessa não apenas a dinâmica dos crimes, mas também suas formas de apuração, revelando práticas institucionais marcadas por negligência e pela deslegitimação das vítimas.

Como exemplos emblemáticos, Roque et al. (2020) destacam o assassinato de Irma Angélica Rosales, de 13 anos, em 1999, e o crime de “Campo Algodonero”, em que os corpos de oito mulheres foram encontrados com marcas brutais de violência em uma plantação de algodão. Ambos os casos impulsionaram mobilizações sociais e conferiram visibilidade internacional ao fenômeno do feminicídio. Além disso, no plano socioeconômico, os desaparecimentos e assassinatos de mulheres em Ciudad Juárez estão relacionados à chegada massiva de fábricas estadunidenses no território mexicano, após a implementação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, na década de 1990, processo que ampliou a acumulação de renda por algumas famílias, fluxos ilícitos (como tráfico de drogas, órgãos e mulheres) e disputas territoriais na região (Segato, 2016).

Diante disso, o aumento da violência contra a mulher tem sido relacionado à rápida industrialização da região somada às disputas entre grupos criminosos, à desigualdade social e à corrupção institucional (Roque et al., 2020). Para alguns pesquisadores, não se trata de coincidência que muitas das vítimas eram jovens trabalhadoras, posto que havia um recrutamento predominante de mulheres para o trabalho nas fábricas, o que Arriola (2010

citado por Roque et al., 2020) compreende que se dava pelos estereótipos de docilidade, passividade e submissão feminina aos gerentes. Em diversos casos, as mulheres eram raptadas no trajeto entre casa e trabalho. Por fim, dada a fragilidade das investigações, o círculo de repetição dos feminicídios e a sensação de impunidade, Segato (2005) aponta, ainda, a possível implicação de setores economicamente privilegiados (os ditos “homens de bem”) na autoria desses crimes, evidenciando a complexidade das relações de poder envolvidas no contexto mexicano.

À luz desse quadro, é possível estabelecer aproximações com a realidade do Nordeste brasileiro e, de modo mais específico, com o cenário piauiense, ainda que resguardadas as particularidades históricas e sociais de cada país. Assim como em Ciudad Juárez, observam-se, no Piauí, práticas institucionais marcadas pela negligência na condução das investigações, bem como pela descredibilização das vítimas e pelo julgamento moral de suas trajetórias, o que reverbera no sofrimento das famílias e na produção de silenciamentos. Silenciamentos esses que resultam em mulheres e famílias acuadas, temerosas e desacreditadas na possibilidade de receberem respostas sobre as mortes de suas jovens, como pude perceber em meus encontros com Dona Helenira e Dona Dorothy. Após a morte da neta, Dona Helenira retirou-se do bairro com a família, passou um período distante e, no dia que conversamos (em um período de retorno), ela expressava sua insegurança em relação às pessoas do bairro e sobre como achava injusto o que as notícias falavam sobre sua neta. Nossa conversa, que na sala de sua casa em que havia diversos retratos da neta, foi permeada por um clima de incerteza e desesperança: Dona Helenira não sabia dizer se permaneceria ali ou se partiriam, novamente, para outro local onde pudessem se sentir mais seguros, pois não confiavam nem mesmo nos vizinhos. Também por medo, acabavam não procurando a polícia para saber os rumos da investigação, ela me dizia. Da mesma forma, em nossa entrevista, Dona Dorothy, me explicava:

Eu fiquei com aquele medo. Eu não tinha medo. Eu não tinha medo de nada. Agora tenho medo que aconteça comigo o que aconteceu com ela. Tenho medo, porque eu não sei o que foi. [...] O pessoal diz assim “- *irmã*, porque *tu não procura* um advogado?”. Mas, eu vou pagar com o quê? “-Ah, mas tem advogado defensor público”. Mas eu não vou procurar, não. Não vou mais me envolver com isso, não. Pois ela já se foi, tá num bom lugar eu acho, que ela era uma criança. Eu não vou, não, porque se eu for, eu tenho medo de me complicar. Um deles me matar no meio do caminho. Eu tenho medo. Morro de medo. Morro de medo de esses meninos me *matar*. (Dorothy, Entrevista)

O medo de dona Dorothy, que atravessa tanto a sua experiência de luto quanto suas condições de seguir suas atividades diárias, me mostrava que, para aquela mãe, as noções de justiça, vinham, primeiro, atreladas a uma tentativa de manter-se viva, mesmo quando sua filha havia sido assassinada de forma extremamente violenta e repentina, e isso reverberava, inclusive, na sua busca ou não por explicações acerca do que havia ocorrido.

Ademais, destaco também a presença de um patriarcalismo e sexismo estrutural que também atravessam o contexto piauiense. Podemos, então, relacionar este aspecto com a permanência de heranças como as expressões históricas do banditismo, em que não só haviam códigos machistas que implicavam regras de conduta para as mulheres (inclusive para as que faziam parte do grupo), como também uma maior presença de elementos de crueldade no assassinato destas, de modo que a “supremacia do macho ficasse evidenciada” e estampasse o “o poder do macho diante da figura feminina” (Pereira & Rêses, 2021, p.67). Nessa dinâmica violenta, foi o crescimento alarmante das mortes de adolescentes e jovens mulheres piauienses, cada vez mais precocemente atingidas, que nos convocou a nos determos sobre esses casos durante essa caminhada, sendo que visualizamos um paralelo com a vitimização juvenil observada no contexto mexicano.

Do ponto de vista socioeconômico, o Nordeste também tem se inserido em circuitos de maiores investimentos industriais e turísticos do Brasil (ainda que em outra escala), acompanhado do fortalecimento de rotas do tráfico internacional e de transformações econômicas que tensionam dinâmicas locais, conforme discutido na primeira seção. Nesse cenário, adolescentes e jovens mulheres passam a ocupar posições específicas nas dinâmicas faccionais, seja como companheiras de membros, seja em funções auxiliares e, por vezes, em instâncias decisórias informais, como os chamados debates ou, conforme a mídia, “tribunais do crime”. Somam-se a isso a incidência de fatores como o empobrecimento global, os efeitos do período pós-pandêmico e a feminização da pobreza, que marcadamente contribuem para a intensificação das vulnerabilidades (Tosta & Costa, 2023). A noção de femigenocídio, nesse sentido, oferece uma chave analítica relevante para compreender a recorrência dos homicídios de mulheres nas disputas entre facções no Piauí, evidenciando seu caráter reiterado e estruturado.

Ademais, uma diferença significativa deve ser destacada: enquanto no contexto mexicano há indícios da participação de homens poderosos e influentes na autoria dos crimes, conforme hipotetiza Segato (2016), não é possível estabelecermos tal relação com as autorias nos homicídios que acompanhamos ao longo desta pesquisa, pois, além de nosso trabalho não se tratar de uma investigação acerca da autoria dos crimes, nos relatos das interlocutoras e nas informações que tivemos acesso, de modo geral, somente foi mencionado o envolvimento de homens (e, em alguns casos, mulheres) também situados em posições de marginalização social, vinculados às facções. Ainda assim, a sensação de impunidade, a negligência institucional e o menosprezo pelas vítimas configuram um ponto de convergência entre os contextos, reforçando a necessidade de compreender essas mortes a partir de uma perspectiva estrutural e relacional.

Feitas essas ponderações, retomo às inquietações iniciais que nos encontraram nos cruzamentos entre as ruas caminhadas no começo desta investigação e o cenário alarmante que as sucessivas notícias de mortes de mulheres no Piauí conformavam. No início nosso foco estava em investigar sobre os impactos das lógicas carcerárias nas famílias e comunidades periféricas e, posteriormente, no modo como moradoras da periferia de Teresina experienciavam o luto diante das mortes decorrentes da violência urbana. No entanto, os assassinatos de mulheres cada vez mais jovens e sem direta relação com cargos ocupados no comércio ilegal de drogas nos conduziram a um desvio de rota diante do indicativo de que, ali, se expressava não somente desdobramentos previsíveis e coerentes com o quadro geral de violência no Estado, mas um outro fenômeno. Fenômeno esse que, a partir do diálogo com as proposições de Segato (2014; 2016) acerca do femigenocídio, pode ser avaliado, com maior sensibilidade, sejam os assassinatos de mulheres qualificados como feminicídio, sejam aqueles tidos como mero efeito da disputa entre facções.

A ampliação das análises acerca dos assassinatos feministas em meio a guerras paraestatais, como denomina Segato (2014), nos permite avançar de uma análise centrada no desprezo pela condição feminina (que, com bastante frequência tem resultado em casos de feminicídio), para análises sobre como o corpo feminino tem sido utilizado como mensagem de poder entre grupos rivais. Mas há, ainda, um outro aspecto que consideramos fundamental incorporar às nossas análises e diz respeito à constatação de Segato (2014) de que, para entender as guerras contemporâneas, precisamos rever os fatores contextuais, ou seja, a estrutura social, econômica e política vigente que se torna um cenário fértil para a emergência de tais formatos bélicos.

Segundo a antropóloga, são mudanças que, na modernidade tardia, acompanham o movimento da economia global e se tornam ainda mais complexas em momentos de instabilidade na política, na economia e na democracia, o que explicaria a porosidade entre a

gestão estatal e os grupos paraestatais. Em seu limite, trata-se um contexto que faz emergir não apenas guerras civis e estratégias informais de sustentação dos interesses capitalistas, mas que reverberam em outras dimensões de vida, como a própria definição de territorialidade e de patriarcado, e atribui ao corpo feminino ou feminizado “um novo papel que o transfere de uma posição marginal para uma posição central” (Segato, 2014, p.343).

Tendo isso em nosso horizonte analítico, recupero os apontamentos de Segato (2014) acerca da noção de “territorialidade de rebanho”. Conforme a autora argumenta, na contemporaneidade, há um exercício do controle por meio de uma técnica pastoral, no qual a população governada é caracterizada por seu aspecto fluido e extensivo, e não mais fixo e com fronteiras geográficas que garantam o controle. Neste governo em forma de rede, Segato (2014) compreende que o território está dado pelos corpos, de modo que é sobre o corpo que se impõem os códigos de conduta, as regulações e as demarcações. Assim, uma vez que o corpo feminino sempre esteve, em diferentes períodos da história, associado à ideia de posse, portanto, de território, não se trata de uma coincidência que, nesses atuais cenários de guerra, seja ele um dos principais instrumentos de disputa e de utilidade. Por isso, nos colocamos a pensar: de que modo isso guia nosso olhar para mortes como as de Cristiane, Joycelene, Maria Paula, Maria Camila, Ketleen, Aryadna (algumas das mulheres cujas mortes apresento na Figura 1)? Mulheres assassinadas, de acordo com o noticiário, por estarem “no lugar errado, na hora errada, nas companhias erradas”. Mortas porque, enfim, ousaram se comportar da “forma como não deveriam”.

É neste sentido que nos deteremos, na próxima seção, acerca da demarcação do corpo feminino como corpo-território em meio às disputas entre facções no Piauí. Amparados por Federici (2017), discutimos sobre as atualizações da exploração capitalista sobre a mulher diante de um contexto de crise do capital e de fortalecimento das lutas feministas.

Terceira Parada – Da decretação do corpo feminino à demarcação do corpo-território

Nas seções anteriores, tratei do avanço das facções no Piauí e das reorganizações das dinâmicas comunitárias em territórios mais intensamente ocupados pelos grupos. Discuti, ainda, as potencialidades e os desafios presentes no uso da categoria feminicídio na leitura dos assassinatos de adolescentes e jovens mulheres, assim como problematizei a explicação das mortes como efeito comum de uma guerra em curso, sinalizando uma economia política de vida e de morte na qual tanto as jovens assassinadas quanto as mulheres que permanecem vivas tornam-se também vítimas desse contexto bélico. Sujeitos que carregam os custos de uma guerra que não travaram. Por essa perspectiva, entendemos ser esse o ponto em que a análise dos homicídios femininos exige outra chave interpretativa.

A partir do enquadramento teórico realizado anteriormente, esta seção examina como os assassinatos, torturas e espetacularizações das mortes expressam um processo de territorialização do corpo feminino, fazendo com que este, além de instrumento que comunica a soberania de um grupo aos seus inimigos e serve para o disciplinamento coletivo e gestão do medo, seja também transformado em um campo simbólico, político e econômico de disputa. Para tanto, recorro às contribuições de Silvia Federici (2017; 2019) acerca da relação entre desenvolvimento, crise e manutenção do capitalismo e o cíclico recrudescimento da violência contra mulheres como pré-condição para a acumulação de trabalho e riqueza.

Nossa argumentação se baseia na ideia de que a problemática social aqui apresentada indica que a violência sobre a mulher nunca foi acidental. Por isso, defendemos a necessidade de que as análises empreendidas se desloquem do campo das disputas faccionais para o exame da extensa história de dominação patriarcal e capitalista sobre os corpos femininos. O investimento nessa articulação teórica parte da compreensão de que a análise das mortes de mulheres piauienses em meio à violência urbana demanda uma leitura densa e contextualizada. Ao ouvir e conhecer suas histórias, seja por meio de matérias jornalísticas,

seja, principalmente, pelas narrativas das interlocutoras e informantes-chave, fui, ao longo de todo o percurso, convocada a reconhecer as múltiplas formas pelas quais a violência e a crueldade atravessavam suas trajetórias. Por isso, decidimos seguir essa convocação em nossa rota de pesquisa.

A recorrência e sistematicidade com que a violência aparecia em suas narrativas indicavam que os assassinatos de adolescentes e jovens perpetrados por membros de grupos faccionais, embora frequentemente tratados como fenômeno recente no estado, são inscritos em um contínuo de violências contra a mulher, que, no limite, culmina em seu aniquilamento. Adotar essa perspectiva é analisar que tais mortes não se configuram como eventos isolados, mas são produzidas cotidianamente e progressivamente, assumindo contornos cada vez mais invasivos e letais. É reconhecer que essas destruições gradativas são operadas por distintos agentes, o que inclui tanto aqueles vinculados às facções, como também a participação, conivência ou omissão das instâncias estatais. Gradações que – não sem resistência – operam uma demarcação do corpo feminino enquanto corpo-território, e é sobre isso que trato nesta seção.

Dos cercamentos aos paradigmas territoriais contemporâneos

Nos últimos anos, antes de adentrar os percursos desta pesquisa de doutorado, o contato com matérias sobre conflitos entre facções que, dia após dia, resultavam em mortes, principalmente em bairros considerados “perigosos” pelos discursos midiáticos, policiais e pelo senso comum, veio se tornando algo relativamente frequente em minha rotina e, acredito, na de toda a população piauiense. De modo semelhante, tornou-se corriqueiro que, ao percorrer as ruas da cidade, me deparasse com muros que exibiam pichações como “1533” - código reconhecido como sendo utilizado pelo PCC em referência à posição das letras “P” (15º) e “C” (03º) no alfabeto brasileiro - ou frases como “passa nada”, “tudo nosso”, que, em

meu entendimento, expressavam uma forma de demarcação territorial e controle absoluto da área, sugerindo que ninguém estranho ou de facção rival conseguiria entrar ou circular naquele local sem autorização.

Havia também uma outra frase bastante comum em diversos muros da capital: “proibido roubar na quebrada”. Embora eu não conhecesse “de dentro” o modo como as facções funcionavam, podia deduzir que a frase sinalizava uma espécie de lei própria, em que as regras do grupo que comandava aquela região valiam, também, para as demais pessoas que ali residiam ou para externos que transitassem naquela área. Essa imposição de “ordem” sobre os fluxos locais me fazia pensar a respeito de como aquilo era avaliado pela comunidade ou também por mim: seria algo positivo? Algo que, em certa medida, trazia uma maior organização e sensação de segurança? Ou, quem sabe, de justiça? Mas segurança pra quem e a que custo? Logo eu, que tantas vezes fui assaltada ao longo da adolescência e da juventude, pensava: então seria algo, de certa forma, “bom”? Essas regras valiam para mim também? Não sabia responder. E, de muitas formas, ainda não sei, mas, pelo menos, agora compreendo que análises dicotômicas entre “bom ou ruim”, “negativo ou positivo”, “certo ou errado” mostram-se insuficientes para abarcar todas as nuances das relações estabelecidas e dos jogos de força que conformam esses espaços.

As pichações se tornaram tão comuns pela capital que chegaram, mais recentemente, a resultar em ações movidas pelo DRACO com foco na remoção dos símbolos⁴³, sob argumentos de que esta seria uma forma de prevenção e de “fortalecer a presença do Estado nas áreas mais vulneráveis”⁴⁴. Ao me deparar com as notícias acerca dessas ações, no

⁴³ Como parte da “Operação Draco 53” a ação visou reprimir a atuação de criminosos que praticaram um atentado contra uma equipe do Samu na capital, em julho de 2023. Recuperado de <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/08/09/policia-cobre-pichacoes-feitas-por-faccoes-criminosas-na-zona-sul-de-teresina.ghtml>

⁴⁴ Entrevista concedida pelo Delegado Charles Pessoa, em ação realizada em maio de 2025, na zona sul de Teresina. Recuperado de <https://www.ssp.pi.gov.br/draco-remove-pichacoes-de-organizacoes-criminosas-em-acao-no-torquato-neto/>

entanto, me vi tentando entender sobre quais seriam, de fato, os impactos daquelas ações realizadas pela Secretaria de Segurança, pois, ao meu ver, mostravam-se mais performáticas do que protetivas. Demonstravam, enfim, mais perda de controle da situação que, de fato, alguma estratégia sólida no combate às organizações criminosas. Essa interpretação se dava em decorrência dos índices de violência divulgados diariamente, nas sucessivas notícias sobre crimes ou, neste caso, pela quantidade de muros que permaneciam sendo marcados, independentemente de quantos a Secretaria conseguisse pintar. Ao passar uma “mão de tinta” sobre as pichações, o Órgão demonstrava sua (in)eficiência ou isso simbolizava uma guerra na qual grupos estatais e paraestatais disputam quem levanta seu estandarte naquele território, pelo menos provisoriamente? Bom, podemos concordar que, se não são ações para “fazer valer”, pelo menos são ações para “fazer ver”, e elas têm sido vistas.

Essas perguntas se mantiveram como norteadoras ao longo da definição do objeto de pesquisa em meu doutorado e produziram outras ressonâncias à medida que, avançando os passos, eu me aproximava das Vilas, das famílias e das interlocutoras com as quais venho dialogando. Como exemplo, recupero o dia da entrevista com Sonia. De manhã cedo, na padaria próxima ao local em que eu morava na época, pude compreender como a vida de uma jovem de 21 anos era diretamente impactada pelo controle territorial das facções em seu bairro, e isso não era algo recente, tampouco me parecia que a limpeza de fachadas poderia lhe proporcionar maior segurança. A seguir, Sonia fala sobre os meses que antecederam a tentativa de homicídio que sofreu:

Quando eu *vinha vindo*, um dos rapazes falou: “-ei, bichinha, *tu é* novata aqui no bairro, né? Aqui, na nossa quebrada”. Respondi “é, eu moro bem aqui, na outra rua de trás”. Aí, eles: “-Bora, dá teu celular bem aí”. Ai, eu dei. Porque, como eu era uma pessoa recém-moradora e eu tava passando por onde eles ficam, eles tiveram que revistar meu celular. Revistaram e disseram “-não, ela aqui não tem nada demais,

deixa a bichinha ir embora”. Ai, um dos meninos perguntou meu nome e eu disse “meu nome é Sonia” e tudo mais. Um deles disse “-ah, eu te conheço. Lá do outro lado ali, *tu mora* ali perto de onde nosso finado parceiro morreu”. E aí, um deles me conheceu, né? Falou que me conhecia e tudo mais, que eu era de boa e que *tava* sossegado. Falou que podia deixar eu passar pra ir pra casa. [...] Hoje a mudança que eu vejo que teve é que antigamente a disputa era só por venda de drogas. Hoje a disputa é por território . Hoje a pessoa não pode andar. A pessoa, mesmo sendo envolvida ou não, ela tem que tomar cuidado onde ela vai andar, porque eles têm uma dominação do território que, se você mora em tal lugar, você só pode andar naquele setor, naquele território. Eu pensava que era só quem era do mundo do crime que era assim, mas não é. Depois do que aconteceu comigo, que eu andei lá onde meu primo, que é lá no Torquato Neto. E aí, quando eu falei pra eles que eu morava na Irmã Dulce, e eles disseram que o território que eu morava era rival deles, eles disseram que não dava certo eu andar no bairro deles por conta disso. Tipo, meu primo, ele não anda mais lá pra ver os amigos dele, porque o território que ele mora é rival do bairro que eu moro. Então, esse negócio de território, de tu andar em tal lugar só se *tu for* de tal lugar...Tipo, esses bairros da Zona Norte, Santa Maria da Codipi, Zona Leste. Tipo, Zona Leste, lá o território é “dos 15”. Então, você não pode andar porque é uma facção rival. Lá onde eu moro, no Parque Eliane, é Bonde dos 40, então eu só posso andar em lugar onde for o mesmo território que o meu. Tipo, o bairro em que eu moro, a rua em que eu moro ela é do lado de outra rua que já é uma facção rival. Então, eu evito andar próximo por conta disso, porque uma vez eu já passei por uma situação de eles me pararem e perguntarem onde é que eu moro, de onde é que tu é, de qual quebrada...e eu não sendo envolvida com nada. (Sonia, Entrevista)

Nossa conversa acontecia em um local rodeado de pessoas que estavam ali consumindo bolos, tapiocas, sucos ou cafés, mas a narrativa de Sonia acrescentava um “ar” diferente à tranquilidade que geralmente envolve (ou deveria envolver) cafés da manhã e me fazia despertar (quase literalmente) em meio a diversas cenas de situações perigosas e, mesmo apenas ouvindo, me deixavam angustiada. Enquanto os clientes conversavam amenidades entre si ou com as atendentes, escolhiam um pão ou outro, indicavam se queriam café coado ou expresso, eu, sentada à frente de uma jovem magrinha e com vestido florido, dava-me conta de que, em determinadas localidades, havia sujeitos que reivindicavam para si a soberania e posse de espaços públicos, dos fluxos, dos corpos.

Nessa sobreposição de cenas em que, de um lado, visualiza-se um Estado que tenta comprovar sua capacidade de controle por meio de ações midiáticas (como a tática de cobrir as pichações feitas por facções); e do outro assistimos a uma gerência informal do território que expõe seus códigos em muros urbanos assim como produz e controla subjetividades, podemos reconhecer o quanto as técnicas pastorais - centrais nos atuais paradigmas de territorialidade, de acordo com Segato, 2014 - se presentificam no cotidiano de Sonia e de sua comunidade. Corpos, se não exibem sua filiação, devem, acima de tudo, obedecer a quem se filia e detém o domínio daquele espaço: espaço delimitado não por fronteiras fixas, mas por seu rebanho.

“Na nossa quebrada”, “eles *tiveram* que revistar o *meu* celular” e “viram que eu era *de boa*” eram frases que, aparentemente, fluíam com “facilidade” no relato de Sonia. Afinal, ela descrevia o seu cotidiano. Mas, para mim, indicavam um mundo bastante diferente do que eu conhecia e que ficava há poucos quarteirões dali, dentro de um condomínio fechado. Afirmações que me colocavam a pensar sobre o fato de que, embora as pichações pudessem significar uma certa organização ou alternativas das comunidades poderem alcançar alguma forma de lei, também indicavam que ações relativamente simples, como cruzar ruas vizinhas,

visitar familiares, sair e voltar do trabalho, poderiam resultar em circunstâncias arriscadas, mesmo você sendo “de boa” ou “sossegada”, como Sonia me explicava.

Quando Sonia relata sobre a necessidade de saber em quais bairros pode transitar ou de qual forma precisa responder àqueles que a interrogam sobre seus comportamentos, ela não nos indica somente uma questão de fronteiras rígidas e regulações autoritárias. A jovem nos mostra que, através do controle sobre sua mobilidade, seu aparelho celular, seu local de trabalho, a facção expressa uma forma de dominar que abrange desde o local em que mora à sua existência, sua capacidade de escolha e, igualmente, às condutas das demais pessoas que vivem no entorno de sua localidade. Nosso encontro, assim como os encontros com Dona Marielle, Maria Bernadete e demais informantes-chave, me apresentava a guerra pelo olhar de quem a vive de dentro. E, ali estando, ainda que as fachadas da cidade fossem higienizadas, as marcações subjetivas permaneciam.

Fui, dessa forma, guiada aos caminhos trilhados por Federici (2017) em seus escritos sobre conquistas territoriais, disputas econômicas e violações do corpo feminino, ao mesmo tempo em que a leitura de suas obras me guiava pelas visitas e entrevistas realizadas. Ao reconstruir historicamente os processos de cercamento⁴⁵, disciplinamento e exploração que sustentam o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema econômico vigente, Federici (2017) argumenta que tais mudanças tiveram consequências no perfil das guerras até então realizadas, de modo que estas passaram a ter como estratégia central o imperialismo, que visava à conquista de territórios como forma de reestabelecer a economia dos países. Decorrem disso a ampliação e profissionalização dos exércitos, a eliminação do inimigo e a degradação dos territórios conquistados e de suas populações.

⁴⁵ De acordo com Federici (2017), os cercamentos referem-se a um conjunto de estratégias usadas pela nobreza e fazendeiros ingleses para restringir e eliminar o uso comunal de terras pelos camponeses e populações pobres, o que possibilitou a expansão da propriedade privada. Tratou-se da eliminação das terras para criação de animais pelos pequenos camponeses, criação de pastos privados e transformação da atividade agrícola em práticas comerciais.

As análises de Federici (2017) sobre o desenvolvimento das relações capitalistas partem da crítica a uma ideia muito difundida de que a passagem de um sistema ao outro ocorreu de modo linear e espontâneo. A filósofa defende que essa reestruturação social e econômica se tratou, em grande parte, da resposta das classes dominantes, compostas pela nobreza, clero e burguesia, às lutas antifeudais empreendidas por camponeses, artesãos e trabalhadores. Tais ofensivas, realizadas a partir de meios fortemente violentos, eram uma forma de controle repressivo aos modos de vida e de organização do campesinato, o que, como a autora define, correspondeu a um período sangrento e repleto de discontinuidades. Assim, podemos compreender que a germinação do capitalismo pode ser interpretada como uma contrarrevolução, conforme conclui Couto (2020), dado o “esforço de erradicar as vias abertas pelas lutas campesinas”(p.36).

Apesar das relações de servidão existentes durante o período feudal, as famílias camponesas dispunham de alguns direitos consuetudinários, que garantiam condições mínimas de subsistência, autonomia no controle reprodutivo familiar, cultivo da terra, como também coesão e cooperação comunitárias (Federici, 2017). É válido ressaltar que tais direitos eram convenientes aos donos da terra, posto que, após o declínio do sistema escravocrata europeu em séculos anteriores – resultado de rebeliões e fugas de escravos –, estes precisavam garantir mão de obra para o trabalho em suas terras. De toda forma, a possibilidade de acesso a recursos materiais e às terras comunais conferia aos camponeses uma relativa autonomia frente às imposições dos senhores feudais (Federici, 2017).

Com o avanço das relações monetárias e a crise do sistema feudal, essas garantias foram progressivamente desmanteladas, em meio a um período marcado por lutas e rebeliões. Dentre elas, Federici (2017) aborda: o início de movimentos de campesinatos pobres e do proletariado sem-terra contra o clero e os senhores feudais; o fortalecimento dos movimentos heréticos contrários às hierarquias sociais e à corrupção clerical e defensores de uma nova

organização e justiça social; o surgimento de grupos que repudiavam o matrimônio e a procriação em protesto ao nascimento de crianças que viveriam em condições miseráveis. Todos esses levantes se davam em oposição à intensa expropriação das terras camponesas e eliminação do uso comum da terra, que resultou no empobrecimento populacional, proletarização em massa e dependência do trabalho, implicando em níveis mais precários de servidão dos trabalhadores aos donos das terras e dos comércios. Paralelamente, leis contra a vadiagem, punições corporais, encarceramento, impostos e outras formas de disciplinamento foram amplamente utilizadas para forçar a inserção dos camponeses na nova ordem econômica e garantir a maior produtividade possível (Federici, 2017).

Por falar em descontinuidades, Federici (2017) sublinha uma nova crise em meio aos processos de acumulação primitiva, em decorrência do declínio demográfico e, conseqüentemente, de falta de mão de obra durante e após a pandemia da Peste Negra e da grande fome gerada pela pobreza. Com a escassez da força de trabalho, a resposta das elites às revoltas camponesas e urbanas tinham um tanto de repressão e um tanto de estratégia, visto que buscava dividir os trabalhadores e dissolver alianças políticas. Diante de uma população que, agora, recusava-se a trabalhar (dada a possível iminência de morte) ou exigia salários e benefícios maiores (pois havia uma menor oferta de trabalhadores vivos e sadios), ações como entrega de pequenas parcelas de terras e formas de assistência pública tornaram-se comuns. Novamente, embora pudessem parecer humanitárias à primeira vista, estas culminaram na desintegração das comunidades rurais, na desmobilização dos proletários, enfraquecendo as lutas coletivas que haviam caracterizado os séculos anteriores.

Faço esse apanhado histórico para retomar à emergência de transformações fundamentais no campo de guerra, como mencionei no início dessa discussão. A partir do final da Idade Média, a frequência e o poder destrutivo dos conflitos cresceram, deixando de serem disputas localizadas para se tornarem guerras de conquista territorial, marcadas por

massacres, devastação de vilarejos, fome e epidemias. Ao tornasse estratégia central nessa nova ordem social e econômica, a guerra, contribuiu para a ampliação das desigualdades e de mortes. Assim, Federici (2017) argumenta que, não coincidentemente, o desenvolvimento do sistema capitalista, desde o seu princípio, consolida-se como um conjunto articulado de violências econômicas, jurídicas, militares e sociais, e acarretou uma série de consequências à vida de toda coletividade. Em suas palavras, a violência foi “a principal alavanca” no processo de acumulação primitiva, pois esta consistiu em uma “imensa acumulação de força de trabalho — ‘trabalho morto’, na forma de bens roubados, e ‘trabalho vivo’, na forma de seres humanos postos à disposição para sua exploração — colocada em prática numa escala nunca antes igualada na história” (p.121).

Terror e violência, portanto, sempre estiveram na matriz do capitalismo, sendo que tanto os bens como os modos de vida tornaram-se terrenos de conquista, submetidos a um poder que buscava reorganizá-los e discipliná-los em função do lucro. Nesse processo, colocar a “cerca” nas terras coletivas e “ordem” nas festas, no ócio e nas reuniões populares foi uma estratégia de primeira ordem para a extração máxima da força produtiva derivada dos terrenos e, também, dos corpos (Couto, 2020). Resumidamente, Couto (2020) afirma que a disciplina e a força de trabalho são, desde o princípio, funções capitalistas forjadas às custas de derramamento de sangue, dada a tendência exploratória e homicida das relações monetárias.

Por este caminho, chego a uma encruzilhada analítica, a partir da qual observo a articulação entre o que Silvia Federici e Rita Segato discutem acerca da experiência territorial. Em suas análises, Federici (2017) argumenta que o processo de acumulação primitiva (como denomina a gênese do sistema econômico vigente) está diretamente relacionado à expropriação das terras comunais europeias, aos cercamentos ingleses e a um conjunto de práticas predatórias impostas a camponeses e trabalhadores. Sustentadas pela

atuação articulada entre burguesia e Estado, essas ações possibilitaram uma ampla concentração da propriedade privada, ao mesmo tempo em que produziram uma classe proletária submetida a relações de exploração e, em diversos momentos, politicamente fragmentada, ainda que esse processo tenha sido continuamente atravessado por resistências, como a própria autora defende.

Segato (2005), por sua vez, aponta que, enquanto nos regimes feudais a posse da terra e de seus recursos estava vinculada à figura do senhor feudal, e nos Estados nacionais modernos a soberania e a administração territorial ficavam a cargo dos por dispositivos jurídicos, na contemporaneidade temos visto um processo de enfraquecimento dessas estruturas estatais. Nesse cenário, a gestão e o controle dos territórios passam para e pelas mãos de diferentes atores (como facções, máfias urbanas, empreendimentos imobiliários e instituições religiosas), evidenciando uma reorganização espacial marcada por fragmentações. Se antes o território era concebido como uma unidade politicamente integrada e contínua, agora ele é delimitado por parcelas, aspecto que a antropóloga denomina de “recortes tribalistas” (p.199).

É válido ressaltar que, conforme relembra Segato (2005), diferentemente da noção de espaço - definido por sua natureza geográfica e física - o território refere-se a uma ideia de representação. Um espaço representado, apreendido pela sua apropriação política e pela capacidade de administração, delimitação e utilização, tornando visíveis as marcas da identidade do sujeito individual ou coletivo que dele se apropria. Assim, a definição de território passa, necessariamente, por uma definição de “Nós” e, consequentemente, pela definição do “Outro”. Isso nos ajuda a entender que a violação dos corpos e as conquistas territoriais sempre estiveram lado a lado ao longo dos diferentes períodos da história da humanidade (Segato, 2005). Isso se mostra particularmente inteligíveis quando observadas à

luz de experiências concretas, como a de Sônia, cuja narrativa evidencia como tais dinâmicas se inscrevem no cotidiano:

E aí, eu tinha ido lá no Torquato Neto fazer uma visita com o meu primo, e eu levei a tal amiga comigo. Infelizmente, o meu primo, ele usa droga. Ele fuma maconha, no caso. E aí, por conta disso, só por ver ele fumando maconha, ela disse que ele era faccionado pros rapazes lá de onde eu morava. E ele não era, só fumava maconha. Ela falou pros meninos do morro, que disseram que não queriam eu morando lá, porque eu tinha andado no Torquato Neto. Porque são rivais. Ai, eu falei “olha, eu não vou mais andar lá, se for problema”. Aí falaram “-não, pode vazar daqui!”, mandaram eu ir embora naquele mesmo dia, naquela mesma noite. E aí, minhas portas estavam tudo abertas, porque eu tinha perdido a chave da casa, e ainda não tinha nem conseguido tirar, porque eu não tinha dinheiro. Eu tava dormindo com as minhas portas praticamente encostadas só. E aí, eles falaram que era pra *mim* ir embora, e eu falei que eu não tinha como ir embora, porque eu não tinha dinheiro pra pagar um frete, que eu ainda tinha que pagar o aluguel que ia vencer. E eles falaram “-não, tia, então a gente vai te dar uma segunda chance, se *tu vacilar*, tu já sabe o que vai acontecer, né? E eu: “tá bom”. E aí, depois disso, eu só fiquei em casa. Eu não saía de casa... (Sônia, Entrevista)

Para Segato (2005), a noção de territorialidade somente é possível a partir do estabelecimento preciso de jurisdições, técnicas de vigilância e de disciplina. Essa compreensão, para a pesquisadora, está posta. No entanto, o que se verifica em termos de mudanças dos paradigmas territoriais vigentes é que, na atualidade, tem havido o desbotamento de fronteiras fixas, que em períodos anteriores eram bem delimitadas e visíveis. Há um momento em que a territorialidade adquire mobilidade e, como já mencionado, passa a ser manifestada no corpo e através dele. Essas mudanças

paradigmáticas, a escritora afirma, localizam-se no contexto de desmonte dos parâmetros constitutivos dos Estados nacionais (Segato, 2005). Suas discussões nos orientam a entender como a territorialidade é, continuamente, redefinida. Todavia, longe de permanecerem no plano abstrato, podem ser visualizadas nos contornos subjetivos produzidos pelas disputas faccionais que Sonia narra.

É a partir desse ponto de interseção entre expropriação, fragmentação e disputas pelo controle territorial realizadas por diferentes grupos paraestatais que acredito ser possível estabelecer aproximações analíticas entre a gestão territorial contemporânea e seu caráter bélico (como visto nos processos urbanos de faccionalização) e o processo de emergência e manutenção do capitalismo, sobretudo em tempos de crise do sistema e das soberanias estatais. Contudo, é fundamental reconhecer os limites e as especificidades dessa aproximação. As análises empreendidas por Federici (2017) se concentram, sobretudo, no contexto europeu de transição do feudalismo para o capitalismo. Na América Latina, por sua vez, a consolidação do capitalismo esteve amplamente articulada à colonização, ao genocídio dos povos originários e à escravização de populações africanas, processos que produziram formas particulares de exploração e violência. Nesse cenário, a experiência das mulheres negras não pode ser compreendida apenas a partir da retirada de direitos ou da perseguição moral e religiosa, mas também pela transformação de seus próprios corpos em mercadoria, força de trabalho e objeto de dominação sexual. Assim, estabelecer um diálogo com Federici não implica transpor mecanicamente suas formulações para a realidade latino-americana, mas reconhecer que as dinâmicas de expropriação, controle dos corpos e gestão da reprodução assumiram configurações distintas em cada contexto histórico, exigindo que suas contribuições sejam articuladas às reflexões produzidas por intelectuais negras e latino-americanas que evidenciam a centralidade da escravidão e do colonialismo na constituição das desigualdades contemporâneas.

Feitas essas considerações, passei a observar que os apontamentos de Federici (2017) se assemelhavam àquilo que via e ouvia nas comunidades, no que os dados dos relatórios de segurança pública e as notícias indicavam: o acirramento de conflitos armados, o aumento nos níveis de letalidade, a intensificação do medo e de mudanças nas formas individuais e coletivas de (des)ocupar os bairros. Observar que, nos novos formatos de guerra, no caso desta pesquisa, a que travada nas disputas pelo controle do tráfico de drogas, dos pontos de venda, mas também pelos confrontos entre polícia e traficantes - efeitos de uma política proibicionista de drogas - toda uma relação comunitária era afetada, como explicava M.^a Bernadete:

A gente não tem o livre-arbítrio de andar dentro da comunidade. Nós não conseguimos sentar uma porta de casa. Nós não conseguimos deixar uma janela aberta por conta dessa violência. A gente vive sempre coagido. Sempre coagido dentro da comunidade em detrimento da violência que se passa. Porque sempre há uma menina que é vítima do tribunal do crime, aí a mãe vem atrás da gente para a gente poder ir atrás do poder público. Às vezes, quando o filho está ameaçado, a mãe vem atrás do líder, pro líder subir, falar com o traficante, falar com o faccionado. Às vezes, quando eles andam no meio do mato, no meio da rua, a gente fica coagido. Ai, toda a comunidade fica, no mínimo, uns três, quatro dias dentro da própria casa. E só quem tem que sair é que sai. “-Ah, mas é só entre eles, enquanto estiver entre eles, está bem.” Não! A partir do momento em que a polícia fecha uma boca de fumo, que eles têm que sequestrar alguém para matar, ou uma menina para ser vítima do tribunal do crime, a casa da gente é invadida, eles roubam o carro da gente, roubam a moto, roubam a TV. E aí eles vendem, compram as armas para poderem fazer as rivalidades deles, né? E isso impacta muito! A gente também tá no meio! (Maria Bernadete, Entrevista)

A sensação da perda de livre arbítrio mencionada pela interlocutora explicita que os sentidos de justiça, valores, crenças e normatividades sustentados pelos coletivos faccionais têm, diariamente, indicado que guerrear é uma “forma de vida” e, portanto, cercear ou aniquilar qualquer sujeito inimigo é condição elementar para uma possível emancipação dos grupos (Feltran et al., 2022). Descreve, ainda, os “ecos da violência” sobre os quais tratam Paiva e Pires (2023): ecos refletidos pela guerra entre os grupos faccionais e também decorrente das ações de segurança do poder público. São ondas sonoras que denunciam a devastação imposta às pessoas inseridas nos territórios disputados, visto que seus efeitos simbólicos e políticos resultam em vivências amedrontadas e na modificação da socialidade das ruas.

Os reflexos da violência também nos permitem compreender, juntamente à Paiva e Pires (2023), que a disputa pelo controle social se tornou um conjunto de “fortes referências masculinas para definição de ‘quem manda’” (p.116) e, nesse bojo, estão inclusas as diversas demonstrações públicas que as organizações estatais têm encontrado para demonstrar sua capacidade de monopólio de uma violência “legítima”. O viver coagido que Maria Bernadete descreve decorre de um novo ordenamento social em que seus passos, hábitos, amizades e rotina são esquadrihados por definições daqueles que, momentaneamente, dispõem do poder de mandar e, acima de tudo, do poder de matar. Um processo em que a violência é continuamente ritualizada e cujas vítimas não se limitam aos membros internos dos grupos beligerantes e que, assim sendo, são rituais que valem para todos (Paiva & Pires, 2023). As mensagens - podemos constatar - são nítidas e utilizam-se de pronomes indefinidos que representam totalidade (é *tudo* nosso) ou termos que indicam ausência total ou nula de possibilidades (não passa *nada*) para se fazerem completamente compreensíveis.

Só que aí a gente fica naquela esperança de que o governo vá fazer alguma coisa, o pessoal do DENARC⁴⁶, que é o pessoal que está fazendo de tudo pra prender esse pessoal dessas facções. Porque tudo que a gente mais quer é poder sair de casa e andar em uma festa normalmente, sem precisar ter medo de entrar no lugar errado, na hora errada e do lado da pessoa errada. Às vezes, a gente deixa de frequentar o nosso próprio bairro por achar que o nosso bairro é perigoso. Tipo um dia desses, que eu e meu esposo, a gente *tava numa* festa no Bela Vista. No Bela Vista, onde praticamente várias pessoas vão no pagode. Só que a gente nunca se sabe se entre aquelas pessoas tem alguma pessoa que é envolvida com alguma coisa errada, entendeu? Por conta dessa denominação de território, às vezes o cara não é do Bela Vista, é de outro bairro, o pessoal sabe que aquela pessoa está naquele lugar e não é pra estar naquele lugar, eles vão lá e saem atirando e, às vezes o inocente morre e eles não estão nem aí.

(Sonia, Entrevista)

Ter a casa invadida e roubada, ser ameaçada ou estar em um fogo cruzado entre polícia e traficantes sem necessariamente verificar algum efeito benéfico, como Bernadete salienta, ou não poder sair de casa e frequentar uma festa com tranquilidade, aspecto que indigna Sonia, nos permitem fazer um paralelo com as expropriações, cercamentos e explorações outrora realizadas e que, agora, vão além dos limites geográficos de terrenos e pastos, e alcançam os corpos que ali habitam. Aliás, ao olharmos para pichações que mencionei, é possível vermos muros ou, por assim dizer, “estandartes” que, nesta analogia, são levantados ou suspensos não somente pelas paredes que a polícia insiste em cobrir com tinta, mas erguidos sobre territórios existenciais tanto das interlocutoras quanto de seus pares.

Ademais, durante os encontros, uma pergunta-princípio sempre me acompanhava e fazia parte do meu kit de travessia, servindo como bússola em meio à investigação

⁴⁶ Sonia refere-se ao Departamento Estadual de Repressão ao Narcotráfico da Polícia Civil do Piauí.

interseccional que tentava construir. Estava relacionada a como evitar uma leitura que não apenas considerasse a sobreposição de categorias de diferenciação, ou seja, como não simplificar e obnubilar as causas e, principalmente, os efeitos das desigualdades sociais, conforme orientavam Diaz-Benitez e Mattos (2019). Nas palavras das autoras, ao pesquisar com métodos nos quais os corpos, os marcadores sociais e as relações de poder são acionados, é necessário que a todo momento nos perguntemos como estes se articulam no campo pesquisado.

Ouvir e perceber sobre como os territórios de moradias implicavam em experiências mais ou menos perigosas poderia me levar a uma interpretação rápida e entender que morar na Vila Irmã Dulce ou Parque Eliane necessariamente produzia vidas submissas e obedientes, enquanto não residir nesses bairros garantiria certa segurança e proteção, como era meu caso. Evidentemente, estar próxima e residir nos locais em que membros de facções costumam realizar suas ações mais agressivas acarreta riscos maiores, mas, ainda assim, as experiências relatadas pelas interlocutoras eram repletas de particularidades. M.^a Bernadete enfatizava o valor de seus bens, a proteção a sua casa, a relação com vizinhos, e, no meio disso tudo, o modo como se colocava disponível para dialogar e, se fosse o caso, enfrentar os grupos locais na defesa dos seus. Sonia, por outro lado, constantemente reafirmava se comportar de acordo com as regras impostas, considerava a validade de algumas, ao mesmo tempo em que se sentia prejudicada por outras. Eu, ao escutá-las, sentia-me assustada e indignada, sendo que, em alguns momentos, experienciava o alívio de não morar em seus bairros. Alívio, no entanto, acompanhado da sensação de impotência, culpa, incompreensão ou, em certa medida, hipocrisia, além de outros que não sabia denominar.

Como Bernadete conseguia se manter tão firme e corajosa? Como Sonia, apesar de tudo que havia vivido, relatava aquelas situações sem titubear, mesmo que parecesse ora sim ora não entender que aquela era a “ordem natural das coisas”? Se na categorização analítica a

própria pesquisa - e, portanto, a pesquisadora – encontram-se emaranhados e intervêm um sobre o outro (Martuchi et al., 2022), também pensava sobre minha posição diante delas e, igualmente, sobre qual interpretação faziam sobre mim: alguém “de fora desse mundo”, que decidia adentrá-lo - ainda que de forma passageira - para tratar de um tema tão ignorado e ouvir histórias sobre as quais eu em nada conseguiria contribuir diretamente ou a curto prazo.

Fui, então, passo após passo, entendendo que acompanhar, conhecer e narrar as experiências de mulheres tão diversas exige assumir os limites e tensionamentos que decorrem do próprio ato de pesquisar, uma vez que há responsabilidade na produção de conhecimento, não posse. Dessa forma, escrever sobre trajetórias marcadas por múltiplas violências, realidades tão distintas da que vivi e vivo, a todo momento exigia de mim uma postura investigativa na qual a própria parcialidade é uma forma de (re)conhecer, posto que narrar é, também, escolher aquilo que se narra, outro risco sempre presente. Assim, concordo com Haraway (2009), para quem apenas é possível uma objetividade feminista, objetividade esta que diz de uma “localização limitada e conhecimento localizado” e que, para tal, é necessário que sejamos conscientes da responsabilidade por aquilo que vemos. Se aquilo que vemos, segundo a autora, diz da nossa configuração histórica, pessoal e política, portanto, também diz dos objetivos pelos quais escrevemos e narramos os encontros que se tecem nesse entremeio.

Voltando ao trajeto: na análise dos paradigmas territoriais e econômicos, Mendes e Costa (2021) afirmam que a noção de “território”, enquanto cerne dos conflitos, origina-se em uma disputa eminentemente econômica e mercantil, na qual o Estado tem papel fundamental tanto na sua germinação (dado que as facções surgem e se fortalecem a partir das “guerra às drogas” e do superenceramento), quanto na potencialização da acumulação capitalista e valorização do capital decorrentes da atribuição de ilegalidade à droga que a transforma em mercadoria-lucro. Mas trata-se de uma via de mão dupla, ressaltam, uma vez

que as facções também possuem uma função econômica, social e política para o Estado ao assumirem, por meio da superexploração e do extermínio, a gestão da parcela populacional sobrando. Fazem, assim, o “trabalho sujo” do qual o Estado se desresponsabiliza (Mendes & Costa, 2021).

A análise da economia política da droga e, no centro dela, das disputas facionais pelo mercado produzido (Mendes & Costa, 2021) nos auxiliam no mapeamento de nosso caminho e no estabelecimento de aproximações entre o contexto de acumulação primitiva discutido por Federici (2017) e a lógica neoliberal do sistema econômico contemporâneo.

Evidentemente, não pretendo deixar de reconhecer as diferenças históricas e geográficas entre um processo conduzido por Estados e classes dominantes europeias e dinâmicas atuais atravessadas por mercados ilegais e economias informais; tampouco equiparar, de maneira simplista, formas específicas de organização do poder. Ainda assim, interessa-me chamar atenção para algumas semelhanças nos modos de controle territorial, exploração da força de trabalho e produção de desigualdades.

Se olharmos com cuidado para os cenários aqui descritos, podemos visualizar que práticas como a expropriação e o controle do território (centrais no processo de acumulação primitiva) reaparecem, sob outras configurações, nos processos de faccionalização dos contextos urbanos da atualidade. Destaco algumas destas: assim como os cercamentos destituíram camponeses de seus meios de subsistência, hoje assistimos à expulsão de moradores de suas casas (às vezes, somente por serem parentes ou amigos de membros de facções rivais) e à imposição de interdições sobre espaços periféricos, redefinindo quem pode ou não permanecer em determinados locais (Paiva & Pires, 2023). Sonia pode nos exemplificar isso:

Teve uma época que me ameaçaram, dizendo que era para eu tomar cuidado porque eu morava do lado deles e trabalhava de outro lado. Morava no morro e trabalhava de

outro lado, que era de uma facção rival. E aí, eu já ia trabalhar morrendo de medo, porque quando era a noite que eu voltava, eles estavam no meio já, tipo, me esperando. Perguntando de onde é que eu vinha. E eu falava “eu tô vindo do trabalho”. Eles perguntaram onde eu trabalhava e disseram “-tu tá ligada que lá é uma facção rival, né? Os caras lá *nós é* doido pra matar eles”. Aí eu falei “rapaz, mas isso aí é movimento de vocês, que eu não sou envolvida com nada. Eu só trabalho lá e venho pra minha casa”. Daí, eu já percebi que eu tava morando num lugar errado. (Entrevista)

A fala de Sonia expressa que a ocupação do espaço passa a ser definida pelas lógicas faccionais, de modo que um simples deslocamento entre casa e trabalho lhe coloca em uma geografia de risco. Ir ao trabalho significa atravessar fronteiras proibidas, e seus direitos de existir e pertencer tornam-se monitorados, interceptados, interrogados. Nesta jurisdição paralela à qual é submetida, precisa lidar com a impossibilidade de estabelecer uma dissociação entre indivíduo e coletivo criminal. Mesmo tentando afirmar neutralidade e separar sua identidade da lógica faccional, essa separação não é reconhecida, demonstrando o quanto as fronteiras se encontram dissolvidas em meio ao tecido social. Assim como em um rebanho as marcações a fogo são realizadas para rastreamento, na realidade de Sonia, tais marcações são internalizadas e impregnadas em sua construção subjetiva, e percebi, diante disso, que vivências como a sua não apenas atravessam territórios, mas são atravessadas por eles.

Do mesmo modo, se antes a cobrança de taxas e tributos, regulação de condutas e sanções eram mediadas por senhores feudais ou pela burguesia dos Estados em formação, verifica-se a emergência de formas paralelas de normas, julgamentos e punições nas periferias piauienses. Afinal, ao tratarmos de “debates” ou “tribunais do crime”, estamos falando de uma forma de resolução de conflitos e aplicação de penas que passam a ser

mediadas por códigos próprios, se ancoram na violência extrema e reiteram uma lógica de disciplinamento sustentada pela coerção e pela eliminação daqueles que transgridam o poder soberano. Neste aspecto, vemos a atualização da “praça pública” (onde ocorriam suplícios e queimas de corpos em fogueiras) tanto na “decretação” quanto nas publicações e compartilhamento de imagens em redes sociais que costumam ocorrer após as execuções. Atos comunicativos para fazer ver e, principalmente, fazer obedecer.

Seguindo essa linha, uma vez que a mão de obra é, predominantemente, composta por jovens negros e pauperizados e que, de modo específico, a maior parte das vítimas dos assassinatos de mulheres que acompanhei eram adolescentes e jovens também negras e pobres, observam-se mecanismos de recrutamento e subordinação que, embora assumam outras formas nas dinâmicas faccionais, continuam operando através da vulnerabilização social e maximização da precariedade. Por fim, cito ainda a restrição do direito de ir e vir que, imposta por fronteiras invisíveis entre territórios controlados pelos grupos, remete à fragmentação espacial e à limitação da circulação que serviram como estratégias de controle social na gênese do capitalismo. Dessa forma, à luz dessas aproximações e em diálogo com as formulações de Segato (2005) sobre a reconfiguração contemporânea dos territórios, argumento que dinâmicas faccionais devem ser entendidas não como fenômenos isolados ou desvinculados de processos históricos, políticos e econômicos, mas como expressões de poder que, em diferentes épocas, operam pela apropriação, pelo controle e pela gestão desigual dos espaços, da vida e também da morte, e isso vem se reproduzido no presente.

Da emergência do sistema capitalista à conformação da mulher em corpo-território

Se o território foi, até aqui, pensado como espaço de disputa, controle e fragmentação, é no corpo que essas forças se inscrevem de maneira mais íntima, concreta e, frequentemente, violenta. A partir das análises feitas, é possível estabelecer a compreensão de que, na

realidade estudada, não há território sem corpo, assim como não há corpo que não seja, também, território. Baseado nisso, entendo que as dezenas de homicídios de mulheres no presente cenário faccional tornam explícito como o corpo feminino tem sido transformado em território útil à disciplinarização e demonstração de soberania.

Por isso, retornemos à Federici (2017) e ao seu resgate histórico sobre a exploração e violação dos corpos femininos. A filósofa localiza no interior do processo de origem e estruturação da economia capitalista o momento central de reconfiguração da posição social das mulheres e o fortalecimento do controle sistemático de seus corpos e de sua capacidade reprodutiva. Embora não seja determinante, Federici (2019) identifica, com base em diversos indícios circunstanciais e cronológicos, uma relação singular entre o desmantelamento das relações comunitárias e a deturpação da figura social feminina, aspecto que, posteriormente, abriria caminho para que milhares de mulheres fossem executadas sob a justificativa de práticas de bruxaria.

Assim como discuti no tópico anterior acerca das formas de autonomia, do acesso à terra e da possibilidade de cultivo que os servos possuíam no período feudal, as mulheres também experimentavam de relativo poder decisório e de condições de vida mais favoráveis, ainda que sob determinadas relações de servidão e de divisão sexual do trabalho (Federici, 2017). Além da disponibilidade de maiores recursos de subsistência, o trabalho na terra se dava em companhia de outras mulheres, o que fortalecia a sociabilidade e solidariedade feminina, assim como eventuais ações de resistência às imposições dos senhores feudais. Para Federici (2017) “as terras comunais também foram o centro da vida social das mulheres, o lugar onde se reuniam, trocavam notícias, recebiam conselhos e podiam formar um ponto de vista próprio — autônomo da perspectiva masculina — sobre os acontecimentos da comunidade” (p.138).

A reconstrução do processo de acumulação primitiva a partir do retorno à luta antifeudal nos ajuda a analisar o contexto propício em que o controle estatal sobre a reprodução feminina e a perseguição às bruxas ganhasse força, e isso por diferentes fatores. Segundo Federici (2017), as mulheres eram componentes fundamentais em diversas insurreições contra as retiradas de terras e condições de trabalho submetidas à população. Exerciam profissões de parteira, curandeiras, manipulavam ervas e porções medicinais, possuíam conhecimentos sobre técnicas contraceptivas e abortivas, comportamentos vistos como ameaçadores ao sistema econômico que surgia, visto que desestabilizavam as taxas de natalidade e, conseqüentemente, a reprodução da mão de obra. Funções e hábitos antes prestigiados e reconhecidos socialmente foram circunscritos à zona da ilegalidade, de tal forma que as mulheres foram desapropriadas desses cargos, tiveram seus salários reduzidos e, após isso, passaram a receber a insígnia de bruxas (Ramos, 2020).

Não obstante, após a crise sociodemográfica gerada pela privatização da terra, pela pobreza, pelos movimentos que se recusavam à procriação e ao trabalho precarizado, além dos impactos sociais gerados pelas epidemias, algumas políticas estatais utilizaram da violação do corpo feminino como “atrativo” à classe proletária masculina, uma forma de compensação às perdas do espaço social que as terras comunais proporcionavam (Ramos, 2020). O Estado promoveu políticas que autorizavam o direito ao sexo gratuito (inclusive por meio do estupro) e incentivavam a abertura de bordéis. Ao conferir condição de “bem comum” ao corpo feminino, a hostilidade contra mulheres trabalhadoras e pauperizadas foi intensamente reforçada, sobretudo porque contava com o aval do Estado. Federici pontua (2017) que essas políticas contribuíram para uma extensa desmoralização feminina, insensibilidade social perante a violência contra mulheres e para a legitimação de atos misóginos generalizados e que não necessariamente dependiam da classe social.

Todo esse contexto de empobrecimento, ódio e ressentimento (principalmente de mulheres mais velhas, sem moradia e sem emprego) resultou em uma sistemática fragilização das redes de solidariedade femininas e preparou o terreno para a germinação da caça às bruxas. Se em períodos anteriores o trabalho coletivo e a convivência comunitária favoreciam a construção de vínculos de apoio e resistência, a nova ordem capitalista promoveu a sua desarticulação, seja por meio da privatização da vida social, seja pela disseminação de práticas de violência que incentivavam a competição e a desconfiança entre as mulheres das classes populares (Federici, 2017). O pânico generalizado e vigilância acabavam fazendo com que muitas mulheres denunciassem umas às outras por medo de represálias ou em prol da obtenção de algum benefício.

Por um lado, viu-se um regime de terror e demonização da mulher, como método disciplinar e de controle da procriação. Por outro, instituía-se um novo modelo de feminilidade, a partir do qual se estabeleciam exigências de um comportamento contido, confinado aos espaços domésticos, obediente ao poder masculino (Federici, 2019). Decorre desse período o modo como o termo “gossip”, que antes fazia alusão à uma amiga próxima, passou a ser utilizado na definição de mulheres desobedientes, perigosas, envolvidas em conversas fúteis ou que semeavam a discórdia. A predominância dessa conotação negativa, Federici (2019) ressalta, se deu em paralelo ao fortalecimento de um regime patriarcal no qual as mulheres eram, progressivamente, retiradas de seus ofícios e confinadas ao espaço doméstico.

É com base nessas constatações que Federici (2019) argumenta que a tortura e execução pública de mulheres consideradas “bruxas” foi uma guerra travada não contra supostos comportamentos místicos e demoníacos, mas contra aquelas que desobedeciam aos ideais de feminilidade e docilidade, de tal modo que queimá-las foi uma estratégia de destruição do considerável grau de poder social que mantinham e de garantir a adequação às

exigências de reprodução. Podemos compreender, a partir disso, que a disciplina do trabalho no capitalismo se sustenta sobre um trabalho de manutenção que, violentamente, foi atribuído às mulheres, de modo que a própria feminilidade impõe uma “forma-corpo”, indissociável de uma “função-trabalho” que, neste caso, corresponde ao cuidado minucioso da reprodução das engrenagens capitalistas (Couto, 2020). Registro, aqui, as palavras de Federici:

A bruxa foi a comunista e a terrorista de sua época, quando foi necessário um mecanismo “civilizador” para produzir uma nova “subjetividade” e uma nova divisão sexual do trabalho em que a disciplina capitalista da mão de obra viria a se apoiar. Na Europa, as caças às bruxas foram os meios pelos quais as mulheres se educaram em relação a suas novas obrigações sociais e a maneira pela qual uma grande derrota foi imposta às “classes baixas”, que precisaram aprender sobre o poder do Estado para renunciar a qualquer forma de resistir a ele. Nas fogueiras não estavam apenas os corpos de “bruxas”, destruídos; também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mãe para filha, ao longo de gerações – conhecimento sobre ervas, sobre meios de contracepção ou aborto e sobre quais magias usar para obter o amor dos homens. Eis o que foi consumido em cada praça de aldeia juntamente com a execução das mulheres acusadas, que eram expostas em seu estado mais abjeto: presas por correntes de ferro e entregues ao fogo. Quando, em nossa imaginação, reproduzimos essa cena milhares de vezes, começamos a compreender o que a caça às bruxas significou para a Europa não apenas quanto às causas, mas também quanto aos efeitos (2019, p.72).

Feita essa retrospectiva analítica sobre o modo como a perseguição e extermínio de mulheres tornou-se central para a emergência do capitalismo, mais uma vez compreendo ser possível enxergar alguns pontos de cruzamento entre as postulações de Segato e Federici

acerca da pedagogia violenta exercida sobre o corpo e a subjetividade feminina. Ao se voltar para os contextos de disputas paraestatais, Segato (2014) considera que as metodologias femigenocidas têm demonstrado uma destruição corporal sem precedentes, a partir de uma ocupação e utilização predatória dos corpos femininos ou feminizados, manifestando, na atualidade, a corporificação de uma colonização tardia. O corpo da mulher tem, dessa forma, acompanhado “o destino das conquistas e anexações das regiões inimigas, inseminadas pela violação dos exércitos de ocupação” (Segato, 2014, p.342).

Já Federici (2017), embora reconheça os desafios em estabelecer um início e motivação definitivos para o que conhecemos hoje como “caça às bruxas”, entende que não se trata de uma simples coincidência que sua emergência, assim como da docilização e disciplinarização de seus corpos, tenha se dado exatamente durante o desenvolvimento de um regime econômico cujo funcionamento depende da maior potência produtiva e de que a produção de mão de obra se dê, igualmente, a todo o vapor. Portanto, uma vez que as mulheres se tornaram “linha de montagem da força de trabalho”, foi necessário “expropriar os corpos femininos - cercá-lo com limites e interdições e, ao mesmo tempo, fixar nele algumas engrenagens fundamentais - para que os fluxos do capital fossem garantidos” (Couto, 2020, p.36).

Andarilhos que somos, chegamos no ponto desse trajeto onde estabeleço, com base no exercício teórico e analítico feito, aproximações com as dinâmicas observadas nos assassinatos de mulheres piauienses em contextos atuais de disputas faccionais, especialmente nos chamados “tribunais do crime”. Assim como no período de transição do feudalismo para o capitalismo, marcado por processos de empobrecimento generalizado e pela feminização da pobreza, o cenário brasileiro atual (atravessado por crises econômicas, precarização do trabalho e intensificação de desigualdades) tem criado condições cada vez mais intensas de vulnerabilização das mulheres, sobretudo negras e periféricas. E é assim,

sabemos, porque a racialização e genderização são engrenagens fundamentais que compõem o projeto necropolítico da máquina estatal brasileira (Lima & Gambetta, 2020).

Essa realidade adquire contornos ainda mais complexos quando relembramos que, no contexto brasileiro, a exploração econômica e a escravização de mulheres indígenas e africanas sempre andaram de mãos dadas. As mulheres negras ocuparam posição central nesse processo, tendo seus corpos transformados simultaneamente em força de trabalho, instrumento de reprodução da mão de obra escravizada e alvo constante de violências físicas e sexuais. Embora formalmente abolidas, muitas dessas dinâmicas permanecem operando na contemporaneidade sob novas configurações, manifestando-se na concentração de mulheres negras em ocupações precárias e mal remuneradas, na responsabilização quase exclusiva pelo trabalho de cuidado, na maior exposição à violência letal e na persistente desproteção estatal, como bem discutiram Gonzalez (1984) e Carneiro (2003). Assim, novamente pontuo: as vulnerabilidades observadas no presente não constituem um fenômeno recente, mas expressam a continuidade de processos históricos que articulam raça, gênero e classe na produção de vidas consideradas mais exploráveis, mais puníveis e mais descartáveis.

Desta forma, se historicamente o Estado, a igreja e a ciência instituíram mecanismos de controle e cerceamento dos corpos femininos utilizando-se, por exemplo, de penitências, encarceramento, medicalização ou mutilações, principalmente sobre mulheres das camadas sociais mais marginalizadas (Nunes, 2020), também as facções operam formas próprias de regulação, buscando limitar a autonomia das mulheres e reinseri-las em posições subordinadas. Regulações essas que, mais uma vez, evidenciam que, para além do gênero, a cor da pele é um dispositivo de manutenção das condições de subalternização e desumanização dos corpos e mentes de mulheres negra, como Carneiro (2017) defende ao discutir os casos de feminicídio uma perspectiva interseccional. Nessas dinâmicas de matabilidade estabelecidas, revelam-se jogos de visibilidade e invisibilidade, como discutem

L. Nunes et al. (2023), visto que as adolescentes tanto estão mais expostas como também mais vulneráveis.

A partir do vivido, Sonia narra as formas pelas quais território, decretos e violência se entrelaçam:

Naquele belo momento, eu só pensava em Deus. Eu só falava “Deus, eu espero que o Senhor não permita que nada de ruim aconteça a mim, porque o Senhor sabe que eu não fiz nada de errado”. [...] Aí, eles quebraram a minha bolsa, porque eu tava com a bolsa de lado e amarraram a minha mão com a corda. Quando eles fizeram isso, eu fiquei imaginando que eles iam me matar ali mesmo, ou lá no morro, mais acima. Aí, o outro, “-não, *bora dar* uma espancada nela, que a morte é mais lenta”. Aí, o outro “-bora, para de enrolar, bora *meter é* bala nela”. [...] Aí, eles pegaram e me levaram até lá no bairro Esplanada, um pouco mais em cima de onde a gente morava, porque pro rumo de lá era outra facção rival, e eles queriam jogar a culpa pro lado de lá, não pro lado deles. [...] Eu tava com aquele frio na barriga, com aquele suor, com aquela sensação ruim de que alguma coisa ia acontecer. Ali, eu tava ciente de que alguma coisa ia acontecer, porque eles eram pessoas que não tinham dó nem piedade de ninguém, pelo que eu já sabia a respeito deles. [...] Eles me deixaram lá próximo à horta. E aí, quando a gente chegou lá, ele falou “-bora, dá uns passos aí pra frente”. Eu olhei pra ele e olhei pra arma, só que eu não consegui distinguir qual era o tipo de arma. E aí, ele falou “-vira as costas!”. Aí, eu fiquei tipo confusa, porque... “Meu Deus, será o que ele vai fazer... Ele vai só me deixar aqui e vai embora?”. Porque uma pessoa, quando ele quer matar outra pessoa, ela não manda virar: ela mete bala! Ele só mirou na minha coluna. Ele não atirou aqui na parte de cima das minhas costas, nem atirou na minha cabeça. Ele poderia ter atirado na minha cabeça e visto se eu estava realmente morta, mas ele só atirou. Deu os quatro tiros e simplesmente saiu na moto.

E eu, por conta do impacto dos tiros, caí no chão. Meu corpo naquele momento travou, meus braços endureceram. E ninguém da vizinhança saiu pra me ajudar. E eu fiquei pensando “Como é que eu vou fazer?” Porque eu não conseguia me mexer. [...] No momento que meu corpo endureceu, eu já pensei que eu estava morrendo. As pernas tinham esquentado *tudo* e eu não sentia elas mexendo, é como se eu estivesse paraplégica naquele momento. Eu não perdi muito sangue, por conta de que eu estava, naquele exato momento, eu estava com um short muito apertado e fez com que estancasse o sangue, por isso eu não vim a óbito. Porque disseram que uma pessoa levar quatro tiros e sobreviver é uma coisa de milagre. É um milagre, uma chance em um milhão a pessoa passar por uma situação dessa e sobreviver. [...] E aí eu, sem saída, chamei o vizinho. Na hora que aconteceu os tiros, eu escutei uma moça gritando lá dentro da casa dela, tipo “-meu Deus, o que foi isso?”. E eu pensei que essa pessoa ia sair pra fora depois que se acalmou tudo, mas não, não saiu ninguém pra me ajudar. E eu “não vou ficar aqui pra morrer”, porque eu fiquei naquele de “meu Deus, eles vão voltar”. Eu pensei “eu tô morta”. Eles vão voltar e eu não posso ficar aqui. Como eu tava do lado da horta, eu entrei pra dentro dela pra me refugiar. Eu fui me arrastando no chão porque eu não conseguia caminhar. Quando eu tentava levantar, as pernas ficavam cambaleando e eu caía. Então eu fui me arrastando, fui chorando, porque eu não tava ainda conseguindo acreditar que eu tava viva, e eu perguntava toda hora pra Deus se eu ia sobreviver. Eu olhava pro céu e ficava “meu Deus, será que eu vou sobreviver? Será que eu tô viva? Ou eu já atravessei alguma coisa e tô vendo tudo isso que tá acontecendo comigo?” A mente ficou atordoada naquele momento. Aí eu peguei, fui por dentro da horta, saí lá na frente da quadra poliesportiva que tem lá no meu bairro, ao lado do 23º BP⁴⁷. A minha intenção era

⁴⁷ Batalhão de Polícia.

pedir ajuda, mas não tinha ninguém, porque lá não fica pessoal de plantão (Entrevista).

O episódio vivido por Sonia evidencia, em sua dimensão mais concreta e extrema, as formas pelas quais essas regulações conformam seu corpo em instrumento de demonstração de força, como discuti na segunda seção desta tese. Mas há algo mais: ao ser ordenada, sequestrada, interrogada e submetida à iminência da morte, seu corpo deixa de ser reconhecido em sua individualidade e passa a ser terreno dominado pelos sujeitos beligerantes. A escolha do local onde seria executada - em território de facção rival - evidencia, ainda, que sua vida é percebida como parte de uma estratégia territorial mais ampla, na qual a violação física não se limita ao aniquilamento, mas funciona como mensagem e constrangimento moral entre os grupos. O estranhamento de Sonia e a constatação de que, possivelmente, não queriam matá-la porque uma pessoa “quando quer matar outra pessoa, ela não manda virar, ela mete bala” e, no seu caso, seu algoz “nem atirou na minha cabeça”, “só atirou [...] e simplesmente saiu na moto”, me permite estabelecer relação com o que L. Nunes et al. (2023) analisam. Para os autores, quando uma jovem não é efetivamente executada e, mesmo após torturas e mutilações, é liberada, ela passa a ter função: torna-se exemplo do poder que a facção possui diante da vida e da morte, e isso vale para todas.

É precisamente nesse ponto que aposto na incorporação da noção de corpo-território para o exame dos homicídios que venho tratando. Se com Segato (2005) podemos entender o território como um espaço politicamente apropriado e marcado por relações de poder, sustento que corpo das mulheres pode ser compreendido como uma de suas expressões mais radicais: um território sobre o qual incidem disputas, normas e violências. A territorialização do corpo feminino, nesse sentido, se dá na medida em que ele passa a ser regulado, vigiado e punido por diferentes instâncias de poder (tanto estatais quanto paraestatais) que, assim como

pichações em muros, inscrevem nele suas lógicas de dominação. Desse modo, em um contexto de faccionalização das periferias piauienses, o corpo da mulher se torna o próprio espaço de afirmação de conquista e soberania.

A nova forma de violência que se deu na comunidade é principalmente para as mulheres que são mulheres-chefe de família, que moram só, que são as mais prejudicadas. É impactado e muito! A gente não tem mais a privacidade de poder dormir na sua própria casa. Às vezes você tem que dormir na casa do irmão, na casa de um parente, ou, às vezes, você tem que trazer um parente homem de fora para dormir com você. Quando a gente vai no comércio à noite, você liga para uma moradora e, aí, vai duas ou três juntas. Quando você vai numa pizzaria, que é o caso da dona *** de 76 anos que mora só, eu que moro só, a *** que mora só, *nós se junta*. Nós vamos cinco horas da tarde para voltar às cinco e meia, porque a partir de seis horas você já tem medo de transitar dentro do próprio bairro esse horário. Até para ir no comércio, você vai assustada. Se você vê um carro ou vê uma moto, você já fica no pânico (Maria Bernadete, Entrevista).

Maria Bernadete nos ajuda a visualizar a materialidade desse processo em seu cotidiano. Naquela praça cercada de crianças e pelo vento que balançava as folhas de árvores, local que a interlocutora havia escolhido para que pudéssemos conversar em uma temperatura mais agradável, o relato da interlocutora trazia nitidez ao modo como o corpo da mulher, o *seu* corpo, deixava de ser autônomo e passava a depender da presença masculina para lhe conferir proteção ou legitimação. Me mostrava que até mesmo sua casa, um território pessoal e familiar, adquiria um novo significado: ia de um espaço de segurança (aquele para o qual havia se mudado para fugir de um ex-marido violento) para um local vulnerável, exposto e condicionado à vigilância externa. Lembro-me também de Dorothy que, para se sentir segura, havia me encontrada na igreja de seu bairro. Assim como Maria Bernadete relatava, era

possível perceber que sua casa também havia deixado, em alguma medida, de ser um lugar de segurança.

Além disso, o que se apresentava pra ela e suas vizinhas era uma restrição não apenas física como também temporal, quase como se houvesse um toque de recolher informal para o qual o medo funcionava como tecnologia de um controle encarnado em seus próprios corpos. Corpo que precisava se antecipar, mover-se sob ameaça e em constante estado de alerta.

Embora more em outra zona da cidade, o mesmo tem sido vivenciado por Dona Dorothy:

Aqui está pior. Toda hora tá morrendo gente aqui. Não é como era antes, que era bom. Assim, não tinha muita violência. Não tinha muita coisa aqui como tem agora. Porque não pode andar mais de noite. Só pode andar de dia. De noite aqui para a igreja não vem. Vem de manhã pra igreja. É, as mulheres estão mais em casa, à noite. De dia, não, mas à noite a mulher não sai. E quando é seis horas, sete horas, estão todas as portas fechadas. Não tem nenhum vizinho na porta de suas casas, por causa da violência. Estou dizendo, de primeiro a gente sentava nas portas, ficava até tarde. Mas agora, fica não...(Dorothy, Entrevista)

Para além das limitações geográficas, temporais e subjetivas, há também um outro aspecto que se destacava: se Federici (2017) entende como essencial a noção de que o capitalismo foi e é, a todo momento, atravessado por descontinuidades e forças insurgentes, Bernadete demonstrava que as resistências eram possíveis e se constituíam nas fissuras do próprio território, tomando corpo nas práticas cotidianas e tensionando as formas de controle ali impostas. Evidentemente, a formação de redes de apoio ocorria, neste caso, não de forma espontânea e era, constantemente, mediada pelo medo, mas, ainda assim, se colocava como estratégia de (sobre)vivência. A coletividade feminina, mesmo enfraquecida, encontra formas de se refazer.

Por conseguinte, defendo que a demonização e a depreciação da imagem feminina, centrais no processo de perseguição às “bruxas”, também encontram ressonância em discursos contemporâneos que criminalizam e deslegitimam as mulheres. Se, em outro momento histórico, tais construções foram fundamentais para justificar a violência estatal e religiosa, hoje podem ser observadas tanto em narrativas midiáticas e policiais quanto nas normativas impostas por grupos faccionais, que estabelecem códigos de conduta específicos para as mulheres. Se em nossa Segunda Parada nos demoramos sobre o termo “envolvida” entendendo-o como dispositivo analítico sobre a produção de mortes justificáveis, podemos, ainda, observar que a alegação de transgressão às normas faccionais (assim como aos ideais de feminilidade) pode ser interpretada como justificativa para punições severas, evidenciando como a produção de determinadas imagens sobre o feminino continua a operar como mecanismo de controle e legitimação da violência. O corpo-território, aqui, é também um corpo-decreto, sobre o qual se projetam discursos que autorizam sua violação.

Isso me leva a refletir sobre os elementos depreciativos envolvidos no contexto de morte da filha de Dona Dorothy. Além da vivência do luto em si (que, por si só, costuma ser permeada de efeitos que atravessam o tempo), um outro aspecto era marcante em sua fala: o modo como a morte havia sido divulgada e como as pessoas (inclusive da sua convivência) trataram sobre, conforme abordei na seção anterior. Ao caracterizá-la como “criança”, Dorothy expressava o desejo de tentar protegê-la ou, pelo menos, de preservar sua memória. Diante disso, podemos refletir sobre como a categoria de criança é, igualmente, utilizada de forma seletiva quando nos deparamos com políticas que protegem ou vulnerabilizam determinadas vidas de forma seletiva.

Para Dorothy, a filha era uma criança e, por isso, não deveria ser questionada sobre a sua sexualidade. Nos meios de comunicação e redes sociais, dezenas de comentários iam desde a indicação de culpa da adolescente por se comportar de forma considerada inadequada

ou arriscada (“sozinha na rua, com essa idade?”, “alguma coisa ela fez”, “dizem que fazia programa”, “não ouve os conselhos da família”), à responsabilização dos pais que permitiram que ela estivesse “fora de casa, de madrugada”, afinal isso só poderia ser “culpa deles”. Já para a facção, a vítima tanto poderia responder pelos seus atos como poderia, inclusive, ser morta por eles. A partir do tratamento dado pelos veículos de imprensa à morte da filha de Dorothy como de outras jovens, verifica-se como as experiências geracionais são, também, marcadas pelas condições de raça, gênero, classe e território, levando determinadas vidas a “sentenças definidas e às discriminações que fluem em atenção às identidades interseccionais” (Akotirene, 2019, p.39).

Se tomamos os modos como Dorothy se refere à filha como criança ou como os comentários e discursos populares a encaixavam na categoria de irresponsável, prostituta, criminosa, podemos perceber como os marcadores sociais de classe, raça, gênero e geração se articulam e conformam diferentes realidades possíveis para um mesmo fenômeno. Se a filha de Dorothy fosse um menino negro, o que diriam sobre ele? Provavelmente, que era mais um “envolvido” com o tráfico, como costumamos ver. Se fossem um jovem gay, podemos levantar a hipótese de que também o considerassem como um garoto de programa ou, quem sabe, vítima de homofobia, mas que também estava em local errado na hora errada.

Mas e se o cenário fosse composto por uma adolescente branca? Será que a comoção por sua perda seria acompanhada de falas como “tão bonita e tão jovem”, como costumamos ver nos casos em que a vítima atende aos padrões estéticos da branquitude? Comentários que, geralmente, consideram que outras expectativas sociais existiam para aquela pessoa. E se a filha de Dorothy fosse uma adolescente de classe média ou alta, como avaliariam sua perda? Considerando alguns casos públicos, podemos supor que, quem sabe, não só haveriam lamentações como também cobranças pela responsabilização da casa de festa e dos agentes de segurança; afinal, jovens também têm o direito de se divertir com segurança, não é

mesmo? Mas que jovens? Se a vítima fosse um menino branco de classe média ou alta, atribuíram imediatamente a possibilidade de ser “faccionado” ou reivindicariam, também, explicações sobre sua morte?

Juntamente à Kilomba (2020), podemos perceber que, ainda que haja desafios para determinar o impacto específico das intersecções dos marcadores sociais na vida de uma pessoa, raça e gênero estão, permanentemente, em relação. E, embora esse entrelaçamento seja complexo e dinâmico, “trocar a raça das personagens, mais do que mudar o gênero, alteraria profundamente o conjunto de relações de poder. Todas as personagens brancas teriam permanecido protegidas, ao contrário de todas as personagens negras” (p.96). Neste aspecto, apostamos ainda na ideia de que a incorporação do marcador “território” também se torna relevante, visto que se uma morte como a da filha de Dorothy (assassinada a pedradas) tivesse ocorrido próximo à entrada de uma festa em bairro nobre da capital, certamente haveria uma forma distinta de mobilização social frente ao ocorrido.

Ao analisar como a definição de “criança” ou “adolescente” não necessariamente garante proteção integral para todas elas, recordo-me de quando recebi uma mensagem em áudio encaminhada por Maria Bernadete, que conversava comigo, via WhatsApp, sobre uma série de assassinatos que haviam ocorrido na região. Na mensagem, uma moradora de seu bairro relatava sua preocupação em relação aos cuidados com as filhas:

É isso aí que você diz mesmo. A gente tem medo de tudo. Eu, Bernadete, tenho medo de tudo. Se eu pudesse, eu te juro por Deus como as minhas meninas ficavam com três anos pro resto da vida. Nem que eu andasse com elas no braço direto, vivesse de médico a médico com elas. Porque criança pequena adoece muito, mas eu preferia muito elas pequenas do que agora já fazendo amizade. Isso é um pessoal de cabeça dura! Num lugar desses que, se você tiver amizade com um policial, se alguém lhe ver conversando com um policial, sua sentença de morte já está feita, filho. Já está

assinada! Que ali eles chamam logo de X-9. Pronto. E é povozinho que tem informação... É povozinho que tem informação igual à polícia. É difícil criar gente dentro desta vila. Eu sei que o mundo todo está nessa violência, não é só aqui não. Mas a gente está falando no lugar que a gente mora, que a gente queria que melhorasse um pouquinho (Mensagem de áudio, diário de bordo, 23.09.2024).

Transcrevi a mensagem enviada porque, naquele momento, o que eu ouvi não era apenas o desespero de uma mãe em relação às condições de segurança que seu local de moradia conferia às suas filhas e às relações de amizade estabelecidas. Chamava-me atenção que, assim como Maria do Espírito Santo decidiu mudar seu sobrinho de cidade para tentar, minimamente, protegê-lo, ou Christina, que aconselhava as filhas a não dizerem às colegas o bairro em que moravam, também para essa moradora da Vila Irmã Dulce, cuidados maiores eram percebidos como necessárias para suas filhas. Atentava-me, enfim, como a experiência da adolescência era desigual, arriscada e violenta a depender das condições territoriais, racistas e misóginas que a atravessa.

Por fim, assim como a caça às bruxas implicou a desarticulação de redes de solidariedade e o enfraquecimento da coletividade feminina, fomentando desconfiança, isolamento e ruptura de vínculos, é possível identificar processos semelhantes nas comunidades que acompanhei. A intensificação da violência e do controle territorial contribui para a retração da vida cotidiana compartilhada, fazendo com que mulheres reduzam suas interações, evitem circular ou passem a resguardar informações sobre suas rotinas. Em alguns casos, essa fragmentação atinge níveis ainda mais profundos, envolvendo a participação de mulheres em dinâmicas de punição e execução, o que desestabiliza laços comunitários e complexifica as formas de sobrevivência nesses territórios.

De acordo com as matérias divulgadas, diversos casos que acompanhei e cataloguei, como os de Maria Camila, Giselle, Joyce Ellen, Maria Eduarda e Silvana, contaram com a

participação de mulheres na realização da emboscada ou mesmo na decretação das mesmas. Sonia, por exemplo, considerava que a colega com quem esteve nos momentos que antecederam seu “julgamento”, possuía alguma responsabilidade na desconfiança e decisões tomadas pela facção. Conforme ela relatava, isso tanto havia contribuído para que se afastasse da colega após o episódio como também para que tivesse dificuldades de estabelecer vínculos de confiança novamente. Dona Dorothy, de forma semelhante, considerava que sua filha havia sido “atraída” por uma colega e que, embora não tivesse como provar, para ela, as “amizades erradas” haviam sido determinantes para o desfecho que a vida da filha havia levado, como reafirmou em diversos momentos da entrevista.

Hoje em dia a gente não tem amizade, né? Com você, eu tô me sentindo mais à vontade de colocar isso pra fora. Porque, como é um trauma que, mesmo que já tenha passado um ano, vai fazer dois anos agora em novembro, é uma coisa que fica comigo. Eu tenho pesadelos...É tipo como se eu conseguisse voltar no tempo. [...] Eu passei por certas situações que eu achava que eu poderia confiar, de conversar aquilo com aquela pessoa, e no final das contas, a pessoa tipo me apunhalar pelas costas. Então, hoje em dia, eu consigo distinguir quem eu devo confiar e quem eu não devo. As pessoas do meu curso dizem “-ah, *tu é* muito antissocial. Como é que *tu vai* ser uma enfermeira se tu não consegue tratar as pessoas bem?” Eu: “É bem diferente eu não confiar em vocês, não confiar de ter uma amizade. Outra coisa é saber separar o meu profissional do meu pessoal”. [...] Às vezes, pessoal na minha escola fica falando coisas que não sabe. Eu não tenho aquela confiança de dizer o que é que eu passei. Porque se eles soubessem o que eu passei, por conta também de amizades, eles iriam entender um terço do que eu passo, do que eu sinto. Porque eu fico com aquela aflição, eu fico triste de ver todo mundo conversando ali, só eu de canto e não poder conversar com ninguém por não confiar. [...] Tem um impacto muito forte, porque, às

vezes, vamos supor, eu moro na Irmã Dulce e eu tenho uma colega de sala, da escola, do curso, e eu tenho que fazer um trabalho com ela, um trabalho de enfermagem. Ela não quer vir para o meu bairro porque é um bairro rival do bairro que ela mora. E os meninos de lá podem perguntar o que ela está indo fazer para o meu bairro. Mesmo que ela diga, eles vão dizer “ah, mas é uma facção rival”, não vai dar certo. E se for para mim ir, vai ser do mesmo jeito. (Sonia, Entrevista).

Só uma que era daqui. E foi essa que levou ela, que eu digo... Eu não sei, eu não vou julgar ela, eu não vou julgar ninguém. Mas foi ela que levou minha filha pro cheiro do queijo. Eu sinto. Mas eu não digo para ninguém. Eu não falo nada. Não posso acusar ninguém. Não posso. Mas foi ela! Como que a pessoa vai na sua casa, de uma mãe de família, 1:00h da manhã? A menina já estava dormindo... De quinta pra sexta. Levar minha filha, 1h hora da manhã... Sair 1:00h da manhã da manhã pra ir pra uma festa. Que eu fui lá e era uma festa. Porque ela, a mesma que levou ela, ela mesma veio me avisar que a *** estava morta. Eu não sabia que ela ia morrer. Eu não sabia disso. Eu ainda bati nas pernas dela. “***, *tu não vai* essa hora...”. Bati com os chinelos nas pernas dela. “-Mãe, eu vou. Eu vou porque tenho que ir”. Ela só disse isso pra mim e saiu. Abriu o portão...Ainda fiquei na esquina lá de casa, aí vi ela dobrando mais a outra e pronto. Aí, fiquei “meu deus, essa hora, onde é que não vai minha filha?” Ai, fiquei. E não dormi. Vim dormir o dia já estava amanhecendo. Era...o dia já estava amanhecendo. E foi na hora que a bicha bateu na minha porta pra me dizer essa notícia. [...] Não, a amizade dela era só com essas que não prestava. Essas coisas que ela arranhou, que levou ela para o fundo do poço e ela hoje tá aí... É isso que eu digo. Só que eu tenho pra dizer é isso aí, porque eu não sei o que foi que aconteceu, não. Depois dela, teve duas que *morreu*. [...] Eu acho que a mesma coisa que aconteceu com a ***, aconteceu com elas também. Esse tal...é, como é que a gente diz? Tem um

ditadozinho que a gente diz. Que o mesmo que ser levada pro “cheiro do queijo”, mas não é. Outro nome que eles dizem... É crime, né? Que é o “tribunal do crime”, né? Todas elas. E todas elas que se envolvem com isso, só vai pra isso. Ou vai para a prisão ou morte, né? Ela jogava bola. Ela fazia balé aqui, na igreja. Ela fazia judô. Mas...a violência...que ela foi conhecendo as pessoas, foi conhecendo o jogo, as coisas... Eu não vou dizer que... Uma influência das pessoas que ela vivia. Ela não queria andar com pessoas de bem. Queria andar com as pessoas de mal, que queria o mal para ela. E quis até...que se foi. Se foi, e elas tão aí...palitando dentes. Uma com a outra (Dorothy, Entrevista).

As marcas do que Sonia havia sofrido não se restringiam ao aspecto físico, como a cicatriz que havia me mostrado no dia que a conheci. A situação vivida, além de se fazer presente na forma de pesadelos, implicava também em sentir-se insegura para fazer novas amizades ou compartilhar sobre sua vida. Isso, no entanto, não se restringia àquelas que haviam sido vítimas diretas, eu constatava. Também dona Dorothy sinalizava que a desconfiança, o receio e a vigilância se mantinham constantemente presente ao longo dos seus dias, muitas vezes resultando em hábitos de maior reclusão ou silenciamento:

Porque eu não confio. Nem vizinhas ou amiga da vizinhança. Porque, tipo, às vezes eu posso ser amiga daquela pessoa, mas aquela pessoa é amiga de uma pessoa que eu não quero mais a amizade, tipo isso. Eu converso com as pessoas porque eu tenho que desabafar. Eu tô desabafando com você, mas... Eu sou muito calada. Porque eu prefiro ficar caladinha no meu cantinho. E também, eu não gosto de ficar em casa de vizinha, não. Vizinha lá na sua casa e eu aqui. Mas às vezes eu vou, porque agora eu me sinto só e eu vou. Me sento um pedacinho, mas eu fico só sentada. Elas conversando e eu só escutando. Eu não gosto de conversar muito, não. Eu estou conversando com você porque estou me desabafando. (Dorothy, Entrevista).

Os relatos das interlocutoras evidenciam que a violência, para além de seus efeitos imediatos, adquire formatos difusos e prolongados, o que acaba por produzir outras formas de vida coletiva entre mulheres. A desconfiança, o medo e a necessidade de vigilância constante não apenas limitam a circulação nos territórios, como demonstram os relatos de Bernadete, Dorothy, Sonia e Marielle ao longo dessa pesquisa, mas também atravessam as relações, produzindo distanciamentos, silenciamentos e uma sociabilidade marcada pela cautela. Um “viver acuado”, conforme identificamos em nossa Primeira Parada. Se, em outros contextos históricos, como aponta Silvia Federici, a fragmentação da coletividade feminina foi condição para a consolidação de formas de dominação e de sustentação das relações de produção capitalistas, aqui ela se atualiza sob novas configurações, nas quais o isolamento e a suspeição passam a ser mecanismos de sobrevivência. Nesse cenário, a coletividade não desaparece por completo, mas se fragiliza, se retrai e se reorganiza sob a lógica do medo, revelando que as disputas territoriais incidem diretamente sobre os modos de estar com o outro.

E nesse processo, também os seus corpos ganham contornos estabelecidos pelo domínio territorial exercido pelos grupos faccionais. Isso nos permite visualizar, juntamente à Collins (2024), as articulações entre os diferentes domínios de opressão cujo alvo principal tem sido mulheres negras e periféricas. Por um domínio disciplinar, um conjunto de regulamentações levantadas pelas facções fazem com que as pessoas permaneçam em seus lugares, e, caso desobedeçam, sejam punidas severamente; na esfera interpessoal, tais opressões acabam reverberando nas próprias relações sociais, expressando as maneiras pelas quais o poder molda o tratamento que as pessoas disponibilizam umas às outras no cotidiano (Collins, 2023).

Da sistematização da violência à matriz de dominação

Seguindo as trilhas de uma pesquisa interseccional, pude observar cenários que nos mostram que as violências aqui descritas não são produtos de circunstâncias isoladas e pontuais, mas se ancoram em condições históricas, econômicas e sociais que distribuem de maneira desigual a precariedade, a exposição e a morte. Dessa forma, as diversas histórias narradas pelas interlocutoras e observadas por mim durante esta travessia exigem que façamos uma análise geral das articulações entre raça, classe, gênero, geração e território, além de outros marcadores sociais. Exigem, portanto, que compreendamos como toda a cadeia de violência narrada incide, de forma sistêmica e com mais radicalidade, sobre mulheres negras, pobres e periféricas, sendo que no contexto estudado, o marcador “geração” também acentua as condições de vulnerabilidade. É nesse contexto que os diferentes “decretos”, sejam eles instituídos pelo Estado, pelas facções ou por normas sociais difundidas, passam a operar uma matriz de dominação que, através de diferentes domínios, conforma as experiências femininas em experiências precarizadas e vulneráveis.

Ouvir os testemunhos das interlocutoras sobre a realidade de suas famílias e comunidades, e, principalmente, ouvi-las narrar sobre elas próprias, me colocava a todo momento diante de trajetórias marcadas por violências que, como já argumentei, não haviam surgido somente com a chegada das facções em seus bairros, tampouco se relacionavam apenas com um maior ou menor envolvimento destas com esses coletivos. Suas narrativas e testemunhos explicitavam que as retaliações exercidas sobre os corpos-territórios de adolescentes e jovens mulheres periféricas fazem parte de uma estrutura social cuja intersecção do racismo estrutural, de modelos de performáticos de masculinidade, da feminização da pobreza e do controle da sexualidade e capacidade reprodutiva está em seu alicerce. Assim, concordo com L. Nunes et al. (2023) quando afirmam que, por meio da dominação e brutalização dos corpos femininos, as lógicas faccionais tornam visíveis

tecnologias masculinistas que dão base a um contexto de colonialidade tardia. Tecnologias estas que não se restringem aos regulamentos estabelecidos pelas facções, mas que podem ser enxergadas nas relações familiares, amorosas e sociais de cada interlocutora e informante-chave que conheci. Sonia, por exemplo, já havia sido recorrentemente agredida recorrentes pelo seu companheiro e pai de sua filha, antes mesmo de ser baleada quatro vezes pelos membros da facção de seu bairro:

Eu era traumatizada já dos meus pais, com respeito da bebida. E aí, quando ele começou a beber, eu já fiquei assustada. Ele chegava super agressivo, querendo me bater. Ele já me bateu muito, muito mesmo. Na casa dos meus pais, a gente vivia super bem, mas assim que a gente começou a morar só, aí que ele começou a bebedeira dele, ele não tinha um controle. [...] E tipo, são traumas que eu guardo, porque, infelizmente, são traumas, lembranças ruins, que a gente tenta esquecer, mas ficam na memória. Eu ainda fui aguentando. Fui perdoando, porque a gente tem o defeito de achar “ah, ele vai mudar”, de acreditar que a pessoa vai mudar. [...] Um dia ele chegou já fazendo confusão, chegou me batendo, chegou dizendo que eu não valia nada, e tudo isso por conta da bebida. Na época, que eu usava aparelho, ele me bateu que eu perdi um de meus dentes com o impacto do murro dele. Porque ele não deu um tapa, ele deu um murro. Ele só me deu um soco e eu apaguei no chão. [...] Terminou que eu fiquei meses, quase entrando em depressão. Eu me olhava no espelho, a minha autoestima que tava lá embaixo, e eu só ficava dentro de casa, de máscara. Não saía por nada. (Sonia, Entrevista).

Assim como Dorothy, que relatou sobre a agressão sofrida e como sua casa havia destruída pelo ex-marido, ou de Maria Bernadete, que precisou mudar de bairro para escapar de um relação com um homem violento, a narrativa de Sonia explícita que o machismo exacerbado e o derramamento de sangue realizado pelas facções não são estratégias de

resolução de conflitos específicas dos grupos nem se limitam à manutenção de ideias de feminilidade impostos às mulheres envolvidas direta ou indiretamente com seus membros. Na verdade, são estratégias bélicas que representam gradações mais extremas das violências de gênero e que, na contemporaneidade, encontram em corpos racializados e marginalizados alvos mais fáceis de violação e de afirmação de uma masculinidade viril e soberana (L. Nunes et al., 2023). Além de corpo-território, o corpo feminino ou feminizado é também corpo-instrumento e expressa, de novo e mais uma vez, “traços de exibicionismo de jogos de poder masculinista”, sendo que “esse poder do ‘macho’, atravessado pela regionalidade do ‘cabra macho’ nordestino é constituído pela ordem patriarcal e colonial” (L. Nunes et al., 2023, p.07).

Mas há decretações que não se restringem à desigualdade de gênero que atravessa o contexto de vida pessoal e relacional das interlocutoras. São decretos que maximizam a precariedade a que estão expostas e que decorrem, em primeira medida, das instâncias estatais. Instâncias essas que, conforme discutido, ou se ausentam desses territórios em termos de políticas protetivas de saúde, assistência, empregabilidade, educação e lazer, ou se fazem presentes pela via da repressão e do extermínio. Dessa forma, corroboramos com Butler (2015) que, sem uma crítica da violência do Estado e seu poder coercitivo, não é possível exercer, de forma efetiva, uma crítica à violência, visto que é o próprio Estado o mantenedor de diversas guerras sob a justificativa de defesa social. Defesa essa que, sabemos, não abrange populações como aquelas das quais nossas interlocutoras fazem parte: populações periféricas, negras e empobrecidas.

Ao retomar as ideias de Mbembe (2018) acerca da expansão global das lógicas de despossessão e exploração (antes centralizadas no corpo negro), vemos, nas realidades descritas e observadas, o estabelecimento de uma precarização radical da vida. Se em regimes escravistas e coloniais a existência negra era reduzida à condição de coisa e de descarte,

também os processos de territorialização e de decretação dos corpos femininos no Piauí acompanham o “devir-negro do mundo” em curso no capitalismo global (Mbembe, 2018). Todavia, relembremos: a “universalização” da experiência do negro, antes localizada nas colônias e que agora se atualiza nas periferias, não significa a homogeneização das vivências ou o apagamento das especificidades históricas do racismo, mas indica que formas de violências passam a se generalizar como modo de gestão da vida e da morte, sobretudo para nossas interlocutoras e seus pares. O que antes era exceção torna-se regra, e, como pontuado em diferentes momentos, vale para todas.

As narrativas que aqui apresento evidenciam que o fenômeno do femigenocídio longe de se específico às lógicas faccionais, é produto do abandono estatal, do subfinanciamento de projetos sociais, do encarceramento em massa, das chacinas disfarçadas de combate às drogas, enfim, do descaso governamental que submete determinadas vidas a condições mais severas de privação, desassistência, exploração e matabilidade. Por esta perspectiva, podemos compreender que o Estado participa tanto como autor quanto colaborador do femigenocídio e do processo de territorialização dos corpos que discutimos ao longo desta tese (L. Nunes et al., 2023). Recupero alguns trechos que nos apresentam descrições nítidas dessa autoria e colaboração do Estado:

Eu sou uma mulher parda. Uma mulher parda que vê a dificuldade da periferia, onde o poder público não chega, onde a gente tenta se inserir e a discriminação é maior.

Mesmo vocês tendo a graduação, mesmo vocês tendo um ciclo de amizade diferenciado dos demais. Porque esses 12 anos que eu tô aqui, eu observo muito que a carência da informação, a comunidade, o morador em si ser coagido, muitas mulheres não têm a capacidade de enfrentar a realidade, tanto da violência no seio familiar, como a própria discriminação quando chega numa delegacia do bairro que ela é vítima dessa violência. [...] Pelo fato *das* políticas públicas não serem inseridas como

de fato. A política partidária é o que mais interfere esse desenvolvimento da mulher na sociedade e essa violência. Porque se você está ali atrás de uma delegacia pra lhe defender, já tem um policial que desencoraja, que é homem. E o machismo sempre impera! Manda pra uma delegacia da área, tem um delegado, homem também. Você não vê uma assistente social, não tem nem sequer uma escritã feminina, ou alguém que seja da área de psicologia [...] E aí você bota um parlamentar no poder pra que modifique essas leis realmente...Porque na demagogia, num seminário, numa faculdade, numa universidade, dentro de um fórum, é tudo muito bonito. Mas quando chega dentro da periferia *pras* leis se *concretizar* e realmente ter algo que defenda a mulher é totalmente desconexo e fora da realidade. Muito desconexo mesmo. E pela forma delas não saber nem se expressar e onde recorrer por ajuda, elas muitas vezes ficam naquele ciclo de violência [...] E as meninas, por ter a privação de não ter como se manter, de ter um trabalho, de ter um curso técnico profissionalizante. Os meninos, eles já roubam moto, assaltam o celular, eles já vendem na boca de fumo, eles já têm um trocado e aí eles suprem aquela necessidade de momento delas. [...] E hoje nós temos mais mulheres vítimas do que homens, principalmente no público de adolescência (Maria Bernadete, Entrevista).

A situação precária era por conta de que eu não tinha minha família por perto, naquele momento em que eu mais precisava deles. Que era pra eles estarem me incentivando a estar estudando, a fazer curso. Eles não buscavam fazer eu me interessar e ficar em curso. Hoje em dia, eu me arrependo muito do que aconteceu na minha adolescência. Porque eu vejo grandes amigos meus da escola que já são formados. Que já tiveram muitas oportunidades porque a família incentivou, buscou colocar eles em curso. E hoje em dia eles conseguem estar trabalhando e eu não. Eu tô ainda tentando terminar

o ensino médio. Tô tentando fazer o ENEM, pra ver se eu consigo ir pra universidade. [...] Então, tudo o que aconteceu na minha infância...terminou que eu perdi grandes oportunidades. Tanto por escolhas minhas, mas também por conta de que eu não tinha uma presença da minha família durante a minha adolescência (Sonia, Entrevista).

Não sei, procura as pessoas que não é pra procurar. Você sabe que a oportunidade aqui é pouca, né? Quando chega uma pessoa pra dar oportunidade aqui é muito pouca. Aí acaba que...chega sempre essas coisas do mundo, que atraí, né? Os jovens *acredita*, né?”. [...] E aí, imagina uma Vila dessa daqui, sem assistência, sem nada pra criar? E aí, acontece muita coisa mesmo por causa de poder mesmo, poder público, prefeitura, pessoal não liga muito, entendeu? Não chega até aqui. As famílias vão segurando do jeito que podem, né? Às vezes você vê assim: fulano mora em tal lugar, é formado, a pessoa estuda...já tem uma vida diferente, né?! Mas tem umas que não têm essa oportunidade. Às vezes, a pessoa vê e “ah, é por causa de família”, mas às vezes tem um que sempre vai pra um caminho diferente e isso pesa pra mãe e tudo, numa periferia dessa daqui... (Marielle, Entrevista).

As interpretações que as interlocutoras fazem do aumento da violência contra mulheres em seus bairros e dos assassinatos ocorridos fortalecem nossos argumentos de que tais mortes resultam de um conjunto amplo de vulnerabilidades sociais existentes. Ainda que em determinados momentos interpretem os episódios como decorrentes de “amizades erradas” ou “desvios de conduta”, elas também acrescentam a responsabilidade das políticas governamentais (ou da ausência destas) nas realidades vivenciadas. Assim, faço-me valer das palavras de Gonzalez (1984). Ao analisar os processos de subalternização, sexualização e objetificação da mulher negra no Brasil, conclui: “parece que a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele” (p.233).

Além disso, as diferentes interpretações que nos oferecem demonstram que as dinâmicas de violências não produzem uma única forma de experiência. A partir de suas trajetórias pessoais, as interlocutoras nos apresentam diferentes leituras do fenômeno de morte de adolescentes em jovens mulheres em meio ao acionar bélico das facções no Piauí: Sonia enfatiza a fragilidade dos vínculos familiares, enquanto Bernadete chama atenção para a ausência de políticas públicas direcionadas às mulheres. Marielle, por sua vez, denuncia a desassistência estatal e a escassez de oportunidades para os jovens de seu bairro. São variações que trazem à superfície a complexidade de suas existências e das relações que estabelecem, e manifestam, principalmente, como os lugares ocupados por cada sujeito implica em experiências singulares e contextualizadas (Piscitelli, 2008). Dessa forma, se sustentamos que uma pesquisa interseccional exige uma leitura não totalizante das experiências femininas, tais falas conformam um mosaico de percepções, sentidos e representações que, quando colocadas em diálogo, permitem compreender como diferença e desigualdade operam por lógicas distintas, embora muitas vezes mútuas (Brah, 2006).

É justamente essa perspectiva não individualizante e a composição heterogênea dos modos de vida das interlocutoras que afirma a necessidade de uma abordagem capaz de apreender a articulação e a interdependência entre distintos eixos de opressão, tal como propõe Collins (2019) ao desenvolver a noção de matriz de dominação. Uma leitura interseccional das cenas observadas, das narrativas ouvidas e dos diálogos tecidos nos permite apreender que suas trajetórias são marcadas por condições de desigualdade, que limitam seu acesso a direitos, recursos e oportunidades, efeitos do domínio estrutural. É nesse eixo que o corpo-território começa a se delinear, na medida em que as condições materiais de existência já estabelecem, muito precocemente, fronteiras concretas sobre os lugares que podem ou não ser ocupados dentro da estrutura social brasileira.

Todavia, de acordo com o que discutimos ao longo das seções, se o domínio estrutural opera por meio das desigualdades no acesso ao emprego, à moradia, à educação e à renda, de modo que as mulheres ficam mais vulneráveis à violência (Collins & Bilge, 2020), nas redes faccionais essas mesmas operações estão presentes. No interior destas, vemos que a posição ocupada pelas mulheres nos grupos, bem como as possibilidades de participação, mobilidade ou reconhecimento, é igualmente atravessada por ordenamentos que delimitam seus lugares e funções. Ainda que no Piauí possamos, historicamente, observar um certo protagonismo das mulheres na gestão do tráfico, de modo geral, verificamos que estas tendem a ocupar posições mais inferiores, subordinadas ou invisibilizadas - de acordo com os relatos das interlocutoras - ao passo que desvios em relação aos papéis de gênero estabelecidos podem resultar em sanções que vão desde a vigilância e a intimidação até formas extremas de punição. Desse modo, observa-se que o domínio estrutural se atualiza no interior das organizações paraestatais, reproduzindo e intensificando as diferentes formas de violência que incidem sem cessar sobre seus corpos e subjetividades.

No domínio disciplinar, tais condições se intensificam por meio de práticas diretas de controle, interdição e violação dos corpos femininos. As falas que descrevem abordagens, ameaças, sequestros, torturas e tentativas de execução, como no caso de Sônia, que teve o corpo amarrado, deslocado e alvejado, ou de Marielle e Maria Bernadete sobre as limitações do direito de ir e vir, evidenciam que esses corpos são, novamente, geridos por regimes disciplinares e letais, como aquelas que, cultural e institucionalmente são exercidas por um Estado formal. A imposição de normas sobre como as mulheres devem se comportar, circular ou se relacionar operam como “cercas” em torno de seus corpos, como decretos de uma outra Justiça, mas que, assim como a Justiça legal, interdita suas vidas em diferentes âmbitos. Collins e Bilge (2020), defendem que há um padrão entre o aumento de protestos sociais e da subversão da ordem estabelecida e o recrudescimento de políticas repressoras pelos Estados-

nação, visto a necessidade de manutenção do regime vigente. Igualmente, apostamos que não há coincidência entre a intensificação de políticas de vigilância e controle da vida feminina exercido pelas facções (e também pelo Estado) e o contexto de avanço dos movimentos feministas, da ocupação de cargos exercidos predominantemente por homens e da criminalização da violência de gênero.

No plano hegemônico, a violência se sustenta e se legitima por meio de discursos que produzem essas mulheres como sujeitos passíveis de punição e, até mesmo após isso, de julgamentos e novas condenações, tal como argumentei ao tratar sobre os processos de sujeição criminal e a forma como as “mortes matadas” de mulheres são noticiadas como “mortes morridas” pela imprensa (Misse, 2010; Oliveira & Rodrigues, 2023). Assim, podemos enxergar como o uso massivo do termo “envolvida” ou a forma como matérias jornalísticas e comentários populares indicam uma percepção das vítimas como “criminosas” ou responsáveis por seus próprios destinos, o que contribui para a naturalização de suas mortes e para a desresponsabilização dos perpetradores. Esse processo de criminalização e depreciação retira das jovens e de seus familiares o direito ao reconhecimento e ao luto, como observei com a indignação de Marielle e Dorothy acerca do tratamento recebido após a morte de seus entes queridos. Nesse sentido, o corpo-território é simbolicamente construído como um espaço onde a violência, apesar de espetacularizada, pode ser exercida sem escândalo – e em, em boa parte das vezes, com celebração popular-, pois se trata de um corpo já previamente marcado por signos de desvalorização. Há, portanto, uma violência invisível, de caráter local, e que ocorre contra pessoas que estão em uma intersecção letal (Collins, 2023).

Por fim, no domínio interpessoal, essas dinâmicas se manifestam nas relações cotidianas e nas formas como as próprias mulheres passam a interpretar suas experiências. As falas que associam os episódios de violência a “amizades erradas” ou “escolhas equivocadas”, assim como os relatos de retraimento e desconfiança evidenciam a

internalização de discursos que individualizam a responsabilidade por processos estruturais. Isso pode se exemplificado por Dorothy que afirma preferir “ficar caladinha no seu cantinho” e evitar vínculos mais próximos com vizinhas. Ao mesmo tempo, são relatos que revelam os efeitos concretos da violência na fragilização da coletividade feminina, na medida em que o medo e a suspeição passam a organizar as interações que realizam. Assim, como Collins (2019) afirma, as lógicas institucionais discriminatórias do poder estrutural, os estereótipos e ideais sobre a mulher negra presentes domínio hegemônico, a vigilância e técnicas de controle associadas ao domínio disciplinar somente podem ser compreendidas quando, de forma articulada, há o reconhecimento dos efeitos que essa matriz de dominação produz sobre as relações interpessoais cotidianas das mulheres negras. Articulados, os poderes demarcam o corpo das mulheres como um território conquistado e controlado, fazendo compreender como determinadas vidas, ao não serem reconhecidas enquanto vidas, são percebidas como mais violáveis, mais domináveis e, em última instância, mais descartáveis, revelando que as disputas territoriais encontram no corpo feminino um de seus principais campos de batalha.

Retornando às mulheres

Já estamos quase no final da nossa caminhada, mas há ainda outros dois aspectos fundamentais de serem observados antes de finalizarmos o percurso: o modo como corpo feminino. Em quase todas as visitas e entrevistas realizadas, minha percepção era tomada pela forma como o corpo das interlocutoras se apresentavam também como um corpo-memória: uma memória daquilo que fizeram com ele e uma memória que organizava aquilo que se fazia com o que fizeram com ele. Observava o quanto o corpo daquelas mulheres era permeado de marcas subjetivas e emocionais e que, mesmo quando não sendo verbalizadas, podiam ser vistas e sentidas em nossos encontros.

O medo, enquanto palavra, estava recorrentemente presente nas narrativas que faziam. Mas ele não era apenas a nomeação de uma emoção que conseguiam descrever, era também a nomeação que encontravam para um conjunto de outros sentimentos: sentimentos esses que, volta e meia, corporificavam-se também em forma de doenças. Uma parte das mulheres falava da depressão e da ansiedade como consequências de um belicismo contínuo em meio ao qual precisavam viver, outras falavam dos impactos da guerra no exercício da maternidade, de tal forma que compreendia que é exatamente ali, no corpo, que se encarnam as feridas e as dores mais profundas.

Eu...eu sinto muita falta dela...Ela foi uma boa filha pra mim. Não tenho o que dizer nada das minhas filhas. Diria que sempre ela ta no meu coração, pro resto da minha vida. Era tudo que eu queria dizer... (chora). Eu não sei o que aconteceu com minha filha. Eu queria entender. Nunca entendi. O que aconteceu com minha filha? [...] Aqui a gente não tem não, minha filha, lazer. Não...não tem uma praça. Botaram essas academias aí só *pros* vândalos quebrar. Tinham que ter botado uma praça, um esporte *pras* crianças...não tem. Aqui não tem nada. Os jovens *que quer* se divertir vão pra outro bairro, porque aqui não tem. Aqui não tem nada. Só essas academias...Aqui, acolá, eu vou. Mas eu tenho medo. Depois que ela faleceu, eu tenho medo. As vizinhas vão! Elas me chamam e eu digo que não vou. Eu tenho medo. Eu fiquei com aquele medo. Eu não tinha medo. Eu não tinha medo de nada! Agora tenho medo que aconteça o que aconteceu com ela. Tenho medo, porque eu não sei o que foi.

(Dorothy, Entrevista)

Tem mãe que já chegou a ter uma depressão trancada dentro de casa, porque qualquer hora a filha vai ser sequestrada para ser vítima do tribunal do crime, o filho vai ser morto dentro da própria casa...Porque quando eles vêm, eles não querem saber de quem é a casa, se a casa tem segurança ou não. Eles arrombam, chegam, matam e fica

por isso mesmo. É só enterrar dentro do buraco e a família ter que ir embora. E a gente tem que permanecer dentro dessa violência com as mãos amarradas, porque quando você procura os próprios órgãos de segurança, eles são os primeiros a lhe desencorajar. [...] E isso impacta muito na educação dos filhos da gente, na criação. Eu prendi tantos meus filhos aqui dentro com medo de se envolver, da minha filha se envolver com alguém da bandidagem, alguém do tráfico, ou ter amizade com pessoas que sejam má influência e levem, que ela chegou a ter um ponto de dar depressão. Eu vivo sempre no médico com ela. (Maria Bernadete, Entrevista).

Entrelaçando os passos com os das interlocutoras, refleti sobre os modos como o corpo passa por um processo de marcação (assim como um rebanho) nos atuais paradigmas territoriais, por inscrições de símbolos (semelhante aos muros pichados) no interior das dinâmicas facções, por cercamentos (como outrora foram as terras comunais) no contexto de capitalismo global e colonização tardia, como trago durante as análises desenvolvidas ao longo de cada Parada. Mas me ative também às particularidades de uma experiência corporal expressada individual e coletivamente e que demonstra que o corpo é registro vivo das violências exercidas sobre si e sobre as suas comunidades.

O trauma da morte, seja ela física ou simbólica, se transmuta em transtorno mental, em embotamento, em medicalização: denúncias daquilo que é feito com seus corpos (Brito, 2018). A presença da violência e da morte atravessa suas vidas deixando rastros que não se apagam com facilidade – como poderia supor o Governo ao jogar tinta sobre muros pichados – e que seguem reverberando em suas atividades e relações sociais. Assim, colocando lado a lado com as postulações de Das (2011), podemos entender que “se nossa maneira de estar-com-os-outros tiver sido brutalmente estragada, então o passado entra no presente, como conhecimento venenoso” que segue causando danos físicos e psíquicos.

Eu não consegui caminhar, eu ainda tinha uma dificuldade para caminhar, tinha dificuldade para ir ao banheiro, porque eu fiquei com alguns problemas. Eu fiquei... É...um dos tiros afetou um nervo na minha bexiga, outro afetou um nervo ciático da minha perna, e esse nervo faz com que eu sinta, tipo, dores de hérnia de disco. Eu ainda estou me examinando, eu ainda estou fazendo o exame, eu ainda tenho um atendimento com o médico. Além de eu ficar com traumas, fiquei com algumas sequelas. Sinto dores, tenho pesadelos... (Sonia, Entrevista).

As mães ficam muito deprimida. Muito deprimida. Mesmo naquele dia lá que nós estávamos aqui, tinha uma mãe que estava quase chorando. Por causa da história do ***, ela se comoveu. Eu disse até para ela, assim como a minha vida teve jeito, a sua também vai ter jeito. Ela está passando pelo momento dos filhos, dos netos. Já é neto dela que se envolveu também *nas facção*, né? Hoje não tem mais gangue, é facção. Acho que ele tem uns 17 anos, uns 18 anos. E aí, o filho dela se envolveu, já foi preso. Então a pessoa fica deprimida. É assim, nunca imaginava que ia acontecer isso, né? (Marielle, Entrevista).

Eu acho que meu sobrinho sabia que eles vinham, porque ele entrou e se trancou e eles não entraram no quarto dele. Aí, minha cunhada na cozinha começou a gritar...ela ficou deprimida, ela não esquece, passou uns dias dormindo aqui. Ela ficou muito emocionada. [...] Mas ninguém nunca soube assim quem foi, mas também ninguém nem foi mais atrás, porque a pessoa vai atrás faz é se envolver com essas coisas. Assim porque antigamente as pessoas iam atrás, aí hoje em dia as pessoas não vão mais atrás disso, não. Antigamente as pessoas faziam barraco, procurava saber quem tinha feito. Hoje em dia é “não merma, deixa aí, já morreu...”. Ninguém nem foi atrás disso aí, porque é melhor deixar pra lá. (Marielle, Entrevista).

Sonia aponta que, além das sequelas físicas e das dores, o que viveu também se manifesta em pesadelos e na sensação constante de medo. Já Dona Marielle destacava o sofrimento psicológico vivido pelas mulheres e mãe de seu bairro, nos fazendo atentar tanto para as consequências pessoais quanto também coletivos das dinâmicas de violência urbana. É nesse sentido que proponho pensar esses corpos como corpo-memória, registro de uma violência corporificada, que expõem o retrato o projeto necropolítico brasileiro.

Todavia, se, por um lado, carregam as marcas de experiências físicas, psíquicas e relacionais, por outro, guardam saberes, estratégias e modos de seguir que se constroem no próprio enfrentamento cotidiano dessas violências. Assim, se há um corpo marcado e controlado, há também um corpo que encontra, nesse acionamento bélico, formas de tecer novos sentidos de existência. Articular a ética e interseccionalidade no âmbito de uma pesquisa passa também por compreender as diferentes formas com que as mulheres desse estudo se sustentam na vida e reconhecer que, em meio a essas estratégias, cada uma opta por seguir de modo que lhe faz sentido ou que, pelo menos, lhe garante maiores condições de proteção.

Ao conhecer Dona Marielle, sempre que afirmava que buscar por respostas ou algum retorno da polícia acerca das mortes de seus familiares e vizinhos era arriscado demais e, por isso, achava melhor deixar pra lá, eu interpretava apenas pelo viés do silenciamento e da subordinação, momentos em que a desesperança ganhava contornos mais específicos. No entanto, seguindo com nossos encontros, conversas, assim como as leituras sobre interseccionalidade e ativismo de mulheres negras, passei a observar que não se tratava apenas de conformismo, mas uma forma de investir suas ações naquilo que considerava valioso e que a todo momento me reafirmava: o cuidado com os seus.

Mas a polícia sabe sim, mas se for alguém perguntar...porque assim, a polícia não vai dar segurança pra gente, eles podem dar segurança na hora que morre, que fica

olhando o corpo no chão, mas depois dali acabou. E aí, se você vai saber, questionar alguma coisa, acaba que eles querem é saber, questionar da gente o que a gente sabe. O movimento é foda. Ninguém *num* sabe...Mas eles querem, assim, uma investigação que seja a partir da família, eles querem que a gente seja o investigador. “-Mas quem tem que saber é o senhor, que estudou pra isso”. Então, a gente não quer isso aí, não. Então, como envolve crime, a história continua. Mas eu digo: “continua pra vocês aí, vocês que tem que descobrir quem foi. Pra gente é melhor ficar tranquilo”. Só quem guarda a gente é Deus mesmo, ninguém não pode nem confiar em policial. É muito atribulado. Porque a gente tem a família que ficou, tem o trabalho da gente, e não pode a gente ficar...ele morreu e a gente ficar aqui presa, né? A gente precisa trabalhar. Aí, é melhor do que falar besteira, porque mesmo você não estando metido em nada, tem alguma pessoa que conversa e conta totalmente diferente pra outra pessoa, e por aí vai..." (Diário de Bordo, 11.04. 2022).

Essa forma de compreender não lhe conferia uma postura passiva e submissa, pelo contrário: em sua trajetória, Dona Marielle encontrou outras formas de estabelecer justiça e buscar por melhores condições de vida para ela e para a sua comunidade. Condições que poderiam não produzir sentido para mim à primeira vista, mas proporcionavam melhorias palpáveis e perceptíveis, como observei nos momentos de distribuição de sopas e brindes nas comemorações de dia das mães ou dos pais, na transmissão de um documentário feito pela própria comunidade e apresentação de dança, ou mesmo nas ocupações de terras improdutivas ou disputas eleitorais para associação de moradores do bairro.

Hoje eu trabalho aqui na comunidade, faço um trabalho social. E isso aí foi o que fez uma alimentação na gente, de mostrar para a comunidade o que era que a gente era. Porque foi uma história de luta, a gente persistiu, a gente não foi com a maldade com ninguém, a gente persistiu, foi com amor com as pessoas. E daí foi que surgiu esse

trabalho de humildade com as pessoas. Mostrar que nós éramos totalmente diferentes. Tinha acontecido isso tudo na nossa família, mas não era porque a gente queria. Foi uma coisa que veio e que aconteceu. Mas com isso aí, a gente fez, mostrou para o povo o amor que a gente tem pelas pessoas da comunidade. (Marielle, Entrevista)

A gente, assim, a fé, né? A fé, porque às vezes a pessoa diz assim “-meu Deus, a fulano anda em todo lugar assim, e outro não anda”. Mas é dependendo da comunicação que você tem com as pessoas. Porque vocês conhecem as pessoas, vocês têm um amor às pessoas. É dependendo do que você movimenta. Porque se você apontar, falando que tal é isso, você já não pode andar esse aqui ou ali. Não, a gente leva sempre aquela humildade com as pessoas. Da forma que ele é, você tem que levar do jeito que ele é. A gente não chega lá discriminando as pessoas. (Marielle, Entrevista)

Eu sempre fui uma mulher de muita personalidade, de falar, de argumentar, de não baixar a cabeça, de me procurar, me policiar, saber quais eram os meus direitos, onde é que eu tinha que buscar. Eu sempre tive muita amizade com ciclos diferentes na sociedade. Eu sempre fui de periferia, mas sempre me envolvi com pessoas do meio jurídico, do meio policial, do meio que defendesse as ações sociais voltadas para a mulher. E quando eu participei desse curso na Fundação, foi que me abrangeu mais ainda eu ir para a área social, que era uma forma de eu ter mais conhecimento e poder ajudar outras (Maria Bernadete, Entrevista)

Marielle tratava sobre o não enfrentamento direito dos agentes de polícia e dos traficantes do bairro. Maria Bernadete, em contrapartida, falava sobre levantar a voz, subir morro, buscar respostas dos gestores municipais, da polícia e, se fosse o caso, dos chefes das

facções. Falava sobre os projetos sociais que havia coordenado e sobre as ajudas que costumava dispor às mães de seu bairro. Constatei, assim, aquilo que Collins (2024) falava acerca da “política de solidariedade” e aprendi, com Dona Marielle e com Bernadete, que a luta pela sobrevivência e a organização de grupos era, também uma forma de alcançar a justiça social (Collins, 2019).

Se tanto Helenira quanto Dorothy, cujas neta e filha haviam sido assassinadas, sentiam-se inseguras para buscar respostas ou justiça pelos crimes cometidos, sendo que uma havia decidido sair do bairro e a outra, refugiar-se em casa, Dona Dorothy ainda possibilitava enxergar os modos como as políticas de afeto e de amizade colocavam-se como dispositivos de produção de vida, inclusive nos momentos de extrema dor:

Mermã, eu fiquei assim... Começou a tremer minhas pernas. Meu corpo se tremeu. Eu digo “pois, vou ao menos o registro dela aqui, os documentos dela”. Eu estava fora de mim. Eu não estava em mim. [...] Sem um tostão, sem um tostão. Mas, eu tenho tanto vizinho bom que arrumaram o velório tão bom. [...] Depois que eu soube da notícia, eu não estava em mim mais. Eu não sabia nem quem é que tava lá em casa...Fora de si. Hoje, minha filha, eu estou um pouquinho mais conformada, mas eu não estou... Eu sinto muita falta dela na minha casa. Eu sinto muita falta. Por que era minha companheira. Eu sinto muita falta. Aí, eu saio. Vou caçar uma faxina pra eu fazer, mas eu não acho uma faxina, eu não acho nada. Vou me distrair, minha fia. Eu saio da minha casa. Eu saio e fico só um pouquinho nos vizinhos. (Dorothy, Entrevista)

Apesar das condições postas, que decorrem tanto da precarização produzida tanto pelas políticas excludentes e genocidas do Estado quanto pelos formatos de socialização impostos pelas facções, dona Dorothy ainda considerava o apoio dos vizinhos como recurso para que não se sentisse tão solitária: “eu não fico muito sozinha por causa dos meus vizinhos, que são muito bons pra mim”, ela afirmava. As marcas, portanto, também dizem de

uma memória que se atualiza e se movimenta, produzindo formas de existência que tensionam, negociam e, por vezes, desafiam as condições que lhes são impostas.

Só que, tipo, eu tô tentando aprender a superar tudo isso que eu passei, tipo, recorrendo em busca de novas oportunidades. Eu, às vezes, eu olho pro lado e lembro, eu fico vendo assim, que a minha família não me apoiou e nem tá me apoiando, mas eu tô seguindo em frente e eu não vou desistir por nada, porque eu acredito que se eu tivesse feito isso naquela época, nada disso teria acontecido comigo. Então, eu não irei desperdiçar essas segundas chances, que o pessoal fala que é uma segunda chance que Deus me deu. Então, eu tô pegando essas segundas chances que Deus me deu, eu tô fazendo de tudo pra me orgulhar, orgulhar a minha família, orgulhar as pessoas que duvidaram da minha capacidade. Pessoas que viraram as costas pra mim. [...] Só que aí Deus foi tão bom, que ele disse “eu vou fazer com que ela faça o ensino médio e ainda tenho uma nova oportunidade de ser alguma coisa na vida”. Então, quando eu fui fazer a minha matrícula lá, disseram que eu só iria fazer a matrícula se eu fizesse algum curso. E aí, quando eu bati os meus olhos em enfermagem, foi uma coisa que eu sempre achei muito interessante, porque como eu já passei por certas situações em que eu fiquei muito em hospital, eu fui sempre muito bem tratada em hospital. Sempre me trataram bem. E aí, eu me senti bem, me senti à vontade de seguir aquela profissão, porque o mesmo que fizeram para mim, eu quero poder fazer para muitas pessoas. (Sonia, Entrevista)

Por fim, com Sonia, podemos compreender que essa ambivalência entre interdição e movimento, dor e elaboração, desesperança e luta, não elimina a possibilidade de pensarmos a interseccionalidade como produtora de diversificação, e não somente como desigualdade. Pelo contrário, nos faz entender, junto à Collins (2019) que “enquanto muitas pessoas apenas falam de resistência, elas apresentam resultados tangíveis”.

Ponto de Chegada

Os primeiros passos dessa caminhada foram dados a partir da constatação de que as diferentes formas de prisão que se colocam sobre as subjetividades femininas não se limitam às grades do sistema prisional, conforme estudei em minha dissertação de Mestrado. Ao aprofundar meus estudos, deparei-me com a importância de um olhar mais sensível às lógicas prisionais que alcançam a vida nas comunidades piauienses e como, nessa política opressiva e destrutiva, diariamente mulheres mães, avós, filhas, tias precisam lidar com a dor do cárcere e também do luto. Mulheres que experienciam os efeitos de uma guerra travada nas portas de suas casas. Guerra cujos sujeitos beligerantes fazem parte tanto de ações estatais contra “as drogas” e de grupos que, pelo comércio da droga, disputam espaços territoriais e mercantis. Uma guerra acionada por agentes estatais e paraestatais que, de forma articulada e colaborativa, fazem girar as engrenagens de um sistema centrado no capital.

Mas fui realizando alguns desvios de rota à medida em que, a cada esquina, deparava-me com mais uma notícia acerca de adolescentes e jovens mulheres periféricas assassinadas. Se eu tomasse o atalho dos números cada vez maiores de feminicídio, poderia interpretar suas mortes como efeito comum do problemático quadro de violências de gênero a que temos assistido. Se “cortasse caminho” pelo aumento das taxas de violência no estado, poderia associá-las aos impactos cotidianos da criminalidade urbana. No entanto, essas mortes traziam à visibilidade um outro formato de violência contra a mulher, caracterizado por sequestros, desaparecimentos, decapitações, seios e cabelos mutilados, além do espetáculo produzido por imagens que circulavam após cada execução. Mortes que indicavam que o corpo feminino, mais do que violentado, era, agora, um corpo utilizado como símbolo de poder e soberania. Foi por essa via que decidimos seguir.

Ao longo desta travessia, intitulada de tese de doutorado, assumimos o compromisso de responder: **de que forma os homicídios de adolescentes e jovens mulheres no contexto**

de disputas entre facções no Piauí indicam uma atualização da exploração capitalista sobre corpos e coletividades femininas? Também nos posicionamos frente ao desafio de compreender: **como essa atualização se relaciona com uma nova utilização e demarcação territorial sobre o corpo feminino frente a um período de fortalecimento da luta feminista e de crise do capital?** Com essas perguntas em nosso roteiro de viagem, e à medida que ia conhecendo algumas mulheres e famílias nas periferias às quais adentrei, compreendemos que suas experiências, embora predominantemente compostas por marcadores de raça, gênero e classe, não poderiam ser analisadas por uma perspectiva homogeneizadora e por uma narrativa única, dada a realidade complexa que expressavam.

Assim, tomamos o **conceito de interseccionalidade** como ferramenta metodológica e analítica visto que os marcadores sociais da diferença conformam realidades múltiplas e que exigem, portanto, um estudo igualmente complexo, cuidadoso e aprofundado dos modos como os diferentes contextos de vida produzem trajetórias marcadas por distintas condições de privilégios ou desigualdades (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Enquanto conceito-bússola, considero que a interseccionalidade compareceu como ferramenta metodológica que nos possibilitou a realização de uma leitura que não se limitasse à percepção das interlocutoras e informantes-chave pelo viés da subordinação e do desempoderamento, da ausência de agência, simplificando suas histórias de vida. Analisar suas narrativas somente pela perspectiva da sobreposição dos marcadores raça, gênero e classe seria desconsiderar as diferentes percepções que possuíam acerca das violências sofridas, bem como desprezar os recursos que se utilizam para empreender suas lutas e seguirem se sustentando na vida. Assim, busquei utilizar do **método interseccional e do conceito de matriz de dominação** para me guiar sobre o visto, o ouvido, o pensado, enfim, o registrado, buscando apreender seus diferentes modos de vida, práticas cotidianas, sentidos atribuídos e singularidades produzidas.

Analisar, por exemplo, que Sonia, uma jovem que ainda tentava terminar o ensino médio, enxerga a organização familiar e o acesso aos estudos tanto como fatores de risco (ao avaliar aquilo que lhe havia sido disponibilizado), quanto protetivos, através dos quais busca preservar a esperança de um futuro mais digno. Mesmo após relatar ter sido vítima de violência doméstica - assim como sua mãe também foi - e ter sobrevivido às punições infligidas pela facção, retornou à relação com o companheiro e pai de sua filha; e isso, assim como o curso técnico, lhe mantém acreditando em um novo recomeço. Já Dona Marielle, vê no amor que possui por seu casamento e seus filhos, pela luta comunitária, pelas ações sociais e pela fé cristã as estratégias que a ajudam a manter-se de pé, sendo que isso, juntamente a uma relação cordial e solidária, é o que lhe faz seguir acreditando nas mudanças para seu bairro. Seguir com um sorriso no rosto.

Em contrapartida, Maria Bernadete contrasta com tudo aquilo que dona Marielle defendia. Para ela, o enfrentamento, o “não abaixar a cabeça” e não aceitar nenhuma forma de violência masculina são as regras que imperam. Percebe nas oportunidades de estudo e nos projetos que participou os motivos pelos quais hoje tem uma “uma cabeça mais esclarecida”, o que lhe encoraja a buscar pelos seus direitos e os direitos de suas vizinhas. Dorothy, por outro lado, destaca a ausência de oportunidades, as doenças que a impedem de trabalhar e o medo que tomou conta de seu corpo como condições centrais na sua atual realidade. Condições que, pelo menos, são minimizadas pela rede de ajuda mantida pelos vizinhos.

Assim, juntamente ao **Kit de Travessia** que carreguei (composto por diário de bordo, entrevistas narrativas, relatórios de segurança pública e matérias jornalísticas), a interseccionalidade enquanto método e ferramenta analítica proporcionou que todo o itinerário investigativo contasse com diferentes lentes analíticas, que ora tinham como foco o contexto macro das experiências narradas, compreendendo suas localizações em um sistema amplo de dominação; ora permitiam um olhar minucioso, cuja aproximação nos fazia

enxergar os contextos micro de cada história vivida e como estes conformam experiências singulares, diversas e, aos seus modos, potentes. Enxergar, conforme propõem Brah (2006), que os marcadores sociais da diferença produzem, também, diversificação, experiências inventivas e que tensionam os regimes de poder em jogo.

Buscamos, assim, exercer o cuidado ético-político de não invisibilizar experiências e pontos de vista, como forma de não trilhar o percurso de uma única narrativa acerca do problema social da violência e assassinato de mulheres nas periferias urbanas piauienses. Uma atitude de pesquisa que buscou pensar as demais possibilidades e experiências femininas que frequentemente são apagadas das produções acadêmicas. Esse zelo referiu-se a uma postura vigilante quanto ao perigo que constantemente tem sondado as pesquisas interseccionais, que é o embranquecimento acadêmico de suas proposições (Akotirene, 2019; Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Realizar uma pesquisa interseccional, portanto, não se tratou de utilizar da interseccionalidade como uma forma de “desconstruir a falsa vulnerabilidade uniformizada” da branquitude (Akotirene, 2019, p.30), mas tomá-la como um instrumento de identificação de conceitos e teorias produzidas por grupos subalternizados, ampliando o debate para além das epistemologias dominantes, saberes defensores de uma “diferença epistêmica colonial entre o sujeito cognoscente e os sujeitos a serem conhecidos, que historicamente tem implicado na exclusão e a invisibilização do conhecimento dos sujeitos subalternizados” (Pichardo, 2014, p. 57).

Ouvir-analisar-narrar as histórias e trajetórias de vida das mulheres que fui conhecendo ao longo desta pesquisa foi, também, me inserir nesse processo, posto que meus próprios modos de subjetivação e racialização também estavam em jogo nesse cruzamento de marcadores sociais, privilégios e opressões a partir dos quais dialoguei. Compreendi, então, a necessidade de que, enquanto mulher branca, psicóloga, pós-graduada, estudante de doutorado, cis, heterossexual, feminista, eu também estivesse, a todo momento, atenta ao meu

próprio posicionamento no campo de estudo, uma vez que “a pesquisa feminista interseccional exige a localização de subjetividades” (Mattos & Xavier, 2016, p. 241).

Portanto, para escrever sobre trajetórias de mulheres em meio à guerra urbana no contexto piauiense precisei lembrar-me constantemente de que a narrativa aqui realizada é produto de um ponto de vista também racializado e localizado em uma posição permeada por diferentes condições de privilégio.

Habitar territórios marcados por distintos agenciamentos e materialidades me levou a compreender que examinar essas diferentes formas de se relacionar, de entender os problemas sociais e de dar sentido à própria existência era uma possibilidade de operacionalizar uma pesquisa interseccional, uma vez que entendemos a interseccionalidade como possibilidade de exercer uma perspectiva integrada de apreensão das identidades e das desigualdades sociais, ou seja, de abordar distintas formas de objetivação saber-poder. Portanto, buscamos nos guiar pela perspectiva de que em uma práxis interseccional o pensar e o fazer moldam-se mutuamente, e, portanto, rejeita a compreensão de que teoria e prática são categorias desconectadas, como Collins e Bilge (2020) nos ensinam.

Compreendemos ainda que, enquanto atitude de pesquisa, uma investigação interseccional exigiu afirmar um compromisso ético para além das exigências de coerência e garantia do que postula o Comitê de Ética, dada a necessidade de também fomentarmos um debate sobre como fazer pesquisa para além dos pressupostos normativos. Ao considerar o caráter vivo de uma pesquisa e os efeitos que essa produz no mundo, especialmente no caso de uma pesquisa cujo próprio desenrolar se deu em um campo permeado de disputas, uma conduta ética exigia, em todas as paradas, pensar os desafios que o próprio campo nos impõe (Bicalho, 2019). Assim, buscamos conduzir esse estudo e deixá-lo ser conduzido por uma perspectiva coletiva da ética, que referia também a minha relação enquanto pesquisadora com a dinamicidade e imprevisibilidade do campo. Como exemplo, destaco os momentos de

maiores tensão em relação aos riscos presentes, aos sentimentos experienciados e, também, aos reposicionamentos a que eu era constantemente submetida quanto às minhas verdades, desconhecimentos, pré-conceitos e condições de privilégio.

Tomei esses norteadores por reconhecer que todo campo, justamente por ser vivo, nos traz surpresas, sendo aí onde residia a pesquisa. Reconhecer que a postura ética nos convoca à reflexão sobre a nossa relação com a “recalcitrância do campo”, ou seja, com a resistência do campo àquilo que nos propomos a fazer com ele (Bicalho, 2019). Não poderíamos prever todas as possibilidades ou medidas éticas aplicáveis, mas termos bons dispositivos e estarmos abertos à sua “desobediência”. Afinal, é justamente pela sua capacidade de nos surpreender, que vamos ao campo. São aspectos que me ajudaram na compreensão das dinâmicas que envolviam os encontros e entrevistas, as percepções atribuídas a mim nesse lugar de pesquisadora-mulher-estranha, à sensibilidade de entender quando recuar. Principalmente: entender como os contextos de vida produzem diferentes percepções e formas de lidar com os problemas existentes.

Em termos analíticos, nosso exercício interseccional buscou, durante toda a pesquisa, realizar paralelos com conceitos teóricos e processos históricos, tais como os pressupostos de Rita Segato sobre o femigenocídio, Silvia Federici acerca do processo de acumulação primitiva e a caça às bruxas, e os diferentes eixos que compõem a matriz de dominação proposta por Patrícia Hill Collins. Nossa aposta, porém, estava em evidenciar algumas continuidades e atualizações desses processos, não em forçar equivalências, dada as particularidades dos contextos históricos, políticos e sociais.

Ao debater sobre a relação entre o adensamento da ocupação do território piauiense por facções e os elementos presentes nas práticas violentas sobre corpos femininos, deparamo-nos com o contexto de redesenhamento das periferias e com a modificação das relações comunitárias, aspectos que, longe de se restringirem aos conflitos

entre os grupos faccionais, acarretam uma série de efeitos psicossociais às vidas dos moradores e, de formas específicas, às mulheres que residem nesses locais. Se antes a violência perpetrada pelas gangues era, de certa forma, coordenada e pontual, com a chegada das facções, ela se capilariza por todo o território e passa a incorporar, de forma geral, as condutas, as relações e as subjetividades de todos os residentes nas regulações e normativas faccionais. Neste aspecto, é sobre a mulher que tais regulamentos exercem seu controle mais rígido e brutal, atualizando as formas de controle, subordinação e violência sobre as existências femininas periféricas.

Com a **problematização da categoria feminicídio em articulação com o termo femigenocídio diante das mortes violentas de mulheres jovens em contexto de um novo acionar bélico**, colocamos em debate o modo como a utilização da categoria feminicídio, embora fundamental para nomear e dar visibilidade às mortes de mulheres por razões de gênero, mostra-se, por vezes, insuficiente para abarcar a complexidade e a escala das violências analisadas, sobretudo quando a utilização limita-se aos casos decorrentes de relações íntimas e pessoais entre vítima e agressor. Ao colocarmos essa categoria em diálogo com a noção de femigenocídio, foi possível propor o alargamento dos limites interpretativos da violência contra a mulher, situando essas mortes como parte de um extermínio sistemático, atravessada por mudanças nos paradigmas territoriais, por novos formatos bélicos e por organizações que se utilizam de performances masculinista como afirmação de poder. Nesse cenário, as jovens mulheres passam a ser alvos estratégicos de práticas que articulam controle, punição e produção de terror, indicando que suas mortes operam como mensagens disciplinadoras. Enquanto corpo-mensagem, a mulher se torna um instrumento que comunica a soberania de um grupo sobre o outro. Portanto, tais execuções, mais do que serem interpretadas como efeitos colaterais da criminalidade urbana, exigem uma postura investigativa capaz de reconhecer o caráter utilitário, político e estruturante dessas violências.

No que tange à problematização dos termos “envolvida”, “decretação” e “tribunais do crime”, argumentamos que essas categorias não podem ser compreendidas como restritas às dinâmicas internas das facções, uma vez que se localizam em um *contínuum* de violências estatais que atravessam a vida de algumas mulheres desde muito cedo. Por essa leitura, entendemos que os decretos que recaem sobre essas jovens não se iniciam apenas no momento dos “tribunais” ou da execução, mas são operados deliberadamente, na medida em que suas vidas não são reconhecidas como passíveis de enlutamento e, portanto, tampouco passíveis de proteção, como afirma Butler (2015). Desde cedo, elas são capturadas por processos de sujeição criminal (Misse, 2011), que deixam vestígios de marginalização, criminalização e deslegitimação por toda suas trajetórias. Assim, sustentamos que Estado e facções atuam de forma articulada como instâncias decretadoras e condenadoras dessas jovens, produzindo sentenças que se estendem no tempo: antes, durante e após seus assassinatos.

Ao identificarmos os processos sociais, econômicos e políticos implicados na intensificação das manifestações de violência contra mulheres na atualidade, constatamos a atualização de formas históricas de exploração da condição feminina, tal como Federici (2017) identifica no processo de acumulação primitiva e durante períodos mais recentes de crise do capital. Investimos na análise de que, na contemporaneidade, essas violências acompanham o processo de feminização da pobreza e de precarização das condições de vida feminina, ao mesmo tempo em que coincidem com a ascensão dos movimentos feministas e do avanço dos direitos reprodutivos, trabalhistas e demais espaços ocupados por mulheres. É neste cenário que observamos o fortalecimento do controle exercido por facções sobre as mulheres e a intensificação da afirmação de uma masculinidade soberana e viril. Para além da afirmação de pertencimento ao grupo, são táticas que, por meio

da crueldade e da brutalidade, são utilizadas para “manter as coisas em seus lugares”, ou seja, para perpetuar a manutenção das hierarquias de gênero.

Por fim, o **entendimento das mudanças nos paradigmas territoriais e das disputas entre grupos paraestatais** nos possibilita sustentar a tese de que há a **configuração de um novo papel ao corpo feminino**, que localizamos na demarcação de um **corpo-território**.

Assim como outrora o corpo da mulher foi (e permanece sendo) utilizado como ferramenta de reprodução da força de trabalho, agora ele é também terreno de conquista, sobre o qual são fixados estandartes de soberania, palco onde se encena a vitória moral de um grupo sobre o outro. Evidencia-se, portanto, que, em meio às relações capitalistas, o corpo feminino é reiteradamente produzido como símbolo de domínio, de interdição, de perseguição e de morte por ser, sobre ele, onde se fincam as bases de uma economia capitalista.

Respondendo às perguntas-inquietações sobre se **seria suficiente centralizar a análise destes assassinatos somente por um viés de gênero, raça e classe**, e sobre **de que forma a incorporação dos marcadores de território e geração podem ampliar nossa análise**, e com o objetivo de produzir outras narrativas acerca do fenômeno do assassinato de mulheres juntamente a mulheres periféricas, participantes de movimentos sociais e/ou líderes comunitárias, consideramos que uma análise interseccional nos leva a entender que determinadas condições de experiência ampliam ou minimizam a exposição de cada interlocutora aos riscos produzidos pelas dinâmicas faccionais. Além disso, conformam diferentes percepções acerca do fenômeno de assassinato de mulheres no contexto de violência urbana piauiense.

Para Dona Marielle, as condições de empregabilidade, a organização familiar, as ações sociais, a religião evangélica, e o relacionamento estabelecido com a comunidade conferiam maior proteção frente aos conflitos armados, ainda que fosse uma mulher negra, de classe baixa e periférica. Na realidade Maria Bernadete, o envolvimento como líder

comunitária e o perfil combativo que mantinha eram, em certas medidas, fatores que a colocavam em condições de maior exposição aos riscos existentes, sendo que, por diversas vezes, havia sido ameaçada pelos grupos faccionais. No entanto, a formação acadêmica e o relacionamento que preservava com diferentes grupos sociais compareciam como fatores protetivos em sua luta. Dona Dorothy destacava as relações de amizade e o local de moradia como fator fundamental para ampliação da exposição à violência, demonstrando que geração e território são, também, marcadores que constitui maiores ou menores condições de proteção às vidas femininas.

Sonia avaliava a relação familiar como tendo forte contribuição para que trilhasse alguns caminhos, como o uso de drogas, de relações próximas com membros dos coletivos faccionais, além da saída precoce de casa. Entendia que a falta de assistência familiar fazia com que as adolescentes entrassem “numa coisa e achando que vai ser melhor do que o que ela já passou durante a infância e o começo da adolescência”. Por este aspecto, em sua percepção, a violência que havia sofrido, teria, de certa forma, necessária. “Tipo, eu só enxerguei que a vida do crime, que aquelas amizades do crime não compensam porque eu precisei passar pelo que eu passei para dar uma reviravolta na minha vida e no meu modo de viver. Tipo, para eu amadurecer, eu tive que passar pela pior situação da minha vida” (Entrevista). Assim, os resultados apontam que os domínios estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais só podem ser compreendidos em sua articulação, visto que somente há a manutenção de institucionais sociais seletivas e excludentes e de práticas organizacionais coercitivas e punitivas, porque os diferentes poderes investem suas técnicas de subordinação também nos aspectos culturais e nas práticas sociais cotidianas (Collins, 2018; Collins & Bilge, 2020).

Entendendo a necessidade de desenvolver um estudo a partir de autoras feministas e do conceito de interseccionalidade, buscamos compor esta tese a partir de tecedura entre

teoria, pesquisa, prática, campo, corpo e, também, escrita. Assim, escrevi através das análises, dos diálogos com as mulheres e com suas narrativas de vida, com os movimentos que organizam, com minhas próprias afetações e deslocamentos. Uma escrita que não enfatizasse apenas as opressões vivenciadas, o sofrimento cotidiano e as experiências entristecidas das perdas e do luto, mas também suas formas de agência e de luta, suas formas de não deixar esquecer os que morreram, mas também de (re)conhecer os que estão vivos: suas formas de viver. Como bem coloca Dona Marielle, “a gente tem a família que ficou, tem o trabalho da gente, e não pode a gente ficar aqui presa” (Diário de bordo, 11.04.2022).

Apostei em uma escrita para além dos postulados científicos e dos domínios das forças estatais e, diante disso, os registros dessa travessia foram permeados por uma escrita enquanto processo de análise, de contato, de apresentação e conhecimento, desconhecimento e reconhecimento das histórias de mulheres que lidam mais diretamente com os efeitos da criminalidade urbana, pois, nesse bojo, estive (e estou) também implicada. No outro lado da rua, menos diretamente atingida, mas também tentando me proteger. Uma narrativa de si, consigo e com o outro; neste caso, uma narrativa com mulheres moradoras de bairros periféricos da capital piauiense, integrantes de movimentos sociais, com mulheres comuns que vivenciam, diariamente, as múltiplas facetas de uma sociedade que se sustenta na violação de seus corpos, de suas vidas.

Tratar sobre os processos de decretação e de territorialização do corpo feminino diante dos regulamentos faccionais piauienses foi, também, entrar em contato com a constante de (des)territorialização do meu corpo. Ainda que subjetivado em meio a condições raciais, sociais, econômicas e culturais bastante distintas daquelas mulheres, fui interpelada pelos horrores das violências sofridas, testemunhadas e narradas na mesma medida em que era atravessada pelas reflexões acerca das técnicas de controle e de violências sob as quais

também vivo, dada minha localização em uma estrutura social capitalista, misógina e patriarcal.

Em diversos momentos, precisei reconhecer e ser recolocada diante de meus privilégios e redes de proteção de forma inesperada, como quando ouvi sobre ser muito “burguesinha” para entrar nesses espaços ou quando conheci famílias que estavam utilizando carvão no preparo da comida, por não terem dinheiro para a compra de gás. Ou mesmo quando percebi o meu desconhecimento acerca das regras locais e continuava a entrar com o vidro do carro levantado nas comunidades. Deparei-me com minha própria vulnerabilidade nos momentos em que meu corpo era preenchido por uma sensação “gelada”, em que parecia deslocar-me do presente por alguns segundos. Esse “gelado” provinha do medo e da tensão, como no acompanhamento diário de notícias de crimes e mortes, nos momentos em que precisava me atentar às pessoas que, por ventura, pudessem escutar as conversas com as interlocutoras, ou quando senti-me apressada para ir embora do evento promovido por Dona Marielle, preocupada de que algo acontece, já que as próprias moradoras demonstravam estar assim. Afinal, eu estava ali e, naquele momento (como em vários outros), eu era também parte de uma realidade arriscada.

Mas refletia também sobre os decretos que, cotidianamente, diferentes poderes inscrevem sobre meu corpo, sobre minha existência. Decretos que me posicionam diante de uma maternidade compulsória, do matrimônio como ideal de vida, da exigência de uma sexualidade controlada, de um corpo definido e treinado, da preservação da função de cuidado, das cobranças de uma postura dócil, recatada e do lar, que me posicionam, enfim, diante da necessária obediência aos papéis socialmente impostos a todas nós, mulheres. Mas são decretos que me situam, também, diante das estratégias que, cotidianamente, empreendo para seguir questionando às lógicas racistas, machistas e classistas impostas. Seguir ocupando os espaços dos quais tentaram e tentam, repetidamente, nos retirar.

Partindo dessa travessia, considero que a tese aqui apresentada contribui para com um trabalho em que as próprias mulheres falam, por si próprias, sobre suas histórias e sobre as perdas de familiares mulheres assassinadas (e também homens), deslocando a narrativa dominada pela mídia e boletins policiais para seus próprios modos de narrar, seus próprios modos de resistir. Escutar e escrever sobre e com mulheres que sofrem mais diretamente os impactos de uma guerra em curso foi, portanto, uma possibilidade de amplificar vozes que vão contra narrativas limitadas, que se valem da imagem de jovens “envolvidas”, jovens que, supostamente, “fizeram por merecer” o destino que tiveram. Trata-se de uma forma de produzir alternativas de enfrentamento, produzir outras formas de ver. Por fim, sustento que esta tese contribui para que possamos avançar das manchetes que param na criminalização dos corpos femininos - aquelas que instigaram meu olhar no início deste percurso - para percursos mais longos: da histórica e cíclica exploração e subjugação femininas em períodos de crise do capital, de disputas territoriais e manutenção do sistema.

Referências

- Agência Estado. (2008, 24 de agosto). As regras são bem estabelecidas. *Gazeta do Povo*.
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/as-regras-sao-bem-estabelecidas-b59vsmmh38pdvy8q5xscuvi/>
- Alexander, M. (2018). *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Boitempo
- Alves, J. S., & Moreira, L. E. (2023). O que (não) é feminicídio: Narrativas de profissionais de segurança pública e justiça sobre assassinatos de mulheres. *Revista Psicologia Política*, 23(57), 296–314.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2023000200296
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Barros, J. P. P., & Benicio, L. F. de S. (2017). “Eles nascem para morrer”: Uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 8(2), 34–43. <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19313>
- Barros, J.P.P, Alencar, F.A.B, Silva, D.B.(2021). Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. *Revista de Psicologia*, 12(1), p. 23-36.
- Barros, J. P. P., Benicio, L. F. de S., Silva, D. B. da ., Leonardo, C. dos S., & Torres, F. J. P.. (2017). Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-políticas da Psicologia. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 37(4), 1051–1065.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703002892017>
- Barros, J.P.P., Nunes, L. F., Sousa, I. S., & Cavalcante, C.O.B. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: Expressões necropolíticas no Ceará. *Rev. psicol. polít.* [online], 19 (46), 475-488. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19n46/v19n46a08.pdf>.

- Barros, L. P., & Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia, *Pistas do método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Sulina
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos Pagu*, (53), e185305. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>
- Bicalho, P. P. G. (2019). A Ética em Jogo no Campo Surpreendente da Pesquisa. *Revista Polis E Psique*, 9, 20–35. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.98443>
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen
- Brah, A.. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329–376. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>
- Brito, Maíra de Deus. (2018). *Não. Ele não está*. Appris.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea*, 1, pp. 13-33. Recuperado de <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Eds.). (2025). *Atlas da violência 2025*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165>
- Carneiro, S. (2017). Mulheres negras e violência doméstica: Decodificando os números. Geledés Instituto da Mulher Negra.
- Carneiro, S.(2011). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendedores (Organização). *Racismos contemporâneos*. (pp.49-58). Takano.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento . *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133. <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9948>

- Caputi, J. , & Russel, D. E. (1992). Femicide: sexist terrorism against Women. In: D. Radford, & D.E., Russel. *Femicide: The Politics of Women Killing*.(13-21).Twayne Publisher.
- Campos, C.H. de. (2015). Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. *Sistema Penal & Violência*, 7(1). <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275>
- Collins, P. H. (2024). *Intersecções letais: raça, gênero e violência*. Boitempo.
- Collins, P. H., Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Collins, P.H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Costa, M.B. da. (2021). *Cartografias do narcotráfico: uma análise comparativa entre os estados do Piauí, do Ceará e da Cidade de Juarez no México*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará]. Repositório Institucional da Universidade Estadual do Ceará. <https://www.uece.br/ppgsociologia/pesquisa/dissertacoes-teses-e-relatorios/teses/teses-2021/>
- Costa, M.B. (2011). “*O cara tem que ser. Se num for, já era!*”: construção de identidades juvenis em situação de tráfico de drogas. . [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí].
- Couto, C. S. R. (2020). Caça aos corpos rebeldes: Federici e Foucault entre bruxas. *Diaphora*, 8(2), 34–41. <https://doi.org/10.29327/217869.8.2-5>
- Crenshaw,K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, p.171-189.
- Cúnico, S. D., Strey, M. N., & Costa, A. B.. (2019). Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54483. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254483>

- Das, V. (2011). O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, (37), 9–41. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200002>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. (1°.ed.) (H.R. Candiani, Trad.). Boitempo.
- Davis, A. (2018). *Estarão as prisões obsoletas?*. (1° .ed.) (M. Vargas, Trad.). Difel.
- Díaz-Benítez, M. E., & Mattos, A. (2019). Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: I.R. Siqueira, B. Magalhães, M. Caldas, & F. Matos (orgs.). *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos: volume II*. (pp.67-94). Ed. PUC-Rio
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo : Elefante.
- Federici, S. (2019). *Mulheres e caça às bruxas*. Elefante.
- Feltran, G. de S. (2010). Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, 23(58), 59–73. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100005>
- Feltran, G., Lero, C., Cipriani, M., Maldonado, J., Rodrigues, F. J., Silva, L. E. L., & Farias, N. (2022). Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 15(esp. 4), 311–348. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46920>
- Ferraz, E. E. (2023). Sertão viril dos vaqueiros (primeiros séculos de ocupação): Territórios dos centauros – raízes da violência e do machismo? In J. M. de Lima (Org.), *História dos sertões: mundos em conflitos* (pp. 202–213). Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54445>
- Ferrugem, D. (2019). *Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial*. Letramento.
- Flauzina, A. (2017). *Corpo Negro Caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2. ed. Brado Negro.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança*

Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Recuperado de:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253> .

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). *16º Anuário Brasileiro De Segurança*

Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/58>

Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 233-244.

Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

hooks, b. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (16), 193–210. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>

hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Martins Fontes.

Lima, F., & Gambetta, J. (2020). “Parem de nos matar”: a bionecropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na América Latina. *Gênero*, 20(2), pp.85-109. <https://doi.org/10.22409/rg.v20i2.44570>

Lima, F. (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(spe), 20-33. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&tlng=pt.

Marcinik, G. G., & Mattos, A. R.. (2021a). ‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. *Revista Estudos Feministas*, 29(1), e61749. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n161749>

- Marcinik, G. G., & Mattos, A. R. (2021b). Movimentos feministas e relações raciais intragênero: entre a luta e a opressão. *Revista Polis E Psique*, 11(1), 162–182.
<https://doi.org/10.22456/2238-152X.108015>
- Marcinik, G. G. (2018). *Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas*. [Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro]. Banco de Teses e Dissertações da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
<https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/15222>
- Martuchi, R. R., Siqueira, A. C. A. N., & Mattos, A. R. (2022). *Interseccionalidade como pista teórico-metodológica para pesquisa em gênero, raça e infância*. In Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero (13ª ed.). Realize Editora.
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/87602>
- Mattos, A; Xavier, G. (2016). Activist research and the production of non-hegemonic knowledges: Challenges for intersectional feminism. *Feminist Theory*, New York, 17(2), 239-245. <https://doi.org/10.1177/1464700116645880> .
- Melo, J. ., & Paiva, L. F. S. (2021). Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará. *Revista USP*, 129, 47-62. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i129p47-62>
- Mendes, K. T., & Costa, P. H. A. (2021). Considerações para uma crítica da economia política das drogas no Brasil. In N. R. Medrado (Org.), *Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro* (pp. 555–580). Editora Dialética. Mbembe, A. (2018). *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-1.
- Meneses, N. C. de. (2021). Paz, justiça, liberdade, igualdade e união?: Um estudo sobre as condições de surgimento e as manifestações de “facções criminosas” na cidade de Teresina/PI (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Piauí.

- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica da categoria “bandido”. *Lua Nova*, 79, 15-38.
- Naples, N. (2009). Teaching Intersectionality Intersectionally. *International Feminist Journal of Politics* <https://doi.org/10.1080/14616740903237558>
- Nunes, L. F, et al.. (2023). Narrativas de adolescentes sobre morte de meninas nas dinâmicas da violência no Ceará. *Revista Estudos Feministas*, 31(2), e85698.
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n285698>
- Nunes, C. C., & Macedo, J. P. (2021). “Corpos encalçados de prisão”: Mulheres e Subjetividades em Exceção. *Revista Subjetividades*, 21(1).
<https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e10577>
- Nunes, C.C. (2020) *Corpos encalçados de prisão: mulheres e subjetividades em exceção*. [Dissertação de Mestrado, programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Piauí.
- Oliveira Júnior, F. A. de, Costa, M. B. da, & Silva, E. G. dos S. (2023). Poucos que sobrevivem: Relatos de violências, galeras e cinema no Piauí. *Plural*, 30(2), 168–189. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2023.212614>
- Oliveira, N. de, & Rodrigues, V. (2023). Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. *Organicom*, 20(41), 32-46. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2023.206716>
- Paiva, L. F. S. & Pires, A. de F. (2023). "Quem manda no Ceará?". Sobre o enfrentamento às facções criminosas em um estado do nordeste do Brasil. *Espacio abierto. Cuaderno Venezolano De Sociología*. Facultad De Humanidades Y Educación. Universidad Del Zulia, 32(2), 97–121. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8075163>

- Paiva, L. F. S. (2019). “Aqui não tem gangue, tem facção”: As transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, 32(85), 165–184.
<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.26375>
- Paiva, L. F. S., Barros, J. P. P., & Cavalcante, R. M. B. (2019). Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. *O Público e o Privado*, 17(33), 73–98.
<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2109>
- Pasinato, W. (2011). "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, (37), 219–246. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>
- Pasinato, W. (2018, 1º de fevereiro). A Chacina de Cajazeiras e o silêncio sobre a morte violenta de mulheres. *Geledés*. <https://www.geledes.org.br/chacina-de-cajazeiras-e-o-silencio-sobre-morte-violenta-de-mulheres-por-wania-pasinato/>
- Passos, E., & Barros, R.B (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. d. Escóssia, *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Sulina.
- Passos, L. M., & Pinho de Carvalho, A. M. (2020). Medo e insegurança nas margens urbanas: Uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. *O Público e o Privado*, 13(26), 233–259.
<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2488>
- Paulon, S. M.. (2005). A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 18–25. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>
- Paulon, S. M., & Romagnoli, R. C. (2010). Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 10(1), 85–102.
<https://doi.org/10.12957/epp.2010.9019>

- Pereira, M. C. C., & Rêses, E. S. (2022). Mulheres e violência no cangaço: breve história de vida de Maria Bonita e Dadá. *Linguagem: Estudos E Pesquisas*, 25(1), 61–70.
<https://doi.org/10.5216/lep.v25i1.71659>
- Perucchi, J., Toneli, M. J. F., & Adrião, K. G.. (2013). Gender and feminisms: theoretical-epistemological considerations and methodological impacts. *Psicologia & Sociedade*, 25(spe), 13–22. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000500003>
- Pichardo, O.C. (2014). Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: I. M. Azkue, M. Luxan, M. Legarreta, G. Guzmán, I. Zirion, J. A. Carballo ((2014). *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. (pp.45-60) Hegoa.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade E Cultura*, 11(2).
<https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- Pocahy, F.A. (2011). Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *Textura*, 13(23), p.18-30. Recuperado de
<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766>
- Ramos, S. S de. . (2020). Mulheres e gênese do capitalismo: de Foucault a Federici. *Princípios: Revista De Filosofia (UFRN)*, 27(52), 199–212.
<https://doi.org/10.21680/1983-2109.2020v27n52ID19783>
- Rede de Observatórios da Segurança. (2025). *Pele alvo: crônicas de dor e luta* (6ª ed.). Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).
https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PELE-ALVO-5_FINAL_0311.pdf

- Rocha, M. L. da ., & Aguiar, K. F. de .. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 23(4), 64–73.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>
- Rodrigues, F. de J. (2020). “Corro com o PCC”, “corro com o CV”, “sou do crime”: Facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(102), e3510216. <https://doi.org/10.1590/3510216/2020>
- Rodrigues, F. de J., Candotti, F. M., Biondi, K., & Paiva, L. F. S. (2022). Apresentação do dossiê: Políticas, mercados e violência no Norte e Nordeste do Brasil. *Revista TOMO*, (40), 9. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi40.17034>
- Rodrigues, F. de J., et al. (2023). Apresentação: Expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. *Novos Estudos CEBRAP*, 42(1).
<https://doi.org/10.25091/S01013300202300010001>
- Rodrigues, C. (2021). *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero*. Autêntica.
- Rodrigues, J. S. (2019). *Testemunhas da necropolítica: Implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará). Repositório Institucional da UFC.
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/44590>
- Romagnoli, R. C.. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166–173. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200003>
- Romagnoli, R. C., & Silva, B. C.. (2022). Interseccionalidade e a esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos. *Psicologia & Sociedade*, 34, e249960.
<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34249960>
- Roque, C. B., Costa, C. V., & Vieira, R. S. C. (2020). Os feminicídios em Ciudad Juárez no México: reflexões sobre o Caso “Campo Algodonero”. In P. T. M. Bertolin, B.

- Angotti, & R. S. C. Vieira (Orgs.), *Feminicídio: quando a desigualdade de gênero mata: mapeamento da tipificação na América Latina* (pp. 15–34). Editora Unoesc. Recuperado de <https://www.unoesc.edu.br/editora-unoesc/feminicidio-quando-a-desigualdade-de-genero-mata-mapeamento-da-tipificacao-na-america-latina/>
- Sagot, M. (2013). El femicidio como necropolítica en Centroamérica. *Labrys, études féministes*. Recuperado de <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>
- Santiago, V.W.B. (2020). *A economia sacrificial do Estado-nação: o luto público das mães de vítimas da violência de Estado no Brasil*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro] Banco digital de teses e dissertações. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.48235>
- Segato, R. L. (2016). La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: Territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado. In R. L. Segato, *La guerra contra las mujeres*. Traficantes de Sueños.
- Segato, R. L. (2014). Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, 29(2), 341–371. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200003>
- Segato, R. L. (2012). Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. *Revista Herramienta*, 49, Recuperado de <http://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/jspui/handle/123456789/151>
- Segato, R. (2010). Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. *História Revista*, 10(2). <https://doi.org/10.5216/hr.v10i2.9155>
- Segato, R. L.. (2005). Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, 13(2), 265–285. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200003>

- Soares, M. P. (2025). *“Sabe que é o terror, é treinada, é faixa rosa”: A espetacularização do crime e as implicações de gênero no contexto da “Operação Faixa Rosa” em Teresina*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Dinâmicas Criminais, Universidade Federal do Piauí, Núcleo de Pesquisa em Criminologia (NUPEC).
- Sousa, I. S., Nunes, L. F., & Barros, J.P.P. (2020). Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: Morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Psicologia Política*, 20(48), pp. 370-384.
- Sousa, I. S. de. (2020). Morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza: Diálogos com mulheres integrantes de movimentos feministas e de organizações da sociedade civil (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará).
Repositório Institucional da UFC. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/57952>
- Tedesco, Silvia Helena, Sade, Christian, & Caliman, Luciana Vieira. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), 299-322. <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006>
- Tosta, M. C. F., & Costa, C. L. (2023). Impactos da pandemia na vida das mulheres trabalhadoras: Um olhar da psicologia aos sofrimentos éticos-políticos. *Perspectivas em Psicologia*, 26, 1–19.
<https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/65543>
- UNICEF Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: UNICEF Brasil / Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Vergés, F. (2021). *Uma teoria feminista da violência*. Ubu Editora.

- Zahluth, C. M., Lima, M. L. C., & Dias, B. L. da C. V. (2018). Caça às bruxas: a criminalização do aborto e as implicações para as mulheres na atualidade. *Revista Periódicus*, 1(10), 297–316. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.27882>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Apris.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNÁIBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

Av. São Sebastião, 2819, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Parnaíba, Piauí, Brasil;
CEP: 64202-020; Telefone: +55 86 3323-5125; Website: <https://ufdpar.edu.br/>

264

Anexo 1- Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE

A Sra está sendo convidado(a) a participar como voluntária do projeto de pesquisa **“Vidas decretadas à morte: a demarcação do corpo feminino em corpo-território nas dinâmicas de violência urbana no Piauí”** sob a responsabilidade dos pesquisadores João Paulo Macedo e Caroline Cabral Nunes. O projeto tem como objetivo argumentar que o corpo feminino tem sido utilizado enquanto corpo-território nos novos modelos de guerra na contemporaneidade e nas atualizações da exploração capitalista sobre a mulher diante de um contexto de crise do capital e de fortalecimento das lutas feministas. Ou seja, diante de um contexto de crescimento da violência e de morte de mulheres no estado do Piauí, busca analisar os efeitos da violência urbana nas coletividades femininas, nas experiências vivenciada por você, seus familiares e suas vizinhas, colegas e demais mulheres com as quais convive.

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos à senhora, e se dará por meio de uma entrevista em que será solicitada que você fale sobre sua história de vida, as mudanças que observa no contexto em que vive diante dos casos de violência, o modo como você e sua família compreendem as situações de violência e como resistem a elas. A entrevista ocorrerá em 01(um) encontro ou, caso seja necessário, poderemos marcar um encontro a mais, se assim preferir e aceitar. A entrevista ocorrerá em local previamente acordado, no qual você se sinta confortável e à vontade para falar. A mesma poderá vir a ser gravada, mediante sua autorização prévia, a fim de resguardar com maior precisão as informações e conteúdo discutidos.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, é possível que algum tema acione sentimentos, afetos e emoções. Dessa forma, buscaremos adotar medidas e estratégias a fim de assegurar e minimizar este risco, a exemplo de um acolhimento, de escuta qualificada e de uma assistência médica e/ou psicológica. Em todos os casos, lhe será reservado o direito de não responder, interromper a entrevista, ou decidir retirar-se a qualquer momento da pesquisa.

Se a senhora aceitar participar, contribuirá para o avanço e desenvolvimento de pesquisas acerca das dinâmicas de violência urbana e seus impactos na vida de mulheres, sobretudo no contexto de aumento da violência e criminalidade no Piauí, e contribuirá para a ampliação do debate no campo da Psicologia e no modo com as distintas violências e seus efeitos são compreendidos pelos estudos psicológicos. Além disso, será possível um espaço de reflexão acerca dos fenômenos observados tanto para a pesquisadora quanto para a senhora. Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para a senhora.

Salientamos que o presente trabalho seguirá todas as prerrogativas da Resolução N°466/12 e da Resolução N° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, estando em conformidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

Av. São Sebastião, 2819, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Parnaíba, Piauí, Brasil;
CEP: 64202-020; Telefone: +55 86 3323-5125; Website: <https://ufdpar.edu.br/>

265

com os quesitos éticos dispostos nos referidos documentos que estabelecem as normas éticas para pesquisa com seres humanos. De modo que, nos comprometemos com o respeito e defesa da dignidade, autonomia e diversidade cultural, religiosa, étnica, de orientação sexual e identidade de gênero de todos os participantes.

Será garantido o sigilo de todas as informações prestadas pelos participantes. Nenhum participante será identificado nominalmente, assim como não serão reveladas quaisquer informações que possam levar a sua identificação a partir da apresentação final dos dados em nenhum momento da pesquisa. A não ser se que seja algo de sua escolha e preferência, em que se deve haver a manifestação expressa de sua concordância ou não quanto à divulgação de sua identidade e das demais informações coletadas, em consonância ao disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 9 inciso V.

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável. Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário. Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, a senhora poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil.

Se a senhora tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, a senhora pode esclarecê-las com o pesquisador responsável, João Paulo Sales Macedo e Caroline Cabral Nunes, pelo telefone/celular (86) 9.9559-0820 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail carolinecabral.n@gmail.com. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se mesmo assim as dúvidas persistirem, a senhora pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, *Campus* Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; Espaço de Ciências Sociais e Humanas – ECSH, bloco 05, sala 03; com atendimento ao público de segunda à sexta-feira das 14h às 17h30min., ou pelo celular (86) 99427-1383; ou pelo e-mail: propopi.cep@ufdpar.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas e assinado ao seu término pela senhora e pelo(a) pesquisador(a) responsável, ficando uma via com cada um(a).

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

Av. São Sebastião, 2819, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Parnaíba, Piauí, Brasil;
CEP: 64202-020; Telefone: +55 86 3323-5125; Website: <https://ufdpar.edu.br/>

266

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto,
eu, _____, estou de acordo em participar desta
pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

Cidade-UF, ____/____/____

Assinatura e contatos (celular/e-mail)
do Participante



IMPRESSÃO
DACTILOSCÓPI
CA

Assinatura e contatos (86-99559-0820/carolinecabral.n@gmail.com)
do Pesquisador Responsável

Anexo 2- Histórias de mulheres

Nesta pesquisa, optamos por identificar as mulheres interlocutoras por nomes de mulheres militantes e lideranças políticas brasileiras que foram perseguidas e mortas. A escolha se deu como proposta de não deixar que as histórias dessas mulheres caiam em esquecimento e em forma de homenagem. A seguir, apresento um breve resumo sobre quem foi cada uma dessas mulheres:

Anielle Franco

Professora, ativista e jornalista brasileira. Atualmente, exerce o cargo de Ministra da Igualdade Racial do Brasil.

Christina Maciel Oliveira

Agente de educação, ativista e mulher trans. Era conhecida por ser uma mobilizadora social e educadora popular em saúde. Atuava em projetos sociais em defesa dos direitos de mulheres trans e travestis. Foi assassinada pelo namorado, em 2025.

Dilma Ferreira Silva

Paraense que atuava na defesa dos direitos de pessoas atingidas por barragens. Considerada a primeira ativista pelo direito à terra a ser assassinada na Amazônia, em 2019, dentro de sua residência

Dorothy Mae Stang

Conhecida como Irmã Dorothy, foi uma missionária católica, ativista por direitos humanos, ambientais e de camponeses. Participava de projetos de desenvolvimento sustentável e atuava contra o desmatamento, os impactos ambientais do agronegócio e a grilagem de terras. Foi assassinada em Anapu, no Pará, em 2005.

Helenira Resende de Souza Nazareth

Uma das lideranças do movimento estudantil durante o período da ditadura militar. Lutou pela Guerrilha do Araguaia, no Pará, contra o regime político da época. Em 1972, foi torturada e assassinada por tropas militares após uma emboscada.

Maria Bernadete Pacífico

Líder quilombola e ialorixá. Lutava pelo direito dos quilombolas e em defesa da igualdade racial. Foi morta a tiros em Simões Filho (BA), em 2023.

Maria do Espírito Santo da Silva

Foi uma liderança rural paraense, que trabalhava com estrativismo. Atuava pelas causas ambientais e sindicais no estado. Lutava pela preservação ambiental e pela reforma agrária. Em 2011, foi assassinada a tiros por pistoleiros, no Pará.

Marielle Franco

Socióloga, mestre e vereadora do Rio de Janeiro. Atuou na defesa dos direitos humanos e da cidadania, principalmente em causas pela população negra, feminina e periférica. Denunciava a violência, corrupção policial e abuso de autoridades. Foi assassinada em 2018, tendo seu carro alvejado por tiros no Rio de Janeiro.

Margarida Maria Alves

Trabalhadora rural da Paraíba, líder sindical e ativista pelos direitos dos trabalhadores do campo. Foi a primeira mulher a lutar por direitos trabalhistas ainda no período da ditadura. Foi assassinada em 1983.

Sonia Maria Sampaio Alem

Nome utilizado por uma jovem guerrilheira e militante comunista brasileira. A jovem atuava pela Ação Libertadora Nacional e assassinada em 1972, aos 25 anos, em São Paulo. Seu nome verdadeiro era Ana Maria Nacinovic.

Anexo 3 - Lista de notícias catalogadas sobre assassinato de adolescentes e jovens mulheres no

Piauí

Estado de S. Paulo. (2024, maio 21). Influenciadora morre aos 21 anos após ser perseguida e baleada em Teresina, Piauí. <https://www.estadao.com.br/emails/gente/influenciadora-morre-aos-21-anos-apos-ser-perseguida-e-baleada-em-teresina-piaui-nprec/>

G1. (2021, abril 16). ‘Viúva negra’: Mulher achada morta em Teresina teve dois companheiros assassinados. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/04/16/viuv-a-negra-mulher-achada-morta-em-teresina-teve-dois-companheiros-assassinados.gh.html>

G1. (2021, abril 25). Corpo de adolescente que estava desaparecida é encontrado enterrado às margens de rio em Teresina. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/04/25/corpo-de-adolescente-que-estava-desaparecida-e-encontrado-enterrado-as-margens-de-rio-em-teresina.gh.html>

G1. (2021, abril 29). Adolescente desaparecida há 50 dias no PI era amiga de jovem morta após cavar a própria cova. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/04/29/adolescente-desaparecida-ha-50-dias-no-pi-era-amiga-de-jovem-morta-apos-cavar-a-propria-cova.gh.html>

Oitomeia. (2021, março 21). Jovens são capturadas e forçadas a cavar a própria cova antes de serem mortas. <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2021/03/21/jovens-sao-capturadas-e-forçadas-a-cavar-a-propria-cova-antes-de-serem-mortas/>

G1. (2021, setembro 25). Mulher é morta a tiros dentro de bar na Zona Norte de Teresina. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/09/25/mulher-e-morta-a-tiros-dentro-de-bar-na-zona-norte-de-teresina.gh.html>

- G1. (2021, dezembro 10). Mulher é assassinada a tiros dentro de casa na frente dos filhos em Barra Grande, no litoral do Piauí.
<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/12/10/mulher-e-assassinada-a-tiros-dentro-de-casa-na-frente-dos-filhos-em-barra-grande-no-litoral-do-piaui.ghtml>
- GP1. (2022, junho 10). Mãe de jovem morta pelo PCC em Teresina diz que filha foi enganada por amigas. <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2022/6/10/mae-de-jovem-morta-pelo-pcc-em-teresina-diz-que-filha-foi-enganada-por-amigas-527289.html>
- G1. (2022, junho 25). Corpo humano é encontrado enterrado na Zona Norte de Teresina.
<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/06/25/corpo-humano-e-encontrado-enterrado-na-zona-norte-de-teresina.ghtml>
- G1. (2022, agosto 23). Mulher de 23 anos é morta com cinco tiros na Zona Norte de Teresina.
<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/08/23/mulher-de-23-anos-e-morta-com-cinco-tiros-na-zona-norte-de-teresina.ghtml>
- G1. (2022, setembro 22). Mulher encontrada no Rio Parnaíba teve cabelo queimado e foi morta a pauladas por morar em bairro dominado por facção rival, diz polícia.
<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/09/22/mulher-encontrada-no-rio-parnaiba-teve-cabelo-queimado-e-foi-morta-a-pauladas-por-morar-em-bairro-dominado-por-facciao-rival-diz-policia.ghtml>
- G1. (2022, setembro 29). Homens invadem casa e assassinam mulher a tiros em Pedro II, no Norte do Piauí. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/09/29/homens-invadem-casa-e-assassinam-mulher-a-tiros-em-pedro-ii-no-norte-do-piaui.ghtml>

- GP1. (2023, janeiro 28). Pai revela que filha assassinada na Picarreira tinha envolvimento com facções. <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2023/1/28/pai-revela-que-filha-assassinada-na-picarreira-tinha-envolvimento-com-faccoes-542058.html>
- G1. (2023, julho 12). Jovem raptada no PI teria envolvimento com suspeito de integrar facção, e rivais seriam autores do sequestro, diz delegado. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/07/12/jovem-raptada-no-pi-teria-envolvimento-com-suspeito-de-integrar-facao-e-rivais-seriam-autores-do-sequestro-diz-delegado.ghtml>
- G1. (2024, maio 21). Criminosos invadem casa e matam jovem de 19 a tiros em Parnaíba; irmão dela também foi baleado. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/05/21/criminosos-invadem-casa-e-matam-jovem-de-19-a-tiros-em-parnaiba-irmao-dela-tambem-foi-baleado.ghtml>
- G1. (2024, junho 25). Mulher é encontrada morta a tiros em estrada de terra na Lagoa do Portinho, no litoral do Piauí. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/06/25/mulher-e-encontrada-morta-a-tiros-em-estrada-de-terra-na-lagoa-do-portinho-no-litoral-do-piaui.ghtml>
- G1. (2024, junho 26). Polícia encontra mulher enterrada próximo a casa abandonada com vestígios de sangue em Teresina. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/06/26/policia-encontra-mulher-enterrada-proximo-a-casa-abandonada-com-vestigios-de-sangue-em-teresina.ghtml>
- Portal O Dia. (2024). Cabeleireira é agredida até a morte no São Joaquim. <https://portalodia.com/noticias/teresina/cabeleireira-e-agredida-ate-a-morte-no-sao-joaquim-409021.html>

G1. (2024, julho 11). Corpo carbonizado é encontrado no Rodoanel em Teresina.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/07/11/corpo-carbonizado-e-encontrado-no-rodoanel-em-teresina.ghtml>

G1. (2024, julho 19). Adolescente de 14 anos é violentamente morta na Zona Leste de Teresina.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/07/19/adolescente-de-14-anos-e-violentemente-morta-na-zona-leste-de-teresina.ghtml>

G1. (2024, agosto 8). Adolescente de 14 anos é encontrada morta após quase 20 dias

desaparecida em Teresina. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/08/08/adolescente-de-14-anos-e-encontrada-morta-apos-quase-20-dias-desaparecida-em-teresina.ghtml>

G1. (2024, agosto 8). Polícia encontra adolescente de 14 anos assassinada; suspeito do crime, integrante de facção, é morto pela polícia em Pedro II.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/08/08/policia-encontra-adolescente-de-14-anos-assassinada-suspeito-do-crime-e-de-integrar-facciao-e-morto-pela-policia-em-pedro-ii-no-piaui.ghtml>

G1. (2024, agosto 26). Quem era a jovem perseguida e morta com mais de 10 tiros em estrada na

Zona Sul de Teresina. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/08/26/quem-era-a-jovem-perseguida-e-morta-com-mais-de-10-tiros-em-estrada-na-zona-sul-de-teresina.ghtml>

G1. (2024, setembro 30). Mãe busca por filha desaparecida há 8 dias na Zona Norte de Teresina;

polícia investiga o caso. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/09/30/mae-busca-por-filha-desaparecida-ha-8-dias-na-zona-norte-de-teresina-policia-investiga-o-caso.ghtml>

G1. (2024, outubro 4). Jovem grávida, adolescente e homem são mortos na Zona Norte de Teresina; outras 5 pessoas foram baleadas.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/10/04/jovem-gravida-adolescente-e-homem-sao-mortos-na-zona-norte-de-teresina-outras-5-pessoas-foram-baleadas.ghtml>

GP1. (2024, outubro 3). Adolescente é morta a tiros em supermercado na Santa Maria da Codipi.

<https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2024/10/3/adolescente-e-morta-a-tiros-em-supermercado-na-santa-maria-da-codipi-579280.html>

G1. (2024, novembro 15). Menina de 4 anos deixada em UBS contou que mãe foi baleada e teve o cabelo raspado; mãe e tia desapareceram.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/11/15/menina-de-4-anos-deixada-em-ubs-contou-que-mae-foi-baleada-e-teve-o-cabelo-raspado-mae-e-tia-desapareceram.ghtml>

G1. (2024, novembro 18). Corpos encontrados em cova rasa na Zona Norte de Teresina são de irmãs desaparecidas, afirma IML.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/11/18/corpos-encontrados-em-cova-rasa-na-zona-norte-de-teresina-sao-de-irmas-desaparecidas-afirma-impl.ghtml>

G1. (2024, novembro 19). Mulher é encontrada morta carbonizada em lixão na Zona Sul de Teresina. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/11/19/mulher-e-encontrada-morta-carbonizada-em-lixao-na-zona-sul-de-teresina.ghtml>

Cidade Verde. (2025). Mulher com tornozleira eletrônica é encontrada morta na Zona Norte de Teresina. <https://cidadeverde.com/noticias/444497/mulher-com-tornozleira-eletronica-e-encontrada-morta-na-zona-norte-de-teresina>

G1. (2025, julho 2). Adolescente de 17 anos é assassinada com tiro no rosto em lanchonete no Sul do Piauí. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/07/02/adolescente-de-17-anos-e-assassinada-com-tiro-no-rosto-em-lanchonete-no-sul-do-piaui.ghtml>

G1. (2025, novembro 29). Jovem morta a tiros em Timon.

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/11/29/jovem-morta-a-tiros-em-timon.ghtml>

G1. (2026, março 30). Criminosos invadem casa e matam mulher de 42 anos a tiros no litoral do

Piauí <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2026/03/30/mulher-morta-tiros.ghtml>